

ANAIS DA XV JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL “Paz, Justiça e Instituições Eficazes”





J828a

Jornada Científica da Univel (15.: 2017: Cascavel, PR)

Anais da XV Jornada Científica da Univel, 25 e 26 de outubro de 2017, Cascavel, PR [recurso eletrônico]: ODS 16 : paz, justiça e instituições eficazes / comissão organizadora Elaine Aparecida Wilges Kronbauer... [et al.]-- Cascavel: Univel, 2017.

Disponível em: <http://www.univel.br/cpe>

ISBN 978-85-98534-90-9

1. União Educacional de Cascavel – Congressos. 2. Ciências Sociais. I. Título.

CDD 300

Ficha catalográfica elaborada por Tatiana Demichei Imperatori – CRB9/1566

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVEL - UNIVEL
AVENIDA TITO MUFFATO, 2317 BAIRRO SANTA CRUZ - CASCAVEL, PARANÁ
CEP: 85.806-080 / TELEFONE: (45) 3036-3660 / www.univel.br

COORDENAÇÃO DO CENTRO DE PESQUISA E EXTENSÃO

REITOR
RENATO SILVA

PRÓ-REITORA ACADÊMICA
VIVIANE SILVA

COORDENADORA PEDAGÓGICA
VERA LÚCIA PAULIN

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof. Esp. ALEX SANDRO RODRIGUES DOS SANTOS
Profa. ANA QUELI MORAES
Profa. ANDREIA ROSSI RODRIGUES DE LIMA
Prof. Esp. BRUNO SILVA PASQUALOTTO
Prof. Ms. DANIEL ZAMPIERI LOUREIRO
Profa. Esp. DANIELLE MAYUMI SATO
Prof. DELVINO RODRIGUES CALDEIRA JÚNIOR
Profa. Ms. ELAINE APARECIDA WILGES KRONBAUER
Profa. Ms. ELIZABETH LEAL DA SILVA
Prof. JONATAN SLOMPO
Profa. Ms. LUCIANA GABRIEL CHEMIM
Prof. Esp. LUIZ CARLOS MACHADO
Prof. Ms. NILSON DOS SANTOS DIAS
Profa. Dra. SHEILA SPONGOSKI
Profa. Esp. VERA LÚCIA PAULIN

COMISSÃO CIENTÍFICA

Profa. Esp. ANTONELLA MARQUES NEVES
Prof. Dr. CÉZAR ROBERTO VERSA
Prof. Esp. DANIELLE MAYUMI SATO
Prof. Ms. DANIEL ZAMPIERI LOUREIRO
Profa. Ms. ELAINE APARECIDA WILGES KRONBAUER
Profa. Ms. ELIZABET LEAL DA SILVA
Prof. Ms. ELOIR FRANCISCO MILANO DA SILVA
Profa. Ms. FERNANDA PAOLA BUTARELLI CRUZ
Prof. Ms. GERMANO SCARABELI CUSTÓDIO ASSUNÇÃO
Prof. Ms. HÉLIO DA SIQUEIRA
Profa. Ms. JAQUELINE PINTO MARTINS
Profa. Ms. KÁTIA ROCHA SALOMÃO
Profa. Ms. KELI PATRICIA HERPICH
Profa. Ms. LYGIA MARIA COPI
Prof. Esp. MARCO ANTONIO RODRIGUES
Prof. Esp. MARCOS VINICIUS CARRASCO
Prof. Esp. MARCUS BARASSAL NUNES

Prof. Ms. NILSON DOS SANTOS DIAS
Prof. Ms. OSVALDO MESQUITA JÚNIOR
Profa. Dra. PATRÍCIA GASEL DA SILVA
Prof. Ms. RAFAEL MAXIMIANO FERREIRA
Profa. Ms. RAQUEL GORETI ECKERT DREHER
Profa. Ms. REGIANE DE SOUZA PIVA
Prof. Ms. RODRIGO SILVERIO CARDOSO
Profa. Ms. ROSANA BONISSONI
Profa. Dra. SHEILA SPONGOSKI
Profa. Dra. SUELI GEDOZ
Profa. Ms. TÂNIA CRISTINA KAMINSKI ALVES ASSINI

PROGRAMAÇÃO:

XV JORNADA CIENTÍFICA DA UNIVEL

Tema: “ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes”.

Data: 25 e 26 de outubro de 2017

Local: UNIVEL

DIA 25 DE OUTUBRO DE 2017

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO	TURNO	HORÁRIO	ATIVIDADE	PALESTRANTES	
	NOTURNO		18h30 às 19h15	Credenciamento (Auditório)	
			19h15 às 19h30	Abertura (Auditório)	
			19h30 às 20h	Apresentação Cultural	Apresentação Cultural
			20h às 21h00	Palestra 1:	Maria Tereza Uille Gomes Conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (2017). Foi Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado do Paraná (2011-2015) e Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Paraná. Possui Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Possui Mestrado em Educação. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional, atuando principalmente nos seguintes temas: objetivos de desenvolvimento sustentável, desenvolvimento humano, direitos humanos, direito e tecnologia, Sistema de Justiça e Políticas Públicas.
		21h15 às 22h00	Palestra 2:	Rosaldo Elias Pacagnan Doutor Rosaldo Elias Pacagnan, Juiz de Direito Supervisor do 1º Juizado Especial Cível, Criminal e da Fazenda Pública da Comarca de Cascavel - Estado do Paraná. Professor da Escola da Magistratura do Paraná - EMAP, núcleo de Cascavel; Ex professor da Univel.	

DIA 26 DE OUTUBRO DE 2017

TURNO	HORÁRIO	ATIVIDADE	MINISTRANTES
NOTURNO	19h às 20h30	Exposição de Painéis	Acadêmicos e demais inscritos
	20h45 às 22h45	Apresentação de Artigos	Acadêmicos e demais inscritos

Informações: <http://www.univel.br/jornada> ou fone (45) 3036-3636 (Ramal 3806).

SUMÁRIO

EDITORIAL	11
ARTIGOS ARTES	12
A PERCEPÇÃO TÁTIL DO SUJEITO CEGO SOBRE A ARTE	13
“O CANTO GAÚCHESCO E BRASILEIRO”: A CULTURA DO BRASIL SULINO NA OBRA DOS FAGUNDES.....	25
ARTIGOS CIÊNCIAS CONTÁBEIS	37
CUSTEIO PELO MÉTODO ABSORÇÃO – ESTUDO DE CASO EMPRESA FERRO CINZENTO LTDA	38
ARTIGOS DIREITO	51
O SISTEMA PENITENCIÁRIO DO BRASIL É INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO OU EXCLUSÃO SOCIAL?.....	52
UTILITARISMO E STAR WARS	74
A COLABORAÇÃO PREMIADA NO DIREITO BRASILEIRO E A <i>PLEA BARGAINING</i> NO DIREITO ESTADUNIDENSE: UM ESTUDO COMPARADO	85
UMA ANÁLISE SOBRE OS DIREITOS DOS ANIMAIS.....	98
ARTIGOS FOTOGRAFIA	107
VIVIAN MAIER: ASPECTOS DA FOTOGRAFIA DE RUA E A ESSÊNCIA DO OLHAR HUMANO ..	108
O IMPACTO DO REBRANDING NAS EMPRESAS: A RECONSTRUÇÃO DA MARCA DA UNIVEL COMO MODO DE ALCANÇAR NOVOS CONSUMIDORES	119
ARTIGOS GASTRONOMIA	129
ENRIQUECIMENTO DE PUDIM COM BIOMASSA DE BANANA VERDE E FLAN COM LEITE DE KEFIR	130
ARTIGOS JORNALISMO	143
GUARDA COMPARTILHADA COMO UMA ALTERNATIVA DE PREVENÇÃO À ALIENAÇÃO PARENTAL.....	144
ARTIGOS PEDAGOGIA	155
DIFICULDADES NA ESCRITA DA LÍNGUA PORTUGUESA DE PESSOAS SURDAS EM PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO, TENDO ESTA COMO SEGUNDA LÍNGUA.....	156
NOSSA PRIMEIRA HQ: A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA CRIAÇÃO DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS	168
RESUMOS ADMINISTRAÇÃO	180
MOTIVAÇÃO = MOTIVADOS PARA A AÇÃO	181

RESUMOS ARTES	183
A CONTEMPLAÇÃO ESTÉTICA COMO MEIO DE LIBERTAÇÃO DO SOFRIMENTO, NA FILOSOFIA DE ARTHUR SCHOPENHAUER.....	184
A IMPORTÂNCIA DO DESENHO ENQUANTO COMPONENTE CURRICULAR DA DISCIPLINA DE ARTES NO ENSINO MÉDIO.....	187
GUARDA-CHUVA DE MEMÓRIAS: O TEATRO COMO ELO ENTRE A COMUNIDADE E A UNIVERSIDADE.....	191
O VIDEOGAME COMO INSTRUMENTO PARADIDÁTICO.....	193
RESUMOS CIÊNCIAS CONTÁBEIS	196
A PERCEPÇÃO DOS FORNECEDORES GRÁFICOS EM SEUS PROCESSOS LICITATÓRIOS COM AS ENTIDADES PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL - PR.....	197
ANÁLISE DO BALANÇO SOCIAL DE UMA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DO OESTE DO PARANA NOS ANOS DE 2013 A 2016.....	199
A PERCEPÇÃO DOS FORNECEDORES GRÁFICOS EM SEUS PROCESSOS LICITATÓRIOS COM AS ENTIDADES PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL - PR.....	202
ATIVO INTANGÍVEL: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO E DA VARIAÇÃO OCORRIDA NOS ANOS DE 2008 A 2016, EM CINCO EMPRESAS LISTADAS NO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES DA BM&FBOVESPA.....	204
CONTABILIDADE GERENCIAL: O PAPEL DO PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE NOS PROCESSOS DE ANÁLISES GERENCIAIS DA ORGANIZAÇÃO PARA TOMADA DE DECISÃO.....	206
RESULTADO CONTÁBIL DA PRODUÇÃO DE COUVE – FOLHA DE UM PRODUTOR RURAL LOCALIZADO NA CIDADE DE CASCAVEL-PR NO ANO DE 2016.....	210
RESUMOS DIREITO	212
A UMA ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS DA TEORIA DA JUSTIÇA DE JOHN RAWLS: CONTRASSENSOS DA (IN)SEGURANÇA JURÍDICA DA UNIÃO HOMOAFETIVA.....	213
ALIENAÇÃO PARENTAL: UMA ANÁLISE NAS VARAS DE FAMÍLIA NA CIDADE DE CASCAVEL-PARANÁ.....	216
COMBATENDO A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: ASPECTOS JURÍDICOS E PSICOLÓGICOS.....	218
O PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA NA CIDADE DE CASCAVEL/PR.....	221
PROJETO DE CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL NA CIDADE DE CASCAVEL/PR: ARTIGO 14 DA LEI Nº 6.482/2015.....	223
UMA ANÁLISE DAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS E DOS BEBÊS ACOLHIDOS NA CIDADE DE CASCAVEL/PARANÁ.....	225
VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: FORMAS DE PROTEÇÃO.....	227
DIREITO A SAÚDE.....	229
OS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DAS GARANTIAS DA EXECUÇÃO PENAL NA UNIDADE PRISIONAL FEMININA DE CORBÉLIA - PR.....	231

PROJETO ITARPA – EM PROL DO MEIO AMBIENTE DE CASCAVEL – PR – AGENDA 2030	234
RESUMOS JORNALISMO	237
ANALISE DO POTENCIAL EMPREENDEDOR DOS ALUNOS DE BACHAREL EM ADMINISTRAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR.....	238
A LINGUAGEM DO JAZZ: UM ESTUDO SOBRE A ESTRUTURA DESSE ESTILO POR MEIO DA PRÁTICA EXPRESSIVA DE MÚSICOS JAZZISTAS DE CASCAVEL/PR.....	241
RESUMOS PEDAGOGIA	243
A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES NA EDUCAÇÃO INFANTIL	244
A CONTRIBUIÇÃO DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO EM TURMAS DE 1º E 2º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	247
A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO EM TURMAS DE 1º E 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE GUARANIAÇU/PR	249
A PRÁTICA DA COMPOSTAGEM COMO RECURSO DIDÁTICO E DIFUSÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS EM VERA CRUZ D OESTE/PR	251
A PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO DA MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	254
ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: OS DESAFIOS DO PROFESSOR ALFABETIZADOR NO 1º ANO DO ENSINO DO FUNDAMENTAL.....	257
ANÁLISE DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DESENVOLVIDAS POR PROFESSORES QUE ATUAM NA PEDAGOGIA HOSPITALAR	260
AS CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA INFANTIL PARA O PROCESSO DE APRENDIZAGEM E ESTÍMULO AO HÁBITO DA LEITURA	262
AS DIFICULDADES NA APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA APRESENTADAS POR CRIANÇAS DO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	265
FORMAÇÃO DO PEDAGOGO PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	268
O PAPEL DO PROFESSOR DO REFORÇO ESCOLAR NA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA COM OS ALUNOS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE CASCAVEL.....	270
OS RESPONSÁVEIS E A SUA INFLUÊNCIA NO DESEMPENHO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM DÉFICIT INTELECTUAL.....	272
UMA ANÁLISE SOBRE A DOCÊNCIA NA EJA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR.	276
A ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO HOSPITALAR	279
AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS.....	281
AS CONTRIBUIÇÕES DAS BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA	283
O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE PARA SURDOS NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR	286

CONTRIBUIÇÕES DA PRÁTICA DA ORALIDADE NA FORMAÇÃO DOS ALUNOS DO 2º E 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM OLHAR PARA A AÇÃO DOCENTE E A PERSPECTIVA DO CURRÍCULO DA AMOP	288
DIVERSIDADE RELIGIOSA E EDUCAÇÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DA DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA MUNICIPAL CARLOS GOMES DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ.....	290
FORMAÇÃO DOS PEDAGOGOS: LACUNAS ENQUANTO PROFESSORES NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	292
INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA TEREZINHA MACHADO.....	295
O LETRAMENTO E A ORALIDADE NA MODALIDADE EJA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR	299
O LÚDICO E AS BRINCADEIRAS MATEMÁTICAS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO EM DIAMANTE DO SUL - PR	301
O TRABALHO COM A SEQUÊNCIA DIDÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM ESTUDO NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ	303
O TRABALHO DOCENTE E O CONCEITO DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: UM ESTUDO SOBRE A ESCOLA E A REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE A PARTIR DO AUTOR PIERRE BOURDIEU	305
OS DESAFIOS DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DA APAE DE GUARANIAÇU- PR	307
SOBRE A COMPREENSÃO DO PROFESSOR EM MODELAGEM MATEMÁTICA: UM ESTUDO DE CASO NO ENSINO FUNDAMENTAL I NOS ANOS INICIAIS NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE CASCAVEL - PR	309

EDITORIAL

A Jornada Científica é um evento realizado anualmente pelo Centro Universitário Univel, organizado pelo Centro de Pesquisa e Extensão (CPE) e aberto a comunidade interna e externa. O intuito do evento é oferecer aos estudantes e profissionais a oportunidade de discutir temas relevantes para a construção do conhecimento e apresentar seus trabalhos das diferentes áreas para a comunidade científica.

Nestes anais o CPE apresenta os resultados dos trabalhos desenvolvidos e aprovados na XV Jornada Científica do Centro Universitário Univel, cujo tema é: **“ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes”**. Entendemos que a publicação dos anais amplia a divulgação dos trabalhos realizados, incentiva novos pesquisadores, fortalece a continuação das atividades de pesquisa de iniciação científica dos estudantes e aumenta a interação entre a comunidade interna e externa, funcionando como um motivador na produção do conhecimento.



ARTIGOS ARTES

**Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

A PERCEPÇÃO TÁTIL DO SUJEITO CEGO SOBRE A ARTE

Luana Mara Radaelli¹
Rodrigo Cezar Mendes²

Resumo: A pesquisa visa apresentar conceitos sobre inclusão, características táteis dos objetos propostos, com pessoas da faixa etária de 10 a 54 anos, que frequentam a ADEVIPAR – Associação dos Deficientes Visuais do Paraná, localizado na Rua Eurico Zytkievtz, cento e dez, bairro Sítio Cercado, Curitiba – PR, durante dois dias do mês de julho de 2015, com o objetivo de analisar e compreender como o sujeito cego percebe a expressão artística através do meio tátil e como o mesmo sente a inclusão e acessibilidade no meio social e educacional. Os participantes foram questionados sobre sua concepção e percepção sobre “arte plástica”, inclusão e adaptação de materiais. A aplicação foi realizada em forma de minicurso, oficina e experimentação, apresentando às pessoas que frequentam a instituição esculturas feitas em argila, papietagem, feltro, gesso, pano preenchido com areia, entalhe e arame. Depois, as pessoas cegas puderam manusear a argila para o seu próprio experimento. O incentivo e a criação, levou o participante a algo concreto, estimulando-o, respondendo o problema de pesquisa, a qual foi comprovado juntamente com o relato dos participantes, sendo que a utilização destes, foram de suma importância na facilitação e aproximação das obras, tanto a obra bidimensional, quanto a tridimensional, propiciaram-lhes elementos cabíveis em relação ao conceito de dimensão e características da obra apresentada.

Palavras-chave: Artes plásticas. Cego. Inclusão.

1 Introdução

Este trabalho apresenta informações relevantes sobre deficiência visual, Arte e inclusão, apontando principalmente para alguns teóricos que trabalham com o tema deficiência visual e suas relações com a Arte, possibilitando abranger diversas formas de se trabalhar e usufruir da mesma.

¹ Licenciada em Artes pela faculdade UNIVEL; Especialista em Educação Especial e Libras.

² Professor Especialista em Educação Especial; Psicopedagogia Clínica e Institucional, Docente do curso de Artes e Pedagogia do Centro Universitário Univel.

Durante muito tempo, as pessoas com deficiência eram excluídas, marginalizadas e desprezadas. A partir das lutas e movimentos que buscavam a igualdade e inclusão nos espaços sociais, o deficiente veio, aos poucos, conquistando o seu lugar na sociedade.

As preocupações educacionais em relação aos cegos,

surgiram no séc. XVI, com Girolinia Cardono – médico italiano – que testou a possibilidade de algum aprendizado de leitura através do tato. Peter Pontamus, Fleming (cego) e o padre Lara Terzi escreveram os primeiros livros sobre a educação das pessoas cegas. A partir de então, as ideias difundidas vão ganhando força até que, no Séc. XVIII, 1784, surge em Paris, criada por Valentin Haüy, a primeira escola para cegos: Instituto Real dos Jovens Cegos. Nela Haüy exercita sua invenção – um sistema de leitura em alto relevo com letras em caracteres comuns. (BRASIL, 2011, p. 26).

Rapidamente no século XIX, a Europa e os Estados Unidos adotaram escolas com a mesma proposta educacional. Surgiu assim, “um novo sistema com caracteres em relevo para escrita e leitura de cegos que é desenvolvido por Louis Braille e tornando-se público em 1825 – o Sistema Braille.” (BRASIL, 2011, p. 27). Com esse novo método, o processo de aprendizagem das pessoas cegas impulsiona-se, possibilitando maior participação social.

Após a Segunda Guerra Mundial (1948) ocorreram algumas mudanças nos conceitos a sociedade e houve a instituição dos Direitos Humanos universais, que visavam principalmente garantir os direitos fundamentais a 13 pessoa, de maneira a coibir atrocidades generalizadas à humanidade. Seguindo esta evolução, e a partir das convenções mundiais de direitos humanos ONU (Organização das Nações Unidas) o Brasil também, se fundamentou e estabeleceu leis de proteção e garantia de direitos à todos, incluindo assim, a garantia de direitos educacionais às pessoas com deficiência visual. (MACHADO, 2011, p. 115).

A partir de 1950 os movimentos fortaleceram-se, chegando na década de 90, onde a inclusão é defendida pela Declaração de Salamanca, que busca princípios, políticas e práticas dentro desta área. Ela é uma resolução das Nações Unidas, que propõe uma igualdade entre as pessoas.

Vivemos ainda, em uma sociedade excludente, a qual necessita aprender a ver possibilidades nas pessoas com deficiência. O objetivo é alcançarmos uma sociedade inclusiva, neste caso acreditamos que a Arte pode auxiliar na motricidade, percepção, autonomia dos deficientes visuais e a inclusão do mesmos no meio social e educacional, ao que se refere aos seus direitos, deveres, normas, regulamentos e espaços frequentados.

2 Deficiência visual

A expressão deficiência visual³ se refere a “visão subnormal”, baixa visão. É denominado “deficiente visual todo sujeito que possui uma alteração tanto no funcionamento quanto na estrutura dos olhos”. (GONZÁLEZ, 2007, p.101). Segundo o Ministério da Saúde como consta na portaria nº 3.128, de dezembro de 2008, que “considera-se pessoa com deficiência visual aquela que apresenta baixa visão ou cegueira”.

Os cegos constroem seus mundos a partir de sequências [temporais] de impressões (táteis, auditivas, olfativas) não sendo capazes, como as pessoas com visão, de uma percepção visual simultânea, de conceber uma cena visual instantânea.

Quem nasce com o sentido da visão e acaba perdendo-o com o tempo consegue guardar na memória imagens, luzes, cores, formas e tudo o que conheceu. E aquela criança que nasce sem a capacidade da visão pode formar requisitos⁴ a partir de suas concepções.

A definição de baixa visão é complexa devido à variedade e à intensidade de comprometimentos das funções visuais. Englobam desde a simples percepção de luz até a redução da acuidade e do campo visual que interferem ou limitam a execução de tarefas e o desempenho geral. (SÁ; CAMPOS; SILVA, 2007, p. 16).

A baixa visão é uma alteração da capacidade funcional⁵ e necessita-se, de recursos específicos ópticos⁶ (lentes que ajustam a imagem visual) e não ópticos (modificações das condições ambientais).

3 Inclusão

³ São **alterações** no sistema visual, que se definem pelos parâmetros de acuidade e campo visual. (GONZÁLEZ, 2007, p.101)

⁴ *s. m.* Exigência legal necessária para certos efeitos; condição que se deve satisfazer para alcançar certo fim. (FERNANDES, 1998).

⁵ *Adj. 2 gên.* Relativo as funções vitais; diz-se da nacionalidade que se adquire pelas funções exercidas e se perde em terminando estas. (FERNANDES, 1998).

⁶ *Adj.* Que se refere à óptica; relativo à vista; relativo ou pertencente ao olho; *s. m.* aquele que é versado em óptica; fabricante de instrumentos de óptica; oculista. (FERNANDES, 1998).

A questão da inclusão foi construída a partir de muitas lutas, ocorridas no mundo todo, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/96 (Brasil, 1996) e a Declaração de Salamanca (Espanha, 1994).

A Declaração de Salamanca (1994) é orientada por princípios. Independente das diferenças de cada um, a educação é direito de todos, assegurado e garantido por leis.

O capítulo V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei n. 9.394/96, regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil. Ela estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, determina as responsabilidades, em regime de colaboração, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Sobre a Educação Especial, ela atende aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.

O Governo Federal brasileiro, através do Ministério da Educação, define a deficiência visual como:

[...] termo definido pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (MEC) nas diretrizes curriculares do ensino especial como redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção ótica. Manifesta-se como: cegueira - perda da visão, em ambos os olhos, de menos de 0,1 no melhor olho após correção, ou um campo visual não excedente a 20 graus, no maior meridiano do melhor olho, mesmo com o uso de lentes de correção. Sob o enfoque educacional, a cegueira representa a perda total ou o resíduo mínimo da visão que leva o indivíduo a necessitar do método braille como meio de leitura e escrita, além de outros recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação; ou visão reduzida - acuidade visual dentre 6/20 e 6/60, no melhor olho, após correção máxima. Os portadores de deficiência visual necessitam, segundo o MEC, de atendimento educacional especializado, definido de acordo com as adaptações curriculares dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). (MENEZES, 2002)

A ideia é incluir, e não apenas aceitar. Hoje em dia, a inclusão do deficiente visual não deve ser feita apenas nas escolas, mas deve acontecer em sua família, na sociedade e em ambientes de lazer. Mesmo antes e após os estudos, ela precisa estar incluída no ambiente em que vive.

Só poderemos entender a história da humanidade se conseguirmos aprender como, nos diferentes momentos históricos, os homens foram atendendo a suas necessidades básicas, isto é, como foram construindo sua existência. (BIANCHETTI; FREIRE, 1998, p. 24).

Contudo, a falta de visão cria muitas barreiras que interferem em sua imagem corporal e em seus relacionamentos. É importante que a pessoa com deficiência

visual tenha autonomia, independência em seu convívio social, podendo sair com seus amigos, e será neste momento que, aos poucos, irá valorizar suas habilidades adquiridas por meio da orientação e mobilidade percebida nos diálogos e convívio com outras pessoas. Terá mais experiências para solucionar seus problemas sozinho, e com certeza terá melhor desempenho nos estudos e no relacionamento com seu grupo.

As pessoas com deficiência são como você: têm os mesmos direitos, sentimentos, sonhos e vontades. Ter uma deficiência não torna a pessoa melhor ou pior. O portador de deficiência não é um anjo, nem um modelo de virtudes: é uma pessoa. (GIL, 2000, p.19).

4 O cego e o meio artístico

Para Vigotski, a imaginação está vinculada à realidade e com o significado que esta realidade possui, bem como as vivências da criança. As crianças desenhavam o que conhecem. Mas, e para as crianças cegas, como descrever o que não veem? Precisamos estimulá-la, criar, levar algo concreto, descrevendo detalhes, estimulando-a aos poucos, pois os cegos possuem uma memória tátil dos objetos e não uma imagem visual como as pessoas sem deficiência visual.

Acredita-se que esquemas gráficos desenhados em relevo realizados com materiais e métodos adequados, podem permitir às crianças cegas um meio de comunicação que, estabelecendo-se de modo tátil e visual, é plural e inclusivo, além de possibilitar a percepção possível e totalizadora dos objetos. (DUARTE, 2004, p.1).

Quando pensamos em Arte, logo nos referimos a imagens, obras de arte, vídeos, enfim, algo que podemos ver e encontramos isso frequentemente no nosso cotidiano. Produzimos para que público? Certamente, para os que podem ver. E os que não podem? Como se vê? Quais são os meios que podemos utilizar com uma pessoa cega? A opção de se utilizar meios como a textura justifica essas questões, pois não é a visão que irá ilustrar a obra em si, e sim a obra com textura que ajuda a sensibilidade tátil. De acordo com Carvalho (1988), a Arte é um conjunto de preceitos e normas para se fazer alguma coisa: Arte de viver. Direcionando esse aspecto para as artes plásticas⁷, ela torna-se uma pintura e escultura, que reproduzem formas da natureza ou realizam formas imaginárias.

⁷ s. f. Aquela que tem por objeto a reprodução das formas.

A pessoa cega vai apreciar a partir do que percebe ou conhece. Partindo para uma questão artística, a obra de Arte deverá ser descrita de maneira detalhada. O processo será lento, mas o entendimento será concreto. Por exemplo: pode-se pegar a obra de Paul Cézanne, *Natureza morta com maçãs e laranjas* (1895-1900).

Figura 1 – Cézanne - Natureza-morta com maçãs e laranjas, 1895-1900.



Fonte: <http://www.casthalia.com.br>

A obra será descrita da seguinte forma: há muitas frutas (maçãs e laranjas) sobre uma toalha, que está sobre uma mesa. Há, também, uma jarra, um prato e uma tigela. Ir descrevendo a obra, e levar esses materiais para a exploração tátil. A questão presente é construir uma imagem mental, organizando sua memória tátil.

Quando se trata do reconhecimento de objetos por meio do tato em pessoas com deficiência visual, é necessário conhecer como este sentido se desenvolve, como são captadas as informações que os atingem, e de que maneira estas devem estar organizadas para a exploração tátil. (FERRONI, GIL, Web, p.3).

O homem é movido pela sensibilidade através de seus domínios. A Arte o induz a pensar e agir sobre o mundo, permitindo-lhe dar forma ao seu sentimento. “Sendo o trabalho com as mãos a primeira manifestação, desde a Pré-história, para o desenvolvimento artístico inicial, elas podem ser consideradas como filtros sensoriais iniciais para a sensibilização.” (MOLETTA, 2006, p.17)

A Arte mostra para o indivíduo que ele pode ser capaz de produzir e fruir a arte, criando possibilidades no sentido da valorização do indivíduo com o mundo. O homem cria porque ele precisa, ele irá crescer de maneira produtiva ao seu desenvolvimento. O trabalho com as mãos foi uma das primeiras manifestações artísticas. “As mãos puderam evoluir e se tornaram o principal instrumento para agir e dominar o ambiente, além de ser um meio de expressão e de comunicação, é também um órgão de percepção.” (GIL, 2000, p. 24).

“O deficiente visual vivencia o mundo por meio do tato. Essa percepção permite à criança compreender que existe algo fora de si mesma, um mundo exterior povoado de objetos e pessoas, cada um com seu nome, sua forma e sua função próprias.” (GIL, 2000, p. 26). É muito importante estimular a exploração e o conhecimento sobre o objeto, é necessário desenvolver o tato e as habilidades manuais para que a pessoa com deficiência visual possa ter mais facilidade e eficiência durante suas atividades.

5 Metodologia

Os procedimentos utilizados na construção desta pesquisa foram a pesquisa de campo (procede da observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real), método indutivo (método empirista, o qual considera o conhecimento como baseado na experiência), experimental (envolvendo experimentos que auxiliaram no desenvolvimento da pesquisa) e fenomenológico (preocupa-se com a descrição direta da experiência como ela é, a realidade é construída socialmente e entendida da forma que é interpretada, a realidade não é única, existem varias interpretação).

O público-alvo da pesquisa foram os participantes da Associação dos Deficientes Visuais do Paraná – ADEVIPAR, localizado na cidade de Curitiba. Foram utilizados com os participantes um roteiro de entrevistas, com o objetivo de levantar dados sobre a vida escolar, seu desenvolvimento e conhecimento artístico vinculado à deficiência visual e suas dificuldades enfrentadas no dia a dia.

A aplicação foi realizada com minicurso, oficina e experimentação, apresentando às pessoas que frequentam a instituição esculturas feitas em argila, papietagem, feltro, gesso, pano preenchido com areia, entalhe e arame. Em seguida, as pessoas cegas puderam manusear a argila para seu experimento.

6 Resultados

Os participantes foram questionados sobre sua concepção e sentimentos sobre “arte plástica”, inclusão e adaptação de materiais.

As informações a seguir, são os dados obtidos de dois participantes, tendo uma análise de ideias e de observação e percepção do observador/pesquisador.

Questão direcionada ao participante número um – O que seria “arte plástica” para você? Resposta: (...) artes plásticas eu acho que é mais a parte de pintar, fazer mais arte com a mão.

Observa-se a partir da fala do participante um, que o mesmo já teve contato com a arte e tudo aconteceu como uma forma de adaptação diante das necessidades encontradas.

A arte nos transporta para o além da dura realidade cotidiana, tornando-os mais humanos. Sem arte, a vida seria simplesmente intolerável. Sem arte não haveria sustento para nossa imaginação, nem prazer para nossas mentes. (CARVALHO, 1998, p.66).

Questão direcionada ao participante número dois – O que seria “arte plástica” para você? Qual seu sentimento em relação à arte plástica? Resposta: Eu já fui em alguns museus, já toquei e sinceramente não gostei, é que acontece que a arte, pelo menos me falaram que é uma coisa meio esquisita. Por exemplo, você me mostra três linhas aqui, daí eu pergunto, o que é? Há não você que tem que ter sua expressão, você que sabe o que é, daí o que me passa pela cabeça, que parece a roupa do rei(conto de Hans Christian Andersen)... para pessoa cega é necessário descrever com ricos detalhes os objetos apresentados.

O participante dois, nos coloca diante da seguinte questão: o que a arte é realmente? Partimos de ideias concretas ou insensíveis? Houve ali uma pequena falha na comunicação no momento em que ele diz “é que acontece que a arte, pelo menos me falaram que é uma coisa meio esquisita”. O participante partiu de uma ideia/fala estabelecida por outra pessoa, acabou concretizando em si e criando uma barreira entre sua concepção artística e tátil. Segundo Carvalho (1998, p. 65),

É quase impossível definir a função da arte, assim como é quase impossível definir o significado da arte. Talvez seu objetivo principal seja dar prazer e por isso mesmo, seja encarada por certas pessoas como luxo indispensável, coisa boba. Absolutamente desnecessária. Porém essas pessoas estão erradas. Ninguém morra por não possuir um quadro de Portinari, não ouvir um concerto de Beethoven ou não ler Monteiro Lobato. Mas quem não se der esses prazeres será certamente menos rico, menos sensível, menos aberto para as belezas do homem e do mundo.

Questão direcionada ao participante número dois – Teve material adaptado e/ou tem material adaptado⁸ para facilitar a aprendizagem? Na verdade, não se diz adaptado, se teve material necessário⁹. Eu não gosto muito da palavra adaptado.

O que você usaria para substituir essa palavra (adaptado)? Eu gosto da palavra incrementado. (...) Tudo que é pra mim é adaptado, pra você é normal (...) Quando você der aula pra alguém que não enxerga, não fica pondo, ele tem que lanchar primeiro, porque ele não enxerga, ele tem que fazer tudo primeiro porque ele não enxerga. Inclusive existe uma política atual que eu abomino totalmente, as pessoas com deficiência tem que ter preferência, preferência... a larga a mão! Cego não é coitadinho, se caso ele é, você deve orientá-lo pra deixar de ser, ele deve ser independente! Só que alguém tem que ensinar.

Segundo o Dicionário Brasileiro Globo, incremento significa “s. m. Aumento; desenvolvimento; impulso progressista.” (FERNANDES, 1998).

A ideia é que o deficiente visual possa se tornar independente, porém devemos quebrar os conceitos impostos pela sociedade. Porque “tudo que é pra mim é adaptado, pra você é normal”. Os conceitos não devem ser diferenciados: se existe uma igualdade, devemos fazer acontecer. É claro que o deficiente visual precisará de uma estimulação e orientação durante seu desenvolvimento, mas que isso apenas sirva para orientá-lo, como encontramos no final da fala do participante 2: “Cego não é coitadinho, se caso ele é, você deve orientá-lo para deixar de ser, ele deve ser independente! Só que alguém tem que ensinar.”

Resultados da oficina

Os participantes tiveram facilidade e compreensão durante a atividade. Cada um recebeu um objeto apresentado na obra e a cena foi descrita da seguinte forma: há muitas frutas (maçãs e laranjas) sobre uma toalha, que está sobre uma mesa. Há, também, uma jarra, um prato e uma tigela sobre a mesa.

Após a atividade de descrição de obras, fomos para a apreciação tátil das obras confeccionadas pela acadêmica. Primeiramente, cada participante recebeu uma obra. Apreciavam-na através do tato e, depois, tiravam suas próprias

⁸ Ajustar (uma coisa a outra); acomodar, apropriar; tornar apto. (FERNANDES, 1998).

⁹ *Adj.* Que não pode deixar de ser ou de se fazer; indispensável; imprescindível; inevitável; precioso; muito útil; exigido. (FERNANDES, 1998).

conclusões. Os participantes tiveram o conhecimento de todas as obras confeccionadas.

Todos os objetivos da pesquisa foram realizados e alcançados. Conhecer o dia a dia das pessoas cegas e com baixa visão na Associação dos Deficientes Visuais do Paraná — ADEVIPAR — foi de grande importância e muito relevante para a realização deste trabalho. Através da manipulação com materiais variados, pude perceber a importância deste meio para os deficientes visuais. A imagem a seguir mostra o trabalho realizado pelos quatro participantes.

Figura 02 – Obras confeccionadas pelos participantes, através da manipulação da argila.



Os participantes se sentiram mais incluídos nessa atividade do projeto de pesquisa, cujo se comprovou que a Artes Plásticas é sim um instrumento de inclusão social e educacional, como podemos ver nas respostas dos mesmos, pois tiveram acesso ao material concreto ampliando sua percepção tátil sobre os objetos apresentados.

7 Considerações Finais

O presente trabalho teve como finalidade visualizar como podemos adequar o meio tátil e fornecer o acesso do deficiente visual às artes plásticas.

Esperamos que a materialização sobre os conhecimentos teóricos coletados e os dados obtidos durante o projeto contribuam com sugestões concretas para implementações de ações, objetivando uma nova concepção de Arte para as pessoas com deficiência visual, em geral, buscando a perspectiva de uma arte inclusiva.

A percepção sensorial é de suma importância para a pessoa com deficiência visual. A partir do tato o cego procura identificar o objeto. A Arte mostrou a eles, que podem ser capazes de produzir e fruí-la, criando diversas possibilidades.

Legal, é uma aula para ajudar a gente mesmo, desenvolver o que tem dentro da gente, que não lembra, é uma arte que nós não temos o conhecimento, daí vai liberando [...] com isso a gente vai soltando, o que a gente tem e não sabe fazer, na verdade a gente sabe, mas não tem o conhecimento, e na prática você vai desenvolvendo. (Relato do participante 3).

A estimulação, a criação, levou-o a algo concreto, estimulando-o. A utilização dos materiais confeccionados permite afirmar, que foi de suma importância na facilitação e aproximação dos participantes as obras. Tanto a obra bidimensional (descrição da obra *Natureza-morta com maçãs e laranjas* 1895-1900, de Paul Cézanne), quanto a tridimensional (obras confeccionadas), propiciaram-lhes elementos cabíveis em relação ao conceito de dimensão e características da obra apresentada.

Segundo Ferroni e Gil (2013, p. 6) “A utilização de materiais do cotidiano para a compreensão de obras de arte contemporâneas mostrou que isso pode facilitar a aproximação do público com deficiência visual das obras e permitir-lhe refletir sobre suas vivências”. A fala das autoras vem a responder o problema obtido – de que maneira podemos adequar o meio tátil e fornecer o acesso do deficiente visual às artes plásticas?

A metodologia é válida, levando em conta não só a questão da fala, a descrição da obra “Natureza morta com maçãs e laranjas” (detalhando cada objeto contido na obra de Paul Cézanne), mas também o concreto palpável (as obras confeccionadas).

REFERÊNCIAS

BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. **Um olhar sobre a diferença: Interação, trabalho e cidadania.** Campinas, SP: Papirus, 1998.

BRASIL. MEC. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental: deficiência visual** vol. 1 fascículos I – II – III / Marilda Moraes Garcia Bruno, Maria Glória Batista da Mota, colaboração: Instituto Benjamin Constant. _____ Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2001.

CAMPOS, I. M. d; SILVA, M. B. C.; SÁ, E. D. d. **Deficiência visual.** São Paulo: MEC/SEESP, 2007. P. 54. (Atendimento educacional especializado).

CARVALHO, A. **Arte**. 6. ed. Belo Horizonte, MG: Ed. Lê, 1998.

CASTHALIA. **Cézanne - Natureza-morta com maçãs e laranjas, 1895-1900**. Disponível em: <http://www.casthalia.com.br/a_mansao/obras/cezanne_macas.htm> Acesso em 17 de junho de 2015.

DUARTE, M. L. B.. **O desenho como elemento de comunicação e cognição: ensinando crianças cegas**. In: 27ª REUNIÃO DA APNPED, 2004, Caxambu, MG. Sociedade, democracia e educação: qual universidade? – 27ª Reunião da ANPED. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2004. v. CD-R.

FERNANDES, F. **Dicionário Brasileiro Globo**. 50 ed. São Paulo: Globo, 1998.

FERRONI, G. M.; GIL, M. S. C. d. A. **Crianças com deficiência visual aprendem conceitos em atividades artísticas**. Disponível em: <http://www.memorialdainclusao.sp.gov.br/br/ebook/Textos/Giovana_Mendes_Ferri.pdf> Acesso em 27 de abril de 2015.

GIL, M. (Org.). **Deficiência visual**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação à Distância, 2000. 79p. (Cadernos da TV Escola. 1).

GONZÁLES, E. **Necessidades educacionais específicas**. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Lei da acessibilidade comentada. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/cotidiano/artigos/29452/lei-da-acessibilidadecomentada#ixzz3qVy2CNim>> Acesso em 02 de novembro de 2015.

Lei de acessibilidade – Decreto lei 5296. Disponível em: <http://www.acessibilidadebrasil.org.br/versao_anterior/index.php?itemid=43> Acesso em 02 de novembro de 2015.

MACHADO, C. D. C. **A inclusão da pessoa com deficiência visual na escola: Contribuições da Educação à Distância**. Educação a Distância, Batatais, v. 1, n. 1, p. 113-121, jan./jun.

MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H. dos. "Deficiência visual" (verbete). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002.

MOLETTA, D. M. **Arte Sensibilização: Pintura Gestual**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.



Centro Universitário Univel

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

“O CANTO GAÚCHESCO E BRASILEIRO”: A CULTURA DO BRASIL SULINO NA OBRA DOS FAGUNDES

Higor Antonio Da Cunha¹
Luiz Carlos Machado²

RESUMO: A Música é um instrumento de expressão cultural utilizada por diversos povos ao longo da história. A música gaúcha, por exemplo, é tomada como a expressão magna da cultura sulista. Um dos grupos musicais mais relevantes para a produção da Música Tradicionalista Gaúcha é Os Fagundes, formado por Nico, Bagre, Neto e Ernesto Fagundes. Este estudo verifica qual o potencial que a obra d’Os Fagundes tem para expressar e representar a Cultura Sulista. Tendo como base produções bibliográficas relacionadas ao tema e as produções fonográficas do grupo, busca-se explicitar como Os Fagundes e suas músicas evidenciam os aspectos culturais e históricos da região Sul. Conforme é possível concluir a partir das análises, a produção dos Fagundes, embasada por estudos folclóricos de seus participantes, não só representa a cultura sulista como também influenciou na produção cultural tradicionalista, deixando “hinos” como “Origens” e “Canto Alegretense”, que fortalecem o orgulho gaúcho e brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Sulista. Música Tradicionalista Gaúcha. Os Fagundes. Brasil Sulino.

1 INTRODUÇÃO

Existem diversas maneiras que a cultura de um determinado grupo ou povo pode ser manifestada. Uma das mais comuns é a música. A música manifesta-se como expressão cultural e artística, sendo capaz de demonstrar diversos aspectos relacionados ao grupo que a produz. Neste sentido, Wisnik (2002, p. 115) menciona que “a prática da música pelos grupos sociais mais diversos envolve múltiplos e

¹ Acadêmico do Curso Superior de Artes – Licenciatura, da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² Especialista em Cultura e Literatura Brasileira. Professor do Curso Superior de Artes – Licenciatura, da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

complexos índices de identidade e de conflito, o que pode fazê-la amada, repelida, endeusada ou proibida”. Sobre a canção como potencial fonte histórica, Alberti (2013, p. 27) afirma que “como todo documento, a canção é um artefato culturalmente constituído e, portanto, dotado de sentido. Sua utilização em pesquisas históricas precisa partir desse pressuposto, ou seja, a canção, como todo documento, é filha de seu tempo”.

A música gaúcha, por exemplo, se apresenta como meio de afirmação de identidade do povo gaúcho brasileiro. Através da Música Tradicionalista, principalmente, é possível conceber a história da formação deste povo, bem como a noção do herói que a figura do gaúcho representa.

Tendo isso em mente, neste estudo investigar-se-á se a obra musical do conjunto Os Fagundes, formados por Antonio Augusto Fagundes (Nico), Euclides Fagundes Filho (Bagre), Euclides Fagundes Neto (Neto) e Ernesto Villaverde Fagundes, pode representar a cultura do Brasil Sulino e como ela o faz. Para isso, será analisada a obra destes, suas apresentações e trabalhos publicados, comparando ao que é descrito por Darcy Ribeiro ao abordar sobre o Brasil Sulino na obra “O Povo Brasileiro”.

2 BRASIL SULINO

O sul do Brasil é fruto de uma miscigenação entre portugueses, indígenas, influencia hispânica dos vizinhos platinos, negros e, posteriormente, imigrantes alemães, italianos e poloneses. Darcy Ribeiro (1995, p. 408) menciona que, inicialmente, “o Brasil Sulino surge à civilização pela mão dos jesuítas espanhóis, que fazem florescer no atual território gaúcho de missões a principal expressão de sua república cristã-guaraníca”. Devido à dificuldade de comprar escravos africanos, os paulistas da época foram para o interior do Brasil até os Pampas que despertou o interesse pelo gado xucro (equinos, muar e principalmente o gado).

Os jesuítas foram trazidos ao Brasil para catequizar índios nativos, porém eles tentavam assegurar a existência do índio e mantinham boa parte da cultura indígena, o que enfureceu os mamelucos paulistas, levando-os a destruir as missões. Isto ocasionou a liquidação dos missionários, que foram vendidos para fazendeiros de engenho do Nordeste. A grande parte dos catequizados que ficaram

na região gerou uma população local subordinada – os primeiros gaúchos – que foram se tornar mão de obra para a pecuária.

Porém, o fator crucial do desenvolvimento do Brasil Sulino, é a empresa colonial portuguesa, que tinha por objetivo se instalar no Rio da Prata, objetivo este que foi buscado inicialmente com os bandeirantes que queriam transformar os índios em mão de obra escrava mercantil. O que consolidou a instalação no Rio da Prata. Posteriormente o “projeto” sofreu grandes dificuldades pelo alto custo de manutenção da busca do gado selvagem no campo, sendo superadas estas dificuldades com a exploração e venda do “[...] gado em pé, para carro de boi, cavalo de montaria, e muares de carga” (RIBEIRO, 2009)

Ao se desfazerem as missões, todo o gado trazido pelos espanhóis no pampa, ficou sem ter dono. Coube aos mamelucos e indígenas caudilhar todo o gado. Os gaúchos Brasileiros, portanto, têm uma formação semelhante aos demais gaúchos platinos, surgem da comercialização do gado com a qual ele se especializou, e começou a reproduzir em suas estâncias. Ribeiro disse:

Consolidada a posse de terras e rebanhos, pacificada a campanha e, depois, cercadas as estancias aramados, o novo gaúcho sedentarizado é compelido a assumir seu novo papel de simples peão. Ainda cavaleiro campeira, garboso, o gado do patrão, com orgulho do seu ofício e do seu domínio da montaria e do rebanho.

A figura do gaúcho é construída como o indivíduo veste bombachas, chapéus de aba, bota esporada e guaiaca, Ribeiro (1995, p. 415) diz que

Esses eram os gaúchos originais, uniformizados culturalmente pelas atividades pastoris, bem como pela unidade de língua, costumes e usos comuns. Tais eram: o chimarrão, o tabaco, a rede de dormir, a vestimenta peculiar caracterizada pelo xiripá e pelo poncho; as boleadeiras e laços de caça e de rodeio; as candeias de sebo para alumiar e toda a tralha de montaria e pastoreio feita de couro cru; a que se acrescentaram as carretas puxadas por bois, os hábitos de consumo do sal como tempero, da aguardente e do sabão e a utilização de artefatos de metal principalmente a faca de carnear, as pontas das lanças, as esporas e freios e uns poucos utensílios para ferver e para cozinhar.

Considera Gaúcho aquele que segue com a forma cotidiana de lida campeira, podendo ser encontrados no sul do Brasil, em regiões da Argentina e Chile, que se apropriam da cultura, utilizam os mesmos apetrechos, arreios e até a raça do cavalo que utilizam em seus rodeios, onde fazem competições de doma, prova de rédeas, laço nove voltas.

No século XVIII se inicia a fabricação do charque. Este processo requeria um trabalho intenso e rígido ao qual não se ajustou o antigo gaúcho. Então traz-se os escravos africanos, para desempenhar os trabalhos mais pesados. Concomitante a inserção do negro escravo, surge a figura do patrão, que o campeiro que não mais trabalha diretamente na gadaria, mas comanda a estancia.

Nesta mesma época, foram trasladadas uma grande população dos Açores, para assim fortalecer a influência portuguesa no Sul e se impor ao governo espanhol. Entretanto, estes açorianos, que ao chegar ao Brasil se viram deslocados, contribuíram apenas para o aportuguesamento do Brasil Sulino. Eles ocuparam a região litorânea e dão origem ao que Ribeiro chama de Matutos.

Como resultado de uma intenção de “embranquecimento” da população diversos imigrantes europeus e até asiáticos são incentivados, tanto pelo Império quanto pela República, a instalar-se no sul. Levas de germânicos, italianos, poloneses, ucranianos, japoneses, libaneses vieram ao Brasil, desgarrados de suas terras natais e aqui estabeleceram morada. Trouxeram consigo outras possibilidades de produção para a terra e também contribuíram significativamente para a formação cultural atual.

Por tudo isso Darcy Ribeiro considera o Brasil Sulino uma expressão da diversidade cultural brasileira. Pelas diversas etnias que formam o Rio Grande do Sul, e também por sua colonização que no tratado de Tordesilhas pertencia a Espanha, então o gaúcho se utilizou do português e do espanhol desenvolveu uma forma de vocabulário que mantém características bem peculiares abaixo pode se observar algumas palavras que comumente se utiliza nas mais diversas regiões do Sul e para outras culturas são incompreensíveis.

3 OS FAGUNDES

Apesar de apenas em 2001 se autodenominarem “Os Fagundes”, os integrantes desta família já realizavam trabalhos desde a década de 80. Sob o nome de Grupo Inhanduy participaram de festivais de músicas nativistas em todo o Rio Grande do Sul. Participaram com composições como “Guri” ao lado de Cesar Passarinho, na 13ª Califórnia da Canção Nativa do RS em 1983, e com “Escravo de Saladeiro”, na 11ª Califórnia de Canção Nativa, em 1981. Inclusive a obra mais

famosa deles, “Canto Alegretense” foi lançado pelo Grupo Inhanduy, em 1981 na 2ª Tertúlia Musical Nativista de Santa Maria.

O Grupo Inhanduy era constituído por Bagre Fagundes e seus dois filhos, Neto e Ernesto, na época com 20 e 15 anos respectivamente. Apesar de Nico Fagundes participar sempre através das letras e composições. Em 1988, participa do “Fagundaço”, álbum em que além de Nico, Neto, Bagre, Ernesto e Paulinho, participam também Darci Fagundes, irmão de Nico e Bagre, e Doroteo Fagundes, primo-sobrinho de Nico, Bagre e Darcy, personalidades importantes na radiofonia e música da época. Esta gravação é o resultado de um show que faziam. Sobre isto, Doroteo Fagundes (2004) conta que

E a gente fez muitos shows ainda aqui em Porto Alegre e no interior do estado, juntos, com um show que nós denominamos, primeiro foi chamado O Canto Alegretense e depois nós denominamos o show de Fagundaço, aonde participava o Darcy, o Nico, eu, o Bagre, o Ernesto, o Neto e o Paulinho. Éramos sete Fagundes no palco. Era o legítimo Fagundaço.

O conjunto “OS Fagundes”, na formação que está em foco neste estudo, só se concretizará em 2001, no lançamento do álbum “Os Fagundes – Nico, Bagre, Neto e Ernesto”. Em 2004, o grupo lança o segundo álbum “Para todas as querências” e em 2005, lançam “Os Fagundes: Ao vivo”, DVD gravado no Teatro São Pedro em Porto Alegre – RS. Sendo Nico e Bagre folcloristas e estudiosos da história do Rio Grande do Sul, em suas composições retratam valores e aspectos importantes da cultura gaúcha. Refletem sobre o mito do herói gaúcho, sobre as relações familiares, sobre as festas e danças e sobre os fatos que compõem a história do povo sul-rio-grandense.

4 METODOLOGIA

Para investigar como a produção fonográfica dos Fagundes se relaciona com a Cultura do Brasil Sulino utilizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e estudo de caso amparado na pesquisa bibliográfica e documental. Qualitativa, pois não busca “quantificar” os dados coletados. Exploratória porque busca estabelecer maior familiaridade com o tema, explorando teorias e tecendo hipóteses (GIL, 2002). É classificada como um estudo de caso, a

pesquisa que “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.” (GIL, 2002, p. 54)

Como instrumento de coleta de dados foi utilizada a pesquisa documental, através da análise dos discos e vídeos do grupo, além da pesquisa bibliográfica em obras relacionadas a Cultura Gauchesca. Gil (2008, p. 147) menciona que existem dados que são “obtidos de maneira indireta, que tomam a forma de documentos, como livros, jornais, papéis oficiais, registros estatísticos, fotos, discos, filmes e vídeos.” Segundo ele, estes dados possibilitam ao pesquisador o conhecimento do passado e a investigação de processos de mudança social e cultural.

5 RESULTADOS

Muitos elementos inerentes à cultura gaúcha aparecem na obra e apresentações d'Os Fagundes. Peças do vestuário gaúcho como bombacha, chapéu e guaiaca, e Comportamentos, como tomar chimarrão durante o show e o próprio vocabulário gauchesco são alguns exemplos. Esta valorização de tais elementos enaltece ainda mais a cultura gaúcha presente na produção do grupo. Segundo Oliven (1991, p. 4) “a figura do gaúcho, com suas expressões campeiras, envolvendo o cavalo, a bombacha, o chimarrão e a representação de um tipo social livre e bravo, serviu de modelo para grupos étnicos diferentes, unindo os habitantes do estado em contraposição ao resto do país”. Ribeiro (1995) também menciona a roda de chimarrão como fenômeno social, onde inicialmente o patrão e peão conviviam e comunicavam-se.

Na faixa “Gaúcho” do DVD “Os Fagundes: Ao Vivo” (2004), Nico Fagundes faz algumas considerações sobre a identidade do gaúcho:

Quem é gaúcho, afinal? Tenho pra mim que são três: um é o peão, o assalariado, o operário campeiro. O segundo é o estancieiro, o empresário rural. O terceiro é o camponês que se aguenta bem ou mal, sem ter nem peão nem patrão. No mais, é um homem solito, um carreteiro, talvez. São os homens de a cavalo que agarram o céu com a mão, rasgando fronteira e chão, marcando terneiro a pealo, bebendo o canto do galo no alvorecer do rincão.

Este três tipos de gaúchos são contemplados na obra de Darcy Ribeiro (1995), em momento diferentes da história de formação do Brasil Sulino. Ribeiro percebe o gaúcho como fruto de quatro matrizes: a indígena; a ibérica

(portuguesa e castelhana) através da gadaria; a africana, através dos negros escravos; e a dos imigrantes europeus, principalmente italianos e alemães. O gado, trazido pelos espanhóis e deixado pelos jesuítas, nas missões instaladas no Pampa, necessitaram de arrebanhamento, e neste momento da história é que o mameluco, descendente de português e guarani, ou mesmo os indígenas catequizados se tornam “campeiros e aquerenciadores do gado, amansadores de bois de serviço e como criadores de cavalos e de muares” (RIBEIRO, 1995, p. 417). Depois, com a inserção do negro escravo, o campeiro do gado sem-dono ou se torna peão empregado da estancia ou patrão, estancieiro, que comanda os peões e campeiros. A estes dois, se juntam os neo-gaúchos, camponeses, que “são os autônomos rurais do Sul, contrapostos à peonagem das estâncias” (RIBEIRO, 1995, p.423).

De maneira geral, este tipo que surge no Brasil Sulino, mais precisamente na fronteira, é um misto de diversas influencias, se mostrando único, não se enquadrando nem bem como brasileiro, nem bem como castelhano. Luvizotto (2009, p.25) afirma que “o gaúcho é resultado da miscigenação de portugueses, espanhóis, africanos, alemães, italianos com o índio da terra”. Mas, esta figura é crucial para a delimitação da fronteira do Brasil, seja no processo agropecuário, seja nas guerras e disputas territoriais no pampa. Fica evidente a celebração deste papel fundamental na obra dos Fagundes. Em “Origens” a letra menciona que o gaúcho desenhou “pátria e fronteira, pago, querência e nação. ”

Podemos perceber que o gaúcho, representado na obra deles, não se trata apenas do sujeito nascido no Rio Grande do Sul. Esta concepção da figura do gaúcho é derivada do Movimento Tradicionalista Gaúcho, o MTG. Este movimento, encabeçado por estudantes e intelectuais, filhos de trabalhadores rurais, buscava resgatar o mito heroico do gaúcho, valorizando as figuras da Revolução Farroupilha. Através deste, ocorreu a criação da Semana Farroupilha, do Dia do Gaúcho, do Hino do Rio Grande do Sul e do 35 CTG – Centro de Tradição Gaúcha. Este foi o primeiro dos CTGs, no qual Nico Fagundes teve participação ativa, chegando até a ocupar o cargo de patrão, equivalente a presidente da instituição. Nico Fagundes ao falar sobre o movimento menciona que

[...] há, queiramos ou não, uma aura de saudade envolvendo o tradicionalismo. Ninguém sente saudade do que está perto. A saudade e o Tradicionalismo exigem distanciamento, tanto que este é um fenômeno tipicamente citadino, não do campo, urbano e não rural. (FAGUNDES, 1987, p. 13).

O galpão, local onde se reunia o patrão e o peão, onde se preparava e tomava o mate e se preparava o charque e o churrasco. Nele aconteciam as rodas de chimarrão e por consequência as reuniões dos empregados com o patrão e a contação de causos. Em semelhança ao que ocorria no Galpão, as mesmas atividades passam a ser desempenhadas nos CTGs. O Galpão é um símbolo do passado campeiro e recebe elogios e referências na obra de Nico, Bagre, Neto e Ernesto, principalmente na faixa “Galpão Crioulo” do álbum “Os Fagundes – Ao Vivo” (2005). É válido lembrar que Nico e Neto também foram apresentadores do programa da TV RBS chamado “Galpão Crioulo”, que desde 1982 trata da cultura gaúcha, tendo recebido três prêmios internacionais e apresentado artistas como Teixeirinha, Os Serranos e Gildo de Freitas. (ROSA, 2007)

Além da exaltação e/ou resgate destes elementos consolidados e alguns esquecidos, como a chula, com o MTG também foram inseridos alguns novos costumes que tem relação com os trabalhos dos Fagundes. Os Festivais, como a Califórnia da Música Nativa, foram fomentados pelo movimento. E é justamente nestes festivais, em particular a Califórnia, que os Fagundes mais terão destaque em suas carreiras.

Em 1971, em Uruguaiana, cidade localizada na área da Campanha, o CTG Sinuelo do Pago criou a Califórnia da Canção Nativa, primeiro festival de música nativista do estado. Realizado anualmente, ele serviu de modelo para os cerca de quarenta festivais existentes hoje nas mais diversas regiões. Esses eventos costumam reunir milhares de jovens que, geralmente acampados, evocam as músicas e o ambiente da vida campeira, bem como os símbolos da identidade regional (ARAÚJO, 1987)

Conforme menciona Nico, com o Movimento foi inserido o bombo-leguero, uma espécie de tambor produzida pelos indígenas sul-americanos, principalmente da região da Argentina. O nome leguero, vem de léguas, em decorrência de o som produzido pelo instrumento ser ouvido a léguas de distância, tendo sido inclusive meio de comunicação para as tribos. Atualmente se tornou um elemento presente em diversos CTGs do Brasil. Este instrumento está presente em praticamente todas as músicas dos Fagundes, sendo citado diversas vezes. Destaca-se nas

composições “Origens”, onde manifesta a descendência indígena, e na letra “De Pai para Filho”, onde Ernesto³ canta “hoje o bombo-leguero bate no meu coração”.

Além da descendência indígena, também se tem uma ênfase na contribuição negra na formação da identidade gaúcha. Em “Escravo de Saladeiro”, uma das primeiras músicas apresentadas pelo grupo, conta-se a história dos escravos africanos que trabalharam nas terras sul-rio-grandenses. O negro escravo é trazido a fronteira sul para executar o trabalho que o campeiro já não aceitava. Sobre este momento da história do Brasil sulino, Darcy Ribeiro (1995, p. 419) escreve

Entretanto a charqueada introduz na paisagem pastoril uma atividade nova, caracterizada pelo trabalho de ritmo intenso e regulado por horário e obrigações rígidas, a que não se ajusta o antigo gaúcho campeiro. Introduz-se, então, o negro escravo, que era a mão-de-obra do tempo para todo trabalho de gastar gente. Essas comunidades de saladeiros, com seus empregados e sua escravaria, contrastando flagrantemente com a estrutura social da campanha, constituíram um enclave pré-industrial que se ampliaria, no futuro, através de matadouros e frigoríficos, como o novo centro reitor da atividade pastoril.

Na composição “Origens”, mencionam que o negro “tempera e adoça” o jeito gaúcho. Apesar de haver uma tendência de associar a cultura gaúcha apenas a descendência italiana e alemã, vê-se que na obra dos Fagundes não se omite a grande participação da matriz africana.

Nos ritmos das músicas do conjunto também é possível perceber a herança europeia. O chamamé e a vanera manifestam as descendências espanholas e portuguesas. Em “Baita Baile” (2005), “Louco por Chamamé” (2001), “No balanço da Morena” (2001), “Chamamecero Apaixonado” (2001) e “Tô no Vanerão” (2005) expressam-se a importância destas danças e do Baile como evento social e cultural. Também é possível ver a influência dos imigrantes europeus nos instrumentos musicais usados, principalmente na gaita. Conforme é mencionado no documentário “O Milagre de Santa Luzia”⁴ a gaita foi inserida com a colonização alemã e italiana, reforçando fortemente a formação instrumental das músicas gaúchas. Na obra dos Fagundes, é dado um grande destaque a este instrumento, já que os arranjos inicialmente são feitos primeiro nela. Bagre Fagundes, inclusive, é destacado como um dos gaiteiros mais importantes do Brasil devido a sua extensa e reconhecida

³ O bombo-leguero é o instrumento que Ernesto se identificou desde criança, sendo reconhecido mundialmente como prodigioso percussionista deste.

⁴ Este documentário foi feito inicialmente para homenagear Luiz Gonzaga, visita lugares de todo o país onde o acordeão/gaita/sanfona tem destaque e apresentam sanfoneiros/gaiteiros famosos na música popular brasileira.

produção. Na música “Origens” a gaita, junto ao violão e o tambor/bombo-leguero, tem seu papel destacado como representante das gerações de gaúchos. Assim se apresenta a letra: “Sou a gaita corcoveando/ Nas mãos do velho gaiteiro/ Dizendo por onde ando/ Que sou gaúcho e campeiro”.

Na produção deles evidenciam alguns valores sociais, como a exaltação das relações familiares e o orgulho da terra. As relações familiares, principalmente entre pai e filho, são ressaltadas seja nos poemas e causos declamados por Nico ou nas músicas executadas por Bagre e seus dois filhos, Neto e Ernesto. Pode-se destacar a composição “De Pai para Filho”, onde Ernesto e Bagre dialogam musicalmente acerca de seu relacionamento e o papel da família.

O orgulho da terra está presente como em toda a produção da música gaúcha. Mas as obras dos Fagundes podem ser consideradas símbolos deste orgulho e amor a terra onde se nasce. Como exemplo, apresenta-se o “Canto Alegretense” talvez o maior sucesso do conjunto. Nesta obra, tratam da cidade natal de Nico e Bagre, o Alegrete, e também do orgulho “gauchesco e brasileiro”. A música fez sucesso em todo o território nacional, tendo diversas gravações, chegando até a ser executada pela banda de rock Deep Purple, em um show em Porto Alegre. Como eles mencionam na faixa “Prosa em Família”, do álbum “Nico, Bagre, Neto e Ernesto – Os Fagundes” (2001), o “Canto Alegretense” já foi executado por eles em diversos países, desde a América do Sul até a Europa. Tão grande é a importância desta canção que foi tombada como patrimônio do Município de Alegrete, e é considerada um hino afetivo do RS. O amor à terra em que nasce, ao pago, à querência, é demonstrado em toda a obra deles, mas com maior apelo em “Canto Alegretense”, “Guri”, “Lá no Alegrete” (2001) e “Querência” (2005).

Este orgulho gaúcho fortalece o sentimento separatista no Rio Grande do Sul, principalmente ocasionado por dificuldades econômicas e discrepâncias culturais para com o resto do Brasil, conforme menciona Luvizotto (2009). O Movimento Tradicionalista e os artistas nativistas como um todo, procuram afirmar a brasilidade, porém com mais ênfase na “gauchidade”. Segundo Oliven (1992, p. 11) “O que ocorre no Rio Grande do Sul parece estar indicando que atualmente para os gaúchos só se chega ao nacional através do regional, ou seja, para eles só é possível ser brasileiro sendo gaúcho antes”. O orgulho de ser gaúcho, entretanto, não anula o orgulho também de ser brasileiro na obra dos Fagundes, já que se celebra o “canto gauchesco e brasileiro”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das letras das músicas e das apresentações ao vivo é possível perceber como o desejo de representar a cultura gaúcha permeia toda a trajetória musical dos Fagundes. Isto faz com que estes sejam conhecidos como fomentadores e divulgadores da cultura gaúcha, dentro e fora do país.

Confrontando as produções com assuntos abordados por estudiosos sobre a cultura e história sul-rio-grandense mostrou-se que a música dos Fagundes contempla os diversos aspectos da cultura, sendo uma obra calcada em estudo e teoria, além de muita devoção às tradições gauchescas.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, L. Representações sobre o gaúcho na produção musical do conjunto “Os Fagundes”. **TEXTURA-ULBRA**, Canoas, v. 10, n. 18, p. 21-39, 2013.

ARAÚJO, R. **Sob o signo da canção**: uma análise de festivais nativistas do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRGS, 1987. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social.

BAGRE, F. Direção: Sérgio Roizenblit. In: **O Milagre de Santa Luzia**. Direção: Sérgio Roizenblit. Fotografia: Reinaldo Martinucci. [S.l.], Miração Filmes, 81 min, cor. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=_MFk7WMwgMY> Acesso em: jun. 2017.

FAGUNDES, D. **Sobre Darcy Fagundes**: depoimento. [27 de setembro de 2004] Porto Alegre: PUC, 2004. Entrevista gravada no estúdio de rádio da FAMECOS/PUCRS para o Projeto Vozes do Rádio. Disponível em: <<http://eusoufamecos.uni5.net/vozesdoradio/por-doroteo-fagundes-bagre-fagundes-e-paulo-sergio-medeiros-sao-borja/>> Acesso em: jun. 2017.

FAGUNDES, A. A. **Folclore na Dança em Porto Alegre**: depoimento. [31 de março de 2011]. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Entrevista concedida a Christiane Garcia Macedo para o Projeto Garimpendo Memórias. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/126772>> Acesso em: jun. 2017.

_____. A verdadeira história do Tradicionalismo. In: FERREIRA, Cyro Dutra. **35 CTG: O pioneiro do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG)**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2008. 196 p.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo : Atlas, 2002. 176 p.

LUVIZOTTO, C. K.. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

OLIVEN, R. G. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação**. Petrópolis, Vozes, 1992.

OS FAGUNDES – Ao vivo. Porto Alegre: Gravadora Galpão Crioulo Discos, 2005. 1CD.

Os FAGUNDES – Nico, Bagre, Neto e Ernesto. Porto Alegre: Gravadora Galpão Crioulo Discos, 2001. 1 CD.

OS FAGUNDES – Para todas as querências. Porto Alegre: Gravadora Galpão Crioulo Discos, 2004. 1 CD.

_____. Em busca do tempo perdido: o movimento tradicionalista gaúcho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 6, n. 15, p. 40-52, 1991.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROSA, L. L da. **A Representação da Cultura Gaúcha no Galpão Crioulo**. Santa Maria: UNIFRA, 2007.

SANTOS, J. L. dos. **O que é cultura**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção primeiros passos; 110)

WISNIK, J. M. Algumas Questões de Música e Política no Brasil, in BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira – temas e situações**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.



ARTIGOS CIÊNCIAS CONTÁBEIS



Centro Universitário Univel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

CUSTEIO PELO MÉTODO ABSORÇÃO – ESTUDO DE CASO EMPRESA FERRO CINZENTO LTDA

Bruno Mezzomo Brandão¹

Resumo: A contabilidade de custos amparada por técnicas e ferramentas aplicadas à gestão das entidades, auxilia no processo de tomada de decisão. O estudo de caso realizado na entidade Ferro Cinzento Ltda, teve como proposta indicar um sistema de custeio, neste caso, o método custeio de absorção, uma vez que a empresa já utiliza o sistema pelo custeio variável. Pautado na contabilidade de custos e suas funções gerenciais com a perspectiva de melhorar os resultados da entidade foi realizada a comparação entre os sistemas de custeio. Sendo a fundamentação teórica necessária que levou à questão problema deste estudo, a proposta pela utilização do custeio de absorção para tomada de decisão, sendo então possível, obter um resultado. A metodologia aplicada ao estudo foi pesquisa descritiva, por meio de estudo de caso, com abordagem qualitativa. Elaborou-se o referencial teórico baseado, na contabilidade de custos e gerencial, enfatizando os sistemas custeio pesquisados para a preparação da proposta de custeio alternativo, sendo listadas ao final as vantagens e desvantagens, do custeio por absorção e variável, e a utilidade e objetivos dos sistemas de custeio: RKW, absorção, variável, custo-padrão e ABC, após a pesquisa optou-se por sugerir como método alternativo, o sistema de custeio por absorção, que por meio das informações obtidas no levantamento de dados apurou-se na demonstração de resultado do exercício um melhor resultado para entidade.

Palavras-chave: Custeio Variável. Absorção. Custos

1 Introdução

A contabilidade de custos funciona como uma ferramenta para auxiliar os gestores das entidades no processo de tomada de decisão por meio de suas técnicas e procedimentos, baseando-se nas necessidades de informações pertinentes aos negócios.

Como auxílio à contabilidade gerencial, a contabilidade de custos possui seu papel relevante, fornecendo relatórios, através de dados compilados para gestão

¹ Especialista em Docência do Ensino Superior - FAVENI – Faculdade Venda Nova do Imigrante. 2017

dos custos, proporcionando um embasamento sólido, auxiliando os administradores e solidificando seus resultados. Dessa forma, a contabilidade de custos, por meio de análise das informações produzidas pelos demais setores, auxilia os gestores das empresas a adotar um sistema de custeio que se encaixe melhor nos moldes da entidade, para tal, considera a realidade de mercado, conforme os parâmetros de produção e venda e demais políticas utilizadas pela empresa, resultando assim, na proposta de custeio diferenciada da atual utilizada em sua gestão.

A pesquisa ocorreu entre junho e outubro de 2016, através da comparação com o sistema de custeio utilizado pela entidade FERRO CINZENTO LTDA, o qual se baseia no sistema de custeio variável, propondo-se assim, uma sugestão que considera o já utilizado pela entidade, o sistema de custeio, pelo método de absorção.

Perante as características e necessidades exigidas de mercado, ajustando corretamente o melhor método de custeio, formas de rateio para a atividade exercida, dessa forma, levantou-se a questão problema a ser respondida: Qual sistema de custeio, entre Variável e Absorção, apresenta melhor resultado à empresa pesquisada?

Para responder a questão proposta elaborou-se o seguinte objetivo: calcular os métodos de custeio entre Variável e Absorção, demonstrando qual apresenta melhor resultado à empresa, objeto do estudo.

No âmbito acadêmico, a pesquisa justifica-se pelos benefícios que os artigos científicos proporcionam para a formação do profissional, tanto para quem executa, quanto para quem busca em uma pesquisa embasamento teórico, há que se destacar que a contabilidade de custos trata-se de uma das disciplinas mais relevantes para a graduação do profissional da Ciência Contábil.

Somariva (2010), efetuou uma pesquisa aplicando o sistema de custeio por absorção, dando ênfase aos critérios de rateio, o que verificou-se o sistema mais adequado para a entidade na distribuição dos custos indiretos, utilizando-se o método de custeio por absorção, o que levou à conclusão de que este sistema, apesar de sua complexidade de implantação, faz melhor o sistema de controles internos da entidade.

Também Richartz (2009), enfatizou que um sistema serve para se ter controle, a exemplo do custeio por absorção, nenhum sistema chegará ao êxito se não tiver pessoas empenhadas em alimentar as informações, sendo que com

aplicação do custeio por absorção, a entidade terá sempre suas informações atualizadas, dando maior agilidade ao processo de tomada de decisão.

2 Desenvolvimento

A contabilidade trata-se de uma ciência social, que tem por seu objeto o estudo do patrimônio das empresas, sendo assim, seu objetivo é fornecer informações para auxiliar os usuários internos e externos no processo de tomada de decisão, dessa forma:

As empresas de pequeno porte normalmente são administradas pelos próprios sócios, que têm formação técnica ligada ao seu negócio, mas sem a formação administrativa de gestão, como administração, finanças, economia, marketing etc. Isto tem levado a um grande número de falências, recuperações judiciais e encerramento das pequenas empresas nos seus primeiros anos de vida. (CREPALDI, 2008, p.2).

São vários os sistemas de custeio utilizados dentro das empresas, cada qual com seu objetivo específico, que se adapta melhor ao tipo de atividade e ramo de empresa, conforme o planejamento que está sendo executado pela entidade em seu processo de operacionalização.

Para Wernke (2004), no processo de tomada de decisão é necessário analisar também a relevância que trata cada custo, conforme a classificação dos custos entre suas categorias de relevantes e não relevantes, sendo que esses se alteram, dependendo da decisão, e os que independem da decisão acatada, porém esta classificação é executada sendo válida para aquele momento.

Auxilia a alta administração das entidades, gerando mecanismos que assessoram a contabilidade gerencial a se embasar em dados sólidos para a tomada de decisão, sendo que o objetivo da pesquisa é a comparação entre sistemas de custeio.

Para Megliorini (2007), de acordo com os propósitos buscados por entidade os métodos de custeios podem variar, conforme o planejamento executado, esses valorizam o objeto de custeio, sendo também comum encontrar a classificação dos métodos de custeio como tradicionais, que tem como foco a apuração dos custos dos produtos, sendo ideal para o processo de produção em que predominam os

custos com materiais e mão de obra diretos, e contemporâneos, elaborados para aplicação específica, destaque para o sistema ABC.

SISTEMAS DE CUSTEIO

Apresentação dos sistemas de custeio pesquisados para executar o estudo de caso na entidade, definindo-se qual é o mais adequado no momento nos processos operacionais da empresa em trabalho.

Sistema dos centros de custos – RKW

O método dos centros de custos ou método das seções homogêneas, ou também custeio pleno, conhecido como RKW, trabalha com os custos de transformação, deixando de lado a apropriação da matéria-prima, possibilitando análise gerencial sobre o custo do produto, busca uma melhor distribuição dos custos indiretos, reduzindo as chances de erros de alocações dos custos indiretos nos produtos.

Custeio RKW é a junção de todos os tipos de custos, despesas aos produtos a serem vendidos pela empresa, em que se define um número agregado médio para as unidades, minimizando os gastos totais da empresa, auxiliando a gerenciar esses números agregados. (CREPALDI, 2008, p. 254).

Dentro da realidade das micro e pequenas empresas, este método consegue fornecer informações necessárias para os gestores das entidades de uma forma eficiente, pois trabalha com o custo de transformação, não apropriando a matéria-prima por ser um sistema simples de aplicação e também adequação ao sistema.

No entanto, Ferreira (2007), entende que o RKW, não funciona como um sistema de custeio, e sim de alocação de custos e despesas, por não se limitar a apropriação dos custos, e também entendido como custeio direto, pois os custos variáveis propriamente baseiam-se nos diretos.

Sistema de Custeio por Absorção

Método que consiste na apropriação de todos os custos, fixos e variáveis aos produtos, estabelecendo as despesas utilizadas por determinado produto ou rol de produtos, ou mesmo de um departamento.

Crepaldi (2008, p. 78), “O Custeio por absorção consiste na apropriação de todos os custos de produção para os produtos e/ou serviços produzidos, levando em conta todas as características da contabilidade de Custos”.

Este é o método mais tradicional de custeio empregado quando se deseja atribuir um valor de custo ao produto, atribuindo-lhe também uma parte dos custos indiretos. Consiste na apropriação de todos os custos de produção aos produtos, de forma direta ou indireta, mediante critérios de rateios.(WERNKE, p.20, 2004).

Para os custos, são por meio de segregação, assim chamada de centro de custos, que são convertidos para os bens e serviços, por isso, o seu nome absorção, além de absorver os custos fixos e variáveis, atribui também as despesas administrativas e de vendas.

Sistema de custeio ABC

Sob visão ampla gerencial, o ABC não se limita ao custeio dos produtos e apresenta os custos não distorcidos pelos critérios de rateio, geralmente arbitrados, eis o grande desafio do Custeio.

Para Martins (2003,) o custeio, baseado em atividades, busca reduzir sensivelmente as distorções provocadas pelo rateio arbitrário dos custos indiretos na absorção, de maneira que os apropria aos objetos, através das atividades realizadas em cada departamento, consiste no aperfeiçoamento de processos, buscando cada custo nos departamentos, onde se encontram.

Sistema de custeio Custo-Padrão

Permite aos gestores mensurar a eficiência de sua gestão, trata-se de uma ferramenta de cunho gerencial, que proporciona o planejamento e o controle dos custos de produção.

A instalação do Custo-padrão não significa a eliminação de Custos a Valores Reais Incorridos (Custo Real); pelo contrário, só se torna eficaz nas medidas em que exista um Custo Real, para se extrair, da comparação de ambos, as divergências existentes. (MARTINS, 2003, P. 316).

O objetivo do custo-padrão em seu funcionamento consiste em visualizar as divergências existentes entre o custo que ocorreu e o que realmente deveria ter acontecido, sendo mais simples de aplicar às empresas.

Sistema de Custeio Variável

Conhecido como custeio direto, neste sistema os custos fixos são considerados como despesas, porém, com sua forma de avaliar os estoques, fere, principalmente, o princípio da competência, não se adequando para fins de balanço patrimonial.

O custeio variável, por abandonar os custos fixos e tratá-los contabilmente como se fossem despesas, do ponto de vista decisório, leva o sistema a ter condições de propiciar informações vitais mais rápidas para a empresa, MARTINS (2009).

Vantagens e desvantagens do custeio variável

O custeio variável, no que se refere a fins gerenciais, segrega os custos fixos dos variáveis, proporciona uma melhor visão para o empresário em seu processo de tomada de decisão, devido aos relatórios internos gerenciais proporcionados. Além disso, não contempla os custos fixos e elimina as distorções provocadas pelo arbitramento dos custos e despesas fixas, como não é legalmente aceito pela legislação fiscal, fere os princípios contábeis, sendo que os custos fixos se alocam diretamente na demonstração de resultado do exercício, pois são tratados como despesa do período ocorrido. Na absorção, os fixos são tratados como custo de produção havendo a necessidade do rateio.

Vantagens e desvantagens do custeio absorção

O uso do custeio de absorção está de acordo com a legislação fiscal e contábil, absorve todos os custos de produção e obtém o custo total de cada produto, também aceito pela auditoria externa. Entretanto, para Martins (2003), um dos pontos negativos refere-se aos custos que incorporam o produto, inclusive os fixos, devendo-se então, utilizar critério de rateio para alocação desses, por mais que o método utilizado não seja o mais ideal, haverá a arbitrariedade na alocação dos custos, o que pode acarretar na não rentabilidade do produto.

Segundo Dutra (2003), o sistema também conhecido como custeio pleno ou integral, por considerar os princípios fundamentais de contabilidade legalmente aceitos, é o método mais utilizado para apuração de resultado do exercício, associa ao produto os custos e serviços que ocorreram para sua elaboração, não considerando as despesas como parte dos estoques e sim como custos utilizados para seu fim.

3 Metodologia

Conforme os propósitos da pesquisa, utilizou-se o estudo de caso como procedimento metodológico, pois possibilita maior aprofundamento, por meio do qual foi feita uma comparação do sistema de custeio utilizado pela empresa FERRO CINZENTO LTDA e custeio por absorção, apresentando à entidade os resultados deste método de custeio, para análise dos administradores.

O estudo de caso para Bruyne, Herman e Schoutheete (1977 *apud* BEUREN, 2009), justifica sua importância por reunir informações numerosas e detalhadas com vistas a apreender a totalidade de uma situação. A riqueza das informações detalhadas auxilia num maior conhecimento e numa possível resolução de problemas relacionados ao assunto estudado.

Já a descritiva, trata-se de uma pesquisa que para Andrade (2002 *apud* BEUREN, 2009), tem a preocupação em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los e o pesquisador não interfere neles.

Para Beuren (2009), quando a pesquisa é qualitativa, visa analisar os dados pesquisados sobre os sistemas de custeio existentes e qual método gerencial é mais apropriado para pequenas e médias empresas industriais.

4 Resultados

LUCRO BRUTO	(40.476,45)	(8.082,09)	15.297,45	22.914,02	29.811,32	64.697,02
D. Administrativas	4.352,32	6.583,00	7.369,48	8.135,36	8.965,55	9.235,06
D. Fixas de vendas	8.635,00	7.639,36	8.963,45	9.653,88	11.352,25	12.356,93
D. Variáveis vendas	2.323,02	2.432,36	1.895,00	2.657,63	2.953,36	3.137,96
Lucro Líquido	(55.786,79)	(24.736,81)	(2.930,48)	2.467,15	6.540,16	39.967,07

Fonte: Demonstrativos contábeis da empresa Ferro Cinzento Ltda (2016).

Após a compilação de todos os dados levantados extraídos dos controles gerenciais utilizados pela entidade pesquisada, chegou-se à demonstração de resultado de exercício, utilizando-se o sistema de custeio por absorção, do qual estão dispostos todos os dados necessários para sua efetiva apuração.

Tabela 3 – Demonstração de resultado método variável

D.R.E	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
Vendas	78.192,00	151.020,00	187.312,56	190.152,00	211.320,00	237.420,00
(-) CPV	40.695,84	81.129,48	98.456,37	92.055,77	103.079,81	107.994,98
D. Variáveis Vendas	2.323,02	2.432,36	1.895,00	2.657,63	2.953,36	3.137,96
(=) MC	35.173,14	67.458,16	86.961,19	95.438,60	105.286,83	126.287,06
D. Administrativas	4.352,32	6.583,00	7.369,48	8.135,36	8.965,55	9.235,06
D. Fixas de vendas	8.635,00	7.639,36	8.963,45	9.653,88	11.352,25	12.356,93
Custos fixos	77.972,61	77.972,61	73.558,74	75.182,21	78.428,87	64.728,00
Lucro Líquido	(55.786,79)	(24.736,81)	(2.930,48)	2.467,15	6.540,16	39.967,07

Fonte: Demonstrativos contábeis da empresa Ferro Cinzento Ltda (2016).

Apresenta-se a DRE, pelo método variável, esse já utilizado pela entidade, por meio do qual se observa que seu resultado apresenta uma melhor lucratividade, o que não corresponde ao que se apresenta no sistema alternativo, até mesmo em se tratando de períodos.

Resultado apresentado: custeio variável x custeio por absorção

Após a apuração pelos dois sistemas de custeio, tanto com o sistema de custeio variável, quanto pelo sistema de custeio por absorção, observou-se que no decorrer dos meses houve variação no resultado bruto de cada mês, isso devido à apuração resultante com suas particularidades para cada sistema.

O montante do resultado acumulado no semestre para o sistema de custeio variável e absorção apresentou prejuízo, sendo que em seu começo de atividade exprimiu o maior prejuízo dentre os períodos, conforme os meses foram melhorando gradativamente, até o momento em que se passou a apresentar um resultado positivo, apesar que baixo, no mês de abril, no entanto, no resultado cumulativo apresentou prejuízo de R\$ 34.479,70.

Devido ao prejuízo apresentado no decorrer do exercício, utilizou-se como critério de resultado o lucro bruto, do qual sugere-se que se baseie pelo custeio absorção, sendo que todo o estoque é vendido, política utilizada pela entidade, o que gera a diferença entre o lucro bruto de ambos os métodos, pois quando todo estoque é vendido no custeio por absorção, o custo fixo permanece no estoque, sendo que no variável fica alocado no resultado.

A tabela 4 apresenta o lucro bruto em cada período, tanto pelo sistema de custeio variável, quanto de absorção, sendo um resumo do resultado econômico apresentado do decorrer da pesquisa.

Tabela 4 - Resumo lucro bruto

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
SISTEMA DE CUSTEIO POR ABSORÇÃO					
-40.476,45	-8.082,09	15.297,45	22.914,02	29.811,32	64.697,02
SISTEMA DE CUSTEIO VARIÁVEL					
37.496,16	69.890,52	88.856,19	98.096,23	108.240,19	129.425,02

Fonte: Demonstrativo contábeis empresa Ferro Cinzento Ltda. (2016)

Na tabela 4, apresenta-se um resumo das apurações do resultado do exercício, demonstrando entre os dois métodos absorção e variável, o lucro bruto realizado no período da pesquisa.

Considerações Finais

Verificou-se após as análises, que não há uma regra que defina qual sistema é o mais adequado para determinado segmento, e sim experiências vivenciadas

pelo gestor de custos, que o leva a um pensamento não científico a qual método utilizar, porém, para se obter esta resposta com embasamento sólido, faz-se necessário o levantamento de todos os dados, para então chegar a uma resposta plausível com informações idôneas e confiáveis.

No decorrer da pesquisa foram levantadas todas as informações pertinentes na entidade para a elaboração das mesmas, foram extraídos relatórios gerenciais, além de informações em reuniões com os principais responsáveis pela empresa, ao que se pode observar pelo sistema já utilizado, custeio variável, que um dos motivos de sua adoção foi a maior facilidade e simplicidade em ser aplicado aos controles da empresa, pois seu resultado varia apenas conforme sua venda.

Ambos os métodos possuem suas particularidades, apesar do custeio variável ser eficaz para empresa, não é suficiente, pois seu planejamento se faz a curto prazo e não engloba seus custos fixos no seu resultado, que varia conforme a produção, já no custeio por absorção, ele engloba os custos fixos, necessários para a tomada de decisões.

A escolha de qual método adotar depende também da visão estratégica do administrador de cada entidade, porém é preciso se precaver e não pensar apenas nos resultados imediatos, pois um dos princípios da contabilidade, o da continuidade, é que a empresa permaneça por gerações, sendo rentável.

Para alcançar este objetivo é imprescindível que a empresa tenha suas informações corretas e bem aplicadas, em demonstrativos que de fato se possa observar a real situação da empresa. Assim, contador e gestor poderão decidir o melhor caminho a seguir, corrigindo possíveis erros e melhorando ainda mais os acertos para que a empresa possa prosperar. É necessário pensar a longo prazo se as decisões tomadas serão benéficas, tendo projeções futuras para que contratempos não afetem as atividades, de forma a decair sua produção de maneira e comprometer o resultado.

Uma ampla visualização operacional pode evitar problemas e até arriscar novos projetos, de acordo com a situação prevista. Possibilitando ganhos inesperados que podem impulsionar a atividade e levar a empresa a patamares maiores do que o almejado inicialmente. No entanto, como vem sendo dito ao longo desta pesquisa, isso dependerá do quão confiável e bem aplicadas são as informações fornecidas e o método de custeio utilizado tem influência direta neste processo.

Observou-se que dentre os sistemas, cada qual possui suas características, cabendo suas vantagens e desvantagens para o devido sistema de custeio, mesmo que a empresa Ferro Cinzento Ltda já utilize em sua entidade o método variável, ideal na aplicação gerencial, pois proporciona a margem de contribuição.

Há que se considerar a necessidade de atender ao fisco, no caso a utilização do custeio por absorção, e a entidade apresenta prejuízo no decorrer do período no acumulado, assim, sugeriu-se à empresa que adote o novo sistema proposto para auxiliar no processo de tomada de decisão, a fim de melhorar o andamento de seus negócios, sendo que o resultado econômico líquido, é igual, pois foi vendido todo o estoque da empresa, ficando diferente o lucro bruto de um sistema para o outro, no qual a relevância é significativa, o que pode levar a tomadas de decisões errôneas, se for considerado apenas o custeio variável, pois os custos fixos vão direto para o resultado, o contrário do custeio de absorção.

REFERÊNCIAS

BEUREN, I. M., **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 3ª Edição, SÃO PAULO, Editora Atlas, 2006.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade Gerencial: Teoria e Prática**, 4ª Edição. São Paulo, Editora Atlas, 2008.

DUTRA, R. G. **Custos uma Abordagem Prática** – 5ª Edição, São Paulo, Editora Atlas, 2003.

FERREIRA, J. A. S. **Contabilidade de custos**. São Paulo, Editora Personal Prentice Hall, 2007.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**, editora atlas, 9ª Edição. São Paulo, 2003.

MEGLIORINI, E. **Custos análise e gestão**. Editora PEARSON, 2ª Edição, São Paulo, 2007.

RICHARTZ, F. **Estruturação de um modelo de custeio por absorção em uma indústria de conservas**, Florianópolis, 2009.

SOMARIVA, V. **Aplicação do método de custeio por absorção com ênfase nos critérios de rateios: um estudo de caso em uma indústria de equipamento para avicultura**, Criciúma, 2010.

WERNKE, R. **Gestão de Custos. Uma Abordagem Prática.** Editora Atlas, 2ª Edição. São Paulo – 2004.



ARTIGOS DIREITO



Centro Universitário Univel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

O SISTEMA PENITENCIÁRIO DO BRASIL É INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO OU EXCLUSÃO SOCIAL?

Jaqueline Da Cruz Oliveira¹
Patrícia Ferreira Dos Santos Fernandes²
Raquel Monteiro Dos Santos³
Kátia Rocha Salomão⁴

RESUMO: O enfoque do presente artigo é desenvolver uma análise do sistema prisional brasileiro, pautado nos direitos humanos e no princípio da dignidade humana, bem como na aplicabilidade da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal (LEP), que trata do direito do reeducando nas penitenciárias brasileiras e da sua restituição junto à sociedade. Além disso, analisou-se como a inaplicabilidade das referidas normas contribui ainda mais para a exclusão social e, conseqüentemente, para a desigualdade, sendo levada em consideração a própria realidade do sistema que produz disparidade e exclusão e, assim, propensão à criminalidade, gerando, então, um ciclo de exclusão para as pessoas privadas de liberdade.

Palavras-chave: Sistema prisional brasileiro. Exclusão. Criminalidade. Direitos humanos. Dignidade humana. Lei de Execução Penal.

1 Introdução

A proposta de artigo busca desenvolver uma análise do sistema prisional brasileiro pautado nos direitos humanos e no princípio da dignidade humana, bem como na aplicabilidade dos dispositivos da Lei de Execução Penal (LEP, de ora em

¹ Acadêmica do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² Acadêmica do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

³ Acadêmica do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

⁴ ORIENTADORA: Professora associada a UNIVEL- Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel, onde atua no ensino de filosofia geral, hermenêutica jurídica e seus desdobramentos. Possui especialização em Filosofia Política e Jurídica (UEL-2006), Mestrado na área de Filosofia (Unesp-2008), com ênfase em ética e filosofia política. Doutoranda em Filosofia (UNIOESTE-PR), aspectos éticos e políticos. Tem experiência na área de Filosofia Geral e Jurídica, Filosofia da Educação, Filosofia da Arte, Filosofia na Administração, Ética, Metodologia Científica e Hermenêutica jurídica.

diante), que trata dos direitos e deveres do reeducando nas penitenciárias brasileiras e da sua reintegração à sociedade.

É preciso considerar que, na maioria das vezes, de maneira expressiva, o ambiente no qual os indivíduos estão inseridos, as desigualdades e as constantes violações aos seus direitos, ou seja, o convívio e a forma de vida levada durante a existência determina a consciência que, por sua vez, indica a forma de agir e a própria construção do pensamento. Nesse sentido, a política de ressocialização é de suma importância, elemento indispensável para a correção de anomalias e de desigualdades, haja vista que, conforme Oliveira (2009), a exclusão social cresce cada vez mais na realidade brasileira, onde milhares de pessoas se encontram excluídas do mercado de trabalho sem conseguir oferecer o mínimo às suas famílias e, como consequência, há o aumento da criminalidade e, assim, o número de pessoas presas também cresce.

Tal fato, já vivenciado no passado com a Revolução Industrial, que foi marcado, de acordo com Engels (2008), pelo empobrecimento dos trabalhadores, imperando a miséria que leva à marginalização. Nesse sentido, a realidade dos presos é de dupla exclusão, pois eles já estão fora do convívio com a comunidade, o que já representa uma exclusão social, e, na maioria das vezes, tais pessoas já se encontravam em situação de discrepância.

Observa-se, ainda, que a situação do Brasil é delicada, o Ministério da Justiça, em seu relatório INFOPEN (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias) de 2014, analisa que o sistema punitivo brasileiro forjado sob as matrizes patriotas, escravalcas e de exclusão, consagrou um padrão de estabelecimentos penais que são retratos da violação de direitos das pessoas privadas de liberdade. Assim sendo, de acordo com Foucault (1987), a realidade das prisões, em seu aspecto de concretização e de efeitos inegáveis, é revelado como um grande desastre da justiça penal. O sistema prisional tem por objetivo reintegrar o indivíduo à sociedade, e não inferir ainda mais na produção de desigualdades, pois, para os marginalizados, uma política de ressocialização é elemento indispensável para correção de anomalias, não gerador de mais revoltas.

O Brasil conta com dispositivos legais para a reintegração e a ressocialização do detento na sociedade, ouve-se muito falar na LEP e no respeito à dignidade humana que está inscrito na Carta Magna Brasileira de 1988, que a prevê como fundamento em seu Art. 1º, inciso III - a dignidade da pessoa humana, e também

acordado no Tratado de São José da Costa Rica no que se refere aos direitos humanos, sendo esse direito inerente a toda pessoa humana independente das circunstâncias, representando uma grande conquista para a humanidade.

Entretanto, na sociedade atual, apesar da garantia aos presos, em forma de lei e princípios, observa-se a grande necessidade de concretização dos direitos fundamentais estabelecidos na Constituição Federal, pois é perceptível que, em pleno século XXI, há a garantia estabelecida apenas no papel, pois, segundo a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do sistema carcerário (BRASIL, 2009), o princípio e a finalidade do sistema penitenciário é a reeducação daquele que se desviou do lícito. Então, além da privação da liberdade como castigo, há de proporcionar a quem delinuiu a possibilidade de rever seus erros e preparar-se para assumir uma vida diferente da que o levou para as prisões.

Portanto, é necessário considerar as falas de Nelson Mandela “se quiseres conhecer as condições socioeconômicas de um País visite os porões de seus presídios”, nesse sentido, deve-se verificar a aplicabilidade da LEP, Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, dos direitos humanos e do princípio da dignidade humana e averiguar se sistema prisional brasileiro é instrumento de reintegração ou de exclusão social.

2 Contexto histórico da pena

Diante do contexto social, o homem que residisse dentro da fronteira de uma sociedade deveria respeitar os costumes e as normas impostas ao coletivo para que a harmonia e a segurança se mantivessem presente, por todos os sentidos, então, a jurisdição social encontrava-se delimitada (CONSTANT, 2002).

As comunidades greco-romanas tinha caráter rigoroso quanto à estrutura familiar e aos ritos religiosos consagrados aos múltiplos deuses conforme as crenças politeístas. Sendo assim, a rigidez social aos transgressores se manifestava inflexível, pois seus atos eram tidos como possíveis atentados contra o povo. Defendiam o conceito absolutista, em que todo delito geraria uma sanção para que assim fosse propagado o sentimento de justiça entre os membros da sociedade.

Dentre as penas, o exílio era aplicado a crimes de altíssima gravidade, chegando a ser tida como pena capital, “o exílio não significava apenas a interdição

de permanência na cidade e o afastamento do pátrio [...] do culto e continha àquilo que atualmente era chamado de excomunhão” (COULANGES, 2007, p. 221).

Além do exílio, conforme Bitencourt (2005), poderiam ser atribuídas torturas, mutilações e pena capital, a partir disso, então, manifestou-se a necessidade de prisões como locais de espera para a execução de suas penas, porém, o conceito de prisão como pena restritiva de liberdade não se encontrava nos pensamentos dos homens, sendo apenas para manter sobre tutela e tortura os que violavam as normas da época, redigidas pela soberania.

As classes sociais durante a idade média estavam distribuídas desta maneira:

No alto estava o rei, cujo poder, com o tempo, se viu enfraquecido pelos senhores feudais, que detinham o poder financeiro. O clero vinha em seguida, lembrando que a Igreja Católica era grande detentora de terra e, então temos a alta e a pequena burguesia. [...] O rei concedia terras a grandes senhores chamados cavaleiros. [...] Abaixo dos cavaleiros estavam os homens que trabalhavam no campo deles, os que nada possuíam e que trabalhavam com os senhores feudais se chamavam servos. [...] Este não tinha terra, viviam em estado de miséria (SOUZA, 2006, p. 63).

Desse modo, a Idade Média é, num primeiro momento, marcada por uma forte submissão ao clero e, em outro período, por uma grande indagação das doutrinas, da igreja predominantes da época. As sentenças ficavam por conta dos clérigos, ou seja, dos senhores feudais ou de alguém que, eventualmente, pudesse ter a prática do poder. Nem se quer sonhavam com as existências das modernas noções de liberdade ou do princípio da dignidade da pessoa humana, conquistadas, hoje, dificultosamente, com o progredir da sociedade, podia redigir penas a qual submetia os réus a terríveis e sangrentas torturas, que, segundo Bitencourt (2005), seria queimar a carne, mutilação de pernas, braços, mão, língua e a morte em suas abundantes formas. Surpreendentemente, tais atrocidades formavam o espetáculo predileto da população da época.

De acordo com Santiago (2011), o período seguia nesse formato e, até então, a sociedade não tinha conhecimento da pena privativa de liberdade, as masmorras tinham uma única função, a de receber réus temporários, até que ocorresse a execução e, no decorrer desse tempo, a desordem e a imundície transformaram os calabouços em locais propícios à contração de inúmeras doenças, chegando a haver casos em que o prazo da execução teve de ser antecipado. Diversos detentos

faleciam devido às horríveis situações de alimentação, de higiene e até mesmo de fome, já que o alimento era fornecido pelos familiares.

E, finalmente, por volta do século XIII, o período medieval foi seriamente abalado pelas ações da igreja católica, por intermédio do direito canônico, o qual preconizou a humanização das penas. Nesse período, a igreja passou a responsabilizar-se pelos criminosos, coibindo, desse modo, a vingança, onde os transgressores eram, então, trancados em monastérios para que meditassem sobre suas condutas, nesse sentido “a prisão, não só como medida processual, mas também como pena aplicável a clérigos e a leigos, foi muito adotada, visando está última a propiciar a reflexão expiatória e salvadora.” (GONZAGA, 1994, p. 15). De acordo com Netto (2010), os tribunais eclesiásticos não costumavam aplicar a pena capital, defendendo, deste modo, a humanização da pena, coibindo o que ia além disso, preconizando a ressocialização com o advento das penitenciárias, porém, com o surgimento da Inquisição, com o Concílio de Latrão, em 1215, passou-se a empregar a tortura, de maneira abrangente, cujo fim era a confissão, sendo que o processo inquisitório dispensava preliminar acusação, pública ou privada, podendo as autoridades eclesiásticas proceder de ofício.

O período contemporâneo foi marcado pela expansão das cidades, da economia e da estrutura, simultaneamente manifesta-se na sociedade ideias iluministas, na qual ocorre a evolução econômica da casta burguesa.

Investigações declaram que o crescimento das cidades sem precedentes afetam a infraestrutura, que deveria se fortalecer sob ameaça de colapso estrutural, visto que o modelo feudal já não se adequava à necessidade da época. Desse modo, o ideal iluminista pode ser considerado como a própria revolução Francesa, a qual, para os burgueses, foi uma ótima fase para que eles adquirissem liberdade econômica. Para Santiago (2009), o término das prisões como sanção penal ocorre devido às reformas iluministas.

O modelo prisional desse período surge com nova perspectiva, dentre elas a de ressocialização dos indivíduos encarcerados, para restringir os delitos. Para o autor, “nada mais importante do que se aventar para o fato de que, uma vez institucionalizado um sistema penal [...]” (BOAÇALHE, 2007, p. 42). A proteção dos bens e patrimônios da burguesia, em ascensão, estava assegurada.

Esperava-se que a criminalização fosse diminuir, porém, o que se observou foi um aumento gradativo na prática de delitos. Com isso, a burguesia criou um perfil

a ser apresentado às prisões, já que a pena capital não alcançava seus fins. De acordo com Bitencourt (2005), obtemos, neste momento, alterações nas penas e no sistema carcerário, tendo, assim, condições de formular um ordenamento jurídico melhor definido. Pode se dizer, então, que, a partir destes fatos, o sistema prisional tornou-se extremamente parecido com o que se tem hoje.

2.1 Contexto histórico no Brasil: a situação do cárcere

O período Colonial Brasileiro ocorreu entre os séculos XVI e XIX, nesse período o território era explorado por Portugal, sendo apenas fonte econômica para os portugueses, os quais utilizavam as matérias-primas para o enriquecimento de seu país, e as pessoas da época interessavam apenas na mão de obra barata.

O direito português vigorou no país grande parte do tempo, pois o país não possuía um Código Penal próprio, vigorando, no território, as Ordenações do Reino, que se fundamentava em preceitos religiosos. Segundo Pacheco (2007), confundia-se crime de pecado e de ato imoral, sendo as penas cruéis e desproporcionais, cabendo a intimidação pelo terror, que culminava com a pena de morte em larga escala, sendo as sanções desproporcionais ao ato ilícito cometido.

Mudanças começam a ocorrer no sistema punitivo com a criação de uma nova constituição, a Constituição Brasileira de 1824, foi elaborada ainda na época de Brasil Império, em um momento conturbado da história brasileira após a Independência, mas que bania de seu sistema punitivo as torturas. No inciso XIX, do artigo 179, a constituição apresentava "Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais penas cruéis". Porém, escravos ainda poderiam ser submetidos a tal prática, o que era exercido de forma constante.

Em 1830, foi sancionado um Código Criminal Brasileiro, meses antes da abdicação de D. Pedro I, e nele continha que as penas aplicadas deveriam ser proporcionais aos crimes cometidos, como citava o artigo 33, onde:

Nenhum crime será punido com penas, que não estejam estabelecidas nas leis, nem com mais, ou menos daquelas, que estiverem decretadas para punir o crime no grau máximo, médio, ou mínimo, salvo o caso, em que aos Juízos se permitir arbítrio (BRASIL, 1830, s/p.).

Na República de Marechal Deodoro da Fonseca, em 1889, houve a necessidade de realizar novas modificações no Código Criminal, elaborando, assim,

o novo Código Criminal dos Estados Unidos do Brasil (1890) sendo abolidas as penas de morte, penas perpétuas e estabelecidas um limite máximo de 30 anos para as penas por meio do novo código penal e possuía ainda como penas o banimento, a reclusão, a prisão com trabalho obrigatório, a multa, dentre outros.

Com a República foi editado, em 11 de outubro de 1.890, o Código Criminal da República, logo alvo de duras críticas pelas falhas que apresentava, as quais decorriam, evidentemente, da pressa com que o texto constitucional fora elaborado. [...] Em virtude desta Constituição de 1.891, houve a abolição da pena de morte, a de galés e a de banimento judicial [...] (PACHECO, 200, s/p).

Segundo Motta (2011), o período findou-se com uma legislação formal, todavia, não era aplicada a proposta punitiva na qual estava inserida, sendo assim os complexos carcerários não possuíam estrutura necessária para abrigar o número elevado de detentos.

(...) de forma inaugural na história brasileira, o debate sobre as prisões e enfim sobre a atuação coercitiva do Estado alcançava setores mais ampliados da população – em muito facilitado, é certo, pelo momento de abertura política e de inserção de pleitos nunca antes reivindicados – inscrevendo-se a questão carcerária, de forma inaugural, como uma questão política polemizável a partir da própria sociedade" (TEIXEIRA, 2006, p. 50).

Destarte, as prisões eram utilizadas por crimes comuns apenas para alterar o caráter do detento, não havia emprego correto de seu real motivo, muitas vezes levando ao desinteresse das autoridades públicas.

Com promulgação da Constituição de 1934, o sistema carcerário passou a ser legislado pela União, que percebendo a reincidência, extinguiu a pena privativa de liberdade. De acordo com Maia (2009), "criava-se um ambiente de reproduzidor da delinquência dentro do presídio" (MAIA, 2009, p. 145). Durante o Estado Novo, ocorreu a promulgação de uma nova constituição, denominada de Polaca, que autorizava a utilização de pena para conter inimigos do governo.

O Código era rígido quanto aos delitos cometidos e às medidas pós-delituosas que teriam de ser tomado, bem como medidas de segurança, o que, muitas vezes, os levava a burlar as normas constitucionais.

É um código rigoroso, rígido, autoritário no seu cunho ideológico, impregnado de "medidas de segurança" pós-delituosas, que operavam através do sistema do "duplo binário", ou da "dupla via". Através desse

sistema de “medidas” e da supressão de toda norma reguladora da pena no concurso real, chegava-se a burlar, dessa forma, a proibição constitucional da pena perpétua (ZAFFARONI; PIERANGELI, 2008, p. 194).

O ano de 1964 contou com o início do período ditatorial por meio de um golpe, em que se iniciou um período de grande repressão e, conseqüentemente, houve a elaboração de um novo Código Penal decretado pela Junta Militar em 1969, que conservava o autoritarismo e as graves penas. No mesmo período, deu-se a necessidade de manter uma cela especial para os que contrariavam o governo e para os presos considerados perigosos. Porém, a Lei nº 7.209, de 11 de junho de 1984, alterou as penas de prisão, em que não haveria pena superior a 30 anos e considera como privação de liberdade a reclusão e a detenção.

2.2 Direitos humanos e lei de execução penal

A base da luta universal contra quaisquer formas de opressão e de discriminação encontra-se pautada nos Direitos Humanos, que constitui todos os direitos essenciais dirigidos a todos os seres humanos, independente da situação em que se encontram.

Nesse sentido, sua história contemporânea remonta à Segunda Guerra Mundial, onde, conforme Brasil (2017), foram constatadas atrocidades horríveis contra a pessoa humana, deste modo, as autoridades mundiais se reuniram a fim de complementar a promessa de não permitir tais barbaridades como as que ocorreram na referida guerra. Assim, criaram novas legislações como a Declaração Universal de Direitos Humanos e a Convenção Americana de Direitos Humanos, também conhecida como Pacto São José da Costa Rica. Tais legislações foram recepcionadas pelo ordenamento brasileiro que colocou no ápice e como ponto central a dignidade da pessoa humana.

Deste modo, o autor traz a elucidação sobre dignidade da pessoa humana:

[...] temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que asseguram a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos (SARLET, 2012, p. 62).

Sendo assim, não importa a condição atual da pessoa e suas características, ela sempre vai continuar sendo humana, independente das circunstâncias pela qual ela está inserida e, portanto, merecedora de seus direitos fundamentais de acordo com sua situação inerente, não se permitindo, de maneira alguma, violações a tais direitos que lhe são resguardados.

Entretanto, apesar dos Direitos Humanos representarem uma conquista histórica para humanidade de forma abrangente, positivada na Carta Magna do Brasil, verifica-se um esquecimento, por parte dos membros da sociedade, de que tais pessoas que se encontram privadas de liberdade continuam sendo seres humanos, logo, merecedoras dos direitos que lhe são inerentes, se esquece de que a má infraestrutura carcerária aliada à falta de ressocialização efetiva contribui para que o convívio social torna-se cada vez mais violento, pois tais pessoas, ao saírem dos estabelecimentos prisionais que não oferece os subsídios necessários a sua reintegração, volta a praticar atos ilícitos.

Deste modo, a fim de garantir os Direitos Humanos do preso e a humanização da pena, a legislação brasileira conta com a LEP, que entrou em vigor em 1984, sendo considerada uma das legislações mais modernas do mundo, porém, de acordo com IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) (BRASIL, 2015), ela enfrenta resistência na efetivação de seus dispositivos. O Artigo 1º apresenta que “a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e internado” (BRASIL, 1984, Art. 1), além disso, em seu Artigo 22, ressalta que “a assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade” (BRASIL, 1984, Art. 22). Sendo assim, fica explícito o caráter ressocializador da LEP, em que tal legislação tenta levar os princípios da dignidade humana à execução da pena, e assegurar condições efetivas para que o apenado volte ao convívio em sociedade.

Contudo, o sistema prisional revela-se insuficiente para alcançar esse fim, os jornais com suas manchetes denunciam cada vez mais barbaridades que ocorrem no interior das penitenciárias, deste modo:

Não se pode conseguir a reintegração social do sentenciado através do cumprimento da pena, entretanto se deve buscá-la, apesar dela; ou seja, tornando menos precária as condições de vida no cárcere, condições essas que dificultam o alcance dessa reintegração (BARATTA, 1990, p. 2).

Diante disso, apesar do não cumprimento, não se pode abandonar a ideia de ressocialização na execução penal, ao contrário, a luta por prisões que versam direitos fundamentais inerentes à condição humana não pode parar. Assim, é preciso clamar aos poderes públicos melhorias significativas integrando todos os poderes junto à sociedade, a fim de garantir uma sociedade justa, pois os princípios norteadores da Constituição do Brasil não podem estar presentes apenas em uma folha de papel. Nessa perspectiva, os instrumentos devem ser utilizados de maneira digna, alcançando sua real finalidade, porque ela foi elaborada e executada para um fim, não somente por fazer, e é esse propósito inicial que não deve ser esquecido.

2.3 Situação do sistema carcerário na atualidade

No que se tange ao sistema penitenciário brasileiro, pode-se dizer que a situação é gritante, haja vista que o apenado cumpre sua pena duas vezes, uma sendo privado de liberdade e a outra com as constantes violações aos direitos fundamentais.

Pode-se afirmar que a maioria esmagadora que está encarcerada são pessoas que já se encontravam em situação de exclusão, tendo em vista que “o segundo componente de ‘retenção repressiva’ dos pobres é o recurso maciço e sistemático ao encarceramento” (WACQUANT, 2003, p. 28). De acordo com esse mesmo autor, o fruto disso é a lotação extrema das celas, ademais, somado a isso, verifica-se que tais pessoas não tiveram uma escolaridade adequada, de acordo com a CPI (2009), 75% das pessoas privadas de liberdade não possuem a devida formação. Essa situação contribui para a exclusão dos detentos fora e dentro das prisões, uma vez que quanto maior for o número das pessoas que tiverem conhecimento e entenderem as leis, a frequência dos delitos será menor (BECCARIA, 1999).

No interior dos presídios, as violações aos direitos fundamentais acontece das mais variadas formas, a começar pela superlotação, já que, segundo IPEA (BRASIL, 2015), em 2012, havia 515.482 presos para apenas 303.741 vagas, ou seja, um déficit de 211.741 vagas. Em 2015, a situação piorou, pois houve aumento de pessoas encarceradas, conforme a CPI (2009) subiu o número de presos para 607.731, com número de vagas de apenas 376.699, ou seja, um déficit de 231.062.

Esses dados revelam, por si só, de maneira expressiva, a superlotação dos presídios em que se encontram os privados de liberdade que, aliado a condições de precariedade e insalubridade, torna as cadeias verdadeiras masmorras, como bem afirmou a presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) “não se obsoleta nem bichos do jeito que eu tenho visto”.

Nessa perspectiva, o documentário intitulado “O Grito das Prisões”⁵ relata exatamente isso: presos convivendo em espaços cheio de lixos, circulando em lugares com fezes e urina, ou seja, um verdadeiro cenário de horror, condição preocupante, sendo quase impossível alcançar a finalidade da pena em tais situações, de modo que, de acordo com Greco (2007), é intenso o desrespeito aos direitos humanos no sistema carcerário. A partir dessa realidade, pode-se afirmar que os presídios passam longe dos ideais de ressocialização, verificando-se, na realidade, um verdadeiro ensino superior do crime, onde aperfeiçoam-se na criminalidade, não sendo raro que pequenos infratores tornam-se grandes criminosos no interior dos presídios; que réus primários, com nenhuma ligação com redes de crime, acabam sendo recrutados dentro dessas instituições, como bem retrata Renato Vitto na CPI. Deste modo,

O sentimento de injustiça que um prisioneiro experimenta é uma das causas que mais podem tornar indomável seu caráter. Quando se vê assim exposto a sofrimentos que a lei não ordenou nem mesmo previu, ele entra num estado habitual de cólera contra tudo que o cerca; só vê carrascos em todos os agentes da autoridade: não pensa mais ter sido culpado; acusa a própria justiça (FOUCAULT, 1987, p. 235).

Sendo assim, é quase inconcebível conseguir a ressocialização do preso, ao invés disso, o que ocorre é ainda mais revoltas por parte deles, devido às péssimas condições em que eles se encontram.

Ainda de acordo com a CPI (2009), verifica-se que 41% dos presos são provisórios e tal situação contribui de forma expressiva para a superlotação, que, conforme Eduardo Antunes, na CPI, se levar em consideração apenas aquelas pessoas que realmente precisam estar nas cadeias, roubo 27%, latrocínio 3%, homicídio 12%, esses números não correspondem nem a metade da população carcerária, pois muitos que lá estão são pobres que praticaram crimes

⁵ **O Grito das Prisões**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uKD0s0Qhxd4>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

“inexpressíveis” e nem sequer formam julgados. A partir dessa realidade, será que estão zelando pelo Princípio da Insignificância?

Além disso, não se verifica unidades específicas para presos provisórios, que acabam por ficarem misturados com aqueles que estão com trânsito em julgado. Em tese, o percurso dos presos deveria ocorrer de maneira que, logo após ser preso, o suspeito deveria ser levado para uma delegacia e, em um curto período de tempo, fosse libertado ou transferido para uma cadeia, para, assim, aguardar o julgamento. Ao invés disso, o que ocorre é que alguns presos estão até sendo esquecidos nos presídios, tendo em vista que, conforme a CPI (2009), há reclusos esperando meses para a primeira audiência.

Beccaria (1999) afirma que “deve haver, pois proporção entre os delitos e as penas” (BECCARIA, 1999, p. 37). Porém, de acordo com Carvalho Filho (2002), há uma mistura assombrosa de pessoas perigosas e não perigosas. Isso resulta insegurança por parte dos presidiários que lá estão sem ao menos serem julgados e até mesmo para as famílias, pois, de acordo com a LEP, no Artigo 5º, “Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal” (BRASIL, 1984, Art. 5), porém, na maioria das vezes, não é isso que verifica-se na prática.

No que diz respeito à educação, que é vista como principal instrumento para reduzir desigualdades, sendo, inclusive, prevista na Constituição do Brasil de 1988, Artigo 205, é preciso ressaltar que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, Art. 205).

Dessa forma, o papel da educação é de extrema importância para que o indivíduo possa gozar, de forma plena, de todos seus direitos, principalmente para os presidiários, para que eles possam conhecer, por meio da educação, um mundo diferente daquela em que eles já são acostumados e, na LEP, Artigo 17, está alocada a assistência educacional ao condenado, porém, conforme a CPI (2009), em relatório divulgado pelo Ministério da Justiça, apenas 11% dos presos estudam. Para a ressocialização realmente ocorrer é necessário atenção especial para essa área, pois, conforme o autor: “[...] a educação na prisão tem uma porção de

justificativas [...] quebrar o lado da personalidade e construir um novo homem e uma nova mulher, [...] oferecer ferramentas para a vida externa, reeducar, reduzir a reincidência” (MAYER, 2006, p.19).

Em relação ao trabalho, de acordo com a CPI (2009), apenas 11% a 18% dos presos trabalham dentro do sistema prisional, número muito baixo comparado à quantidade de pessoas privadas de liberdade, haja vista que o trabalho prisional é um importante aliado para a reintegração social, com a finalidade de prepará-lo para uma profissão, além de colaborar com a ordem dentro dos presídios e para construção da personalidade. Ainda, segundo o Artigo 28, da LEP, o trabalho exerce finalidade educativa, porém, dados revelam a insuficiência do sistema prisional de reintegrar o indivíduo por meio do trabalho.

Deste modo, pode-se inferir que o sistema prisional se mostra insuficiente para cumprir suas funções:

No panorama brasileiro, o estado desordenado do sistema carcerário constitui-se mais um dos efeitos da falência dos paradigmas da modernidade. A prisão serve tão-somente para deportar do meio social aqueles indivíduos que representam um risco à sociedade. Na perspectiva foucaultiana, constitui-se um instrumento utópico de ressocialização, criado para atender aos interesses capitalistas. Ela exclui do ângulo de visibilidade as mazelas sociais, mas não recupera o infrator e não contribui para diminuir as práticas criminosas. Estabelecendo um confronto entre as disposições legais e a realidade, observa-se que os requisitos mínimos da boa condição penitenciária, preconizados pela legislação penal brasileira estão longe de serem cumpridos. Para esta constatação, basta um breve olhar sobre as prisões existentes no país (DASSI, 2013, p. 54).

É necessário mais atenção para essa instituição, pois é de extrema importância que ela cumpra seu papel dentro da sociedade para que ninguém saia lesado, pois os princípios não foram elaborados somente por elaborar, eles exercem um papel relevante para sociedade, conforme os autores:

O sistema prisional brasileiro constitui-se num dos maiores atentados aos direitos humanos no país e no mundo, desde o seu surgimento até os dias atuais, conforme dão conta os diversos estudos realizados sobre a situação carcerária. Em que pese o fato de que vivemos em uma época de inflação punitiva e de altas taxas de encarceramento, a pena privativa de liberdade encontra-se hoje marcada pela sua total insustentabilidade como principal forma de resposta ao delito. Dentre os aspectos que nos revelam essa inequívoca constatação, podemos destacar o histórico descaso por parte do Estado com relação aos estabelecimentos prisionais, circunstância esta que, para além de todas as críticas ao encarceramento, impossibilita a satisfação de quaisquer fins a que a pena possa estar supostamente

destinada, e inviabiliza a garantia da segurança na sociedade como um todo (CANOTILHO et. al, 2013, p. 415).

É preciso zelar pela observância dos princípios, principalmente em relação aos privados de liberdade, pois o Brasil é o quarto país que mais encarcera no mundo, segundo IPEA (2015), e antes de criticar o preso e suas condutas é preciso levar em consideração seu sofrimento durante o cumprimento de sua pena. Ainda, deve-se considerar a real finalidade da pena que não está sendo observada de maneira concreta levando à reincidência ao crime de maneira expressiva, 70% segundo CPI (2009), o que em nada contribui para sociedade, pelo contrário, só aumenta a criminalidade de maneira massiva

2.4 Fundamentos da pena como última ratio

A origem etimológica da palavra pena deriva do Latim *poena* que significa punição, castigo. Nesse sentido, pode-se inferir que seu exórdio está ligado à ideia de penitência e de sofrimento, possuindo um caráter aflitivo que, de acordo com Shecaira (2002), quando todos os mecanismos de controles sociais fracassam, surge a pena, e, como consequência disso, a pena é mais que um controle, é expressão definitiva de seu caráter repressivo.

As teorias que explicam o fundamento da pena, as quais serão abordadas na sequência, são a teoria retributiva e de prevenção, que, por sua vez, dividem-se em prevenção geral e especial e, ainda, em teoria ressocializadora. A teoria retributiva, segundo Silva (2013), defende que a incumbência da pena estaria em aplicar um mal ao infrator por meio do castigo, cuja finalidade é compensar o mal causado, devido à prática do ato delituoso, um exemplo da teoria retributiva é a lei de Talião (olho por olho, dente por dente). Tal teoria foi superada pela concepção de que a pena deveria se voltar para o futuro, com enfoque na sociedade, ou no indivíduo que praticou o ato delinquente. De acordo com Silva, outra teoria que fundamenta a pena é a da prevenção, que se divide em geral, dirigida a todos os cidadãos e, especial, que visa ao indivíduo que praticou o delito.

A teoria da prevenção geral, conforme Silva (2013), baseia-se na ideia da imperatividade da norma, que é o ato imposto independente à vontade, que torna a norma obrigatória, o que confere ao indivíduo o receio da possibilidade de que a sanção recaia sobre ele, disseminando, dessa forma, na coletividade, o sentimento

de respeito às normas. Essa teoria, segundo a autora, não foi bem recepcionada, pois se considerou inconcebível que uma pessoa se tornasse exemplo ou instrumento a fim de que os outros obtivessem um bom comportamento. A teoria da prevenção especial, por sua vez, defende que a finalidade da pena é atingir o indivíduo que praticou o ato ilícito, deste modo, a execução da pena possuiria um caráter reeducativo e reintegrador, o que seria, deste modo, a teoria da prevenção positiva. De acordo com Silva (2013), quando a finalidade da pena consistir em impedir que o infrator novamente pratique delitos, seja temporariamente ou definitivamente, seria a teoria da prevenção especial negativa.

De acordo com Macedo Azanha (2017), as penas foram se amoldando ao contexto histórico, uma vez que penas que hoje são proibidas no Brasil já foram utilizadas no país. Desse modo, dentre as teorias que fundamentam a pena está a teoria ressocializadora, que consoante a Silva, dirige-se exclusivamente ao delinquente, cuja finalidade é a reeducação, para que este não volte a praticar novos delitos. Essa teoria tem como base a LEP, em seu Artigo 25, inciso I, “na orientação e apoio e apoio para integrá-lo à vida em liberdade” (BRASIL, 1984, Art. 25), infere-se o caráter ressocializador da execução penal, deste modo, a teoria que mais se aproxima do modelo brasileiro é a ressocializadora, apesar de a realidade acusar, que, na maioria das vezes, ela não é efetivada na prática, mesmo com o que dispõe os dispositivos da LEP. Conforme Peter Filho (2011), a década de 50 marcou o ideal de ressocialização, porém, em um pequeno período, tais ideais tornaram-se impossíveis de serem concebidas, e deram lugar onde tudo pode ser possível, inclusive a pena com anseio de vingança, onde a prisão passou a ser vista como um ‘depósito’ de delinquentes.

Entretanto, é preciso considerar o caráter primordial da ressocialização:

[...] Todo programa ressocializador tem por escopo integrar o indivíduo no mundo de seus concidadãos e, antes disso, nos cenários sociais básicos, como família, a escola, o mercado de trabalho; com isso, quer-se favorecer que o delinquente possa sair do contexto da segregação para voltar a assumir seu papel e responsabilidade na sociedade. E arremata, de forma muito lúcida, que esta perspectiva necessita da colaboração de toda a sociedade (KERNER apud PETER FILHO, 2011, p. 74).

Sendo assim, a sociedade assume um papel essencial na vida dos apenados, de contribuição para a ressocialização de modo a não julgar e, principalmente, de não partir para os ideais de vingança, uma vez que o direito evolui junto com a

sociedade e, para lograr êxito, é preciso também que os cidadãos exerçam atitude humanitária. Isso deve ocorrer tendo em vista que a maioria dos criminosos é rejeitada pela sociedade, constituindo, assim, um grande obstáculo para sua integração, em que se verifica que não há o mínimo de interesse por parte da sociedade de dispor recursos para o sistema prisional, como se fosse impossível resgatar sua dignidade. Ainda, ao invés de ressocialização, observa-se a vingança com frases do senso comum sendo propagadas a todo instante por pessoas que não procuram refletir sobre a natureza humana, como “bandido bom é bandido morto”, “a pena é muito pouca”, que tais pessoas reclusas devem “sofrer mesmo para valer”. Essas atitudes levam à prática constantes de injustiças, como bem elucidou o autor sobre as penas capitais, torturas, comumente utilizadas na Idade Média: “O inocente sensível declarar-se-á culpado, quando achar que assim fará cessar o tormento [...]” (BECCARIA, 1999, p. 64). Tal observação pode ser relacionada a práticas de injustiças incessantes quando tal sistema é aplicado, por isso, deve-se ter cuidado com tais frases de cunho de vingança social.

Sendo assim, para que a sociedade caminhe em direção à evolução humanitária, baseada nos princípios que norteiam de forma clara e concisa as constituições, é necessário que as penas alcancem sua finalidade, que consoante Takayanagi (2010) tem como escopo a de evitar novos delitos. Sendo assim,

[...] a aceitação da ideia de ressocialização neste horizonte sombrio, se encontra atrelada ao fato de que, ao menos, ela invoca uma execução penal mais humana, a ponto de evitar males desnecessários aos já inerentes a punição em si em si mesma considerada (PETER FILHO, 2011, p. 71).

Desse modo, é preciso evitar novas lástimas, já que apenas tirar a liberdade daqueles considerados como ameaça ou perigo, não é suficiente, é preciso ir além e buscar sua reintegração de modo eficiente, prático, visto que “a consciência comum pensa os atos práticos, mas não faz práxis-como atividade social transformadora [...]” (VAZQUEZ, 1977, p. 10). Ou seja, é necessário pensar de forma prática, não ficar somente na teoria, é indispensável agir para haver transformação e buscar melhorias, ação essa advinda da sociedade como um todo e, para tanto, é preciso considerar o Direito Penal como última ratio.

Última ratio, expressão comumente utilizada no direito que também aparece em “última ratio regum”, cujo significado é ultima razão dos reis, é utilizada em

circunstâncias de ataques inimigos, em que somente utilizaria dos canhões em último caso, ou seja, recorreria a tais recursos somente se as conversas na tentativa de convencer o inimigo a parar não lograssem êxito.

Deste modo, última ratio, expressão de origem latina, que quer dizer, última razão, sendo o Direito Penal a última ratio, ou seja, o último recurso, é um instrumento final a ser utilizado pelo Estado em situações em que caiba punição por condutas consideráveis penalizáveis, recorrendo a esta somente quando não for possível a utilização de outros ramos do direito, pois o Direito Penal tem sua função específica dentro da sociedade:

A missão do Direito Penal é proteger os valores fundamentais para a subsistência do corpo social, tais como a vida, a saúde, a liberdade, a propriedade etc. denominados bens jurídicos. Essa proteção é exercida não apenas pela intimidação coletiva, mais conhecida como prevenção geral e exercida mediante a difusão do temor aos possíveis infratores do risco da sanção penal, mas, sobretudo pela celebração de compromisso éticos entre o Estado e o indivíduo, pelos quais se consiga o respeito às normas, menos por receio de punição e mais pela convicção da sua necessidade e justiça (CAPEZ, 2011, p. 19).

Sendo assim, a função essencial do Direito Penal é a proteção indispensável de bens jurídicos importantes à tranquilidade social, mediante a imperatividade e a coercitividade que, conforme Júnior (2017), é inserida, dessa forma, no chamado Sistema de Controle Social, selecionando comportamentos humanos considerados graves e perigosos à sociedade.

Consoante a Smanio (2008), a partir do Estado Moderno, a pena passa a ser considerado monopólio estatal, onde a pena seria uma exigência de justiça, no período pós-guerra, com o surgimento do Estado Democrático de Direito. O Direito Penal, então, passa a ser instrumento de proteção dos cidadãos e essa proteção deve estar fixada dentro dos princípios democráticos. Assim, é correto afirmar que o Direito Penal protege os bens jurídicos essenciais, porém, a sanção que se constitui na proteção efetiva somente atuará quando for indispensável, sendo aplicada a sanção penal pelo Estado somente quando verificada a imprescindibilidade da proteção do bem jurídico, não quando somente houver violação e, sim se for inevitável sua atuação como última ratio, ou seja, como última opção de controle.

Com isso, segundo Robaldo (2009), quando for possível coibir determinadas condutas por meio de outros ramos do direito, o Estado não deve utilizar-se do Direito Penal, fundamentando-se no Princípio da Dignidade Humana, prevista na

Constituição Federal, no Artigo 1º, inciso III. Por isso, existe o Princípio da Intervenção Mínima, que não se encontra expressamente escrito na Carta Magna, porém, impõe o caminho inevitável para conter possíveis árbitros do Estado, estando, desse modo, em conformidade com Constituição do Brasil. Tal princípio, na visão de Rassi (2008), é essencial para todos os indivíduos, já que resguarda que o Direito Penal não deve intrometer-se na vida dos sujeitos diretamente, retirando deles sua autonomia, e sim deve ser garantia social, para que todos possam, de maneira extensa, plena, coletiva e individual, gozar de seus direitos como cidadãos. Dessa forma, o princípio da dignidade humana é a medida de garantia da aplicação do Direito penal justo e adequado, sempre utilizado como última ratio, sendo continuamente a última opção do legislador, deixando que, antes da punição, prevaleçam os valores essenciais dos indivíduos em sua totalidade.

Deste modo, além de proteger os valores universais, em conformidade com Fragoso (1986), o Direito Penal é uma das formas de controle realizado pelo Estado para coibir e sancionar atos que atentem contra a ordem social. Ademais, “[...] uma boa legislação não é senão a arte de proporcionar aos homens o maior bem estar possível e preservá-los de todos os sofrimentos que se lhes possam causar [...]” (BECCARIA, 1999, p. 27). Assim, uma legislação eficaz, aplicada sem arbitrariedade, de forma consciente, garante a existência plena da sociedade, por isso deve-se prezar pela intervenção mínima evitando, assim, excessos, e os indivíduos não devem abrir mão disso e pensar com a própria razão.

Desta forma, por meio do princípio de intervenção mínima e da última ratio, todos os indivíduos, em sua totalidade, estão resguardados, independente das circunstâncias e da intervenção penal, sendo utilizada apenas quando cessados os recursos. Assim, garante-se o não sofrimento injusto posteriormente, principalmente quando esses excessos levam o indivíduo para os presídios na tentativa de coibir o crime, onde as chances de ocorrerem injustiças são maiores, em que se verifica, segundo IPEA (2015), que 38% da população carcerária encontra-se em situação provisória, sem ser julgada. A partir disso, então, verifica-se a importância veemente da última ratio.

3 Considerações Finais

Vendo isso, verifica-se que a principal finalidade da pena não está sendo cumprida de forma eficaz, motivo pelo qual o sistema carcerário se encontra arruinada, com várias rebeliões e reincidências, pois os presos se encontram marginalizados, fora da sociedade, esquecidos pelos governantes. Observa-se, também, que a grande maioria da sociedade deseja que os presos fiquem assim, sem qualquer dignidade, o que leva ainda mais, de forma cada vez mais intensa, à exclusão social, sendo necessária a mobilização de todos os setores da sociedade.

REFERÊNCIAS

BARATTA, Al. **Ressocialização ou controle social**: uma abordagem crítica da “reintegração social” do sentenciado. 1990. Disponível em: <www.juareztavares.com/textos/baratta_ressocializacao.pdf>. Acesso em 17 maio 2017.

BECCARIA. **Dos delitos e das penas**. (Trad. José Cretella Jr e Agnes Cretella). 2 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

BITENCOURT, C. R. **Falência da Pena de Prisão**: Causas e Alternativas. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

BOAÇALHE, M. V. **A genealogia da pena privativa de liberdade**: um enfoque crítico sobre tal instituto; orientador: Carlos Ricardo Fracasso. Marília, São Paulo 2007.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Constituição (1824)**. Constituição Política do Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm. Acesso em: 24 jun. 2017.

BRASIL. **CPI Sistema Carcerário**. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados: 2009. Disponível em <[http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/cpi_sistema_carcerario%20\(1\).pdf](http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/cpi_sistema_carcerario%20(1).pdf)>. Acesso em: 17 maio 2017.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. **Coleção de Leis do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 13 out. 1890. v. 10, p. 2664.

BRASIL. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. 2015. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em: 17 maio 2017.

BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. Manda executar o Código Criminal. **Coleção de Leis do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, 7 jan. 1831. v. 1. p. 39.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execuções Penais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Seção 1, p. 10227.

BRASIL. **Cidadania e Justiça**. 2017. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-garante-igualdade-social>. Acesso em: 20 set. 2017.

BRASIL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN – Dezembro 2014**. Brasília: Ministério da Justiça, 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politicapenal/documentos/infopen_dez14.pdf>. Acesso em: 17 maio 2017.

CANOTILHO, M. S. et al. **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CAPEZ, L. M. **Curso de direito penal**. São Paulo: Saraiva, 2011.

CARVALHO FILHO, L. F. **A prisão**. São Paulo: Publifolha, 2002.

COULANGES, F. **A Cidade Antiga**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

CONSTANT, B. **Sobre la libertad en los antiguos y en los modernos**. 2. ed. Madrid: Editorial Tecnos, 2002.

DASSI, M. A. L. M. **A pena de prisão e a realidade carcerária brasileira: uma análise crítica**. 2013. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/maria_angelica_lacerda_mari_n_dassi.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2017.

ENGELS, F. **A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: História da violência nas prisões**. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRAGOSO, H. C. **Lições de direito penal: a nova parte geral**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

GRECO, R. **Curso de Direito Penal**. 9. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2007.

GONZAGA, J. B. **A inquisição em seu Tempo**. São Paulo: Saraiva, 1994.

JÚNIOR, C. M. V. S. Funcionalismo Penal: Aportes Sobre Uma Teoria Axiológica Do Direito Penal. 2017. Disponível em: <<http://tinyurl.com/y9l8rx86>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

MACEDO AZANHA, D. **Fundamentos da pena**: teorias e limites constitucionais da pena. 2017. Disponível em: <<http://www.unibrasil.com.br/arquivos/direito/20092/debora-de-macedo-azanha.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

MAIA, C. N. et al. (Org.). **História das prisões no Brasil**: Volume II. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MAYER, M. Na prisão existe perspectiva da educação ao longo da vida? **Alfabetização e cidadania: revista de educação de jovens e adultos**, Brasília, v. 4, n. 19, p. 17-37, 2006.

MOTTA, M. B. **Crítica da Razão Punitiva**: Nascimento da Prisão no Brasil. Rio de Janeiro: Forense, 2011

NETTO, A. R. S. A História do Direito Penal. **Jurisway**. 2010. Disponível em: <https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=4941>. Acesso em: 21 jun. 2017.

OLIVEIRA, H. S. M. O caracter ressocializador da atividade laborativa. In: ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2., 2009, Toledo. **Anais...** Toledo: UNITOLEDO, 2009, p. 41-57.

PACHECO, E. D. Evolução Histórica do Direito Penal. **Revista Âmbito Jurídico** [online], v. 10, n. 39, fev. 2007. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=artigos_leitura_pdf&artigo_id=3751>. Acesso em: 25 jun. 2017.

PETER FILHO, J. **Reintegração social**: um diálogo entre a sociedade e o cárcere. 2011. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RASSI, P. V. G. S. Direito Penal mínimo. **Revista Âmbito Jurídico** [online], v. 11, n. 50, fev. 2008. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4498&revista_caderno=3>. Acesso em: 25 maio 2017.

ROBALDO, J. C. O. **Direito Penal como ultima ratio**. 2009. Disponível em: <<https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/990749/direito-penal-como-ultima-ratio>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

SANTIAGO, S. A. S. **A História da exclusão da pessoa com deficiência**: aspectos sócio-econômicos, religiosos e educacionais. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

SANTIAGO, G. A. S. Política Educativa e sistema penitenciário: repercussão na reintegração social dos detentos In: RICHARDSON, R. J. (Org). **Exclusão, inclusão e diversidade**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

SARLET, I. W. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 9. ed. São Paulo: Livraria do Advogado, 2012.

SHECAIRA, S. S. J. **Teoria da pena**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

SILVA, C. C. Teorias justificadoras da pena. **Conteúdo Jurídico**, 2013. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.43881&seo=1>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

SMANIO, G. P. As funções do Direito Penal. **Revista Jus Navigandi** [online], v. 13, n. 1837, 2008. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/11482>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

SOUZA, N. M. M. **História da Educação**. São Paulo: Avencamp, 2006.

TAKAYANAGI, F. Y. A realidade controversa e aspectos relevantes da lei de execução penal. **Revista da Faculdade de Direito da USP**. v. 105, p. 1065-1119, jan./dez. 2010.

TEIXEIRA, Alessandra. **Do Sujeito de Direito ao Estado de Exceção. O percurso contemporâneo do sistema penitenciário Brasileiro**. 2006. Dissertação (Mestrado). PPGCS, USP, São Paulo.

VAZQUEZ. **Filosofia da Práxis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

WACQUANT, H. M. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos EUA. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ZAFFARONI, E. R; PIERANGELI, J. H. **Manual de Direito Penal Brasileiro**: Parte Geral. 8. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.



Centro Universitário Univel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

UTILITARISMO E STAR WARS

Luiz Gustavo Porfírio da Rosa¹
Hélio Siqueira²

Resumo: Este artigo foi produzido no contexto dos próprios estudos sobre o utilitarismo nas aulas de filosofia do curso de Direito. O presente trabalho visa apresentar uma noção básica sobre o que é o utilitarismo analisando, como estudo de caso, uma cena específica da saga de *Star Wars*, além de ser embasado na obra de Michael Sandel *Justiça: o que é fazer a coisa certa*. A metodologia utilizada na produção deste artigo se pauta em pesquisas bibliográficas, mesmo tendo sido *Star Wars* um sucesso da sétima arte, utilizou-se da literatura correspondente ao filme cuja cena é analisada em questão. Como o objetivo específico é analisar o utilitarismo aplicado pelo governo imperial, a conclusão foi de fato que o Império Galáctico se utilizou do utilitarismo para alcançar a paz e a ordem em meio a uma guerra civil galáctica.

Palavras-chave: Utilitarismo. Star Wars.

1 Introdução

O utilitarismo é um dos pensamentos filosóficos relativos à moral existentes e que foi criado por Jeremy Bentham (1748-1832). Entre as características desse raciocínio, a que mais se destaca é a maximização da felicidade combinada com o mínimo de dor possível. Essa premissa faz acreditar que o bem geral deve ser conquistado a qualquer custo, mesmo que para isso seja necessário colocar uma minoria em situação de sofrimento.

Este artigo tratará de maneira geral os ensinamentos básicos do utilitarismo à luz dos ensinamentos de Michael Sandel em sua ilustre obra *Justiça: o que é fazer a coisa certa*. Além disso, tratará de maneira específica a análise da cena de *Star Wars IV: Uma Nova Esperança* em que o personagem Tarkin tortura

¹ Acadêmico do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² ORIENTADOR: Professor Graduado e Mestre em Filosofia também professor do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

psicologicamente a personagem da Princesa Leia e logo em seguida executa uma ação cruel que, apesar da crueldade, se encaixa perfeitamente nos parâmetros morais de acordo com a lógica utilitarista. Nesse sentido, essa grande saga do cinema serve tanto de exemplo para que se entenda melhor a filosofia do utilitarismo, bem como também serve de estudo de caso para este trabalho.

2 O Utilitarismo de Jeremy Bentham

O inglês Jeremy Bentham, foi filósofo, criminalista e jurista. Ele considerava os direitos naturais um “absurdo total”, desprezava profundamente as suas ideias e tão logo se opôs aos mesmos através de sua filosofia *utilitarista*. Segundo Michel Villey (2008, p. 150), Bentham “teve a audácia de repudiar as teorias do ‘estado de natureza’ e dos ‘direitos naturais do homem’, que chamava de *fictícias* e que são realmente muito pouco verificáveis”. Apesar disso, seu pensamento influencia várias pessoas desde os chefes de governo e seus legisladores, executivos e até mesmo os cidadãos comuns.

Bentham julga ter descoberto que toda ação humana é movida por dois mestres soberanos, *prazer* e *dor*, e que, no caso, é através deles que se julga o que é certo e o que é errado. É disso que se trata o utilitarismo, uma mera aritmética entre o prazer e a dor que deverá resultar na maximização da felicidade, na maximização do bem-estar geral, é isso o que Bentham propõe. Contudo, o filósofo inglês não se importa nem um pouco com os direitos humanos, com os direitos individuais e naturais do homem. Para ele os mesmos são fictícios; para Bentham o justo não engloba essas questões, mas está atrelado à felicidade da maioria e o mínimo de sofrimento possível.

É importante ressaltar que apesar de não se importar com os direitos naturais, Bentham, assim como os utilitaristas, não são necessariamente cruéis, embora, certas vezes, optar pelo pensamento utilitário implique em uma decisão com falta de escrúpulos, já que, como dito, o jusnaturalismo não é importante.

2.1. O princípio da utilidade e o princípio da maximização da felicidade

O utilitarismo é regido pelos princípios da *utilidade* e da *maximização da felicidade*. De acordo com Bonjour e Baker (2010, p. 397), entende-se por princípio

da utilidade “aquele princípio que aprova ou desaprova cada ação de acordo com a tendência que ela parece ter de aumentar ou diminuir a felicidade da parte cujo interesse está em questão”. Isso significa que cada ação tomada pela parte que possui determinado interesse, bem como a ação de um terceiro para com a parte interessada, deve ter uma utilidade. No entanto a utilidade, num sentido amplo, pode diminuir a felicidade, o que não nos interessa nesse momento. É aí que entra em conjunto o princípio da maximização da felicidade. É esse princípio que apontará ao princípio da utilidade – e ao seu “usuário” – qual caminho a sua utilidade deve seguir, e nesse caso, como bem lembra o nome, deverá ser tomada a alternativa que propicie maior felicidade para a maioria.

Segundo o princípio da maximização da felicidade, deve-se sempre optar pelas decisões que façam feliz ou causem o bem-estar do maior número possível de pessoas, mesmo que essas decisões andem na contramão dos direitos humanos e naturais de cada ser humano. Um breve exemplo é tratado com mais detalhes por Michael J. Sandel em sua obra *Justiça: O que é fazer a coisa certa*, no qual ele conta os fatos que se passaram na Roma Antiga em que os cristãos eram jogados aos leões, no Coliseu, para a diversão do povo romano. Eis que esse é um exemplo claro de utilitarismo e de como o mesmo dispensa totalmente os direitos inerentes à cada pessoa. Veja bem: há uma minoria que sofrerá, sentirá dores excruciantes (os cristãos); no entanto, a maioria, o povo, ficará muito feliz em ver isso porque irão se divertir com tal derramamento de sangue. Percebe-se então a matemática do utilitarismo: soma-se os benefícios e subtrai-se todos os custos, se o resultado for positivo está tudo perfeito. Não importam os meios, o que importa é ver a maioria feliz no fim das contas.

3 Tortura e Utilitarismo: o caso do terrorista

Imagine-se agora na posição de um agente da Inteligência. Você acaba de prender um suspeito de terrorismo e você tem motivos para acreditar nisso e para acreditar que ele plantou uma bomba-relógio em uma cidade populosa como Curitiba. Milhares de pessoas estão ameaçadas por esse iminente ataque nuclear. Você precisa saber onde está essa bomba. Você tem razões para crer que esse terrorista já cometera atos reprováveis anteriormente. Esse não seria o seu primeiro.

Pois bem, é nessa hora que o cálculo entre os benefícios e os custos se iniciam e o pensamento utilitarista começa a parecer o caminho certo.

Está óbvio: infligir dor a apenas um sujeito para que se possa salvar centenas de milhares de pessoas da morte, sem contar outros afetados. Esse é o princípio. Mas isso não quer dizer que os utilitaristas são necessariamente a favor da tortura. Alguns deles são contra por razões de ordem prática. Segundo Michael J. Sandel (2016, p. 52) os utilitaristas argumentam que a tortura “raramente funciona porque as informações extraídas sob coação nem sempre são confiáveis”, e, portanto, a comunidade não ficará mais segura e isso significa que não tem acréscimo à utilidade coletiva. “Ou então receiam que, se nosso país adotar a tortura, nossos soldados possam enfrentar um tratamento mais cruel se forem feitos prisioneiros”. Sandel (2016, p. 53) ainda corrobora:

Essas considerações práticas podem ser verdadeiras ou não. Como motivos para que se rejeite a tortura, entretanto, são perfeitamente compatíveis com o pensamento utilitarista. Não afirmam que torturar o ser humano seja intrinsecamente errado, apenas que a prática da tortura terá efeitos nocivos que, considerados como um todo, resultarão em mais malefícios do que benefícios. (SANDEL, 2016)

Percebe-se então que para o utilitarista a tortura pode ser rejeitada, mas não pelo fato natural de que torturar um ser humano seja errado, e sim porque aquela conta sobre benefícios e custos acaba trazendo um resultado negativo, sem utilidade.

No entanto, a situação da bomba-relógio, portanto, parece suportar os ideais utilitaristas. Nota-se que a simples matemática parece mesmo fazer grande diferença moral: se causará dor a uma pessoa para que se salve centenas de milhares de outras. Até o maior dos defensores dos direitos humanos sentiria dificuldade para justificar que é moralmente preferível deixar um grande número de inocentes morrer do que torturar apenas um terrorista suspeito para saber onde está escondida a tal bomba. Então você provavelmente chegará a conclusão de que torturar esse suspeito seja a melhor ideia, afinal de contas, ele é apenas um e no outro lado da balança há milhares de vidas que você salvará.

Entretanto, supõe-se que ele resolva não cooperar. Tortura-lo não fará com que se obtenha a informação desejada. Contudo há uma outra opção, a qual se supõe ser o ponto fraco do suspeito em questão. Vamos supor que ele possua uma filha, ainda criança e que a mesma não saiba nada sobre as atividades do pai. Você

pode tortura-la, causar-lhe dor para que o sofrimento dela atinja seu pai e assim ele conte a localização da bomba. Talvez para você, na posição de um agente, isto se torne algo absurdo: torturar uma criança, ainda mais inocente. Mas para o utilitarismo essa questão é muito fácil de se resolver. Para o utilitarismo deve-se torturar essa criança para obter a localização da bomba e salvar todas aquelas pessoas.

Provavelmente agora possa ter havido uma mudança de ideia. Então a pergunta que fica no ar é: até onde a tortura é justificável?

4 O dilema moral na arte: a tortura e o Utilitarismo em *Star Wars IV – Uma Nova Esperança*

Que *Star Wars* é um fenômeno mundial, já se sabe. Mas será que todos aqueles que conhecem a trama já pararam para pensar no que há por trás dessa saga que faz tanto sucesso desde 1977? O caso que aqui será trabalhado se passa no primeiro filme lançado, *Star Wars IV: Uma Nova Esperança*, de 1977. Trata-se da tortura da Princesa Leia com relação ao ponto de vista utilitário do Império Galáctico.

4.1 Há muito tempo, em uma galáxia muito, muito distante...

No universo de *Star Wars IV: Uma Nova Esperança* existe toda uma galáxia governada pelo Primeiro Império Galáctico. O comando desse império é exercido pelo Imperador Palpatine, o qual nomeia outros membros do Império para que sejam uma espécie de governador, são os chamados Grandes Moffs, que devem comandar os Macrossetores (que abrigam dezenas ou centenas de setores menores)³. Cada Macrossetor recebe uma quantidade generosa de militares para sua estação⁴. Assim o Império pode impor sua maneira impiedosa e amedrontadora de governar para impedir traidores, como admite o Grande Moff Tarkin na novelização da saga: “a partir de agora, o medo vai manter na linha os potenciais governos traidores”⁵.

³ WALLACE, Daniel. **Manual do Império: Guia do Comandante**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015, p. 136.

⁴ *Idem*.

⁵ LUCAS, George. **Star Wars: a trilogia**. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2014, p. 43.

Mas quem são os governos traidores? É aí que entra a personagem da Princesa Leia, que é parte deste estudo.

Leia Organa é a princesa de seu “planeta natal” Alderaan. Ela lidera a Aliança Rebelde contra o Império no Senado Galáctico e nas lutas travadas entre Império e Rebelião. Certa vez, a Princesa Leia é capturada e presa pelo Império Galáctico, acusada de traição, por fazer parte da Rebelião. Enquanto aprisionada, Darth Vader se incumbiu de torturá-la fisicamente para saber a localização da Base Rebelde e finalmente poder acabar com essa rebelião que ameaça a segurança e a paz na galáxia. No entanto seus métodos foram ineficazes e Leia não lhes dá a informação.

Posteriormente, a Princesa é levada perante o Grande Moff Tarkin, o qual lhe submete a outro tipo de tortura: a tortura psicológica. Dessa vez o Império resolve “torturar a pequena filha do terrorista” e ameaça se utilizar de sua estação espacial de batalha, conhecida como Estrela da Morte⁶, para destruir completamente o planeta natal da Princesa, Alderaan. Mas Leia protesta e diz que Alderaan é um planeta pacífico e que sequer possui forças armadas. Tarkin não liga de ter que destruir o planeta natal da Princesa, pois ele não está jogando, isso não é um blefe. Ele sabe que a princesa não resistirá a isso e lhe apontará outro sistema, outro alvo, que é aonde está localizada a base secreta rebelde, que é o que ele quer destruir.

Enfim, a técnica do imperial funciona e a Princesa revela a localização da base: Dantooine. No entanto esse planeta está fora do alcance da Estrela da Morte, portanto Tarkin resolve lidar com ele depois e de outra maneira.

4.2 Fantasia e realidade: o paralelo entre os dois casos

Em ambos os casos se tem uma suposta ameaça à segurança da população. Pode-se dizer que no primeiro caso o suspeito, apesar da qualidade de suspeito, pode ser considerado um terrorista. Ele não é o mocinho, pois como antedito, tinha-se razões para acreditar que aquele não era o seu primeiro ato.

No entanto, o mesmo não pode ser dito sobre a Aliança Rebelde, pois eles são os mocinhos da trama. A Rebelião foi criada para lutar contra a tirania do Império e para que com isso se pudesse instaurar a República Galáctica novamente.

⁶ A Estrela da Morte é uma estação espacial bélica que possui o tamanho aproximado ao de uma lua, com relação aos planetas, e cujo o poder de fogo é capaz de explodir um planeta inteiro com apenas um disparo. Ela foi criada para impor medo na galáxia, para que assim não houvesse nenhum planeta, povo ou sistema insurgente.

Contudo, a pergunta que se faz é, se apesar das boas intenções, na visão do Império, até mesmo para a justificativa do mesmo, a Aliança Rebelde não é o terrorista da história? E quanto ao Império, ele conseguia gerar a felicidade para a galáxia?

4.2.1 Aliança Rebelde como terrorista e a felicidade gerada pelo Império

Para questionar a situação da Aliança numa visão imperial, precisa-se entender a legitimidade estatal do Império. Segundo Thomas Hobbes:

Diz-se que um Estado foi instituído quando uma multidão de homens concorda e pactuam, cada um com cada um dos outros, que a qualquer homem ou assembleia de homens a quem seja atribuído pela maioria o direito de representar a pessoa de todos eles (ou seja, de ser seu representante), todos sem exceção, tanto os que votaram a favor dele como os que votaram contra ele, deverão autorizar todos os atos e decisões desse homem ou assembleia de homens, tal como se fosses seus próprios atos e decisões, a fim de viverem em paz uns com os outros e serem protegidos dos restantes homens. (HOBBS, 1974).

O que Hobbes quer dizer é que para que um Estado seja instituído é necessário que pessoas compactuem para com sua formação. Ele fala de uma assembleia formada por pessoas as quais cada uma representa outra parcela de pessoas, pois são seus representantes. São esses que deverão autorizar as decisões e atos da assembleia.

É isso o que acontece com o Império Galáctico em Star Wars. Na saga, ainda na era da República Galáctica, havia o Senado Galáctico, composto por representantes de vários planetas que participavam ativamente da República. O Senado era quem tomava as decisões para a galáxia por meio de deliberações. Isso fazia com que as decisões levassem tempo para serem tomadas.

Em meio as Guerras Clônicas, para que se pudesse agilizar as decisões e acabar com tanta burocracia, o representante Binks sugeriu ao Senado que fosse concedido Poderes Emergenciais ao então Supremo Chanceler Palpatine. Isso faria com que todo o poder de decisão do Senado fosse centralizado na única e exclusiva pessoa do Chanceler, que poderia tomar a decisão que bem entendesse sem precisar coloca-la sob discussão no Senado. Mas para que isso pudesse de fato acontecer, a assembleia de “pessoas” precisava aprovar a sugestão, e isso de fato

ocorre na trama: todos aqueles senadores agora colocam seu poder na mão de um só.

Esse fato é determinante dentro da saga, pois é a partir dele que nasce o Império. Obviamente todo esse ocorrido foi planejado pelo próprio Palpatine para que acontecesse dessa maneira, desde a eclosão das Guerras Clônicas até a criação do Império. Portanto, seguindo a ideologia de legitimidade de Hobbes, o Império foi instituído de maneira coerente, pois Palpatine se utilizou de seus Poderes Emergenciais, concedidos mediante deliberação do Senado, para proclamar o Primeiro Império Galáctico, com a intenção de trazer mais segurança, ordem, justiça e paz à galáxia.

Já a Aliança Rebelde é uma organização não-estatal e ilegítima perante ao Estado (Império) e que atenta contra o mesmo. Embora sejam os libertadores da galáxia, o que a Rebelião significa para o Império?

Para o Império a Aliança Rebelde ameaça a segurança e a ordem na galáxia espalhando o terror, enganando o povo. Segundo a doutrina imperial, os métodos covardes dos Rebeldes levaram à morte soldados e cidadãos⁷. Isso claramente parece ser um ato terrorista: atingir cidadãos inocentes. Na verdade, isso só parece ser mesmo. A Rebelião, de fato, não é terrorista. No entanto, para o Império, na visão do mesmo, eles o são. O Império sempre busca mostrar para a população que os Rebeldes ameaçam a paz na galáxia, a segurança também, atingindo os civis em seus atos. Vale lembrar que a Aliança Rebelde não visa atingir os cidadãos de forma alguma e todos os seus atos teriam cumprido com seu respectivo objetivo se inocentes não tivessem sido atingidos. No entanto o Império não quer saber disso. Ele os trata como os terroristas que acreditam que eles são.

Esse terrorismo que os Rebeldes praticam de acordo com a propaganda imperial, segundo os estudos feitos em nossa galáxia, trata-se do chamado *velho terrorismo*, que, de acordo com Anthony Giddens (2012, p. 747) consiste basicamente em “estabelecer Estados em áreas onde as nações não têm controle sobre o aparato estatal do território”. Isso acontece em Star Wars. A Aliança Rebelde firma sua base em planetas que pertencem à Orla Exterior da galáxia, que são aqueles com os quais o Império não se preocupa tanto e que por isso acabam

⁷ WALLACE, Daniel. **Manual do Império: Guia do Comandante**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015, p. 140.

um tanto esquecidos e, portanto, sem presença imperial, como é o caso de Dantooine, Yavin IV e Hoth, por exemplo⁸.

Quanto a felicidade gerada pelo Império, embora ele seja ditador e tirânico, o mesmo consegue garantir a segurança na galáxia. Ele protege o povo dos criminosos e também dos insurgentes, mesmo que os meios para isso sejam através do medo e da opressão. Como corrobora France Farago (2004, p. 188) “o direito e o Estado têm por objetivo garantir a segurança, sem a qual não poderia haver felicidade individual ou geral”. Se pararmos para pensar nessa afirmação e na atuação do Império, percebe-se que esses princípios não são baseados na razão, mas na utilidade⁹, e isso é sem dúvidas o que está sendo tratado até agora: utilitarismo.

5 Metodologia

Para a realização deste trabalho foi utilizada a metodologia de pesquisa bibliográfica, através de livros de cunho filosófico, livros de literatura e manuais do universo ficcional de *Star Wars* que explicam determinadas organizações como se elas fizessem parte do mundo real, transportando o leitor para o universo da saga, bem como trazendo o mesmo para a realidade.

Apesar de a saga ser obra do cinema, se utilizou muito da versão romantizada do filme em questão que é, exatamente, a transcrição do filme em um livro. Assim pode-se se aproveitar de citações e da própria história com maior credibilidade para o respectivo trabalho.

6 Resultados

Como já exposto anteriormente, o utilitarismo visa proporcionar a maior felicidade possível, causando o mínimo de dor, mesmo que essa dor, esse sofrimento, não seja apenas um reflexo da causação dessa felicidade, mas também um meio direto de se alcançar essa tal felicidade e bem-estar para a maioria.

⁸ É importante lembrar que a Aliança Rebelde também possui células, obviamente chamadas de “células rebeldes”, que são grupos menores de insurgentes que lutam sozinho contra o Império. É o caso dos personagens da série animada de televisão *Star Wars – Rebels*, que são uma célula rebelde e que posteriormente se juntam ao organismo maior: a própria Aliança.

⁹ FARAGO, France. **A Justiça**. Barueri: Manole, 2004, p. 188.

Esse tipo de atitude utilitarista fica evidente nas ações do Império, especialmente na cena analisada, onde Darth Vader e Tarkin torturam uma pessoa para poder acabar com a insurgência que gerou uma guerra civil galáctica, colocando em risco a vida de vários civis que não compõem as forças militares de nenhum lado da guerra.

Outro ponto importante também é salientar que, apesar de o Império causar destruição de bilhões de vidas ao explodir todo um planeta, pode-se considerar essa atitude dentro dos parâmetros morais utilitarista, de um aspecto radical, pelo fato de que bilhões de vida em um planeta inteiro é, sem dúvidas, uma pequena minoria frente a uma galáxia inteira repleta de outros planetas.

7 Considerações Finais

Tendo tudo isso em mente, fica claro que, na visão do Império, a Aliança Rebelde é o terrorista da história, embora eles não sejam terroristas de fato. Trata-se daquela frase que diz que “o terrorista de um é o guerreiro da liberdade de outro” (GIDDENS, 2012). E por isso, eles são tratados pelo Império como tais, semelhante ao caso tratado por Sandel.

Por isso, em meio a toda essa história, o Império acaba agindo pelo princípio da utilidade. Ora pois, ameaçar bilhões de vidas em meio a tantas outras centenas de bilhões não parece algo fora dos padrões utilitários: se causará morte de alguns pelo bem de todo o restante da galáxia. Isso é muito conveniente para a justiça utilitarista. É só pensar como o Império: essas bilhões de vidas é um preço pequeno a se pagar para que se possa libertar a galáxia dessa ameaça iminente e insurgente que é a Aliança Rebelde.

Portanto, o Império agiu perfeitamente dentro dos princípios utilitaristas estudados até agora. Se utilizou de uma mera conta matemática para tomar a melhor decisão para o bem-estar geral e para a segurança da galáxia. Como visto anteriormente, quando o Estado garante a segurança, ele está promovendo a felicidade para o seu povo, não importa como ele conseguirá obter isso, seja por bons métodos, ou construindo uma estação de batalha do tamanho de uma lua, cujo o potencial bélico é capaz de destruir um planeta inteiro em um piscar de olhos.

REFERÊNCIAS

BONJOUR, L. **Filosofia**: textos fundamentais comentados. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. Consultoria e revisão técnica desta edição: Maria Carolina dos Santos Rocha, Roberto Hofmeister Pich.

FARAGO, F. **A Justiça**. Barueri: Manole, 2004. Tradução Maria Jose Pontieri.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre, 2012. Tradução: Ronaldo Cataldo Costa; revisão técnica: Fernando Coutinho Cotanda.

LUCAS, G. **Star Wars**: a trilogia. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2014. Tradução de Antonio Tibau (IV – Uma nova esperança), Alexandre Matias (V – O Império Contra-Ataca), Peterso Rissatti (VI – O Retorno de Jedi).

MALMESBURY, T. H. de. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. 1. ed. São Paulo: Abril, 1974.

SANDEL, M. J. **Justiça**: o que é fazer a coisa certa. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. Tradução 21ª ed. de Heloisa Marias e Maria Alice Máximo.

VILLEY, M. **Filosofia do direito**: definições e fins do direito: os meios do direito. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar; prefácio François Terré; revisão técnica Ari Solon.

WALLACE, D. **Manual do Império**: Guia do Comandante. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. Tradução Ângelo Lessa.



Centro Universitário Univel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

A COLABORAÇÃO PREMIADA NO DIREITO BRASILEIRO E A *PLEA BARGAINING* NO DIREITO ESTADUNIDENSE: UM ESTUDO COMPARADO

Sandra Batistel Canteri¹

RESUMO: As constantes mudanças na sociedade, sejam elas de ordem física, moral ou tecnológica, invariavelmente vêm acompanhadas por alterações também no âmbito jurídico, posto que a relação entre sociedade, cultura e Direito é cíclica e interdependente. Diante deste cenário, o presente estudo tem como objetivo principal a análise e a ampliação de conhecimento acerca do instituto da Colaboração Premiada, o qual vem ganhando espaço no ordenamento jurídico brasileiro. Para tanto o estudo estabelece um comparativo entre a aplicação da Colaboração Premiada no Brasil e a *Plea Bargaining*², comumente utilizada no ordenamento estadunidense e com histórico de sucesso. Assim, o artigo traz considerações relevantes acerca destes institutos e verifica as aproximações e distinções existentes entre eles, utilizando-se para isso de pesquisa exploratória e bibliográfica, buscando exaurir o que há de conhecimento sobre o assunto em língua portuguesa. E depreende-se, enfim, que há aproximações significativas entre os institutos, bem como diferenças muito claras no que tange à aplicação e resultados obtidos em cada ordenamento, ressaltando o consenso observado no que tange à celeridade que ambos promovem aos seus ordenamentos.

PALAVRAS-CHAVE: Colaboração Premiada. *Plea Bargaining*. Negociação.

1 Introdução

A sociedade evoluiu muito desde a década de 90, tornando as relações jurídicas mais complicadas. De certa forma isso impulsionou a criminalidade, seja em crimes contra o patrimônio, seja o tráfico de drogas ou ainda as organizações criminosas. É certo que estas ultrapassaram até mesmo as barreiras fronteiriças e com isso houve que se reinventar as técnicas de investigação para que continuassem sendo efetivas (ISMAEL; RIBEIRO; AGUIAR, 2017).

¹ Acadêmica do Curso de Direito do Centro Universitário de Cascavel Univel e Bacharel em Administração pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.

² *Plea Bargaining* consiste em um processo de negociação através do qual o réu aceita confessar culpa em troca de alguma concessão por parte do Estado [...]. (CHEMERINSKY; LEVENSON, 2008, p. 648 *apud* CAMPOS, 2012, p.5).

Segundo Penteadó (2006) a colaboração premiada é uma técnica para obtenção de provas e não um meio de provar algo. Há que se observar as garantias constitucionais do indivíduo na sua aplicação e ainda que o processo vem sendo aperfeiçoado conforme sua utilização.

Através deste instrumento há negociação entre as partes, onde a confissão do acusado ou as informações por ele prestadas possibilitam a resolução de um crime. E é nesse sentido que o presente artigo tratará de demonstrar como o instituto da colaboração premiada é abarcada no ordenamento jurídico brasileiro e no estadunidense, buscando estabelecer um comparativo entre eles, no que tange aos critérios de utilização e suas aproximações e distinções.

A motivação para esta pesquisa é a constante utilização deste instituto nos dias atuais, onde a sociedade brasileira vem acompanhando através da imprensa os impactos causados pela colaboração de criminosos que delatam seus comparsas e com isso obtém benefícios. No que tange ao Direito esse estudo é importantíssimo, na medida que procurará elucidar conceitos relacionados ao instituto que ainda estão sendo aperfeiçoados. E por fim o que despertou o interesse desta pesquisadora em aprofundar o tema foi a busca de um entendimento acerca do assunto e a compreensão de suas peculiaridades.

Atualmente o instituto da colaboração premiada vem sendo aplicado rotineiramente em casos do ordenamento jurídico brasileiro. Já no estadunidense essa aplicação é uma constante há muitas décadas. Sendo assim, quais seriam as semelhanças e distinções entre estes dois ordenamentos no que tange a colaboração premiada?

Assim, o trabalho tem por objetivo geral, comparar o instituto da colaboração premiada aplicado ao ordenamento jurídico brasileiro e ao estadunidense. Já os objetivos específicos norteadores da pesquisa são: compreender a colaboração premiada e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro; analisar a *Plea Bargaining* e sua aplicação no ordenamento jurídico estadunidense; e ainda, elencar as aproximações e distinções que ocorrem entre os dois ordenamentos.

2 Colaboração Premiada e *Plea Bargaining*: Conceituação

A delação premiada é considerada, atualmente, ferramenta oficial de combate à criminalidade. Pode-se com este instrumento, desde que observadas as garantias constitucionais do indivíduo, estritamente no âmbito da lei e com o uso do interrogatório como meio de prova, buscar a colaboração do autor de um delito, seja ele autor, coautor ou partícipe, para exterminar ou reduzir as implicações de uma ação criminosa organizada e grave. Este autor poderá, judicialmente, ser beneficiado com a interrupção do inquérito policial, a extinção da punibilidade através do perdão judicial ou ter a redução da pena aplicada. (PENTEADO, 2006).

A colaboração premiada é a "[...] redução da pena, (podendo chegar, em algumas hipóteses, até mesmo a isenção total da pena) para o delinquente que delatar seus comparsas, concedida pelo Juiz na sentença final condenatória" (BITTENCOURT, 2010, p.704 *apud* CARDOSO, 2017, p.2).

Sendo assim, a colaboração premiada é de extrema importância ao enfrentamento do crime organizado. Em função de características, como a lei do silêncio ou *omertá*³, atribuída pela violência e a constante eliminação de provas, os atuais mecanismos de investigação não conseguem dar respostas com rapidez e eficácia (SEIÇA, 2003, p.1388 *apud* MENDONÇA, 2017, p.1).

O instituto *Plea Bargaining*, segundo Marques (2017) é originário dos países de sistema *common law* e conceitua-se num acordo entre acusação e réu. Neste ínterim o acusado se declara culpado das acusações que sobre ele pesam, ou de algumas, em troca de ter amenizado o número de acusações, a gravidade destas ou a redução da pena normalmente aplicada, ou seja,

O conceito do *Plea Bargaining* pode ser definido como um processo legal, onde o acusado renuncia a seu direito de ser submetido a julgamento, confessando sua culpa, em troca da redução da imputação que lhe é feita e/ou da pena a ser aplicada, ou de uma recomendação a ser dirigida pelo Ministério Público ao magistrado para atenuar a situação do réu, evitando, assim, a realização do processo (HEUMANN, 1978; MAYNARD, 1984 *apud* SOUZA, 2017, p.18-19).

Este procedimento constitui-se assim como a colaboração premiada, numa espécie de acordo entre acusação e réu. Caso este descumpra qualquer parte do

³ *Omertá*: palavra que vem do Latim e significa Humildade. Baseia-se no forte sentido de família e no voto de silêncio que impede os mafiosos de cooperarem com autoridades policiais ou judiciárias.

acordo firmado, a acusação não precisa manter o que havia celebrado. No caso de descumprimento ocorrer por parte da acusação, o réu será assistido pelo juiz, que poderá cancelar sua confissão, fazer com que a acusação cumpra o que foi pleiteado, ou ainda, estabelecer uma outra forma para que o acordo seja cumprido nos termos fixados (MARQUES, 2017).

2.1. A Colaboração Premiada No Ordenamento Jurídico Brasileiro

Embora faça parte do sistema jurídico brasileiro de forma excepcional, a colaboração premiada expandiu-se a vários ramos do direito que, mesmo ainda avaliando sua real eficácia e seus princípios éticos, usam-na efetivamente, tendo-a como chave de controle à prática criminal. (PENTEADO, 2006).

O Direito Brasileiro é o único que faz uso do termo delação premiada, posto que os demais ordenamentos referem-se sempre ao instituto da colaboração processual, colaboração premiada ou colaboração com a Justiça (LAUAND, 2008 *apud* ESSADO, 2013, p. 3).

No que tange a colaboração premiada, a nova legislação indicou que é possível aplicá-la em qualquer fase da persecução penal e até mesmo após o trânsito em julgado, já na fase da execução da pena. Sendo assim temos que a colaboração pode ser pré-processual, a qual ocorre antes da denúncia, processual, que ocorre entre o recebimento da denúncia e o trânsito em julgado do processo e ainda a pós-processual, que acontece após o trânsito em julgado do processo. (MENDONÇA, 2013).

Ainda segundo Mendonça (2013), mais importante do que o momento é a efetiva contribuição que a colaboração premiada pode trazer para a persecução de infrações penais graves. A Lei 12.850/2013 certificou o procedimento do instituto, buscando assegurar os interesses da parte e da persecução penal concomitantemente. Assim a legislação estabelece três requisitos para sua aplicação:

[...] (i) voluntariedade; (ii) eficácia da colaboração; (iii) circunstâncias subjetivas e objetivas favoráveis; A voluntariedade da colaboração (art. 4º, caput) indica que a colaboração, embora não precise ser espontânea (ou seja, pode decorrer de orientação do advogado ou de proposta do MP), não pode ser fruto de coação, seja física ou psíquica, ou de promessa de vantagens ilegais não previstas no acordo (MENDONÇA, 2013, p.7-8).

Na tabela abaixo, demonstra-se, com base no texto de Penteadó (2006) a evolução histórica legal do instituto da colaboração premiada no ordenamento jurídico brasileiro:

Tabela 1 - Cronologia da Colaboração Premiada no Brasil

Período	Lei	Objetivo
1603 a 1830	Ordenações Filipinas ou Código Filipino	Obter o perdão para algumas situações de delação envolvendo conspiração ou conjuração e de revelações que levassem a prisão de terceiros envolvidos em crimes de lesa majestade que fossem comprovados.
1990	Lei 8.072/90 (Crimes Hediondos)	Reduzir a criminalidade, mas até hoje não obteve êxito.
1995	Lei 9.080/95	Alterar a norma que cuida dos crimes tributários e, nas hipóteses de infração praticada por mais de um autor, estipular a redução da pena àquele autor que, espontaneamente, forneça à autoridade policial ou judicial informações que levem ao esclarecimento de toda a ação criminosa
1996	Lei 9.269/96	Alterar a chamada Lei dos Crimes Hediondos, para contemplar a redução de pena para o sujeito ativo de crime de extorsão mediante sequestro que, denunciando esse fato, facilitar a libertação da vítima.
1998	Lei 9.613/98	Tratar dos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. Neste momento procurou ser mais ampla; manteve a redução obrigatória da pena, mas estabeleceu que esta pudesse começar a ser cumprida em regime aberto, além do perdão judicial e da substituição da pena corporal pela restritiva de direitos. Exigiu ainda, que o delator colaborasse espontaneamente com as informações, as quais levassem a correta apuração das infrações penais, seus autores ou à localização dos bens, direitos ou valores objetos do crime. Neste sentido houve a preocupação de se ter resultados concretos ao beneficiar a delação.
1999	Lei 9.807/99	Declarar que a autoridade competente para a premiação é a judicial que atuará de ofício ou provocada pelas partes. Pode conceder o perdão judicial que extingue a punibilidade do crime. O delator deve ser primário, isto é, não reincidente, não importando que tramitem outras ações penais de conhecimento contra este, pois há a presunção de inocência. A colaboração deve ser efetiva e voluntária, o que evidencia aquela preocupação de premiar o delator se houver concreta vantagem para o Estado, e, quanto à voluntariedade, como anteriormente tratado, acabou sendo uma regra geral que afasta a exigência de espontaneidade. A colaboração efetiva deve resultar na identificação dos demais coautores ou partícipes da ação criminosa, e/ou na localização da vítima com a sua integridade física preservada e/ou na recuperação total ou parcial do produto do crime.
2006	Lei 11.343/2006 (Antitóxicos)	Permitir a possibilidade de um acordo entre o Ministério Público e o indiciado que ensejará a extinção do processo ou a redução da pena, desde que este, espontaneamente, revele a existência de organização criminosa, permitindo a prisão de um ou mais dos seus integrantes, ou a apreensão do produto, da substância ou da droga ilícita, ou que, de qualquer modo, justificado no acordo, contribuir para os interesses da Justiça
2013	Lei 12.850/2013 (Lei do	Enfrentar o crime organizado no Brasil, aperfeiçoando o sistema nacional nos aspectos penal e processual. Supriu a lacuna do ordenamento brasileiro, no que tange a tipificação penal do crime de formação de

	Crime Organizado)	organização criminosa. Inseriu outros meios de obtenção de provas, como a colaboração premiada, já que por suas características diferenciadas essas organizações necessitam de meios excepcionais de investigação, diante da insuficiência dos métodos tradicionais.
--	-------------------	--

Fonte: PENTEADO, 2006

Não obstante averiguado na tabela acima, concorda Cardoso (2017), que a colaboração premiada na legislação brasileira é regida por leis extravagantes e de certa forma esta legislação é exclusiva no que tange à clareza dos procedimentos a serem adotados. Tal observação dá-se justamente por haver legislação diversa acerca do mesmo instituto, ou seja, várias leis preveem sua aplicação, mas não a metodologia concreta e única para sua aplicação. Ainda de acordo com o autor, tal situação acaba por trazer certo descrédito a sua utilização, bem como questionamentos diversos ao seu funcionamento.

2.2 A *Plea Bargaining* nos Estados Unidos da América

As práticas e procedimentos criminais estadunidenses foram desenvolvidos paulatinamente e apresentam diferenças significativas entre as esferas federal, estadual e do Distrito de Columbia. Convém aqui lembrar que o sistema jurídico dos Estados Unidos da América faz parte da chamada *Common Law*, ou seja, baseado em estudo de casos precedentes (CAMPOS, 2017).

A *Plea Bargaining* não consiste em uma prática recente, e sim era utilizada antes mesma da Guerra Civil do Estados Unidos que ocorreu em 1861 e foi inclusive considerada uma forma eficaz da administração pública atingir seus anseios no pós-guerra (MAYNARD, 1984 *apud* SOUZA, 2017).

De acordo com Garcia (1996), o pós-guerra compreendeu um período de crescimento populacional concentrado nos núcleos urbanos. A adoção da *Plea Bargaining* como solução rotineira dos casos deveu-se principalmente ao alto custo com a tramitação dos processos, produção de provas etc. e ainda a longa duração destes que gerava muita incerteza ao acusado.

Desde 1920 que vários estados americanos demonstravam através de pesquisas que o instituto havia se tornado essencial na resolução de crimes no país. No entanto só a partir dos anos 60 é que o tema se nacionalizou e passou a ser pesquisado por juristas e em várias disciplinas, tornando-se hoje, um tema

pesquisado em todo o mundo devido aos impressionantes resultados que vem obtendo tanto na resolução de casos quanto no apoio às investigações criminais (SOUZA, 2017).

“Além das razões econômicas, a Corte constatou a natureza negocial da barganha, reputando-a como um processo justo de concessões mútuas”. (ISMAEL; RIBEIRO; AGUIAR, 2017, p.442).

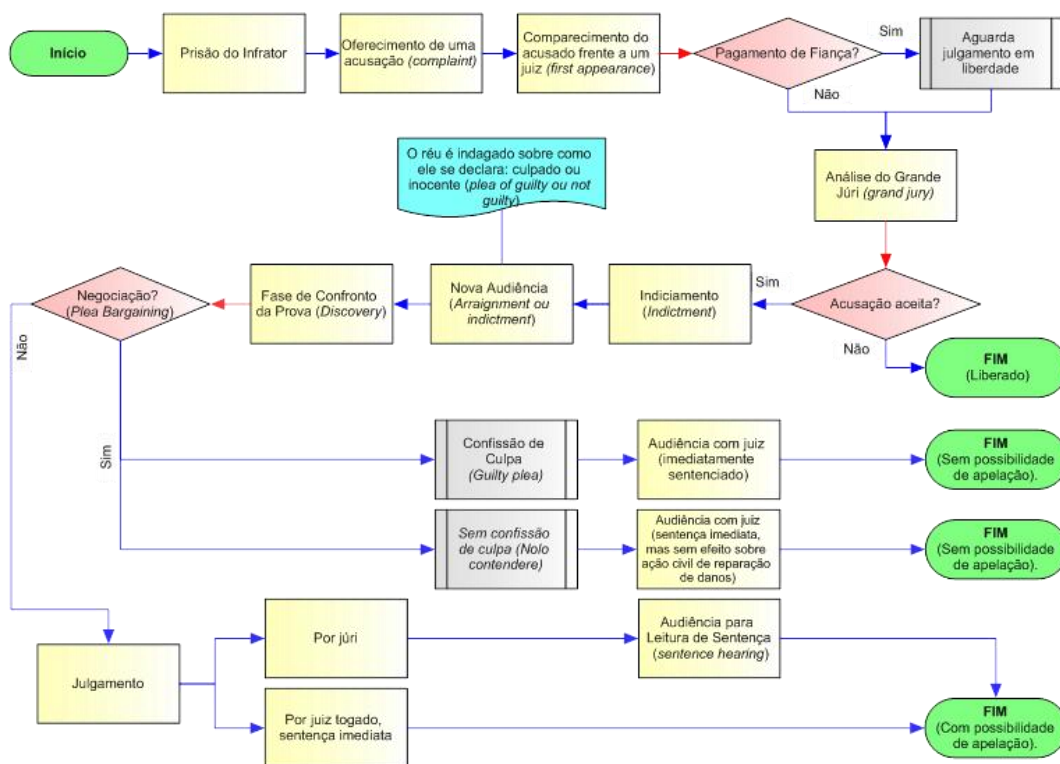
É importante salientar que até meados do século XIX, essa prática de confissão não era vista de forma valorosa e era até mesmo subjugada. A partir deste momento e baseada em vários fatos concretos é que a *Plea Bargaining*, já iniciada, passou a ganhar força nos tribunais. Ficou estabelecido, então, que uma confissão para que seja válida deve ser realizada pelo acusado de forma espontânea, voluntária e de boa-fé. Através disso, a aceitação da barganha no processo penal anglo-saxão ou *common law* tornou-se possível. (ISMAEL; RIBEIRO; AGUIAR, 2017).

Embora as declarações de culpa tenham origem na Inglaterra, foi nos Estados Unidos que tiveram uma grande expansão; E assim a *Plea Bargaining* passou entre os séculos XIX e XX a ser parte característica do ordenamento estadunidense (GARCIA,1996).

Com isso, já em 1900, a resolução antecipada de 90% dos casos criminais nos Estados Unidos deu-se através de barganha e no século XX esse número manteve seu ritmo. Em alguns estados norte-americanos essas taxas chegaram a atingir de 96 a 99% dos casos criminais resolvidos. Ainda assim a Suprema Corte dos Estados Unidos só veio a admitir a utilização da *Plea Bargaining* na década de 70. (ISMAEL; RIBEIRO; AGUIAR, 2017).

O fluxograma a seguir foi criado com base no passo a passo do procedimento criminal estadunidense demonstrado por Chemerinsky e Levenson (2008, p. 5-11, *apud* Campos, 2017, p. 3-5):

Figura 1 – Procedimento Criminal Estadunidense – Básico



Fonte: CHEMERINSKY E LEVENSON (2008, P. 5-11, *apud* CAMPOS, 2017, P. 3-5)

No ordenamento jurídico estadunidense utiliza-se rotineiramente este instituto, sendo inerente a ele a concessão de ambas as partes (ISMAEL, RIBEIRO E AGUIAR, 2017).

Com sua ampla utilização, a maioria das causas criminais acaba por não ir a juízo, ocorrendo a negociação de forma natural e com isso o encerramento do processo. Assim, pode-se afirmar que a maioria dos processos nos EUA encerram-se na fase inicial de negociação e que lá “[...] encontramos dois modelos de justiça: um modelo teórico, jurisdicional e acusatório, que na prática se converte em um modelo prevalentemente burocrático-administrativo[...] “. (GARCIA, 1996, p.2).

Embora hoje constitua o cerne da justiça criminal estadunidense, a *Plea Bargaining* foi construída por atores processuais variados e melhorada com sua aplicação ao longo de décadas. (ISMAEL; RIBEIRO; AGUIAR, 2017).

Segundo Garcia (2016), embora haja dificuldade em obter dados e a transparência seja pouca, a maioria das doutrinas e a jurisprudência demonstram que em 90% dos casos a *Plea Bargaining* é aplicada tanto a nível federal quanto estadual. Porém não há uniformidade em todo país e nem numa mesma jurisdição.

3 Metodologia

O estudo foi realizado com base em pesquisa exploratória, onde buscou-se conhecer e entender o tema estudado. Para tanto a pesquisa bibliográfica foi utilizada através da revisão de livros, artigos científicos e publicações em periódicos que abordam o tema.

4 Resultados

Diante dos conceitos expostos há que se citar aqui as aproximações e distinções entre a colaboração premiada e a *Plea Bargaining*. Para Campos (2017): “[...] é inegável que a *Plea Bargaining* da tradição anglo-saxônica e as medidas despenalizadoras da legislação brasileira dos Juizados Especiais Criminais refletem um certo modelo de justiça criminal (consensual) [...]”. Porém, segundo o doutrinador, o ponto de maior aproximação é a exigência de reconhecimento de culpa, sem a qual não se poderia admitir a imposição e conseqüente aceitação do acusado da pena de privação de liberdade.

Há distinções entre os sistemas jurídicos estadunidense e brasileiro no que tange a colaboração premiada, por exemplo: o princípio da oportunidade em contraposição ao da legalidade, onde, se a titularidade da ação penal for do Estado, aquele que atribui seu exercício, no caso o ministério público, não pode desta titularidade se dispor. No entanto, o princípio da oportunidade atribuí ao Ministério Público certa liberdade para lidar com o caso, no que tange a oportunidade e conveniência, podendo até arquivar o processo ou ainda desistir da ação (BITTAR, 2011).

Em síntese segundo Bittar (2011, p.26):

[...] enquanto no Brasil, diante da prática de um delito, o promotor está obrigado a propor a ação penal, no sistema americano, ainda que estejam presentes todos os elementos do crime, o promotor pode optar por não mover a ação, sem prestar satisfação à vítima, ao poder judiciário, ou a qualquer outra instância de poder ”.

Na seara americana ao titular da ação penal se assegura discricionariedade⁴, ou seja, a ampla negociação é admitida, embora esteja submetida a controle judicial moderado e também a certo controle político. Já no Brasil o Ministério público não possui tão ampla discricionariedade, tendo apenas certa liberdade de ação, nos termos da lei 9.099/95 dos Juizados Especiais (CAMPOS, 2017, p.20).

Esta lei atingiu seu objetivo transformando-se num importante instrumento para trazer celeridade, menos formalidade e menos rigidez aos processos; A lei vem conseguindo ainda, evitar prescrições e inaugurar espaços de consenso no âmbito do processo penal (ISMAEL; RIBEIRO; AGUIAR, 2017).

Outra diferença, segunda Bittar (2011) diz respeito ao princípio do devido processo legal. Enquanto nos EUA nenhuma diligência a mais é feita se o réu confessa um crime, no Brasil, a delação é uma prova, sendo confrontada pelo juiz com as demais provas de um processo.

Segundo Hendler (1996) *apud* Vasconcellos (2016), observa-se que o processo penal dos Estados Unidos permite ao acusado a declaração judicial de culpado com a intenção de encerrar o procedimento em seu comparecimento inicial em juízo, ou seja, ao se declarar culpado, o acusado aceita a condenação e a pena, discutindo apenas sua dosimetria. Já se o acusado se declarar inocente será julgado no tribunal do júri, cabendo à promotoria provar a culpa e dirimir possíveis dúvidas, perante o júri.

É clara a diferença entre a confissão na *Plea Bargaining* e no instituto da colaboração premiada. Enquanto na primeira a aplicação imediata da pena é autorizada, enquanto no sistema brasileiro, tem valor de elemento de prova que será livremente apreciada pelo julgador, ao lado das demais provas (SCHÜNEMANN, 2013 *apud* Vasconcellos, 2016).

Assim é notável que nos Estados Unidos a *Plea Bargaining* logrou sucesso incontestável, mas no Brasil, a recepção da colaboração premiada por parte do sistema de justiça e também pela sociedade brasileira, ainda é uma incógnita. (ISMAEL; RIBEIRO; AGUIAR, 2017).

5 Considerações Finais

⁴ Discricionariedade: É a qualidade do poder discricionário. Tal poder assegura a posição de supremacia da Administração Pública sobre o particular.

O Brasil vem enfrentando um período bastante tenso no que tange o ambiente jurídico, ao passo que grandes investigações vêm movimentando a sociedade e aplicando novas ferramentas para obtenção de provas que antes eram subjugadas, como a colaboração premiada.

Nos EUA este instituto, lá denominado *Plea Bargaining*, é utilizado há mais de um século, e vem continuamente conferindo maior celeridade e baixo custo aos processos judiciais americanos.

De posse dessas informações pode-se buscar maior conhecimento a respeito de ambos, no intuito de comparar as ferramentas em seus respectivos ordenamentos traçando uma linha de aproximações e distinções entre elas.

Como resultado verifica-se que ambos têm muita aproximação consensual, embora sua aplicação seja distinta em alguns aspectos, principalmente no que diz respeito a liberdade de ação dada ao Ministério Público americano, onde o mesmo tem poder de encerrar ações através da negociação estado e acusado e com isso tornar o processo eminentemente célere. Já no ordenamento brasileiro essa negociação é tão somente mais uma prova do processo e será avaliada e confrontada pelo julgador, junto as demais provas.

No entendimento desta pesquisadora o assunto é de significativa importância social, jurídica e pessoal já que proporciona a população a sensação de que a justiça está mais ágil e atuante; Para a área jurídica necessita-se de maior aprofundamento sobre o tema, principalmente nas questões que envolvem certo embate entre a comunidade jurídica que apoia e a que repudia tal ferramenta; E pessoal no sentido de que possibilita agregar conhecimento e vivenciar a aplicação e consolidação do instituto no ordenamento brasileiro.

Sendo assim, conclui-se esta atividade na certeza de que há muito o que aprender a respeito da Colaboração Premiada e da *Plea Bargaining*, ressaltando que muito há que se implementar no ordenamento jurídico brasileiro, para tornar a primeira mais célere e aplicável, no intuito de galgar os resultados que a segunda proporciona ao ordenamento jurídico estadunidense.

REFERÊNCIAS

_____ **A omertá:** o código de silêncio da máfia, não deu certo no Brasil! Disponível em: <<http://folhanobre.com.br/2017/05/19/a-omerta-o-codigo-de-silencio-da-mafia-nao-deu-certo-no-brasil/48475>>. Acesso em 20 jun. 2017.

BITTAR, W. B. **Delação Premiada (Direito Estrangeiro, Doutrina e Jurisprudência)**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CAMPOS, G. S. de Q. *Plea Bargaining* e Justiça Criminal Consensual: entre os ideais de funcionalidade e garantismo. **Custos Legis. Revista Eletrônica do Ministério Público Federal**. Disponível em: <http://www.prrj.mpf.mp.br/custoslegis/revista/2012_Penal_Processo_Penal_Campos_Plea_Bargaining.pdf> Acesso em 15 mar. 2017.

CARDOSO, F. F. **A Delação Premiada na Legislação Brasileira**. Disponível em: <<https://fabiofettuccia.jusbrasil.com.br/artigos/174959721/a-delacao-premiada-na-legislacao-brasileira>> Acesso em 31 mai. 2017.

CRUZ, F. A. da. *Plea Bargaining* e Delação Premiada: Algumas perplexidades. **Revista Jurídica da Escola Superior de Advocacia da OAB-PR**. Disponível em: <<http://revistajuridica.esa.oabpr.org.br/plea-bargaining-e-delacao-premiada-algumas-perplexidades/>>. Acesso em 21 mar, 2017.

_____ **Discricionariedade**. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/895/Discricionariedade>> Acesso em: 20 jun. 2017.

ESSADO, T. C. Delação Premiada e Idoneidade Probatória. **Revista dos Tribunais**. São Paulo, v. 101/2013, p. 203-227, mar. 2013.

GARCIA, N. R. A Justiça Penas e as Formas de Transação no Direito Norte-Americano: Repercussões¹. **Revista dos Tribunais**. São Paulo, v. 13/1996, p. 79-92, mar. 1996.

ISMAEL, A. G.; RIBEIRO, D. C; AGUIAR, J. C. de. *Plea Bargaining*: aproximação conceitual e breve histórico. **Revista dos Tribunais**. São Paulo, v. 263/2017, p. 429-449, jan. 2017.

MARQUES, M. M. **Os Perigos da Plea Bargain no Brasil**. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.com.br/plea-bargain/>> Acesso em 05 mai. 2017.

MENDONÇA, A. B. A Colaboração Premiada e a Nova Lei do Crime Organizado (Lei 12.850/2013). **Custos Legis. Revista Eletrônica do Ministério Público Federal**. Disponível em: <<http://www.prrj.mpf.mp.br/sala-de-imprensa/publicacoes/custos-legis/a->

colaboracao-premiada-e-a-nova-lei-do-crime-organizado-lei-12.850-2013/view
15/03/2017> Acesso em 15 mar. 2017.

PENTEADO, J. de C. Delação Premiada. **Revista dos Tribunais**. São Paulo, v. 848/2006, p. 711-736, jun. 2006.

SOUZA, J. A. S. **Plea Bargaining**: Modelo de Aplicação do Princípio da Disponibilidade. Disponível em:
<https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/400/plea%20bargaining_Souza.pdf?sequence=105052017>. Acesso em 10 mai. 2017.

VASCONCELLOS, V. G. de; LIPPEL, M. C. N. Críticas à Barganha no Processo Penal: Inconsistências do modelo proposto no projeto de código de processo penal (PLS 156/2009). **Quaestio Iuris**. Rio de Janeiro, v. 09, n. 03, 2016, p. 1737-1758.



Centro Universitário Univel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

UMA ANÁLISE SOBRE OS DIREITOS DOS ANIMAIS

Bárbara Cloer Sachser Haupt¹
Jaine Ribeiro Borges²
Kátia Rocha Salomão³

RESUMO: Este artigo irá abordar a respeito da consciência e senciência animal, apresentando alguns argumentos sobre a capacidade que os animais possuem de sentir e ter emoções. O artigo se propõe ainda a organizar uma exposição sobre a condição jurídica na legislação brasileira, com foco nos maus-tratos e abandono tanto de animais domésticos e silvestres, evidenciando a cultura de crueldade e de impunidade que ocorre nestes casos. Também se propõe realizar por meio desse estudo sobre as leis que protegem os animais, bem como se observará o status jurídico desse tema na legislação do Brasil, leis essas que foram alteradas recentemente visando garantir a igualdade de condições jurídicas dos animais, assim como acontece em outros países. Por fim, este estudo tem como propósito a apresentação de quais são os benefícios dessa legislação na defesa dos animais.

PALAVRAS-CHAVE: Animais, Consciência, Maus-tratos, Legislação.

1 INTRODUÇÃO

Os Movimentos Sociais organizados em prol dos animais iniciam-se por volta da década de 70 e desde então vem crescendo, visando sustentar basicamente os direitos fundamentais dos animais, de forma mais objetiva: o direito à vida.

Mesmo com o crescimento dos movimentos com esse foco, é possível observar que o desrespeito aos animais é um problema que ocorre em todo o mundo, onde inúmeras ações de crueldade são registradas diariamente a todo tipo de vida animal. Com objetivo de evitar tantos atos de truculência contra os animais,

¹ Acadêmica do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel

² Acadêmica do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel

³ Professora da Disciplina de Metodologia Científica do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

a Organização das Nações Unidas (ONU) juntamente com a UNESCO proclamou na Bélgica, a Declaração Universal dos Direitos dos Animais em 17 de janeiro de 1978.

Dias (2005) exprime que a proclamação da Declaração dos Direitos dos Animais foi uma etapa imprescindível para a evolução do homem em direção ao biocentrismo, no qual ele aceitará que todas as espécies vivas tem o mesmo valor. Essa mesma autora ainda destaca que ainda existe um caminho longo até que a população em sua maioria se sensibilize com os movimentos de defesa animal.

Dias (2005) define que o processo de conscientização é necessário e deve ser aplicado a toda a população, expondo principalmente sobre a sentiência animal e a partir deste, se faz necessário a defesa de que os animais necessitam de um amparo jurídico equivalente ao do ser humano. A mesma defende que não se pode negar aos animais o direito mais fundamental e mais humilde de todo ser vivo que o de fugir da dor, salienta a pesquisadora em suas pesquisas sobre o assunto.

De acordo com pesquisas realizadas sobre o tema, outra declaração importante para os animais foi a de Cambridge, escrita por Philip Low, nela é declarada que mesmo com a ausência de um neocórtex, os animais são capazes de experimentar estados afetivos. Esta declaração é de suma importância para compreender a sentiência animal.

A ausência de um neocórtex não parece impedir que um organismo experimente estados afetivos. Evidências convergentes indicam que os animais não humanos têm os substratos neuroanatômicos, neuroquímicos e neurofisiológicos de estados de consciência juntamente com a capacidade de exibir comportamentos intencionais. Consequentemente, o peso das evidências indica que os humanos não são os únicos a possuir os substratos neurológicos que geram a consciência. Animais não humanos, incluindo todos os mamíferos e as aves, e muitas outras criaturas, incluindo polvos, também possuem esses substratos neurológicos. (LOW, 2012, p. 01).

O presente artigo irá apresentar algumas reflexões sobre a consciência animal, os estudos já realizados sobre essa temática, a capacidade dos animais de serem sencientes. Também se apresentam considerações sobre os direitos dos animais de forma ampla e também se abordará alguns aspectos sobre a cultura de maus tratos aos animais que ocorrem em circos e zoológicos, além de evidenciar as inúmeras situações onde os animais são expostos a perigos em jogos e competições.

O tráfico de animais, considerado atividade criminosa, também será abordado rapidamente neste artigo. Por fim, a legislação já editada e em vigor no Brasil será

objeto de estudo no que se refere aos direitos dos animais e as formas legais de proteção existentes no país. As formas de punição e as penalidades aplicadas aos infratores também será abordada rapidamente neste estudo. Por fim, serão apresentadas algumas considerações sobre o estudo e proposta uma ação em conjunto entre órgãos governamentais e sociedade civil no que se refere aos direitos dos animais.

2 DEFININDO A CONSCIÊNCIA ANIMAL: SERES SENCIENTES

Consciência é a capacidade que o ser vivo tem de conhecimento, de experimentar e de sentir. Inicialmente essa habilidade era vinculada exclusivamente com os humanos, mas os animais também são aptos de consciência, característica essa que vem sendo estudada a mais de 100 anos.

Sobre essa temática, é possível identificar que uma das grandes descobertas e com grande relevância e importância se deram por meio dos estudos de Philip Low e Stephen Hawking (2012) sobre a consciência. Nesse estudo ficou comprovado que a estrutura que produz a habilidade da consciência não é o córtex cerebral, estrutura que distingue os animais humanos e não humanos. Desta forma, o que produz a consciência de si é o restante do cérebro, contribuindo para a compreensão de que os animais também produzem consciência. Low diz (2012) destaca que não é mais possível dizer que não sabíamos a respeito desse conceito, afirmando que essa descoberta pode impactar a sociedade, visto que por meio dela se comprova que os animais são dotados de consciência.

A sensibilidade é a capacidade que os animais têm de sentir. Esse sentimento não é muito diferente do que acontece com os humanos. De acordo com essa capacidade se conclui que os animais sentem medo, dor, prazer e até mesmo amor. Essa sensibilidade também já foi comprovada inúmeras vezes pela ciência em vertebrados e moluscos.

Philip Low (2012) destaca que outro estudioso sobre o tema foi Singer (1979) que definiu que os seres sencientes não precisam ser dotados de razão, ou seja, eles apenas precisam sentir. Neste contexto ele compara a capacidade de sentir dos bebês recém-nascidos, pessoas especiais com problemas mentais e os animais.

Seres conscientes são seres sentientes e capazes de sentir dor e prazer, mas não dotados de razão e de autoconsciência, tais como bebês recém-nascidos, alguns seres humanos com deficiências mentais, e muitos animais. (Singer, 1979 p. 111).

Alguns animais têm mais capacidade de consciência do que outros. Os animais que se olham no espelho e conseguem reconhecer o próprio reflexo demonstram ter o conhecimento de si mesmo e demonstram saber que são diferentes dos demais animais. Esse fato pode não ser tão extraordinário para nós, mas para um animal é incrível e é mais uma prova de que eles são sim seres conscientes.

2.1 ANIMAIS COMO SUJEITOS DE DIREITO E A CULTURA DOS MAUS TRATOS

Grande parte de doutrinadores jurídicos já reconhecem os animais como sujeitos de direito. Dias (2005) fala sobre um dos argumentos mais comuns para a defesa desse reconhecimento onde se tratam os animais como sujeitos de direito subjetivos, por força das leis que os protegem, mesmo eles não tendo capacidade de ir a juízo para exigir essa proteção. Nesse sentido, o Poder Público recebeu competência para representá-los e defendê-los. “[...] pode-se concluir com clareza que os animais são sujeitos de direitos, embora esses tenham que ser pleiteados por representatividade, da mesma forma que ocorre com os seres relativamente incapazes [...]” (DIAS, 2005 s. p).

Para compreender que os animais são sujeitos de direito é preciso entender o princípio da igualdade. Em geral, costumamos fazer certos tipos de exceções entre humanos e animais, como é a questão da eutanásia para os animais abandonados. Se colocássemos isso em prática também para com as pessoas que são abandonadas pelas suas famílias, seria uma crueldade terrível e um completo absurdo. Já com os animais, muitos consideram um ato justo e normal. Enquanto esse tipo de pensamento intolerante continuar a existir entre a maioria das pessoas, não haverá igualdade.

No âmbito dos maus-tratos disfarçados de cultura, várias são as atividades em que o homem participa, muitas vezes por uma inocente falta de conhecimento, de não saber os reais acontecimentos envolvendo os animais. Um bom exemplo dessa situação são os espetáculos de circos, que não passam de um show de

horrores. É correto afirmar que por detrás de toda a obediência animal existem muitos atos dolorosos para que os mesmos sejam adestrados.

Por natureza os animais não montam em bicicletas, nem saltam através de anéis de fogo. “Se o fazem, é a poder de chicotes, de agulhas que dão choques e de outras ferramentas usadas para forçá-los a executar tais proezas.” (Apasfa, s. p. 2017).

Outro exemplo que pode ser destacado neste artigo são os zoológicos que escondem o sofrimento em que vivem os animais aprisionados para o entretenimento humano usando para isso de argumentos como o de exercer funções protetoras e educativas para fins de justificar o abrigo destes animais. Para a maioria dos biólogos, os zoológicos não funcionam como deveriam funcionar já que os animais ali presentes não expressam seu real comportamento quando estão aprisionados. Para quem visita um zoológico não é possível perceber as reais condições a que estão expostos os animais, muitas vezes em condições artificiais e sem a salubridade necessária, além de serem mantidos solitários em jaulas pequenas. É neste tipo de situação que muitos dos animais sofrem de depressão e de altos e elevados índices de stress.

2.2 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: DIREITO DOS ANIMAIS

A Constituição brasileira de 1988 em seu Artigo 225 parágrafo 1º Inciso VIII reconhece que os animais são dotados de sentimentos (ainda os considerando coisas). Desta forma, a sociedade e o estado devem respeitar a vida e a integridade física e a liberdade corporal de todas as espécies animais, além de estar proibida qualquer prática que coloque em risco a função ecológica e que provoque a extinção ou submeta as espécies à crueldade.

Segundo a Constituição Federal de 1988 são considerados maus-tratos: I - praticar atos de abuso ou crueldade com qualquer animal; II - obrigar animais a trabalhos excessivos ou superiores às suas forças e a todo ato que resulte em sofrimento; III - golpear, ferir ou mutilar violentamente qualquer órgão ou tecido do animal, exceto a castração; IV - abandonar animal doente, ferido, extenuado ou mutilado, bem como deixar de ministrar-lhe tudo que, humanitariamente, se lhe possa prover, inclusive assistência veterinária; V - não dar morte rápida, livre de sofrimentos prolongados, a todo animal cujo extermínio seja necessário; VI - fazer

trabalhar animais em período de gestação; VII - atrelar animais a veículos carentes de apetrechos indispensáveis, tais como balancins, ganchos e lanças; VIII - arrear ou atrelar animais de forma a molestá-los; IX - manter animais atrelados e sedentos. Recentemente foi aprovada a Lei nº 8/2017 que estabelece um estatuto jurídico aos animais, onde eles passam a ser seres de sentimentos e não mais considerados coisas. Essa lei é uma vitória para a luta contra a crueldade animal, já que isso deve fazer com que seus direitos e garantias sejam levados mais a sério a partir da edição da lei.

Várias são as iniciativas que merecem registro de destaque neste campo de atuação. Dentre estas, se destacam as iniciativas da Prefeitura do Rio de Janeiro em prol dos animais com a criação e aprovação da Lei nº 2.284/95 que proíbe a realização de eventos ou espetáculos que provoquem o sofrimento ou sacrifício de quaisquer animais. Outra iniciativa legislativa foi a Lei nº 3.350 de 28 de dezembro de 2001 que regula o tráfego de veículos de tração animal. Nesse viés, vale ressaltar alguns dos artigos expressos nessa lei:

Art. 2.º Fica proibida à menores de 18 anos, não emancipados, a condução de veículos de tração animal.

Art. 3.º ...

Art. 4.º ...

Art. 5.º O limite de carga a ser transportada, nele incluído o peso do veículo e do condutor, não poderá exceder o peso do animal utilizado na tração. Art. 6.º Fica estipulada a carga horária máxima de oito horas diárias ou quarenta e oito horas semanais, para circulação dos veículos de tração animal.

§ 1.º A carga horária a que se refere o caput deste artigo deverá ser cumprida da seguinte forma: de oito às doze horas e de treze às dezessete horas.

Art. 7.º ...

Art. 8.º Fica proibida a utilização de animais doentes ou feridos, bem como de fêmeas prenhes, na tração dos mencionados veículos. (Lei 3350/2001)

A lei ainda trata das punições para quem descumprir as disposições contidas na mesma que podem resultar na apreensão do veículo, multa e o cancelamento da habilitação.

No município de São Paulo pode-se destacar ainda uma das medidas que foram adotadas para conter o abandono de animais. A Lei nº 13.131 disciplina a criação, propriedade, posse, guarda e transporte de cães e gatos. Na referida lei da cidade de São Paulo está expresso a obrigatoriedade do proprietário de registrar o animal em um órgão municipal responsável pelo controle de Zoonoses, além de identificar o seu animal por meio de uma placa fixada em sua coleira contendo

informação sobre o mesmo, especificamente o número de seu Registro Geral Animal (RGA), facilitando a fiscalização em casos de abandono.

A legislação brasileira em relação aos animais é farta, mas observa-se um enorme menosprezo ao texto legal e ao sofrimento diário dos animais uma vez que imenso o desrespeito e a depreciação com que o homem trata o animal que somente leis não são suficientes para controlar os abusos causados à eles.

Quando o tema são as práticas que vão contra os Direitos dos Animais não há como não falar do tráfico de animais, situação que ocorre no mundo todo de forma intensa. No Brasil, os animais que mais sofrem com essa prática são os silvestres. Neste sentido, se entende que o tráfico de animais silvestres é considerado pela legislação brasileira como sendo uma atividade ilegal que gera grandes impactos sobre as espécies animais do país, atividade essa que movimenta muitos recursos financeiros dentro de uma estrutura criminosa muito bem-organizada.

A legislação brasileira prevê pena para quem pratica o ato criminoso de tráfico de animais, penalidade que está prevista na Lei nº 5.197/67 que trata da fauna brasileira, além de prever outras penalidades também para que pratique atividades de caça ou de captura ilegal dos animais silvestres.

Outra prática ilegal são as 'richas' ou 'rinhas' de animais, principalmente realizadas com galos e cães. Essa atividade é considerada crime de crueldade contra os animais, além de constituir contravenção penal de jogos de azar. Neste sentido, convém expor uma prática que ocorre na Espanha, de origem medieval, onde até pouco tempo atrás utilizavam de gansos vivos para a realização de uma apresentação. A apresentação consistia num show em que os gansos são presos pelos pés em uma corda elevada e então homens montados em cavalos puxavam seu pescoço até que se desgrudasse do corpo. Hoje em dia a prática ainda acontece, mas com os gansos já mortos, o que não deixa de ser intolerantemente cruel.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os assuntos discutidos podemos perceber que ainda há muitas práticas hediondas no âmbito animal. Através dos estudos realizados da consciência, se comprova que os animais são seres de sentimentos ficando claro a

necessidade de leis que os protejam contra práticas que podem ferir ou levá-los a morte, incluindo ainda o fim dos testes de medicamentos e substâncias em animais.

No Brasil, a legislação possui em suas esferas federal e municipal, inúmeras leis que preveem a defesa dos animais em todos os sentidos. O maior problema que pode ser identificado neste âmbito é a falta de fiscalização por parte dos órgãos competentes e as punições muito brandas para as atrocidades cometidas contra os animais, fazendo com que muitas pessoas simplesmente não dêem a devida importância para a Carta Constitucional.

Um das inúmeras formas de mudar essa condição é a colaboração da sociedade civil organizada e os órgãos de governo que são de extrema importância para o desenvolvimento de projetos que visem a garantia da proteção animal através da conscientização sobre as condições vivenciadas pelos animais. Essa junção de esforços poderia facilitar o cumprimento da legislação existente além de minimizar o sofrimento das diversas espécies animais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. da S. **Proteção dos Animais**. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13011. Acesso em: 20 de junho de 2017.

APASFA. **Circos, crueldade atrás do riso**. Disponível em: <http://www.apasfa.org/peti/circos/circos.html>. Acesso em: 2 de junho de 2017.

BRASIL. **Decreto Lei nº 8/2017 de 03 de março de 2017**. Diário da República. Disponível em: <https://dre.pt/home/-/dre/106549655/details/maximized>. Acesso em 25 de junho 2017.

BRASIL. **Lei nº 5.197 de 3 de janeiro de 1967**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5197.htm. Acesso em: 20 de junho de 2017.

DIAS, E. C. **Animais como sujeito de direito**, 12/2005. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/7667/os-animais-como-sujeitos-de-direito>. Acesso em 27 de junho de 2017.

HOFFMANN, M. **Zoológicos: crueldade travestida de diversão**. Disponível em: <http://www.caoobediente.com.br/zoologicos-crueldade-travestida-de-diversao>. Acesso em: 5 de junho de 2017.

LOW, P. **Declaração de Cambridge sobre consciência animal**, Reino Unido, 7 de julho de 2012. Sobre consciência animal. Disponível em: <http://sociedadevegan.com/consciencia-animal-manifesto/>. Acesso em: 17 de junho 2017.

LOW, P. **Não é mais possível dizer que não sabíamos**. *Revista Veja.com*, 2012. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/ciencia/nao-e-mais-possivel-dizer-que-nao-sabiamos-diz-philip-low/>. Acesso em: 27 de junho de 2017.

MOLENTO, C. F. M. **Senciência animal**. Disponível em: <http://www.labea.ufpr.br/PUBLICACOES/Arquivos/Pginas%20Iniciais%20%20Senciencia.pdf>. Acesso em: 17 de junho 2017.

SÃO PAULO. **Lei nº 13.131, de 18 de maio de 2001**. Disciplina a criação, propriedade, posse, guarda, uso e transporte de cães e gatos no Município de São Paulo. Disponível em: http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integr_a.asp?alt=19052001L%20131310000%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20&secr=&depto=&descr_tipo=LEI. Acesso em: 20 de junho de 2017.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos dos Animais** – Bruxelas – Bélgica, 17 de janeiro de 1978.

UNIVESPE. **Comércio ilegal de animais**. Disponível em: <http://pre.univesp.br/comercio-ilegal-de-animais-silvestres#.WmDLM6inHIV>. Acesso em: 20 de junho de 2017.



ARTIGOS FOTOGRAFIA

**Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – cpe@univel.br**VIVIAN MAIER: ASPECTOS DA FOTOGRAFIA DE RUA E A
ESSÊNCIA DO OLHAR HUMANO**Kassia Paloma Beltrame Oliveira¹
Murilo Alves de Almeida Ito²

RESUMO: A fotografia de rua para ser bem executada requer do fotógrafo um olhar apurado em relação a tudo que está a sua volta, além disso, é necessário conhecimentos em relação às luzes, sombras, composição fotográfica e paixão naquilo que faz. Maier aparenta ter sido uma apaixonada pela vida que observava ao sair na rua e fazia da sua câmera fotográfica sua melhor companheira, talvez a única em que confiava. Sua percepção de mundo encanta muitos que veem seus retratos, pois durante os 40 anos de registros, visitou diversos países, inclusive o Brasil, onde fez diversas imagens. Vivian fotografou durante quatro décadas e neste período produziu mais de 100 mil fotografias, muitos vídeos além de gravações de áudio.

Palavras-chave: Fotojornalismo. Vivian Maier. Fotografia de Rua. *Street Photography*

1 Introdução

Vivian Dorothea Maier, nascida em Nova York em 01 de fevereiro de 1926, foi uma fotógrafa que viveu parte da sua vida na França e posteriormente retornou ao Estados Unidos para trabalhar como babá. Pela quantidade de registros que fez durante sua existência, ao que tudo indica, ela era uma apaixonada pelo mundo a sua volta. Filha de pai austríaco e mãe francesa, separados quando Vivian ainda era bebê, foi numa pequena cidade na França, Saint-Julien-en-Champsaur, onde passou grande parte da sua infância e da adolescência, e onde iniciou os primeiros

¹ Acadêmico do Curso de Fotografia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel, graduada em Comunicação Social – Jornalismo e especialista em Inteligência Competitiva e Marketing pela Universidade Estácio Sá – Unesa. : E-mail: kkbeltrame@gmail.com

² ORIENTADOR: Professor Mestre em Comunicação pela Universidade Estadual de Londrina, especialista em Gestão de Moda e graduado em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda. E-mail: murilo.ito1@gmail.com

passos na fotografia com uma Kodak Brownie, uma câmera amadora rudimentar em 1949.

Em 1951, aos 25 anos, voltou para Nova York quando começou a trabalhar como babá, e paralelamente registrou fotografias incansavelmente durante 40 anos com sua câmera *Rolleiflex*³, capturando diversas cenas do cotidiano das pessoas ao seu redor. Na época, Maier não era conhecida como fotógrafa, pois todos os registros que fazia eram guardados e nunca mostrados a ninguém; todos a conheciam apenas como uma babá que gostava de registrar momentos do dia a dia.

Durante as décadas de 1950 a 1990, Maier trabalhou como babá na casa de diversas famílias, nas cidades de Chicago e Nova York, onde registrou através de 150 mil negativos, 3000 mil fotos impressas, centenas de filmes e áudios, momentos que acreditava ser importante em sua vida, no entanto sempre no anonimato.

Parte da descrição de Vivian Maier deve-se ao fato da mesma ter sido uma pessoa muito reservada, pois tinha poucos amigos e em relação a vínculos familiares também não há relatos de que Vivian foi casada ou teve filhos, ou alguém convivendo próximo a ela como a mãe, pai, irmãos ou parentes.

Após a sua morte, diversos materiais incluindo centenas de rolos de filmes sem revelação, filmes revelados, fitas gravadas, cartões postais, papéis e outros itens da fotógrafa foram a leilão e a partir do arremate realizado pelo corretor de imóveis americano John Maloof é que seu nome e seus trabalhos como fotógrafa ficaram conhecidos mundialmente.

Maloof fascinado pelos belos registros feitos por Maier realizou diversas pesquisas para saber mais sobre a vida da fotógrafa e através de anotações que encontrou no material arrematado, conseguiu traçar uma “linha do tempo” e descobriu parte da história da vida de Vivian. Onde ela trabalhou, o que fazia, como ela se relacionava com as pessoas, o que gostava, e além disso, conseguiu outros objetos pertencentes a ela, ou seja, tudo que sabemos sobre Vivian atualmente foi devido a esta descoberta e a vontade de Maloof em querer mostrar essas fotografias ao mundo.

Após a catalogação do material, Maloof fez um livro sobre Maier, *Vivian Maier: uma fotógrafa de rua*, onde ele revela que o estilo fotográfico de Vivian

³ É uma câmera TLR "*Twin Lens Reflex*" composta por duas lentes e um espelho, sendo a lente superior a que produz a imagem que o fotógrafo vê e a debaixo a imagem que sensibiliza o filme.

enquadra-se na fotografia de rua ou “*street photography*”, e conta um pouco da história da Vivian e trás várias de suas fotografias.

Seu estilo fotográfico é totalmente focado no dia a dia das pessoas utilizando apenas a iluminação natural para representar de maneira eficaz o cotidiano das mesmas. O propósito de retratar o dia a dia urbano de pessoas comuns por meio da fotografia assumiu diferentes formas visuais ao longo dos séculos XIX e XX, Carvalho (2016, p. 81 apud SALOMON-GODEAU, 1991). Além de fotografias de pessoas, Vivian fotografava construções, fazia autorretratos em objetos refletivos que encontrava em seu caminho, tanto em ambientes internos quanto em lugares externos.

A escolha pelo tema do presente artigo está ligada a necessidade de mostrar a importância da fotografia de rua para a constituição da história da fotografia. As imagens de Vivian Maier revelam a realidade das sociedades por onde ela passou e em várias fotografias de Vivian é possível perceber as disparidades sociais da época, diferenças essas que mesmo com o passar dos anos continuam em países de primeiro mundo como os Estados Unidos, local que Maier tirou a maior parte de suas fotografias. Atualmente, suas imagens contribuem para o aprofundamento do estudo fotográfico e fazem parte da fotografia contemporânea.

São trabalhos que representam o cotidiano e realidades sociais e imagens construídas a partir de um olhar atento e treinado, que Vivian desenvolveu com o passar dos anos, ou seja, de modo empírico, a retratar, enquadrar e compor uma cena. Chama-nos a atenção para refletir sobre a constituição da fotografia de rua e a observar a tensão social existente entre a fotografia e cotidiano das cidades, a fim de nos fazer pensar sobre diversos aspectos que constituem a fotografia.

2. Desenvolvimento

2.1 Luz, sombra e a fotografia de rua

Não se pode compreender a fotografia sem compreender como ocorre a relação entre luz/sombra/câmera, uma vez que é a partir da luz que se constrói uma imagem fotográfica. A incidência da luz sobre um objeto e a configuração da máquina para a captura de determinada imagem constitui uma linguagem construída em determinado tempo e espaço, intitulado a ela determinada comunicação, sendo assim, a quantidade de luz e ou sombra que uma imagem possui “diz” muito sobre sua

constituição e sobre o(a) fotógrafo(a) que a fez, permitindo mostrar e ocultar detalhes. Trata-se de um “jogo” de composição entre luz e sombra, entre o visível e o implícito. Partindo também dessa perspectiva, Luersen (2007. p. 1) diz, “A imagem é, portanto, uma relação do tema com a luz”, a partir disso, conclui-se que sem luz, não há imagem, e sem sombra não há comunicação e diferenciação entre os elementos retratados.

É de grande importância que os fotógrafos das mais diversas áreas compreendam que a câmera possui um sistema de captação de luz muito semelhante ao do olho humano, e que a compreensão do processo de captação da luz tanto pela máquina, quanto pelo olho é de extrema importância para os profissionais. Neste capítulo serão explicados tais funcionamentos de modo breve a fim de apenas introduzir o assunto.

Aumont em seu livro *A imagem*, inicia dizendo que “Se existem imagens, é porque temos olhos” (1993, p.1), logo no início fica claro que nossos olhos e as câmeras fotográficas, têm muitas coisas em comum, pois se fotografamos é porque temos olhos. Ele também argumenta que o princípio de captação de luz, seja por um orifício em determinado objeto que a luz atinge e o atravessa, originando assim uma imagem pálida e com as bordas embaçadas, devido a curta exposição, ou a captura de luz, através de sensores e lentes mais desenvolvidas é o mesmo processo que os nossos olhos fazem ao captar luz e resultar em imagem.

É esse princípio da “captura” de uma grande quantidade de raios sobre uma superfície, e da concentração deles em um ponto, que muitos instrumentos ópticos utilizam como é caso da câmera fotográfica [...] É esse mesmo princípio que funciona no olho. (AUMONT, 1993, P.19).

A luz é muito importante para a fotografia, pois é através dela que ocorre a comunicação do fotógrafo com o mundo, é a presença de luz que define a vivacidade e a ausência causa dramaticidade de uma cena, sem a sua existência não existiria fotografia. Luz é linguagem, é efeito de sentido. Ela, não é apenas um aspecto físico, e sim uma narrativa.

Para Martins (2004, p. 56) a fotografia “deve expressar emoções que, de acordo com a história, podem ser claras, sóbrias, dramáticas, trágicas, quietas, devendo ser integradas a história”.

Diferente da iluminação cinematográfica, da fotografia publicitária ou editorial; a iluminação na fotografia de rua, no fotojornalismo e na fotografia documental utilizam

em sua constituição a luz natural como constituinte de uma cena. São nestes tipos de fotografia que a habilidade, a sensibilidade e toda a narrativa e conhecimento sobre o funcionamento da luz e da sombra são essenciais e diferenciam os bons fotógrafos dos inexperientes.

Compreender como a luz funciona sobre os objetos é de extrema importância para qualquer fotógrafo e principalmente àqueles que utilizam a luz natural como meio de linguagem fotográfica.

2.2 Fotografia de rua e sua relação com a fotografia documental e com o fotojornalismo

O propósito de retratar o dia a dia urbano de pessoas comuns por meio da fotografia assumiu diferentes formas visuais ao longo dos séculos XIX e XX, e intensificou-se nos anos 90, quando grandes trabalhos surgiram e foram apresentados em museus e galerias pelo mundo, Carvalho (2016, p.81 *apud* SALOMON-GODEAU, 1991)

Desde a sua invenção, a fotografia teve um papel fundamental na vida das pessoas. Carvalho (2016) relata que, por meio da fotografia desenvolveu-se uma grande quantidade de arquivos voltados para a vida humana, transformando assim o modo de ver e analisar imagens.

Vivian Maier é considerada uma fotógrafa de rua, seus retratos são registros do cotidiano da sociedade em que vivia e por onde passava. Para podermos compreender como constrói-se tal estilo fotográfico precisaremos pesquisar dentro do fotojornalismo e da fotografia documental o seu surgimento, pois esses três ramos da fotografia possui uma linha tênue de diferenciação e até certo ponto eles relacionam-se.

Nos próximos parágrafos, buscaremos de modo breve abordar a história de cada um desses estilos de fazer fotografia, os principais nomes e relacionar o estilo com a fotografia de Maier.

O fotojornalismo possui uma área bem abrangente e até mesmo controversa em relação a sua definição, segundo Sousa (2002) até mesmo fotografias que estão dentro de veículos jornalísticos por vezes não são consideradas fotojornalismo. Para o autor é necessário que uma fotografia jornalística possua 'valor jornalístico', no entanto, a definição de 'valor jornalístico' é um atributo difícil de ser definido, devido

às singularidades que cada veículo de comunicação social possui em relação à valorização da informação; nas palavras do autor o 'valor jornalístico' é "o que tem valor como notícia, ou seja, o que tem "valor-notícia".

Ainda sob a definição de Sousa (2002), o 'valor jornalístico' pode ser encontrado além do fotojornalismo, passando para a esfera do fotodocumentarismo, no entanto, ainda nos manteremos firmes na tentativa de construir melhor a definição de fotojornalismo, porém, fica claro nesta pequena tentativa que os tipos se interpelam no momento de sua constituição.

Fotojornalismo, assim como outras áreas do jornalismo tem como foco a informação, precisando cumprir pautas em locais que na maioria das vezes não terá uma segunda chance de encontrar 'A imagem', o campo a ser fotografado (objeto, pauta) é desconhecido. Mas, o fato de ter uma pauta e um veículo mediador, não retira da função-fotógrafo o olhar atento ao social e a representação da escrita (notícia) factual. (SOUSA, 2002).

Sousa (2002) relata que quando o assunto é fotojornalismo não se pode pensar apenas na fotografia, pois a fotografia em si, no caso do fotojornalismo é incapaz de oferecer ao leitor determinadas informações e para que o processo comunicacional ocorra é necessário a complementação do texto jornalístico. Como exemplo o autor menciona sobre a fotografia de guerra, onde apenas uma imagem pode representar símbolos de qualquer guerra, não representando um momento (guerra) particular, sendo necessária a complementação do texto à imagem.

A partir dos pressupostos acima, fica claro que o fotojornalista para ter boas fotografias, precisa trabalhar de modo conjunto com o redator, pois a fotografia e a notícia escrita precisam se complementar, para que juntas validem uma informação.

Historicamente a fotografia nem sempre esteve presente nos impressos jornalísticos como conhecemos hoje, pois por muito tempo os editores de jornais opunham-se a ela por acreditar que as fotografias não enquadravam-se nas convenções jornalísticas vigentes na época. (SOUSA, 2002).

O fotojornalismo moderno inicia-se nos anos 20 na Alemanha, local que possuía diversas revistas ilustradas com tiragens na casa dos milhões de exemplares. Com o passar dos anos estas revistas espalharam-se pela Europa e posteriormente para os Estados Unidos. E é a partir dos anos 20 que o fotojornalismo começa a fazer parte das revistas e a ser visto como um complemento importante para a notícia. (SOUSA, 2002).

Alguns anos após a utilização do fotojornalismo para comunicar ideias, mais precisamente em 1933 com a chegada de Hitler ao poder, muitos fotojornalistas tiveram que deixar a Alemanha, fato que segundo Sousa (2002. p.19) “provocou um colapso no fotojornalismo alemão”. Nesse período fotojornalistas e editores que estavam trabalhando para a esquerda política tiveram que fugir da Alemanha para outros países da Europa e Estados Unidos e consigo levaram as concepções do fotojornalismo alemão para esses outros lugares.

É nesta época que o fotodocumentarismo começa a fazer parte da fotografia e novos nomes surgem buscando um modo mais singular de retratar determinados assuntos, e outros fotógrafos destacam-se pela busca do retrato social em suas fotografias. No pós-guerra ocorreu uma expansão na área do fotojornalismo e também no fotodocumentarismo, e nos anos 50 ambas as áreas tiveram novos protagonistas conhecidos e até mesmo grandes nomes desconhecidos como foi o caso de Vivian Maier, considerada fotógrafa de rua, estilo de fotografia que foi originado a partir do fotojornalismo e do fotodocumentarismo.

O estilo fotografia de rua, para muitos, está dentro da categoria de fotografia documental, o que dificulta a compreensão de um gênero específico (CARVALHO, 2016). Sendo assim, contextualizar sobre o caráter documental da fotografia e sua denominação se faz por meio das exigências da modernidade, principalmente para consolidar representações mais fidedignas de documentos científicos e de viagens, entre outras práticas sociais, como os retratos.

De acordo com Maia, o caráter objetivo da imagem e sua precisão em representar a realidade foram cruciais para a legitimidade do documento fotográfico como prova e a larga disseminação deste tipo de imagem para os mais diversos fins comerciais e profissionais. (MAIA, 2005).

A partir da compreensão acerca da fotografia documental, fotografia de expressão e de rua, fica mais clara a análise em relação às fotos de Vivian Maier. Em suas fotografias nota-se uma junção dessas características, pois, o seu estilo remete a fotografar o cotidiano.

2.4 Vivian Maier: do anonimato às galerias de fotografia

A escolha das imagens reproduzidas por Vivian Maier que compõem como forma de inspiração o presente trabalho levou em consideração não somente seu

estilo fotográfico, que aborda a fotografia de rua como a documentação através das fotografias capturadas e eternizadas no dia-a-dia de cenários urbanos, mas também é dada devida importância à questão da espontaneidade, de onde muitas de suas obras retratam com a devida naturalidade e falta de interferência na ação da personagem abordada.

Vivian Maier fotografou por quatro décadas cenários que compunham o mundo a sua volta e durante esse período permaneceu em acentuado anonimato capturando fotografias que retratavam a vida cotidiana das mais diversas classes de pessoas que transitavam nas ruas. Quando seus negativos foram encontrados pelo historiador John Maloof em 2007, a história da fotografia de rua ganhou mais um nome, o de Maier, que durante a sua vida capturou, como já mencionamos, 150 mil negativos, 2.000 mil rolos de filmes não revelados em preto e branco e 700 rolos de filmes coloridos também sem revelação, contendo variados temas entre pessoas, construções e lugares.

No documentário *Finding Vivian Maier* as pessoas que conheceram Maier falam um pouco sobre ela e que jamais pensariam que aquela mulher misteriosa e reservada pudesse ter registrado tantas fotografias em sua vida e com tanta habilidade fotográfica.

Após as descobertas dos negativos e filmes, John buscou ajuda do acervo *Tate Modern*⁴ para organizar o material encontrado, no entanto obteve uma resposta negativa, o que fez com que ele mesmo organiza-se todo o material encontrado, relatando que foi nesse instante que compreendeu estar por conta própria (Documentário *Finding Vivian Maier*, 2013).

Após a separação do material e revelação de algumas fotografias para a exposição, John conseguiu um espaço no Centro Cultural de Chicago, que foi um sucesso e virou notícia em diversos jornais da cidade. Mais tarde o livro sobre as obras da babá e fotógrafa, intitulado *Vivian Maier: uma fotógrafa de rua*, ficou mundialmente conhecido.

Maier fotografava com uma máquina *Rolleiflex* e o sistema de lentes dessa máquina permitia que o fotógrafo não coloca-se a máquina no rosto para dar o clique e com isso o clique passava despercebido, captando assim toda a espontaneidade que a fotografia de rua deve ter.

⁴ Museu de arte moderna e contemporânea

Apesar da maior parte de suas fotografias terem sido tiradas em Chicago e Nova York, Vivian Maier viajou o mundo durante oito meses e conheceu diversos lugares, como Bangkok, Índia, Tailândia, Egito, Lâmen, e toda a América do sul, incluindo o Brasil. (Finding Vivian Maier, 2013).

Sua fotografia encanta devido ao conhecimento dos enquadramentos, olhar aguçado sobre o que está a sua volta, senso de humor, senso de tragédia e conhecimento de iluminação. Vivian possuía fortes referências, pois em suas imagens existem traços de inspiração de grandes fotógrafos, como Robert Frank, Diane Arbus, Lisette Model entre outros.

Figura 4 - 1959. Kochi, India



Figura 5 - Autorretrato

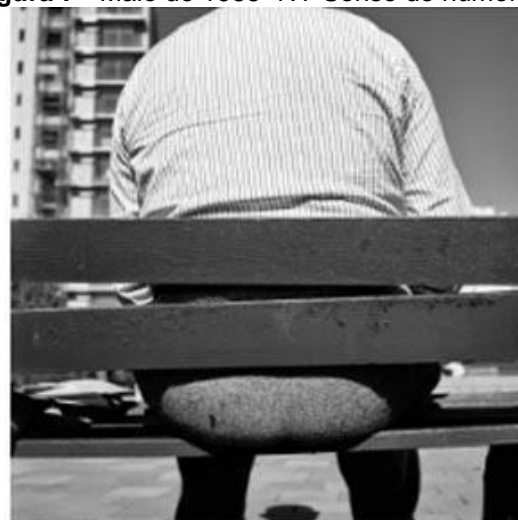


Fonte: <http://www.vivianmaier.com>

Figura 6 - Fotografia de rua



Figura 7 - Maio de 1955- NY Senso de humor



Fonte: <http://www.vivianmaier.com>

3 Metodologia

Para o desenvolvimento do artigo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica exploratória sobre a história da fotografia, conceitos de composição e sobre as obras e a vida da Vivian Maier. A construção do presente trabalho partiu dos princípios da fotografia, abrangendo seu desenvolvimento histórico, algumas técnicas fotográficas relacionadas a fotografia de rua e por fim uma análise breve em algumas fotografias feitas por Vivian Maier.

4 Resultados

Foi possível conhecer através da história do fotojornalismo e o seu desdobramento para a constituição do gênero da fotografia de rua, sendo este caracterizado pela captura do flagrante e agilidade do sujeito-fotógrafo em capturar uma imagem que conte uma história, ou que relate um sentimento.

No caso das fotografias de Vivian Maier é possível verificar a existências dos detalhes que caracterizam a fotografia de rua como: representação da realidade, o olhar atento ao que está a sua volta, conhecimento em relação a iluminação e a busca por expressões naturais e não posadas dos sujeitos retratados. E compreender a importância que suas fotografias tem para a história da fotografia e especialmente para a fotografia de rua ou street photography.

5 Considerações Finais

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou compreender a fotografia de rua e sobre as técnicas usadas por Vivian Maier, grande adepta deste estilo fotográfico. Além disso, permitiu uma pesquisa bibliográfica sobre o fotojornalismo e a fotografia documental, estilos que com o passar dos anos originou a fotografia de rua e revelou grandes nomes.

Desde o surgimento da fotografia, o objetivo de fotografar era o registro histórico de um momento vivido por uma ou várias pessoas, na fotografia de rua isso não é diferente. Nesse tipo de fotografia, dentre as variantes do estilo, o foco sempre vai ser a espontaneidade do ser humano, o olhar "puro". O conhecimento do fotógrafo sobre o ser humano é o que irá lhe destacar dos demais, além disso, o

conhecimento sobre fotografia, sobre iluminação, ângulos e formas entra em cena de modo rápido e sem oportunidade de erro.

REFERÊNCIAS

AUMONT, Jaques. **A imagem**. 8ª Ed. Campinas-SP: Papyrus, 1993

CARVALHO, Victa. **A experiência do homem comum na fotografia de rua contemporânea**. Galáxia: (São Paulo, Online), n. 32, p. 80-92, ago. 2016. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542016223091>>. Acesso em: 14 set. 2017

DOCUMENTÁRIO FINDING VIVIAN MAIER. YOUTUBE. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LJUEVRG2O_c> Acesso em: 14 set. 2007

DORRITZ, Harazim. **O Enigma de Vivian Maier**. Revista de fotografia Zum Disponível em: < <http://revistazum.com.br/colunistas/o-enigma-vivian-maier>>. Acesso em: 01 jun. 2017

LUERSEN, Angélica: **Fotografia: a escrita da luz**. Passo Fundo – RS: Intercom Sul, 2007. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2007/resumos/R0520-1.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2017

MAIA, Ravena Sena. **A paisagem na fotografia documental contemporânea: Tendências estéticas na obra “Paisagem Submersa”**. 2009. Disponível em: <<http://www.dobrasvisuais.com.br/wp-content/uploads/2013/10/A-paisagem-nafotografia-documental-contempor%C3%A2nea.pdf>>. Acessado em: 27 jun. 2017

MARTINS, André Reis. **A luz no cinema**. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VPQZ-6Z9SME/dissert_cao_andre_reis.pdf?sequence=1>. Acesso: 18 mai. 2017

SOUSA, Jorge Pedro. **Fotojornalismo Uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa**. 2002. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-fotojornalismo.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2017

VIVIAN MAIER. SITE. Disponível em: <<http://www.vivianmaier.com>>. Acesso em: 01 jun. 2017.



Centro Universitário Univel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

O IMPACTO DO REBRANDING NAS EMPRESAS: A RECONSTRUÇÃO DA MARCA DA UNIVEL COMO MODO DE ALCANÇAR NOVOS CONSUMIDORES

Kássia Paloma Beltrame Oliveira¹
Rodrigo Silvério Cardoso²

RESUMO: Muitas empresas brasileiras não se constituem no mercado por causa da fraca gestão de marca envolvida no seu desenvolvimento, seja pela falta de planejamento do empresário ou pelo fato de achar desnecessário a construção de uma marca forte e inesquecível no mercado. Para a análise do impacto do rebranding na Faculdade Univel, foi feita uma entrevista com o departamento de marketing da instituição, onde foi constatado uma aceitação de 92% em relação a marca antiga. E também, uma entrevista com a equipe que desenvolveu o design da nova marca para saber os princípios do design gráfico utilizados na construção gráfica da marca.

Palavras-chave: Marketing. *Rebranding*. Estratégias

1 Introdução

Com o passar dos anos, torna-se necessário que ocorram mudanças na gestão e no visual das empresas, sejam elas de pequeno, médio ou de grande porte. Isso ocorre devido às mudanças que o mercado ocasiona nas empresas e às alterações socioculturais ocorridas na sociedade. No entanto, muitas empresas surgem de maneira desestruturada, tanto em relação ao capital quanto em relação às estratégias que devem desempenhar no decorrer dos anos.

¹ Acadêmico do Curso de Fotografia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel, graduada em Comunicação Social – Jornalismo e especialista em Inteligência Competitiva e Marketing pela Universidade Estácio Sá – Unesa. : E-mail: kkbeltrame@gmail.com

² ORIENTADOR: Mestre em Administração Estratégica pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-PR, MBA em Educação a Distância - Grupo Educacional OPET, MBA em Marketing, Propaganda e Vendas pelo INBRAPE / UNIVEL. E-mail: rodrigocardoso@univel.br

Grande parte das pequenas e médias empresas que estão atualmente em funcionamento não conseguem permanecer em atividade no mercado por muito tempo e, um dos motivos, relaciona-se ao planejamento estratégico comunicacional das empresas. Os negócios começam desestruturados e seus gestores muitas vezes pensam apenas em oferecer o menor preço e brindes, desprezando, assim, os demais diferenciais competitivos que realmente agregam valor à empresa, um exemplo é a comunicação interna e externa das empresas. Para Kotler (2003, p. 10), o marketing é a resposta para como competir em outras bases que não apenas por preço”

Percebe-se que, as grandes empresas estão cada vez mais utilizando esses dois setores para alavancar seus valores e seu poder de capital. A comunicação ocorre através das mídias *off-line* como, revistas, *outdoors*, comerciais e outros e da mídia *online*, por meio do *site* da empresa, interação com o público nas mídias sociais e outros. Além desses meios, os fortes gestores de marketing e equipe, que desenvolvem toda a estratégia de marca das empresas para que, posteriormente, toda a comunicação transmita uma imagem única da empresa.

A escolha pelo tema do presente artigo deve-se, principalmente, pela importância da renovação da marca para as empresas se (re)posicionarem no mercado perante seus consumidores, o que dentro da área do marketing e publicidade chamamos de *rebranding*.

2 Desenvolvimento

2.1 O Marketing como ponto de ancoragem para as estratégias de negócios

O profissional de marketing trabalha diretamente com o mercado. Por meio dele as empresas se relacionam com clientes e consumidores. Através das práticas desenvolvidas pelo marketing os desejos e as necessidades humanas se satisfazem, e todo esse processo ocorre a partir dos processos de trocas, segundo Telles (2003).

O marketing se tornou a ferramenta base para as empresas que estão ativas e querem crescer em um mercado tão competitivo, uma vez que existe excesso de produtividade e falta de consumidores, deixando muitos gestores de empresas desesperados para ter novos clientes com preços baixíssimos. Para KOTLER (2003, p. 9), “o marketing é a resposta para como competir em outras bases que não

apenas o preço. Por causa do excesso de capacidade, o marketing tornou-se mais importante do que nunca”.

O sistema de marketing é fundamental para as organizações, pois auxilia na construção das operações organizacionais. Telles (2003) fala do marketing como uma organização e afirma que ele pode ser visto também como um meio para as tomadas de decisões sobre produtos, serviços, canais de distribuição, promoção valor e preços “é o instrumento por meio do qual essas decisões são implementadas” (TELLES, 2003, p.06).

As práticas de marketing têm grande importância dentro das empresas, pois a sua ação deve começar antes de qualquer lançamento de valor para a empresa. Assim como Telles (2003), Kotler (2003) destaca a importância do marketing para a estratégia de negócios. Para ele, o marketing determina como lançar, precificar, distribuir e promover resultados e, além disso, é o responsável por determinar o término de uma promoção ou distribuição de bens e serviços. No entanto, mesmo com a importância praticável e comprovada da área, muitas empresas executam as atividades estratégicas e de planejamento apenas após o desenvolvimento de um produto/serviço, e muitas outras não executam nenhuma prática de marketing por seus gestores considerarem-nas desnecessárias. Como complemento, Souza (2016) afirma que, para uma empresa se consolidar em um mercado de grandes mudanças, é imprescindível que a empresa seja construída de maneira planejada, cabendo aos membros da empresa a constante atualização de planejamentos com o intuito de conquistar novas oportunidades de negócios.

O marketing tornou-se uma poderosa estratégia empresarial capaz de promover o desenvolvimento das organizações e das pessoas que pertencem a elas. Com o passar dos anos, as práticas do marketing deixam de serem consideradas apenas como um “luxo” e passam a ser imprescindíveis.

2.2 Quando o *rebranding* torna-se necessário para as empresas

A identidade visual de uma empresa é constituída por diversos elementos e não apenas pelo logotipo da marca. A união desses elementos constituintes do sistema de identidade transmitem significados, agregando assim valores e emoção à marca.

A marca, quando bem desenvolvida e executada, exerce uma espécie de “poder” sobre as pessoas, aguçando os sentidos sensoriais, a fim de conquistá-los e fidelizá-los. Fica claro aqui, que uma marca não é apenas um logotipo, ou apenas um bom atendimento, ela é um conjunto de coisas baseadas no contexto social, histórico e cultural em que está inserida. Sendo assim, a análise cultural do *target* da marca se torna extremamente importante, sendo necessário, muitas vezes uma reestruturação da marca ou pequenos ajustes em partes da gestão de *brand*. Ghodeswar (2008, p. 4) destaca que, “a identidade da marca baseia-se numa compreensão Clientes da empresa, concorrentes e ambiente de negócios”. A partir desses dizeres fica explícito que as empresas não podem ter uma ideia incompleta dos seus clientes, mas sim conhecê-los a fundo, saber como se comportam, o que fazem.

Por mais bem posicionada uma marca, em um determinado momento ou em vários momentos de sua existência, ocorrerão mudanças, para se (re)posicionar ao mercado. Como vemos os fatores ligados ao mercado, aos consumidores e ao *design* em si, são mutáveis e uma vez a empresa constituída ou não, precisa acompanhar esses espaços. Para que as conquistas aconteçam corretamente é proposto uma espécie de recondicionamento do marca e ou novo desenvolvimento da mesma, o chamado *rebranding*.

Além do *rebranding* ser usado para designar o desenvolvimento de novas identidades visuais para as empresas, ele também significa o desenvolvimento do posicionamento da empresa em relação aos seus consumidores, fornecedores e setores internos. Algumas marcas optam por fazer uma mudança completa, desde aspectos gráficos a aspectos de filosofia empresarial.

Santos (2013) orienta que o *rebranding* não é o método sempre eficaz, pois pode trazer pontos positivos para a empresa ou negativos. Por isso, qualquer decisão relacionada a marca deve ser feita com cautela e pautada por muitas análises e dados válidos. O autor entende que o reposicionamento da marca no mercado é um dos principais motivos para que ela seja refeita e/ou ajustada à linguagem empresarial desejada. Além desse fator, a abertura do mercado e a chegada da concorrência fazem com que as empresas modifiquem-se no mercado, a fim de alcançar de maneira satisfatória o seu espaço, ampliando-o ou fidelizando-o com sua imagem.

2.3 Breve levantamento histórico – Centro Universitário Univel

O Centro Universitário Univel foi fundada por Renato Silva em 10 de fevereiro de 1995 e começou suas atividades educacionais um ano após, no colégio Nossa Senhora Auxiliadora, localizado em Cascavel-Pr. A faculdade iniciou com apenas quatro cursos de graduação, sendo eles: Direito, Administração, Processamento de Dados e Economia. Hoje, a Univel contém mais de 20 cursos presenciais de graduação, oferta, também, cinco cursos na modalidade EAD – Educação à Distância e pós-graduação *lato sensu*³. O lema da faculdade é *“Inovação e criatividade fazem parte da nossa história. História de transformar a vida das pessoas. São 20 anos de excelência em qualidade de ensino e parcerias com instituições renomadas”*, Site Univel.

A faculdade possui dois núcleos de Práticas Jurídicas, sendo um deles localizado no próprio prédio da Justiça Federal, na cidade de Cascavel-PR. O desenvolvimento desses núcleos serve tanto para aprimorar na prática a teoria passada aos alunos, como para ajudar as pessoas que não tem condições financeiras de contratar auxílio jurídico. Além desse projeto sócio educacional, a faculdade tem o Projeto Geração, que é voltado à terceira idade. Todas essas atividades sociais servem para divulgação da instituição perante a sociedade como um todo.

2.4 Histórico da Antiga Marca Univel

A primeira representação da marca da Univel, tinha um significado muito forte e formulado pelo fundador da instituição de ensino, Renato Silva, sendo ele pautado em como o aluno entrou na faculdade e como ele irá sair dela. Dentro da comunicação, a cor azul representa confiança, um dos pilares que desde o início foi importante, pois, é a partir da confiança dos estudantes e moradores da cidade que uma empresa se constitui. Além desse significado, a cor azul passa sabedoria, inteligência e verdade, itens primordiais na formação profissional de um indivíduo.

³ Pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (Master Business Administration). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso o aluno obterá certificado e não diploma.

O significado mais importante do azul está no simbolismo das cores, nosso sentimento que vinculamos ao azul. O azul é a cor de todas as características boas que se afirmam no decorrer do tempo, de todos os sentimentos bons que não estão sob o domínio da paixão pura e simples, e sim da compreensão mútua. Não existe sentimento negativo em que o azul predomine. Heller (2013,p. 46)

Figura 01 - Marca antiga da Faculdade Univel



Fonte: Google imagens

O símbolo de curva representa a transformação: sendo a curva menor a representação do aluno que inicia na Univel, ou seja, uma pessoa com pouco conhecimento que, após passar pela faculdade sairá transformado pela experiência acadêmica e convívio com os docentes da Univel, representado pelas partes mais altas da curva que forma a marca. A constituição desses dois itens (entrada e a saída do aluno).

Fica claro que, desde o início, a elaboração da marca condizia com todo o processo de gestão interna da empresa, onde a visão do fundador era a de expansão e transformação. Para Wheeler (2012, p. 41), as marcas devem significar, “as melhores marcas representam algo importante”. No caso da marca em análise, transformação e conhecimento, “uma grande ideia, um posicionamento estratégico, um conjunto de valores bem definidos, uma “voz” que se destaca”.

O nome UNIVEL, é a junção de União “UNI” e Cascavel “VEL”. A junção da credibilidade transmitida na cor e na nomenclatura fácil, auxiliou na durabilidade da marca perante o mercado, visto que, esses são apenas alguns dos aspectos da durabilidade da marca, não analisando aqui nesse tópico do artigo as atividades relacionadas ao marketing interno e a publicidade externa da empresa. Wheeler (2012) diz, que as marcas fáceis de serem reconhecidas e memoradas oferecem mais segurança aos consumidores.

A marca da Univel possui um forte significado, no entanto, a tipografia utilizada anteriormente apresentava problemas quando reduzida, os espaçamentos entre as letras era inadequado, aproximando exageradamente as letras umas das outras. As curvas da tipografia não apresentavam uniformidade, possivelmente

devido aos ajustes de largura e altura não proporcionais. Mais detalhes serão abordados no próximo tópico “*Rebranding Univel*”.

2.5 *Rebranding Univel*

Após 20 anos do desenvolvimento da marca da faculdade, foi aberto concorrência para a reformulação da marca, pois, a tradição já conhecida no mercado paranaense precisava ter um apoio, o da inovação e da modernidade. Wheeler (2012, p. 92) destaca que “à medida que as empresas crescem, seus propósitos se tornam mais lúcidos; seu posicionamento, mais refinado e o que está em jogo muda quando surgem novos mercados”.

O gerente de Marketing, responsável pela reconstrução e reposicionamento da marca destaca o que Wheeler (2012) disse acima “que os alunos mudaram, o mercado mudou e, com isso, é necessário trazer novidades e desenvolvimento de ações que representem essa mudança somos na maioria das vezes os primeiros a trazer novos processos, ações e conceitos e precisávamos de uma nova roupagem, mais jovem, para aproximar-se dos acadêmicos”, relata Adriano Arrosi de Oliveira.

No processo de escolha de agência foi escolhida a DBPV, agência localizada na cidade de Cascavel, além da reconstrução da marca pela agência, foi desenvolvido toda a nova aplicação da marca e reconstrução visual dos *folders* e materiais institucionais, como *outdoors*, filmes publicitário e outras peças de divulgação, para que a comunicação externa se completasse por meio da comunicação com “voz” unificada e centralizada.

A nova identidade e comunicação da empresa requer alto grau de atenção nas peças e ações desenvolvidas e o uso unificado e claro da linguagem visual.

A nova marca representa: uma instituição moderna, confiável, em constante crescimento e em busca por melhorias. Uma instituição mais próxima de seus alunos e colaboradores, sem um rompimento com sua história e origem. As formas, tipos e cores representam a evolução de uma marca e uma instituição, atenção para o presente e um olhar para o futuro.

Após a agência responsável compreender todos esses novos pontos de ancoragem que a nova marca e a nova comunicação deveriam traduzir ao público, iniciou-se o processo de desenvolvimento, resultando em:

Figura 02 - Marca nova da Faculdade Univel

Fonte: Site Univel

Uma marca mais leve, e aplicável em qualquer superfície, que resulta na promoção e na publicidade da marca, seja ela em materiais como papelarias até os diversos meios de comunicação (do rádio ao digital).

O desenvolvimento foi executado em duas etapas, sendo elas:

- 1) Pesquisa sobre outras instituições
- 2) Geração de alternativas e ajustes

Para a escolha, todas as opções desenvolvidas contaram com defesas embasadas nos materiais de desenvolvimento de marcas e nos conceitos passados à agência.

Além de cursos de graduação, a Univel oferta o curso de pós-graduação, sendo 16 presenciais, três EAD e 6 em parceria com a FGV – Faculdade Getúlio Vargas. Para os cursos *lato sensu* a faculdade utiliza uma extensão da marca, que é constituída pela *tagline* “Pós” e as cores são modificadas, sendo o azul mais escuro, simbolizando “maturidade” e a cor cinza, que simboliza uma cor mais conservadora e imparcial.

Figura 03: Marca Pós – graduação Univel

Fonte: Site Univel

Já a marca na modalidade EAD, é trabalhada com a cor amarela e possui um *slogan* “Sempre perto de você”.

Figura 04: Aplicação da marca Univel EAD no fundo azul



Fonte: Google imagens

3 Metodologia

Para o desenvolvimento deste trabalho foi utilizado dois tipos de pesquisa, a pesquisa bibliográfica e a participante. A pesquisa bibliográfica, proporcionou maior familiaridade com o problema, uma vez que através dela foi extraída informações já existentes sobre o assunto, o que deu um respaldo abrangente sobre o tema e as características do mesmo. Já, através da pesquisa participante, foi realizada entrevistas com os envolvidos no desenvolvimento da marca Univel, sendo eles, marketing e *design*.

4 Resultados

O estudo foi realizado a partir das análises bibliográficas relacionadas ao marketing e a criação de marcas. Por meio desses estudos foi possível compreender a importância que o profissional de marketing em conjunto com a agência responsável pelo desenvolvimento da marca tem para a empresa, no caso do nosso artigo, a Univel.

Além disso, foi realizado uma entrevista com onze perguntas relacionadas aos processos de desenvolvimento da nova marca e gestão da mesma, onde foi relatado que após a mudança da marca a Univel obteve 92% de aprovação dos alunos e egressos através das redes sociais.

5 Considerações Finais

O posicionamento de uma empresa ocorre a partir das análises feitas pelo *marketing* em relação aos meios internos e externos que envolvem a empresa. Essa fase de análise é de extrema importância e para que a empresa se posicione corretamente no mercado, deve ser levando em consideração os dados concretos e jamais trabalhar evidências embasadas em superficialidades.

Quando a construção de uma marca está sendo desenvolvida tanto o *marketing* quanto o *designer* que está desenvolvendo-a devem ficar atentos aos princípios que a marca quer alcançar e, a partir disso, desenvolver de maneira cuidadosa e elaborada toda a gestão de marca e estratégia de divulgação da mesma. Já o *rebranding* é fundamental para as empresas, pois, com o passar dos anos, as pessoas mudam, o mercado muda e para acompanhar essas mudanças é necessário que as marcas trabalhem uma nova maneira de posicionamento, a fim de alcançar as metas que necessitam para se manter no mercado.

REFERÊNCIAS

GHODESWAR, B. M. **Buildingbrandidentity in competitivemarkets**: a conceptual model. *JournalofProduct& Brand Management*, 4–12, 17jan (2008)Disponívelem:<http://www.iei.liu.se/fek/svp/mafo/artikelarkiv/1.310120/Building_brand.pdf>Acesso em 08 jan 2017.

HELLER, E. **A psicologia das cores** : como as cores afetam a emoção e a razão. 1. ed. -- São Paulo. Disponível em:<https://lelivros.pro/book/baixar-livro-a-psicologia-das-cores-eva-heller-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/> Acesso em: 22/02/2017. Acesso: 22 fev 2017.

KELLER, K. L. A. S. M. **Gestão estratégica de marcas**. São Paulo: PerasonEducation do Brasil, 2003.

SOUZA, O. G. **Consultoria Empresarial**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.

SANTOS, A. V. M. dos. **Rebranding**: fundamentos e possibilidades para a evolução de marcas na indústria da moda. Outubro de 2013. Disponível em:<<https://goo.gl/zksy3U> > Acesso em 21 dez 2016.

TELLES, R. **Marketing empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2003.

WHEELER, A. F. A. da C. **Design de identidade de marca**: guia essencial para toda a equipe de gestão de marcas. 3 ed. Porto Alegre: Bookman,2012.



ARTIGOS GASTRONOMIA



Centro Universitário Univel

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

ENRIQUECIMENTO DE PUDIM COM BIOMASSA DE BANANA VERDE E FLAN COM LEITE DE KEFIR

Aline Nath Michalesen¹
Jean Carlos do Nascimento²
Maelli Siqueira³
Murilo Bredt⁴
Gabriela Bucaneve Guedes⁵

RESUMO: Alimentos funcionais proporcionam inúmeros benefícios à saúde. O kefir e a biomassa da banana verde constituem dois importantes grupos de alimentos funcionais: o probiótico e o alimento rico em fibra, além de outros benefícios que esses dois alimentos oferecem, estão também à capacidade de interagir com outros alimentos em busca de novas receitas que visam à saúde e o bem estar humano com a expectativa de máximo aproveitamento desses alimentos e seus benefícios. O objetivo do trabalho foi avaliar a aceitação de um pudim de leite enriquecido com biomassa de banana verde e um flan de morango enriquecido com leite de kefir. O grupo experimental compreendeu 64 idosos, sem distinção de gênero e 63 crianças, sendo 30 meninas e 33 meninos. Ambos os grupos responderam a um questionário em escala hedônica que compreende o nível de aceitação das preparações. Os resultados mostram que o pudim de leite com biomassa da banana verde foi significativamente mais aceito em relação ao flan de morango com leite de kefir. Em um âmbito geral, ambas as receitas possuem potenciais para uma ampla aceitação entre a população.

Palavras-chave: Alimentos funcionais. Probióticos. Aceitação sensorial.

1 Introdução

¹ Acadêmica do Curso de Tecnologia em Gastronomia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² Acadêmico do Curso Tecnologia em Gastronomia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

³ Acadêmica do Curso de Tecnologia em Gastronomia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

⁴ Acadêmico do Curso de Tecnologia em Gastronomia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

⁵ ORIENTADOR: Professora Especialista do Curso de Tecnologia em Gastronomia da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

Os hábitos alimentares e as mudanças no estilo de vida exercem um impacto positivo na prevenção e tratamento dessa doença, o que possibilita a visibilidade cada vez maior dos alimentos funcionais e seus benefícios. Os grãos e leite do Kefir são constituídos por um conjunto complexo de mais de 40 espécies de bactérias do ácido lático e leveduras que se encontram firmemente aderidas e encapsuladas por uma trama de polissacarídeos insolúveis que são secretados por algumas destas espécies (MARSHALL, 1993). Essa matriz polissacarídica, também chamada de kefirano, retém uma comunidade relativamente estável e constante de microrganismos (MARSHALL, 1993). A partir dos grãos de Kefir, obtêm-se uma bebida fermentada, ácida, levemente alcoólica, denominada Kefir. (GUZEL-SEYDIM et al., 2011). As leveduras e bactérias do ácido lático em associação simbiótica são responsáveis pelas diversas propriedades do Kefir para o nosso organismo como um alimento funcional (ZHOU et al., 2009).

A biomassa da banana verde como alimento funcional contribui por conter um alto teor de amido resistente, chegando a 84%, o que tem sido alvo de estudos que relacionam seus efeitos fisiológicos com a regulação da glicose, a glicemia pós-prandial e a produção de insulina. Pode também diminuir níveis séricos de colesterol e triglicerídeos. Além de conter em sua composição fibras solúveis e insolúveis reforçando as funções benéficas ao organismo. (MORAES et al., 2008; MONTEIRO e NASCIMENTO, 2013), a biomassa também apresenta baixos teores de umidade, de açúcares e compostos aromáticos, podendo ser utilizada para enriquecer vários produtos, visto que não altera o sabor nem o odor dos alimentos (MORAES et al., 2008). Estudos envolvendo propriedades físico-químicas da biomassa da banana verde como o pH 5,3, demonstram que a inclusão da biomassa da banana verde nos alimentos, aumenta sua vida de prateleira, devido a esse pH ser desfavorável ao crescimento de microrganismos. (BORGES et al., 2009) Outra propriedade favorável a biomassa de banana verde é o seu teor de vitamina C, que é de 15,12 mg.100 g⁻¹ que além de contribuir diretamente para atender em parte a necessidade de ingestão diária recomendada (IDR) de vitamina C para adultos, que é de 60 mg por dia, é um micromineral de grande importância para o sistema imunológico, metabolismo celular e sanguíneo, e um importante agente antioxidante. (KLINGELHOEFFER et al., 2012).

É certa que a fonte da longevidade está atrelada a qualidade de vida e o alimento ingerido representa uma gama de informações que o corpo absorve e

manifesta mediante ao que lhe é oferecido. Portanto, é clara a importância de novas receitas que envolva alimentos funcionais como os grãos e o leite do kefir e a biomassa da banana verde, e com isso aumentem a perspectiva de vida das pessoas e que ao mesmo tempo seja tão atrativa visualmente e palatavelmente quantas outras receitas mais calóricas, porém, que compreende maior aceitação pública.

2. Desenvolvimento

2.1 Alimentos Funcionais

O uso do termo alimentos funcionais foi proposto inicialmente no Japão na metade do ano de 1980, relacionando a crescente população de idosos e a preocupação com a prevenção de doenças crônico-degenerativas. Em decorrência, várias denominações foram usadas para nomear alimentos que oferecem proteção especial a saúde, tais como alimentos planejados, alimentos saudáveis, alimentos protetores, nutracêuticos, farmacêuticos, entre outros (PACHECO e CARLOS., 2001). Vidal e colaboradores (2012) reafirmam que os alimentos funcionais são aqueles que quando consumidos em dietas, melhorem o metabolismo e a fisiologia do organismo, além das funções nutricionais. Para que sejam eficazes esses alimentos funcionais devem ser usados de forma regular e associados ao aumento de ingestão de frutas, verduras, cereais integrais, carne, leite e outros alimentos ricos em Omega 3.

2.2 Propriedades funcionais do kefir

A palavra *kefir* é originária do eslavo keif que significa “bem-estar” e acredita-se que teve sua origem nas montanhas do Cáucaso, no Tibet ou na Mongólia. O kefir é um leite fermentado produzido a partir dos grãos de kefir, também conhecidos como kefir, tibicos, cogumelos tibetanos, plantas de iogurte, cogumelos do iogurte, *kephir*, *kiaphur*, *kefer*, *knapon*, *kepiand* e *kippi*. (KEMP, 1984). Sendo produzido e consumido nos principais países desenvolvidos no mundo e ganhando espaço nas indústrias, porém mantendo sua produção artesanal, o kefir está em crescente popularização (SANTOS et al., 2012). Os grãos de kefir fermentam diversos alimentos, como leite de vaca, açúcar mascavo, sucos de frutas, dentre outros. A

produção da bebida ocorre diretamente pela adição dos grãos no substrato de preferência. O leite fermentado tem um valor benéfico como probióticos que atua na melhoria da saúde do sistema digestivo, redução do colesterol no soro, melhoria na tolerância à lactose, função imunológica melhorada, controle de sintomas de intestino irritável, bem como propriedades anticancerígenas. Alguns dos microrganismos probióticos benéficos mais prevalentes foram identificados como espécies de bifidobactérias: *Lactobacillus acidophilus*, *Lactobacillus plantarum*, *Lactobacillus reuteri*, *Lactobacillus rhamnosus*, *Lactobacillus salivarius* e *Saccharomyces boulardii* (PARVEZ et al., 2006).

Outra atividade relevante do leite fermentado é a antimutagênica que tem sido relatados em vários sistemas de células microbianas e de mamíferos (GUZEL-SEYDIM et al., 2006).

2.3 Propriedades funcionais da biomassa da Banana Verde

A fruta tropical mais consumida no mundo é a banana (*Musa sp.*), apresenta cerca de 30 espécies e mais de 700 variedades. Devido ao seu valor nutritivo e acessibilidade, é item fundamental da grande parte da população durante todo o ano, no mundo chega a ser o 4º alimento mais consumido. (SILVA et al, 2015). A melhor aceitação da banana é ainda, ela madura por apresentar aspectos sensoriais mais atrativos. Porém, de maneira geral a banana quando verde também apresenta o mesmo valor nutricional em relação aos seus teores de carboidratos e energia, além vitaminas A, C e do complexo B (B1, B2 e niacina) e sais minerais como potássio, fósforo, sódio, e magnésio. Possui ainda 2% de açúcares e elevado teor de amido resistente que no processo de amadurecimento é convertido totalmente em açúcares, além de possuir um importante papel no organismo, pois é recomendada como regulador da pressão sanguínea, depressão, câimbras (pela grande quantidade de potássio que mantém o equilíbrio eletrolítico do organismo), tabagismo, estresse e úlcera. (ORMENESE, 2010).

A polpa da banana verde não apresenta sabor, assim não interfere no sabor dos alimentos. Apresenta-se como uma massa com elevado teor de amido resistente e baixo teor de açúcares e compostos, onde o amido irá resistir à digestão no intestino delgado de indivíduos saudáveis, sendo fermentado no intestino grosso

pelas bactérias da flora intestinal, portanto terão um comportamento similar ao das fibras alimentares (ORMENESE, 2010).

3 Metodologia

3.1 Material

1. As receitas de flan e de pudim enriquecidos respectivamente com o leite do kefir e a biomassa de banana verde foram desenvolvidos na cozinha acadêmica do curso de tecnologia em gastronomia da União Educacional de Cascavel - Univel, na cidade de Cascavel – PR.
2. Nas duas formulações foram utilizados ingredientes secos e líquidos como: açúcar demerara, leite condensado sem lactose, leite sem lactose, gelatina sem sabor, ovos, leite de kefir e biomassa de banana verde extraída de forma caseira e água destilada.
3. Para a elaboração do flan e da calda do flan foram utilizados morangos frescos.
4. A biomassa de banana verde e todos os demais ingredientes foram obtidos no comércio local, na cidade de Cascavel – PR.
5. Os grãos do kefir foram obtidos através de uma doação.

3.2 Métodos

As duas formulações foram adaptadas a partir de uma formulação padrão de acordo com a autora para a finalidade do teste de aceitação.

3.2.1 Processamento do flan e pudim - Para o flan enriquecido com leite de kefir:

O leite gerado a partir dos grãos de kefir previamente cultivados foi separado e homogeneizado com o a gelatina sem sabor (hidratada, dissolvida e resfriada a menos 40°C aferidos em termômetro culinário digital, preservando assim as propriedades do kefir como probiótico), com o leite condensado sem lactose e os morangos em um liquidificador por 3 minutos em seguida, levada para a refrigeração por 30 minutos a 8°C.

A calda para o flan foi elaborada a partir da mistura do açúcar demerara com os morangos e água, levados ao processo de cocção até a obtenção de uma calda espessa. Após o ponto, a calda foi processada com um mixer e coada para a purificação da calda.

- Para o pudim enriquecido com biomassa de banana verde:

A biomassa da banana verde foi preparada com o cozimento das bananas da variedade nanica, com casca sob pressão por 20 minutos. Ainda quente, as bananas foram separadas das cascas e previamente amassadas para posterior homogeneização como um mínimo de água, (20 ml a cada 8 bananas) no liquidificador por 5 minutos até obter uma massa espessa e homogenia. A massa foi porcionada e a porção da receita foi adicionada o leite sem lactose, o leite condensado sem lactose, ovos e homogeneizados no liquidificador por 3 minutos. Após o preparo do pudim, o mesmo foi levado ao forno pré-aquecido por 10 minutos a 260°C em banho Maria com o ajuste da temperatura para 200°C por 1 hora. A mistura foi levada a uma forma com uma calda previamente preparada com a caramelização do açúcar demerara em água. O pudim foi mantido durante o cozimento, coberto com papel alumínio, evitando assim o acúmulo de umidade provindo do banho Maria.

3.2.2 Análise sensorial

Para o estudo, os provedores foram divididos em dois grupos: crianças com 63 provadores não treinados menores de 18 anos de ambos os sexos. E um grupo de idosos com 64 provadores não treinados de ambos os sexos.

Cada provador, de ambos os grupos, recebeu orientações específicas sobre os testes antes de serem submetidos a eles. Posteriormente o indivíduo ou responsável, recebeu um termo de consentimento livre e esclarecido.

Para a avaliação das formulações de flan e pudim enriquecidos para idosos foi utilizado o teste de aceitação com escala hedônica estruturada de 9 (nove) pontos onde (1 = “desgostei muitíssimo”; 9 = “gostei extremamente) onde foram avaliados os atributos de aparência geral, aroma, sabor, textura e teste de. E uma adaptação também em escala hedônica para as crianças foi estruturada com 7

(sete) pontos onde (1 = “gostei extremamente”, 7 = “desgostei muitíssimo) com isso, foi avaliado o índice de aceitação de uma receita a outra.

O índice de aceitabilidade (IA) de ambos os testes foi realizado em relação os atributos aparência, aroma, sabor e textura e aceitação. Para o cálculo foi adotado a seguinte equação matemática:

$$IA = \frac{A \times 100}{B}$$

Onde A= nota média obtida pelo produto e B= nota máxima dada ao produto.

O critério de decisão para o índice ser de boa aceitação foi considerado igual ou superior a 70% (DUTCOSKY, 1996).

4 Análise estatística

Os dados foram submetidos à análise não paramétrica pelo teste U de Mann-Whitney (PROC NPAR1WAY). As análises foram realizadas no programa *Statistical Analysis System* (SAS), versão 9.0, considerando-se o nível de significância de 5% para todas as análises.

5 Resultados e Discussão

5.1. Análise sensorial

A caracterização da porcentagem dos provadores da análise sensorial referente ao grupo de crianças.

Tabela 1 - Caracterização da porcentagem dos provadores da análise sensorial do pudim e flan enriquecidos com biomassa de banana verde e leite de kefir

Faixa etária	Número de Pessoas	%
>18	0	0%
9-15	63	100%
<9	0	0%
TOTAL		100,00%

Fonte: Coleta de dados

A faixa etária dos provadores crianças corresponde às idades entre 9 a 15 anos, como demonstrado na tabela 1, onde se encontra 100% da frequência de

provação. Nenhum provador menor que 9 anos e maior que 15 anos realizou o a análise sensorial.

É importante ressaltar que essa faixa etária corresponde há um grupo escolar assíduo e consumidor ativo de *fast foods*. O que salienta a relevância da pesquisa visando uma introdução natural e agradável de constituintes biologicamente funcionais que reflitam beneficemente na vida desses indivíduos em um panorama de importância de saúde pública. (PORTO, et al., 2014)

De acordo com Obelar e colaboradores (2009), o hábito alimentar de crianças com idade escolar é extremamente importante, pois reflete diretamente em seu crescimento e desenvolvimento. Sendo assim, é fundamental o conhecimento sobre o hábito alimentar da criança, tanto o de casa, com a presença dos pais, quanto o da escola, com a presença dos amigos.

Estes aspectos são relevantes para a manutenção da sua saúde e conseqüentemente do seu estado nutricional adequado, proporcionando assim uma vida mais saudável e com menor probabilidade da ocorrência de problemas futuros como a obesidade. (NOVAES, et al., 2009).

Quanto à caracterização dos provadores crianças em relação ao gênero, como descrito na tabela 2, observou-se que houve uma maior freqüência em relação ao sexo masculino em relação ao feminino, representando 52,38% do total.

Tabela 2 - Caracterização dos provadores (crianças) da análise sensorial.

	Número de Pessoas	%
Feminino	30	47,61%
Masculino	33	52,38%
TOTAL	63	100,00%

Fonte: Coleta de dados

5.1.2 Teste de aceitação para crianças

Os resultados apresentados para a análise sensorial do teste de aceitação em relação à preferência entre o pudim de leite com biomassa da banana verde e o flan de morango com leite de kefir mostrou resultados significativos ($p < 0,05$) correspondente ao sexo masculino para o pudim de biomassa em relação ao flan de morango como mostrado na tabela 3.

Tabela 3 - Preferência de meninos com 9 a 15 anos de idade

Resposta	Alimento		Valor P
	Flan Kefir	Pudim Biomassa	
Gostei extremamente	66,67 b	87,88 a	0,0231
Gostei muito	12,12	3,03	0,1751
Gostei moderadamente	9,09	6,06	0,6559
Não gostei, nem desgostei	3,03	3,03	1,0000
Desgostei moderadamente	3,03	0,00	0,3358
Desgostei muito	3,03	0,00	0,3358
Desgostei muitíssimo	3,03	0,00	0,3358

Fonte: Médias seguidas por letras minúsculas diferentes na mesma linha diferem pelo teste U de Mann-Whitney ($P < 0,05$)

Entre os alimentos funcionais utilizados no presente estudo, a biomassa destaca-se quanto à versatilidade e praticidade em adições a receitas clássicas doces e salgadas. Talvez por esse motivo o pudim enriquecido com biomassa tenha sido mais aceito que o preparo com o leite do kefir.

No caso do kefir, os preparos são mais delicados e ainda demonstram um pouco mais de dificuldade em relação à aceitação em receitas doces quanto salgadas. (PALEZI, et al., 2015)

Para os resultados da análise sensorial do teste de aceitação entre as duas preparações correspondente ao sexo feminino, não houve diferença significativa. Como demonstrado na tabela 4.

Tabela 4 - Preferência de meninas com 9 a 15 anos de idade

Resposta	Alimento		Valor P
	Flan Kefir	Pudim Biomassa	
Gostei extremamente	83,33	63,33	0,0893
Gostei muito	3,33	16,67	0,0958
Gostei moderadamente	3,33	0,00	0,3377
Não gostei, nem desgostei	3,33	16,67	0,0958
Desgostei moderadamente	0,00	3,33	0,3377
Desgostei muito	6,67	0,00	0,1660
Desgostei muitíssimo	0,00	0,00	1,0000

5.2. Análise sensorial

A caracterização da porcentagem dos provadores da análise sensorial referente ao grupo de idosos.

Tabela 5 - Caracterização da porcentagem dos provadores da análise sensorial do pudim e flan enriquecidos com biomassa de banana verde e leite de kefir.

Faixa etária	Número de Pessoas	%
--------------	-------------------	---

<60	0	0%
60-86	64	100%
>90	0	0%
TOTAL		100,00%

Fonte: Coleta de dados

A faixa etária correspondente ao grupo de provadores idosos foi entre 60 a 86 anos, totalizando o grupo da pesquisa com 64 idosos, como observado na tabela 5. Não houve separação de por gênero, gerando assim um grupo heterogêneo.

Para os resultados obtidos referente à preferência do grupo de idosos entre uma receita a outra, não houve diferenças significativas em relação às variáveis analisadas como: Aparência geral, aroma, sabor e textura.

Tabela 6 - Preferência de idosos

Resposta	Alimento		Valor P
	Flan Kéfir	Pudim Biomassa	
<i>Aparência Geral</i>			
Gostei extremamente	53,13	51,56	0,8625
Gostei muito	29,69	32,81	0,7069
Gostei moderadamente	10,94	9,38	0,7747
Gostei ligeiramente	3,13	3,13	1,0000
Não gostei, nem desgostei	1,56	0,00	0,3268
Desgostei ligeiramente	0,00	0,00	1,0000
Desgostei moderadamente	0,00	3,13	0,1614
Desgostei muito	1,56	0,00	0,3268
Desgostei muitíssimo	0,00	0,00	1,0000
<i>Aroma</i>			
Gostei extremamente	50,00	48,44	0,8626
Gostei muito	28,13	34,38	0,4506
Gostei moderadamente	14,06	12,50	0,7988
Gostei ligeiramente	3,13	1,56	0,5678
Não gostei, nem desgostei	3,13	1,56	0,5678
Desgostei ligeiramente	0,00	1,56	0,3268
Desgostei moderadamente	1,56	0,00	0,3268
Desgostei muito	0,00	0,00	1,0000
Desgostei muitíssimo	0,00	0,00	1,0000
<i>Sabor</i>			
Gostei extremamente	53,13	53,13	1,0000
Gostei muito	29,69	31,25	0,8509
Gostei moderadamente	14,06	7,81	0,2632
Gostei ligeiramente	1,56	1,56	1,0000
Não gostei, nem desgostei	0,00	3,13	0,1614
Desgostei ligeiramente	0,00	1,56	0,3268
Desgostei moderadamente	1,56	1,56	1,0000
Desgostei muito	0,00	0,00	1,0000

Desgostei muitíssimo	0,00	0,00	1,0000
<i>Textura</i>			
Gostei extremamente	59,38	51,56	0,3789
Gostei muito	32,81	37,50	0,5831
Gostei moderadamente	4,69	4,69	1,0000
Gostei ligeiramente	1,56	3,13	0,5678
Não gostei, nem desgostei	1,56	1,56	1,0000
Desgostei ligeiramente	0,00	1,56	0,3268
Desgostei moderadamente	0,00	0,00	1,0000
Desgostei muito	0,00	0,00	1,0000
Desgostei muitíssimo	0,00	0,00	1,0000

O teste de aceitação aplicado a esse grupo de indivíduos, idosos, é muito importante em decorrência a uma série de transtornos funcionais constitutivos que essa fase da vida tão delicada imprime. Alguns autores como Bonardi et al (2007) e Lacerda et al (2016), demonstram a grande preocupação em amenizar as disfunções do organismos de forma menos invasiva com a utilização de alimentos funcionais, principalmente com o uso de probióticos e prebióticos.

6 Considerações Finais

O presente trabalho possibilitou uma excelente oportunidade de inserção de alimentos funcionais entre dois grupos extremos e chaves para uma melhor compreensão da necessidade de busca do melhor a saúde.

O pudim enriquecido com a biomassa de banana verde foi mais aceito em relação ao flan enriquecido com o leite do kefir.

Em um sentido amplo, ambas as receitas obtiveram boas perspectivas de aceitação entre os grupos analisados, porém, é necessário mais pesquisas para otimizar o preparo com o leite do kefir, para que o mesmo venha a contribuir a saúde e bem estar humano.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. **Determinação do perfil sensorial e parâmetros de qualidade de figos em calda produzidos pela indústria brasileira.** Revista Ciência e Tecnologia de Alimentos, Campinas, v.19, n.2,1999.

Bonardi, G; SOUZA, V. B. A. E; DE MORAES, J. F. D. **Incapacidade funcional e idosos:** um desafio para os profissionais. Scientia Medica, 17(3), 138-144, 2007.

BORGES, A. M; PEREIRA, J; LUCENA, E. M. P. **Caracterização da farinha de banana verde**. Ciência e Tecnologia de Alimentos. Campinas, v.29, n.2, p.333-339, 2009.

DUTCOSKY, S. D. **Análise sensorial de alimentos**. Curitiba: Champagnat, 1996.

GUZEL-SEYDIM, Z. B; KOK-TAS, T; GREENE, A. K; SEYDIM, A. C. Review: functional properties of kefir. Critical Reviews in Food Science and Nutrition, v. 51, n.3, p.248-260, 2011.

KEMP, N. Kefir, **the champagne of cultured dairy products**. Cultured Dairy Prod. J., p. 29-30, 1984.

KLINGELHOEFFR, C; KAMMERER, U; KOOSPAL, M; MUHLING, B; SCHNEIDER, M; KAPP, M; Otto, C. **Natural resistance to ascorbic acid induced oxidative stress is mainly mediated by catalase activity in human cancer cells and catalase-silencing sensitizes to oxidative stress**. BMC Complementary and Alternative Medicine, 12, 61.2012.

Lacerda, N. C; Santos, S. S. C. **Avaliação nutricional de idosos: um estudo bibliográfico**. Northeast Network Nursing Journal, 8(1). 2016.

LANZILLOTTI, R; LANZILLOTTI, H. **Análise sensorial sob o enfoque da decisão Fuzzi**. Revista. Nutricional., Campinas, v.12, n. 2, p. 145-157. 1999.

MARSHALL, V. M. **Starter cultures for milk fermentation and their characteristics**. Journal of the Society of Dairy Technology, v. 46, p. 49–56, 1993.

MINIM, V. **Análise sensorial: estudos com consumidores**. 2. ed. Versão ampliada – Viçosa, MG: Ed. UFV, 2010.

MONTEIRO, F. V; NASCIMENTO, K. O. **Associação do consumo do amido resistente na prevenção e tratamento do diabetes mellitus tipo 2** .Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, Mossoró – RN, v. 8, n. 5, p.12-19. 2013.

MORAES, V. M. X; MACHADO, F. M. V. F; ESCOUTOSÃO, L. F. S. **Desenvolvimento e perfil sensorial de sorvete à base de biomassa de banana verde**. Marília: SEBRAE, p.38-43.2008.

NOVAES, J.F; ROCHA, D. S; NETTO, M. P. **Obesidade: Hábito Alimentar e Obesidade**. In: WEFFORT V. R. S; LAMOUNIER, J. A. **Nutrição em Pediatria: Da Neonatologia à Adolescência**. Manole; 2009. p. 345-352.

OBELAR, M. S; PIRES, M. M. S; WAYHS, M. L. C. **Nutrição da Criança: Nutrição das Fases Pré-escolar e Escolar**. In: WEFFORT, V. R. S, LAMOUNIER, J. A. **Nutrição em Pediatria: Da Neonatologia à Adolescência**. Manole. p. 55-61. 2009.

ORMENESE, R. C; SALVUCCI C. **Obtenção de farinha de banana verde por diferentes processos de secagem e aplicação em produtos alimentícios.** 2010. 182 f. Tese (Doutorado) - Curso de Tecnologia de Alimentos, Faculdade de Engenharia de Alimentos, Campinas, 2010.

PACHECO, M. T. B; CARLOS, V. **Alimentos funcionais: conceituação e importância na saúde humana.** I Simpósio Brasileiro sobre os Benefícios da Soja para a Saúde Humana, Londrina, v. 1, n.1, p.37-40. 2001

PALEZI, S. C; DE MARCHI, L & PIETTA, G. M. **Caracterização e avaliação sensorial do kefir tradicional e derivados.** Unoesc & Ciência-ACET, 15-22. 2015.

PARVEZ, S; MALIK, K. A; KIM, H. Y. **Probiotics and their fermented food products are beneficial for health.** Journal of Applied Microbiology.100,1171–1185. 2006.

PORTO, A. C. V; PIRES, B. D. A. B & COELHO, S. C. **Frequência de consumo de *fast food* em crianças de uma escola pública e uma escola privada do município de Nova Iguaçu no Rio de Janeiro e sua influência no perfil nutricional.** Acta Pediátrica Portuguesa, 44(6). 2014.

SANTOS, F. L.; SILVA, E. O. BARBOSA, A. O.; SILVA, J. O. **Kefir: uma nova fonte alimentar funcional?.** Diálogos & Ciência (Online), v. 10, p. 1-14, 2012.

SILVA, S. T. **Farinha de banana verde não altera perfil lipídico e inflamatório de mulheres com excesso de peso.** O Mundo da Saúde, v. 39, n. 2, p.174- 181. 2015.

STATISTICAL ANALYSIS SYSTEM - SAS. 2002. **User's guide.** Cary: SAS Institute.

VIDAL, A. M. **A ingestão de alimentos funcionais e sua contribuição para a diminuição da incidência de doenças.** Aracajú- SE: Cadernos de Graduação: Ciências Biológicas e da Saúde. 2012, v. 1, n. 15, p.43-52.

ZHOU, J; LIU, X; JIANG, H; DONG, M. **Analysis of the microflora in Tibetan kefir grains using denaturing gradient gel electrophoresis.** Food Microbiology.26, 770–775. 2009.



ARTIGOS JORNALISMO



Centro Universitário Univel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

GUARDA COMPARTILHADA COMO UMA ALTERNATIVA DE PREVENÇÃO À ALIENAÇÃO PARENTAL

Kananda Oldoni¹
Caroline de Cássia Francisco Buosi Velasco²

RESUMO: A alienação parental e a guarda compartilhada nos dias atuais têm sido geradores de inúmeras discussões e questionamentos entre os legisladores, juristas e entre as formações familiares em geral. O presente artigo tem como objetivo primordial analisar se a aplicação da guarda compartilhada entre alienador e alienado tem função auxiliar na prevenção da alienação parental. Ainda, pretende-se explanar as vantagens e desvantagens da aplicação da guarda compartilhada nos casos de alienação parental, bem como os pontos positivos e negativos de sua inserção nos casos em que se identifica a alienação parental, que posteriormente pode acarretar na síndrome da alienação parental. Para a execução do presente artigo, torna-se necessário demonstrar os métodos utilizados para tornar possível a satisfação da pesquisa. Quanto aos objetivos considera-se a presente pesquisa como explicativa, uma vez que tem finalidade de identificar fatores que contribuem para a ocorrência de fenômenos. Ainda, no que diz respeito à sua natureza, a presente pesquisa pode ser entendida como aplicada, pois busca aplicar os resultados de forma imediata na solução dos problemas e, por fim, de acordo com os procedimentos técnicos, é possível afirmar que a pesquisa é bibliográfica, pois que é desenvolvida por meio de material anteriormente elaborado e publicado. Desse modo, diante da explanação das vantagens e desvantagens da guarda compartilhada e da identificação dos princípios que buscam privilegiar o menor, pode-se concluir que a guarda compartilhada auxilia na prevenção dos casos de alienação parental.

Palavras-chave: Guarda Compartilhada. Alienação Parental. Direito de Família. Psicologia Jurídica.

1 Introdução

A aplicação da guarda compartilhada nos casos de alienação parental surgiu com a nova modificação nos arranjos familiares e com as transformações sociais, e, por essa razão deve ser considerada de grande relevância para a sociedade, uma

¹ Acadêmica do Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² ORIENTADORA: Doutora em Análise do Comportamento pela PUC-SP e Mestre em Direito pela UFPR. Professora do Curso de Direito da UNIVEL – Centro Universitário – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

vez que diversos casos podem ser evitados através da conscientização das pessoas e casais que decidem pela separação.

Apesar de a alienação parental existir a muito tempo na sociedade, teve previsão legal apenas nos anos de 2010 e 2014, com a promulgação das Leis 12.318/2010 e 13.058/2014, o que tornou ampla a aplicação da guarda compartilhada dos filhos nos casos de separação, até mesmo não harmoniosa. Desse modo, o tema é de grande importância, pois que os profissionais das áreas do Direito e da Psicologia têm possibilidade de atuar com mais segurança e preparo no intuito de proteger a criança e adolescente.

Ressalta-se que o tema a ser abordado é de grande valia, pois a aplicação do instituto da guarda compartilhada nos casos de alienação parental poderá privilegiar o menor, tanto em seu desenvolvimento pessoal, como social, preservando valores de liberdade, respeito e amor sem submissão ou dominação.

Objetiva-se com o presente artigo analisar se a guarda compartilhada poderá auxiliar na prevenção da alienação parental. Além disso, busca-se descrever as Leis 13.058/2014 e 12.318/2010, que versam sobre a guarda compartilhada e a alienação parental fazendo uma congruência com o Direito e a Psicologia. Ainda, busca-se com a realização da presente pesquisa explicar as vantagens e desvantagens da guarda compartilhada nos casos em que é identificada a prática de alienação parental.

Diante de tais circunstâncias, buscar-se-á compreender os elementos relacionados ao presente tema, com intuito de demonstrar que a aplicação da guarda compartilhada nos casos de alienação parental visa assegurar o interesse do menor, bem como permitir o seu desenvolvimento e sua estabilidade emocional.

2 Desenvolvimento

Com intuito de tornar fácil o entendimento da aplicação da guarda compartilhada nos casos de alienação parental é que se propõe o desenvolvimento.

2.1. DAS DIVERSAS MODALIDADES DE GUARDA

De acordo com Carbonera, (2000), a guarda, em sentido amplo, é definida como um instituto jurídico por meio do qual uma pessoa, chamada de guardião, possui uma gama de direitos e deveres a serem exercidos em favor daquele que

dela necessita, com a finalidade de prover e proteger, sendo tudo isso atribuído por meio de lei ou decisão judicial.

Ainda, dispõe o § 1º do artigo 33 do Estatuto da Criança e do Adolescente, no que diz respeito à guarda de fato “§ 1º - a guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros”.

No ordenamento jurídico brasileiro existem três tipos de guarda, sendo elas a guarda unilateral, a alternada e a compartilhada. Vale destacar que com a promulgação da Lei 11.698/2008 a guarda compartilhada passou a ser utilizada como regra nos casos concretos no direito brasileiro.

Conforme o entendimento do Promotor de Justiça, Welter, (2009), a utilização da guarda unilateral não oportuniza o desenvolvimento da criança, uma vez que não dá aos pais a igualdade no cuidado do menor, tanto no âmbito pessoal quanto no âmbito familiar e social. Ainda, estabelece que o genitor que não detém a guarda, recebe um tratamento meramente coadjuvante, não tendo participação ativa no processo de desenvolvimento dos filhos.

Em relação à guarda alternada, Valente, (2006), a entende como sendo aquela que possibilita a ambos os pais terem consigo seus filhos durante um determinado período de tempo. Ainda, Lagrasta, (1999), afirma que a guarda alternada facilita o conflito, pois, o menor terá que se deslocar de um lado para o outro, sendo impossível a adaptação, o que facilita a fuga dos genitores quanto às responsabilidades para com os menores.

Vale destacar que não há previsão legal da guarda alternada, visto que, o artigo 15 da Lei 6.515/1977 trata em especial do direito de visitas.

Já a guarda compartilhada, objeto de estudo do presente artigo, é a mais recente modalidade de guarda existente no ordenamento jurídico brasileiro. Ela encontra previsão legal no artigo 1.538, do Código Civil, introduzida pela Lei 11.698/2008, sendo que o referido artigo dispõe que a guarda compartilhada é caracterizada pela responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns.

Entende-se, portanto, que a guarda compartilhada depende de ação conjunta do genitor e genitora da criança no exercício do poder familiar, onde deverão agir em prol do melhor interesse da criança.

2.1.1. A GUARDA COMPARTILHADA NO DIREITO BRASILEIRO

Segundo Rocha, Júlio e Cabral (2012), a guarda compartilhada, também chamada de guarda conjunta, surgiu a partir do desequilíbrio entre as relações parentais e teve como finalidade reorganizar as relações entre pais e filhos, bem como tornar iguais as responsabilidades dos genitores para contribuir com o futuro e educação das crianças.

A guarda compartilhada encontra-se no ordenamento jurídico brasileiro desde a promulgação das Leis 11.698/2008 e 13.058/2014, as quais instituíram e disciplinaram essa modalidade de guarda, além de explicar seu significado e sua aplicação nos casos concretos, e conforme Dias (2009), essa nova lei tem sido bem recepcionada por grande parcela dos doutrinadores civilistas brasileiros.

Silva, (2009, p.89) defende que a maneira eficiente de tratar a SAP é através do “afastamento temporário do alienador com a criança e o tratamento deste, para gradativamente, com o progresso do tratamento, o alienador ser reiterado na vida dos envolvidos”.

Em contraposição, Buosi, (2012) avalia o afastamento da criança para com os genitores como sendo um posicionamento extremista, visto que prejudica o melhor interesse da criança, rompendo os laços de afeto e tornando violenta a separação do menor e do alienador.

É nesse sentido que se torna possível demonstrar a evolução familiar, em destaque com a aplicação da guarda compartilhada no ordenamento jurídico brasileiro.

2.1.1.1 Das vantagens e desvantagens da guarda compartilhada

Bastien e Pagani (1996) estabelecem que a vantagem da guarda compartilhada se dá sob a ótica dos filhos e sobre o direito destes de conviverem com os dois genitores. Ainda, relatam que a guarda compartilhada parece ser aspecto que determina o ajustamento das crianças ao divórcio dos genitores. Em outras palavras os autores querem dizer que a aplicação da guarda compartilhada reduziria as dificuldades que as crianças e adolescentes enfrentam em se adequarem às novas rotinas e novos relacionamentos depois da separação dos pais.

Ainda, Rodrigues (2014) entende que uma das grandes vantagens da guarda compartilhada é o modo como os filhos têm a liberdade de conviver com os dois genitores sem a imposição de escolha de um guardião.

A guarda compartilhada, quando analisada sob a ótica dos pais, possui três vantagens de acordo com Bastien e Pagani (1996), quais sejam, favorecer que ambos os genitores compartilhem a educação de seus filhos, reduzir o stress e acúmulo de papéis do genitor guardião e fazer com que ambos os genitores fiquem mais satisfeitos especialmente se entre eles ficou decidido o tipo de guarda a ser aplicado.

Sobre a vantagem da guarda compartilhada, Rodrigues (2014), destaca que ao contrário das outras modalidades, a guarda compartilhada oferece isonomia aos pais, pois estes terão direitos e deveres de forma igualitária em relação aos filhos, e a partir disso, todas as decisões deverão ser tomadas em conjunto.

É válido destacar que a guarda compartilhada quando aplicada da maneira correta, traz inúmeros benefícios para a família que se dissolveu. Caso contrário, apresentará problemas sensíveis. Em sendo aplicado de forma impositiva entre pais que vivem constantemente em discussões, a experiência da guarda compartilhada será desastrosa, nos dizeres de Rodrigues (2014).

2.2 A ALIENAÇÃO PARENTAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

De acordo com Madaleno e Madaleno (2013) a alienação parental nada mais é que uma campanha liderada pelo genitor que detém a guarda do menor, no sentido de programar a criança para que passe a odiar e repudiar, sem justificativa, o outro genitor, transformando a sua consciência mediante diferentes estratégias. O objetivo principal desse comportamento é obstruir, impedir e destruir os vínculos entre o menor e o genitor não guardião, podendo esse conjunto de sintomas resultar em uma relação de dependência e submissão ao genitor alienador. A partir da criação iniciada pelo alienador o menor alienado passará a contribuir para a prática de alienação.

A Lei 12.318/2010 dispõe sobre a alienação parental, que é conceituada no artigo 2º como sendo uma interferência na formação psicológica da criança e do adolescente que é feita por um dos genitores ou por pessoas que tenham o menor

sob sua autoridade, guarda ou vigilância, fazendo com que este repudie o genitor alienado, causando prejuízo na relação com este.

Por fim, sabe-se que a prática da alienação parental fere o direito fundamental da criança ou adolescente de convivência familiar saudável, além de prejudicar a realização do afeto nas relações com o genitor e com o grupo familiar, constituindo assim, abuso moral e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes de tutela ou guarda, nos termos do artigo 3º da Lei que dispõe sobre a alienação parental.

2.2.1 O papel da psicologia jurídica nos casos de alienação parental

De acordo com Velly (2010, s/p) a síndrome da alienação parental despertou interesse nas áreas da psicologia e do direito, em razão de se tratar de uma entidade ou condição que se constrói na interface destes dois ramos, ou seja, “a Psicologia Jurídica, um novo território epistemológico que consagra a multidisciplinaridade, revela a necessidade do direito e da psicologia se unirem para melhor compreensão dos fenômenos emocionais”.

Ainda, Serafim, (2012), destaca que é de suma importância a presença de um psicólogo nos casos de alienação parental, pois se está lidando com aspectos delicados do ser humano e com suas relações mais íntimas.

O artigo 5º da Lei nº 12.318/2010 trata da atuação dos profissionais da área da psicologia jurídica no que diz respeito à alienação parental “Art. 5º Havendo indício da prática de ato de alienação parental, em ação autônoma ou incidental, o juiz, se necessário, determinará perícia psicológica ou biopsicossocial”.

Nesse sentido, entende-se que a interdisciplinaridade entre direito e psicologia é muito importante para aferir os casos de alienação parental, pois tanto um profissional como outro, agindo em conjunto conseguem colaborar no diagnóstico e possível prevenção da alienação parental nos casos de separação.

Por fim, destaca Valente, (2006) que a atuação conjunta de diversos órgãos, como a equipe multidisciplinar e o judiciário, mobilizados em rede tem o condão de estancar a permanência da alienação parental nas relações familiares dissolvidas.

2.3 A GUARDA COMPARTILHADA COMO ALTERNATIVA PARA A PREVENÇÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL

A guarda compartilhada, anteriormente explanada, nos leva a uma série de questionamentos no que diz respeito à sua aplicabilidade nos casos concretos. A partir desse ponto, é possível entender que a aplicação da guarda compartilhada pode ser uma alternativa útil na prevenção de possíveis casos de alienação parental. A seguir serão expostos os princípios que fundamentam o instituto da guarda compartilhada nos casos de alienação parental.

2.3.1 Princípios fundamentadores da guarda compartilhada na alienação parental

Pereira, (2004) destaca que os princípios tem função de otimizar o Direito, inclusive de organizar o sistema jurídico, preenchendo lacunas deixadas por normas diversas.

A proteção da criança e do adolescente foi estabelecida pela primeira vez com absoluta prioridade do Estado, além da família e da sociedade com o objetivo de assegurar que os direitos fundamentais das crianças e adolescentes devem ser respeitados e protegidos, como prevê o artigo 227, caput, da Constituição Federal de 1988.

Além disso, a Constituição Federal de 1988 consagra inúmeros princípios que segundo Sobral (2010) são utilizados no direito de família, do qual trata o presente projeto, quais sejam, o princípio da igualdade absoluta de direitos entre os filhos, o princípio da afetividade, o princípio da solidariedade familiar, o princípio da proteção integral à criança e ao adolescente e o princípio do melhor interesse da criança.

O princípio da igualdade absoluta de direitos entre os filhos tem previsão legal na Constituição Federal de 1988, precisamente no artigo 227, § 6º, o qual dispõe que os filhos oriundos ou não de relação de casamento, ou por meio de adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, sendo proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação. Nesse sentido, podemos compreender que nem mesmo nas relações interfamiliares deve haver discriminação, tendo cada um seu valor.

Ainda, o princípio da afetividade, segundo Calderón (2013, p. 301), explica que o princípio da afetividade é “a manifestação do afeto, as expressões exteriorizadas que indicam a existência de afeto, seu reflexo no mundo dos fatos”. Em outras palavras o autor quer dizer que o princípio da afetividade nada mais é do

que aquilo que expressa as manifestações que indicam a existência de afeto na relação familiar.

Vale destacar que o princípio da solidariedade familiar, está previsto constitucionalmente de forma explícita no artigo 3º inciso I, no sentido de construir uma sociedade livre justa e solidária. Ainda, contemplado nos artigos 226, 227 e 230 da Constituição Federal, os quais disciplinam que deve haver respeito e consideração mútuos em relação aos membros da família.

O princípio da proteção integral à criança e ao adolescente também merece destaque com princípio fundamentador da guarda compartilhada na alienação parental, uma vez que o artigo 227, caput, da CF/88, dispõe que a sociedade, a família e o Estado devem assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, os direitos inerentes à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de protegê-los de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Também podemos destacar como sendo um dos principais motivadores para a aplicação da guarda compartilhada, o princípio do melhor interesse da criança, previsto de maneira expressa nos artigos 4º e 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente, e novamente no artigo 227, da Constituição Federal.

Válido lembrar que, conforme Dias (2009), a guarda compartilhada ou conjunta só será individualizada quando a separação dos pais de fato ou de direito sendo que caso os genitores não entrem em acordo comum a respeito da guarda da criança, a Justiça será chamada para tomar essa decisão.

2.3.2 A guarda compartilhada como possibilidade de prevenção da alienação parental

Diante de todo o exposto, pode-se afirmar que a síndrome da alienação parental deriva do ato de alienação parental, sendo esta caracterizada pelo afastamento entre o menor e o genitor alienado, provocado pelo alienador e aquela, causada em razão dos atos de alienação que causam problemas emocionais e comportamentais nas vítimas da alienação.

O artigo 6º, inciso V, da Lei 12.318/2010 dispõe a alteração da guarda para compartilhada ou sua inversão nos casos em que se caracteriza ato típico de alienação parental, tudo isso prezando pelo melhor interesse da criança.

É nesse sentido que a guarda compartilhada, quando aplicada de forma correta, tem o condão proteger o melhor interesse da criança na prevenção da alienação parental.

Rodrigues, (2014) afirma que a guarda compartilhada é a modalidade de guarda que atinge de forma mais significativa o princípio do melhor interesse da criança, uma vez que os genitores agem em conjunto para definir o que é melhor para seus filhos.

É de suma importância destacar que a guarda compartilhada somente quando aplicada em casos de separação harmônica, onde haja disposição das duas partes, terá verdadeira eficácia na prevenção da síndrome da alienação parental. Ressalta-se que a prática de alienação parental não ocorre somente em casos de separação, mas até mesmo em situações aonde os pais nem chegaram a se casar ou a se separar.

3 Considerações Finais

Levando em consideração os aspectos da aplicação da guarda compartilhada nos casos de alienação parental, bem como as formações familiares existentes atualmente, conclui-se que é na família que os indivíduos se relacionam e trocam experiências, pois que se trata de um espaço cooperativo de bem-estar que reflete diretamente nas questões interpessoais.

Ainda, diante da explanação das vantagens e desvantagens fica evidente que a aplicação do instituto da guarda compartilhada possui muito mais vantagens para a criança e adolescente, além de facilitar a relação entre alienador, criança e alienado. Além disso, pode-se afirmar que o estudo tem relação direta com a Psicologia Jurídica, pois que os profissionais envolvidos nessa tarefa atuam nessa interdisciplinaridade para resolver os casos aos quais têm formação.

Pode-se afirmar que a aplicação do instituto da guarda compartilhada de forma correta privilegia o menor, tanto no seu desenvolvimento pessoal como social, ensinando valores de liberdade, respeito e amor sem submissão ou dominação.

Ademais, existe uma gama de princípios fundamentadores para a efetivação da guarda compartilhada nos casos de alienação parental, tais como o da proteção à criança e ao adolescente, da dignidade da pessoa humana, da igualdade absoluta da solidariedade familiar, da proteção integral, da afetividade, do melhor interesse da criança, entre outros, que visam privilegiar os direitos e garantias que o menor tem dentro do espaço familiar.

Portanto, a guarda compartilhada realmente é efetiva nos casos em que se diagnostica a alienação parental, uma vez que tem finalidade de prevenir e posteriormente inibir essa prática que afeta a criança e adolescente e todo o meio ao qual ela está vinculada, além de trazer inúmeros benefícios a essa nova formação familiar, tornando os pais cooperadores e a criança apta a ter um melhor desenvolvimento em todos os aspectos de sua vida.

Em suma, pode-se afirmar, com certeza, que a aplicação do instituto da guarda compartilhada nos casos de alienação parental almeja assegurar o interesse do menor, uma vez que garante seu desenvolvimento físico, sociopsicológico, educacional e afetivo.

REFERÊNCIAS

BASTIEN, Catherine; PAGANI, Linda. "Impact des Facteurs Individuels et Familiaux sur L'Ajustement des Enfants Vivant en Guard e Partagée". **La Revue Canadienne de Psycho-Éducation**, volume 25, número 2, 1996. Disponível em: http://www.rcpe.qc.ca/Articles/article1-25_2.html. Acesso em: abr. 2017.

BUOSI, Caroline de Cássia Francisco. **Alienação parental: uma Interface do direito e da psicologia**. Curitiba: Juruá, 2012.

CALDERÓN, Ricardo Lucas. **Princípio da afetividade no direito de família**. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.

CARBONERA, Silvana Maria. **Guarda de filhos – Na família constitucionalizada**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2000.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

LAGRASTA, Caetano Neto. Guarda Alternada. In: **Boletim Tribuna Magistratura**, Edição nº 1, 1999.

MADALENO, Ana Carolina Carpes; MADALENO, Rolf. **Síndrome da alienação parental: importância da detecção aspectos legais e processuais**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha (cord.). **Afeto, Ética, Família e o Novo Código Civil**. Belo Horizonte: IBDFAM/Del Rey, 2004.

ROCHA, G., JÚLIO, A., CABRAL, F.. Da guarda compartilhada no código civil brasileiro. **Revista JUDICARE**, 3, jun. 2012. Disponível em: <<http://judicare.com.br/index.php/judicare/article/view/44/136>>. Acesso em: 22 Abr. 2017.

RODRIGUES, Edwirges Elaine; ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo Pereira. GUARDA COMPARTILHADA: um caminho para inibir a alienação parental?. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 320-339, dez. 2014. ISSN 1981-3694. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/14772>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

SERAFIM, Antonio de Pádua; SAFFI, Fabiana. **Psicologia e Práticas Forenses**. São Paulo: Manole, 2012.

SILVA, Denise Maria Perissinida. **Guarda compartilhada e síndrome de alienação parental**. São Paulo: Armazém do Ipê, 2009.

SOBRAL, Mariana Andrade. Princípios constitucionais e as relações jurídicas familiares. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 81, out 2010. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8400>. Acesso em abr 2017.

VALENTE, Maria Luiza Campos da Silva; et. al. A Alienação Parental e a Reconstrução dos Vínculos Parentais: Uma abordagem interdisciplinar. In: **Revista IOB de Direito de Família**. 2006.

VELLY, Ana Maria Frota. A Síndrome da Alienação Parental: uma Visão Jurídica e Psicológica. **Revista Síntese Direito de Família**, vol.12, nº 62, out/nov. 2010.

WELTER, Belmiro Pedro. **Guarda compartilhada: um jeito de conviver e de ser em família**. In: Guarda Compartilhada. Coord. Antônio Mathias Coltro e Mário Luiz

LOGO

ARTIGOS PEDAGOGIA



Centro Universitário Univel
 Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
 85806-080 – Cascavel – PR
 Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

DIFICULDADES NA ESCRITA DA LÍNGUA PORTUGUESA DE PESSOAS SURDAS EM PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO, TENDO ESTA COMO SEGUNDA LÍNGUA

Danubia do Nascimento Rodrigues dos Santos¹
 Rodrigo Cezar Mendes²

RESUMO: O tema desta pesquisa diz respeito às dificuldades de escrita da pessoa surda em processo de alfabetização em Língua Portuguesa tendo esta como segunda língua e a LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais como primeira língua, ou seja, como língua materna. Nesse viés, o objetivo desta pesquisa é entender as dificuldades de escrita no processo de alfabetização em Língua Portuguesa para as pessoas surdas. Para fins desta análise empreendeu-se pesquisa de campo, estudo de caso e pesquisas bibliográficas como Albres e Neves (2013); Botelho; Honora (2010) e Quadros (1997, 2006), amparando-se também nas legislações vigentes para a pessoa surda, especialmente a Lei Nº 10. 436 de 24 de abril de 2002. Além das contribuições bibliográficas, foram coletados dados secundários através de questionário e documentos dos alunos, estas então, contribuindo para a resolução do problema proposto, o qual busca encontrar as dificuldades na escrita em Língua Portuguesa no processo de alfabetização e a busca dos alunos e professores por superá-las. Para tanto, a pesquisa proporciona constatar que as dificuldades das pessoas surdas na escrita da Língua Portuguesa não só advêm da deficiência auditiva existente, mas envolve outros fatores como a dificuldade em manter a atenção, contexto familiar, insegurança com a identidade surda.

Palavras-chave: LIBRAS. Língua Portuguesa. Escrita. Alfabetização. Dificuldades.

1 Introdução

Desde a época do Império no Brasil até finais da década de 1980, a Língua de Sinais e as pessoas surdas eram consideradas inferiores na sociedade. O marco

¹ Acadêmica do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² ORIENTADOR: Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica, Especialista em Educação Especial. Professor do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

para o início das discussões relacionadas a um novo repensar à educação de pessoas surdas foi na década de 1990. Estas discussões estão veiculadas aos estudos linguísticos sobre a Língua Brasileira de Sinais, por ser dada grande importância enquanto primeira língua da pessoa surda e responsável pela diferenciação sociocultural e de identidade da pessoa surda.

A partir do reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais –LIBRAS através da Lei de Acessibilidade N° 10.098 de 19 de dezembro de 2000, a alfabetização de LIBRAS como primeira língua vem tornando a educação mais acessível e inclusiva, ou seja, inserindo a pessoa surda na sociedade, garantindo assim seus direitos.

Considerando esse contexto, o tema proposto a esta pesquisa é sobre às dificuldades na escrita da Língua Portuguesa de pessoas surdas em processo de alfabetização, focalizando uma turma de 3° ano do Ensino Fundamental, Anos Iniciais, da Escola Bilíngue da Associação Cascavelense de Amigos de Surdos-ACAS. Delimitando-se às dificuldades na escrita da Língua Portuguesa de pessoas surdas em processo de alfabetização, tendo a Língua Brasileira de Sinais como primeira língua. Uma vez que as pessoas surdas usam a Língua Brasileira de Sinais como primeira língua, ou seja, língua materna, questionou-se quais são as dificuldades na escrita em língua portuguesa no processo de alfabetização e como o aluno e o professor buscam superá-las.

Desse modo, a pesquisa busca entender as dificuldades de escrita no processo de alfabetização em Língua Portuguesa para as pessoas surdas e outros fatores que contribuem para o surgimento das dificuldades, contribuindo com informações e propostas no auxílio das mesmas, pois, a escrita da Língua Portuguesa para as pessoas surdas se torna um meio muito eficaz de comunicação, já que no Brasil nem toda a sociedade tem contato ou conhecimento sobre a Língua de Sinais Brasileira, sanando parcialmente as dificuldades de escrita de pessoas surdas em fase de alfabetização.

Para a concretização dos objetivos proposto, a investigação parte de dados gerados a partir do questionário estruturado com questões abertas e fechadas e entregue para uma professora de Língua Portuguesa da escola, observação não participativa para um contato mais próximo com o objeto de estudo, ambos com o intuito de identificar como se desenvolve o trabalho da professora em sala de aula. Após a coleta de informações obtidas, iniciou-se o levantamento e análise de dados

secundários, de acordo com as observações não participativas realizadas na instituição de ensino.

Esta pesquisa está organizada em seções, primeiramente apresenta um breve contexto histórico da Língua de Sinais no Brasil e as três metodologias utilizadas nesta língua, oralismo, comunicação total e bilinguismo, posteriormente traz a seção sobre o contexto histórico da Escola Bilíngue da Associação Cascavelense de Amigos de Surdos- ACAS e a alfabetização no Currículo de Cascavel, e também do Projeto Político Pedagógico da ACAS, em seguida, apresenta a seção Educação Bilíngue entre Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais. Em continuidade expõe sobre a metodologia utilizada e seção dos resultados, na parte final apresenta as considerações finais.

2 Breve contexto histórico da Língua de Sinais no Brasil

Vinda de terras europeias, a Língua Brasileira de Sinais chegou em solo brasileiro em 1857, pelo francês Hernet Huet, que trouxe o alfabeto manual francês e a Língua Francesa de Sinais, partindo daí, com grande influência a origem da Língua Brasileira de Sinais. Preocupado com a educação dos surdos, Huet apresentou uma proposta para essa educação, mas como ainda no Brasil não se tinha escolas especiais, para fundar, solicitou ao Imperador Dom Pedro II um local e então em 26 de setembro de 1857, foi fundado o Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, que atendia pessoas de ambos os sexos, o atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) sendo a primeira instituição nesta área no Brasil, é o centro nacional de referência na área da surdez, tendo como mantenedora o Ministério da Educação.

O marco para o início das discussões relacionadas a um novo repensar à educação de pessoas surdas foi a década de 1990. Estas discussões estão veiculadas aos estudos linguísticos sobre a Língua Brasileira de Sinais, por ser dada grande importância enquanto primeira língua do surdo e responsável pela diferenciação sociocultural e de identidade da pessoa surda.

Em 1993, um projeto de Lei deu início a uma longa batalha de legalização e regulamentação em âmbito federal, criando-se a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais, seguida pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que a regulamenta, garantindo as pessoas surdas o

direito ao acesso à Educação Bilíngue, sendo alfabetizadas em Língua de Sinais e em Português na modalidade escrita. Segundo Honora (2009) a educação de surdos configura-se através de três metodologias, oralismo, comunicação total e o mais recente, bilinguismo.

2.1 Oralismo

É uma corrente comunicativa que pensa no ensino da língua materna através da imposição da oralização proibindo qualquer manifestação que se diferencie da fala, como ocorre na comunicação gestual e na utilização de mímicas. Portanto, para ser aceito socialmente a pessoa surda tinha como dever utilizar a fala, os vestígios de audição remanescentes, e um comportamento semelhante ao do ouvinte e assim finalmente ser curado da surdez através da prática da fala.

2.2 Comunicação Total

A comunicação total já permite o uso dos sinais, leitura orofacial, amplificação e alfabeto digital no ensino da língua materna (LIBRAS). Possibilitando a pessoa surda um livre arbítrio para escolher qual manifestação de linguagem lhe é mais adequada para comunicar-se socialmente. A comunicação total iniciou na década de 1970, após Binet e Simon, numa primeira avaliação ao oralismo, concluírem que as pessoas surdas não conseguiam se manifestar somente através da oralidade.

2.3 Bilinguismo

O bilinguismo adota a língua de sinais como primeira língua a ser ensinada e em segundo lugar a língua oficial, esta, sendo manifestada apenas na forma escrita. Traz como benefício a integridade da manifestação visual e gestual expondo a criança surda desde cedo à Língua de Sinais, aprendendo a sinalizar tão cedo quanto uma criança ouvinte aprende a falar.

Atualmente é o método mais utilizado em escolas que atendem alunos com deficiência auditiva.

2.1 Contexto histórico da Escola Bilíngue da Associação Cascavelense de Amigos de Surdos- ACAS

A educação de surdos iniciou, em 11 de novembro de 1975, em Cascavel/PR, com um movimento impulsionado pela Escola Épheta de Curitiba, com o nome de Associação Cascavelense de Amigos de Surdos (ACAS). Em 1976 começou a funcionar a primeira classe especial no Colégio Estadual Washington Luiz, ali permanecendo até 1978. Com o trabalho de divulgação realizado pelas mães e professoras, houve aumento da demanda e decorrente necessidade de maior número de salas. A Igreja Presbiteriana cedeu, então, uma casa em comodato.

A partir de 1985, a instituição foi integrada pelas Irmãs da Pequena Missão para Surdos e a organização pedagógica da Escola passou por diversas etapas, sendo a primeira, a criação do Centro de Reabilitação Tia Amélia que se deu em 24/10/1977. A fundação foi baseada nos modelos da época, isto é, da filosofia oralista e clínica, tornando-as aptas para frequentar a escola comum, junto com as crianças ouvintes.

Com o passar dos anos e a constatação do insucesso escolar dos alunos surdos na escola comum, implantou-se o Ensino Fundamental, anos iniciais. Este fato alterou o nome do Estabelecimento para Escola do Centro de Reabilitação Tia Amélia, através da Resolução 901/91, com início no ano letivo de 1991. Com o crescimento de evasão de alunos surdos no Ensino Fundamental, anos finais, nas escolas comuns, este se implantou no Centro de Reabilitação. Com a mudança de filosofia de trabalho e respondendo aos anseios da Comunidade Surda, em 2002 foi solicitada ao Conselho Estadual de Educação a alteração da nomenclatura do Centro de Reabilitação para Escola da ACAS, Ensino Infantil e Ensino Fundamental para Surdos. Em 2012 o Departamento de Educação Especial, solicitou que todas as escolas especiais do Estado do Paraná incluíssem nas suas denominações a terminologia modalidade de educação especial, partindo daí o nome de Escola Bilíngue da Associação Cascavelense de Amigos de Surdos –ACAS, Educação Infantil e Ensino Fundamental na Modalidade de Educação Especial, conforme consta na Resolução nº 5097. Hoje atende a maioria dos alunos que é da cidade de Cascavel e outros da região.

2.2 Alfabetização da Língua Portuguesa no Currículo de Cascavel

O Currículo para a Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel traz a Língua Portuguesa na perspectiva dialógica, que, significa considerar não apenas o

conteúdo da enunciação, mas compreender que a interação entre eu e o tu, entre o produtor e o destinatário do texto estão circunscritos num espaço e tempo determinados sócio historicamente. No referido currículo a língua está respaldada no materialismo histórico que concebe o discurso como uma manifestação, ainda segundo Cascavel (2008), a apropriação da linguagem escrita, não é um processo de aquisição de algo que permita a expressão de um pensamento existente em si mesmo, pois, se existe uma relação dialética formativa entre as circunstâncias e os seres humanos, essa mesma relação existe no caso da apropriação da linguagem. Sendo assim, o documento destaca que é fundamental compreendermos:

A linguagem como espaço por meio do qual o sujeito analise e compreenda as contradições que perpassam os contextos nos quais está inserido. [...] Nesta perspectiva, a linguagem entendida como instrumento por meio do qual o homem se expressa e interage com o outro, compreende o mundo e constitui-se como sujeito, adquire e produz conhecimentos [...], (CASCAVEL, 2008, p. 328).

Portanto, as aulas de Língua Portuguesa devem centrar-se no trabalho efetivo em práticas interativas com o texto. Sendo trabalhada no contexto escolar, observando-se as especificidades no trabalho com os eixos da oralidade, a leitura, a escrita/ produção textual e com a análise linguística, considerando o processo de reestruturação de textos mediado pelo professor.

Na modalidade de educação especial, de acordo o currículo, o atendimento educacional do surdo na rede teve ênfase a partir da apresentação do Projeto de Lei Municipal Nº 91/9857, que reconheceu oficialmente a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, com atendimento especializado na área da surdez Cascavel passou a contar com a existência dos professores bilíngues e de apoio pedagógico com conhecimento em Língua de Sinais aos alunos surdos usuários desta.

2.3 A alfabetização no Projeto Político Pedagógico da Escola Bilíngue da Associação Cascavelense de Amigos de Surdos- ACAS

O ensino da Língua Portuguesa na escola está amparado legalmente pelo Decreto Federal Nº. 5626/2005, especificamente, no artigo 22, § 1º “São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em a LIBRAS e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo”, (BRASIL,2005).

Portanto, aquisição de uma primeira língua deve ser oportunizada à criança, pois a ausência de uma participação ativa em situações comunicativas poderá acarretar em prejuízos no desenvolvimento acadêmico do aluno surdo, pois esta desempenhará papel fundamental no aprendizado da língua portuguesa, possibilitando aos surdos: leitura e escrita. As palavras e as outras estruturas da Língua Portuguesa só serão efetivamente apreendidas pelos alunos surdos, se, anteriormente, sua língua materna permitir que ele estruture seu conhecimento e suas experiências. É a Língua Brasileira de Sinais que vai assegurar-lhes o conhecimento de mundo, tornando possível o entendimento significado do que se lê, deixando de ser meros decodificadores da escrita.

Neste contexto, saber ler e escrever para o aluno surdo vai além de ser alfabetizado, porque a leitura e a escrita nessa abordagem saíram dos limites da escola, ganhando espaço social. Que para Fernandes (2007, apud PARANÁ, 2016, p. 102.), pautado em Soares (1999) um processo de letramento de crianças e jovens surdos não é diferente dos objetivos educacionais propostos para os demais alunos: a apropriação da leitura e da escrita em práticas significativas, a fim de responder às diferentes demandas sociais. Do mesmo modo no processo de leitura e escrita.

Portanto a ACAS, se propõe a um ensino da Língua Portuguesa, no qual, os alunos surdos possam ser independentes diante dos diversos textos veiculados na sociedade e que de uma forma são impostos aos indivíduos que convivem nela. Estruturando o trabalho com a Língua Portuguesa nos eixos norteadores da organização discursiva, prática da leitura e a prática da escrita, descritos no Projeto Político Pedagógico da Escola Bilíngue da Associação Cascavelense de Amigos de Surdos- ACAS (2016)

2.4 Educação Bilíngue entre Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais.

A educação bilíngue proporciona uma visão diferenciada sobre a surdez, afastando-a de uma visão educacional clínica e reabilitadora, para uma prática social da leitura e da escrita, ou seja, permite a alfabetização, esta, também como processo de letramento. Compreendendo letramento como: o estado daquele que não só sabe ler e escrever, mas que também faz uso competente e frequente da leitura e da escrita, e que, ao tornar-se letrado, muda seu lugar social, seu modo de viver na sociedade, sua inserção na cultura. (SOARES, 2014. p. 37).

Partindo desta concepção de alfabetização e letramento, a educação da pessoa surda dentro de um contexto de bilinguismo deve ter a Língua Brasileira de Sinais como sua primeira língua, a língua materna. Logo a Língua Portuguesa será sua segunda língua. Na modalidade preferencialmente escrita. Sendo assim, evidencia-se que a escrita da Língua Portuguesa do aluno surdo no Brasil se torna de forma integrante e obrigatória, por se tratar do ensino da norma culta, e a escola comum sendo um lugar de encontros entre pessoas surdas e ouvintes, deve inserir adaptações curriculares, criando flexibilidade aos alunos surdos que não conseguem acompanhar os conteúdos ensinados

3 Metodologia

Na primeira etapa utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica consiste em explorar a importância a partir de leituras de livros, artigos científicos, teses, dissertações, anais de eventos, leis e documentos. A pesquisa documental é utilizada em praticamente todas as ciências sociais.

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, busca-se conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema (CERVO, 2007, p.60).

Esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa, pois, permite um estudo mais dinâmico e criativo. Segundo Minayo (p. 244, 1993) “A abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza”. Além disso, a abordagem é de caráter exploratório, realizado através de observação não participativa na instituição de ensino, Escola Bilíngue da Associação Cascavelense de Amigos de Surdos- ACAS, e relatado os processos observados em sala de aula.

Quanto aos procedimentos utilizados utilizou-se pesquisa de campo e estudo de caso que segundo CerVO (2007, p.62) “Estudo de caso é a pesquisa sobre determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade que seja representativo de seu universo, para examinar aspectos variados de sua vida”. A pesquisa de campo e o estudo de caso serão realizados a fim de verificar a instituição Escola Bilíngue da Associação Cascavelense de Amigos de Surdos- ACAS, na cidade de Cascavel, com fins a investigação do problema proposto.

Para a concretização dos objetivos proposto, a investigação partiu de dados gerados através do questionário e observação não participativa. O questionário é estruturado com questões abertas e fechadas, sendo entregue para uma professora de Língua Portuguesa da Escola Bilíngue da Associação Cascavelense de Amigos de Surdos- ACAS, localizada na Cidade de Cascavel/PR. Com o intuito de identificar como se desenvolve o trabalho da professora em sala de aula. E observação junto à sala de aula para que haja um contato mais próximo com o objeto de estudo, e levantamento de dados secundários.

4 Resultados

Nesta pesquisa foi averiguada como as dificuldades na escrita da Língua Portuguesa de pessoas surdas em processo de alfabetização, tendo esta como segunda língua preferencialmente na modalidade escrita, vem sendo desenvolvida na ACAS. Diante disso, primeiramente se traz os resultados obtidos através do questionário direcionado a professora de Língua Portuguesa da turma do 3º ano do Ensino Fundamental da ACAS, no qual foram obtidas respostas mais objetivas e curtas, não muito explicativas, porém através das observações não participativas realizadas foi possível compreender melhor as respostas do questionário. Como exemplo, a pergunta sete do questionário, onde a pesquisadora questionou sobre os fatores que podem ou influenciam as dificuldades de aprendizagem da Língua Portuguesa como segunda língua, quais eram e como influenciam. Então, a professora respondeu que: “Os fatores que, talvez possam influenciar de maneira mais significativa sejam as poucas interações que os estudantes surdos fazem nas línguas: libras e portuguesa em suas vidas sociais”.

Em conversa com a professora, através da observação a mesma expôs que a família é uma das causas ou fatores que influenciam a dificuldade de aprendizagem, pois a maioria não se dedica em auxiliar os filhos com tarefas ou atividades que envolvam a escola, acompanhamento assistencial que lhes é oferecido, como também a falta de interesse por parte dos estudantes. A mesma relata “ do começo do ano até o momento parece que eles estacionaram”. Desta forma o questionário em partes está em consonância com a observação realizada.

Nesse sentido, a fim de verificar os principais motivos das dificuldades de escrita na Língua Portuguesa e entender essas dificuldades, buscou-se levar como

mais relevante à geração de dados a partir das observações, não descartando o questionário, pois, porém, o mesmo apresenta respostas não muito explicativas e claras. Tais dados então se levaram em consideração visto que as imagens obtidas se podem perceber as dificuldades encontradas, através dos cadernos dos alunos, na qual demonstra de forma explícita as dificuldades de escrita e das atividades desenvolvidas com os mesmos.

A aplicação do trabalho científico realizado ocorrerá na XV Jornada Científica da UNIVEL- Centro Universitário, como tema ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes. O artigo será apresentado em forma de comunicação utilizando slides contando com imagens dos cadernos dos alunos, dessa maneira demonstrando os resultados adquiridos e acima citados. O público alvo são os acadêmicos da UNIVEL e os demais participantes da seção de comunicação em que o trabalho será apresentado.

5 Considerações Finais

O objetivo principal desta pesquisa foi entender as dificuldades de escrita no processo de alfabetização em Língua Portuguesa para pessoas surdas, sobre o qual concluiu-se que essas dificuldades advêm não só pela questão linguística mas envolve outros fatores como, a dificuldade em manter a atenção, insegurança na identidade surda, contexto familiar como pelo meio em que a pessoa surda está inserida que pode desenvolver as suas dificuldades, portanto, ao alcançar tal resultado foi possível também responder ao problema de pesquisa que foi proposto, sendo que os dados coletados apontaram que as principais causas das dificuldades estão diretamente ligadas a família e a didática usada em sala de aula, pois pela faixa etária e por ser turma de alfabetização deveria ser trabalhado de maneira mais lúdica, utilizando de diversos recursos e materiais didáticos, sem muito uso de atividade impressas, criando e explorando com os mesmos diversos meios de aprendizagem, como também instigá-los a leitura e escrita individual da Língua Portuguesa, por mais vezes durante as aulas.

Desse modo é de fundamental importância o docente trazer práticas motivadoras, nas quais os alunos percebam a Língua Portuguesa como parte de sua identidade. Pois diante dos resultados, percebe-se que para a pessoa surda a Língua Portuguesa merece e deve ser tratada com mais atenção, pois o contexto

social em que vivemos a escrita e leitura o ajudara para seu convívio na sociedade. Enquanto que a família por sua vez não realizar um atendimento direcionado ao filho/a, para o auxílio de atividades em casa, tarefas, muita das vezes por não saber a Língua de Sinais o mesmo continuará demonstrando esses resultados negativos.

Outros fatores foram apresentados, porém não são determinantes quanto aos fatores apresentados anteriormente, no entanto, sugere-se a avaliação da prática em sala de aula, direcionamento e intencionalidade dos conteúdos de forma lúdica, visto que realizadas essas mudanças melhora significativamente a aprendizagem. Vale ressaltar que, os resultados obtidos por meio de observação foram também verificados através do questionário.

De modo geral, conclui-se que o desenvolvimento desta pesquisa levantou resultados que permitirão a escola e os docentes verificarem suas práticas em turmas de surdos, a fim de diminuir as dificuldades de escrita da Língua Portuguesa. Bem como contribuir ao curso de Pedagogia o estudo realizado na área da Surdez, sendo que outros estudos podem ser desenvolvidos futuramente. Por fim, diante dos argumentos apresentados, considera-se que todos os objetivos propostos, bem como do problema de pesquisa apresentado, que esta pesquisa tenha alcançado pleno êxito diante dos mesmos.

REFERÊNCIAS

ACAS, Associação Cascavelense de Amigos de Surdos. **Plano de Trabalho Docente: Língua Portuguesa**. 2017.

ALBRES, N. de A.; SARUTA, M. V. **Programa Curricular de Língua Brasileira de Sinais para Surdos**. São Paulo: IST, 2012.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras e dá outra providencias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 3 maio 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. MEC/SEESP, 2001.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providencias. Brasília, 2000.

Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 3 de maio de 2017.

BOTELLO, P. A educação Bilíngue: Educação para a Mudança. In: _____. **Linguagem e letramento na educação dos surdos**: ideologias e práticas pedagógicas, 3 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2010. p. 111-119.

CASCAVEL, Secretaria Municipal de Educação. **Currículo para a Rede Pública Municipal de Cascavel**: Ensino Fundamental- anos iniciais. Cascavel-PR: Progressiva, 2008.

HONORA, M; FRIZANCO, M. L. E. **Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**: desvendando a comunicação usada pelas pessoas surdas. São Paulo: Ciranda Cultural. 2010.

MINAYO, M. C. de S; SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo**: Oposição ou Complementaridade?, Cad. Saúde Pub., Rio de Janeiro, 1993.

PARANÁ, Secretaria Estadual de Educação. **Projeto Político Pedagógico**. 2016.

QUADROS, R. M. de. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

ROPOLI, E. A. et al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: a escola comum inclusiva. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, 2010.

SALLES, H. M. M. L., et al. **Ensino da língua portuguesa para surdos**: caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2014, 128 p.

ZICHIA, A. de C. **O direito a educação no período imperial**: um estudo de suas origens no Brasil. São Paulo: [s.n], 2008



Centro Universitário Univel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

NOSSA PRIMEIRA HQ: A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA CRIAÇÃO DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Delvino Rodrigues Caldeira Júnior¹
Sueli Gedoz²

RESUMO: O presente artigo tem o propósito de analisar como as histórias em quadrinhos produzidas em casa podem trazer maior envolvimento e acompanhamento da família no desenvolvimento da escrita e da leitura textual dos filhos. O trabalho considera que as histórias em quadrinhos trazem um referencial rico e criativo para a o envolvimento da criança com a leitura e a escrita. A partir disso, o problema debatido na pesquisa está voltado a compreender como a criação das histórias em quadrinhos realizada no ambiente familiar pode contribuir no desenvolvimento da escrita e da leitura dos filhos. Pesquisas nessa linha são importantes pois, muitas vezes, o desinteresse da família pelo que é produzido na escola, pelos filhos, pode resultar em desinteresse dos filhos no contexto escolar. Mas com o gênero textual história em quadrinhos é possível mobilizar nos alunos o gosto pela leitura, independente da área de conhecimento, e o incentivo à criação, em todas as faixas de idade dos educandos. A metodologia é pautada em pesquisa bibliográfica, de campo, documental e estudo de caso. A coleta de dados foi realizada por meio das histórias em quadrinhos produzidas no ambiente familiar e questionário aplicado a uma família participante. Os resultados demonstram um aspecto muito positivo no que se refere à participação da família. É possível perceber que quando a família contribui para o processo criativo da criança, as práticas de leitura e escrita ganham maior fluência e possibilidades de ampliação.

PALAVRAS-CHAVE: Histórias em Quadrinhos. Família. Leitura e Escrita.

1 INTRODUÇÃO

Histórias em quadrinhos são formas de construção de expressões com a utilização de personagens, presentes em cenários que partem da imaginação ou de relatos reais de seus criadores. Desde a Pré-história, os acontecimentos vividos

¹ Acadêmico do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura da UNIVEL - Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² ORIENTADORA: Professora Doutora Sueli Gedoz – Professora do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

cotidianamente, como as caças e lutas, eram registradas nas paredes das cavernas em formas sequenciais, dando a entender que eram formas de contar histórias. Com o passar dos séculos surgiram os quadrinistas, autores especificamente de histórias em quadrinhos.

Estas histórias, vividas por personagens desenhados em páginas de revistas, se tornaram um gênero textual, que intensamente é trabalhado nas escolas. Desde a criação de diferentes personagens e histórias, até a produção da escrita, as histórias em quadrinhos podem ser utilizadas como uma forma de acompanhamento dos pais no desenvolvimento escolar de seus filhos em casa.

Considerando esse contexto, o presente trabalho³ teve seu início a partir de uma dúvida, à qual procuramos respostas no decorrer na investigação: “Como a criação das histórias em quadrinhos, produzida em casa, pode contribuir no desenvolvimento da escrita e da leitura dos filhos?”. Desse modo, abordamos a participação da família no acompanhamento e desenvolvimento escolar do aluno em casa, focalizando um jeito diferente de interagir com as crianças. Trata-se de uma interação por meio da criação de histórias em quadrinhos. A importância deste acompanhamento vai muito além da exigência de ter um bom comportamento ou de conseguir notas altas na escola. Quando os alunos são subsidiados pela família no ambiente de sua própria casa, o processo de criação pode tornar-se mais criativo e prazeroso.

Tomando essa problematização, o objetivo do presente artigo é mostrar como a produção de histórias em quadrinhos realizada no ambiente familiar pode trazer maior envolvimento e acompanhamento da família no desenvolvimento da escrita e da leitura textual dos filhos e dessa forma contribuir para o aprimoramento das atividades escolares. Para atender a esse intuito, o artigo apresenta inicialmente o referencial teórico relativo ao tema, abordando as histórias em quadrinhos como gênero textual que promove o desenvolvimento da criatividade e da aprendizagem. Em seguida aponta a metodologia utilizada na pesquisa, sendo esta desenvolvida por meio de fontes bibliográficas e pesquisa de campo, caracterizada como um estudo de caso junto a uma família participante do processo de investigação. Na parte final são apresentados os resultados coletados.

³ Trabalho elaborado no âmbito do Projeto de Pesquisa “Práticas de alfabetização e letramento em sala de aula: em foco o trabalho com a leitura e a escrita nos anos iniciais do ensino fundamental”, desenvolvido por alunos do Curso de Pedagogia da Univel, sob coordenação da Professora Sueli Gedoz.

2 HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: UM GÊNERO TEXTUAL A SER COMPREENDIDO E ESTUDADO

Desde os primórdios, histórias são registradas para que sejam relatados acontecimentos importantes. Transformando a parede de uma caverna em um mural, o homem primitivo sentia a necessidade de registrar seus atos de caça, a indicação de algum animal presente em determinado local, e até mesmo a indicação de que ele (homem primitivo) estava ali fazendo. Desse modo, podemos dizer que as histórias produzidas quadro a quadro, existem há muito tempo e sempre fizeram parte da história dos povos.

Com o passar dos tempos, essas histórias foram se aprimorando, recebendo um tratamento mais adequado para sua produção e circulação entre leitores. A ideia de produzir narrativas compostas de imagens e texto agradou ao público e fez nascer diversas formas de produção em que a criatividade é um elemento chave para o interesse do leitor. Essa produção se destacou entre crianças, jovens e adultos, em todos os lugares, e tem trazido uma interação com fundo de respeito nas mais variadas culturas. Até mesmo a tecnologia, que se supera em novidades a cada dia, não tem tomado este espaço dos textos em quadrinhos, como afirma Barbosa et al (2010):

Mesmo com o aparecimento e a concorrência de outros meios de comunicação e entretenimento, cada vez mais abundantes, diversificados e sofisticados, não impediram que os quadrinhos continuassem, neste início de século, a atrair um grande número de fãs. (BARBOSA et al, 2010, p. 07)

Ganhando seu espaço dentro do contexto escolar, as histórias em quadrinhos são trabalhadas desde a interpretação de texto até a própria criação das histórias, especificamente dentro das aulas de Língua Portuguesa, por ser essa disciplina que trabalha mais pontualmente com a leitura e a escrita.

De acordo com o Currículo da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná - AMOP (2014), “[...] o educando deve ser preparado para a leitura que vai além do texto e que possibilita a compreensão do discurso e de todos os entornos que contribuem para a produção de sentido” (AMOP, 2014, p. 99). As histórias em quadrinhos permitem ao aluno essa extrapolação do texto lido e contribuem para que a produção de sentido seja realmente desenvolvida, uma vez que trabalha com elementos verbais e não verbais. Dentro da esfera escolar, as histórias em

quadrinhos têm ajudado crianças e jovens a firmar suas práticas de leitura e interpretação de ideias e têm sido utilizada interdisciplinarmente nos conteúdos curriculares trabalhados em sala de aula.

Vale ressaltar também que há uma grande contribuição da criação e da leitura das histórias em quadrinhos para o desenvolvimento psíquico do ser humano, especialmente no que diz respeito à oferta do enriquecimento e elaboração do desenvolvimento imaginário. Assumpção (2001) respalda esse apontamento:

[...] a analogia entre as Histórias em Quadrinhos e os mitos e contos de fadas, justificando, portanto, sua interpretação como um produto precioso do psiquismo humano, com todos os seus traumas e processos de desenvolvimento. Assim sendo, sua leitura permite o contato simbólico com esses problemas do desenvolvimento psíquico do homem, fazendo com que o leitor [...] tome contato com esses fatos de difícil elaboração. (ASSUMPÇÃO, 2001, p. 30)

Dessa forma, o autor esclarece a contribuição da leitura das histórias em quadrinhos para o desbravamento imaginário do ser humano, que deve-se iniciar ainda quando criança. Assim, a criação e leitura de histórias em quadrinhos pode, de maneira psicológica, alavancar pontos travados na psique da criança, promovendo o descobrimento da fantasia como propulsão à vida adulta. Tais histórias servem, portanto, como uma grande ferramenta que possibilita a interação, o desenvolvimento psicológico e intelectual da criança, uma vez que está relacionada à leitura e à imaginação.

3 O TRABALHO COM HISTÓRIAS EM QUADRINHOS COMO INCENTIVO À LEITURA E À PRODUÇÃO DA ESCRITA

No que diz respeito ao ambiente escolar, o professor deve utilizar diferentes gêneros textuais para trabalhar com a escrita e a leitura em sala de aula, trazendo ao aluno o acesso às diversas formas da elaboração e circulação de textos para ampliação de seu conhecimento. Sendo a leitura uma grande fonte de informações que deve se tornar uma práxis do estudante, a leitura de histórias em quadrinhos pode auxiliar na criação e desenvolvimento do hábito de ler, o qual é fundamental aos estudantes que prosseguem seus estudos e realizam leituras diversas em seu cotidiano. A esse respeito, Barbosa et al (2010) informa:

Assim, a ampliação da familiaridade com a leitura de histórias em quadrinhos, propiciada por sua aplicação em sala de aula, possibilita que muitos estudantes se abram para os benefícios da leitura, encontrando menor dificuldade para concentrar-se nas leituras com finalidade de estudo. (BARBOSA et al, 2010, p. 23)

A leitura das histórias em quadrinhos se torna um momento lúdico e prazeroso nas aulas, contribuindo para o processo de letramento de forma divertida e envolvente entre as histórias e os alunos. Segundo Almeida (2003):

A educação lúdica integra uma teoria profunda e uma prática atuante. Seus objetivos [...] enfatizam a libertação das relações pessoais passivas, técnicas para as relações reflexivas, criadoras, inteligentes, socializadoras, fazendo do ato de educar um compromisso consciente intencional, de esforço, sem perder o caráter de prazer, de satisfação individual e modificador da sociedade. (ALMEIDA, 2003, p. 31-32).

As histórias em quadrinhos trazem para o público a facilidade da leitura e de sua compreensão, de modo a interagir com os leitores a todo tempo. O trabalho com esse gênero em sala de aula pode aumentar o interesse dos alunos pelos conhecimentos ofertados em todas as disciplinas do currículo escolar. Além do desenvolvimento da leitura, a construção das histórias em quadrinhos auxilia no desenvolvimento da escrita, uma vez que promove a permite ao aluno expressar-se de forma verbal e não verbal, utilizando-se da escrita para a contextualização da narrativa.

É sabido que os estudantes, desde seu ingresso na Educação Básica, estão rodeados de novidades ao seu alcance. Dentre elas está a oportunidade de se apossar de um vocabulário rico em significados. As histórias em quadrinhos podem promover essa apropriação de novos sentidos. A esse respeito Barbosa et al (2010) diz que:

As histórias em quadrinhos são escritas em linguagem de fácil entendimento, como muitas expressões que fazem parte do cotidiano dos leitores; ao mesmo tempo, na medida em que se tratam de assuntos variados, introduzem sempre palavras novas aos estudantes, cujo vocabulário vai se ampliando quase que de forma despercebida para eles. (BARBOSA et al, 2010, p. 23)

Desse modo, a utilização das histórias em quadrinhos em sala de aula é indispensável para o estímulo à leitura e à escrita dos estudantes, de forma interativa e agradável. Os quadrinhos trazem novidades em vocabulário, ampliando o acesso a diferentes culturas representadas nas histórias e também estimulam o

exercício da imaginação e diferentes formas de pensamentos que podem ser estendidas em casa juntamente com a família.

4 A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NAS ATIVIDADES ESCOLARES

A família, a escola e a sociedade formam a base para a formação ampla do sujeito. Cada uma dessas instituições tem um papel importante na constituição do ser humano, sendo por meio das interações que a aprendizagem acontece.

No que tange ao relacionamento entre família e escola temos observado, no decorrer dos últimos anos, por um lado, uma abertura maior da escola à família, mas por outro, um descompasso entre o interesse da família em compreender o que acontece na escola e na aprendizagem das crianças. O interesse em acompanhar o desenvolvimento dos filhos, frequentemente, não se consolida no contexto familiar, agravando uma série de dificuldades presentes na aprendizagem dos alunos.

Assim, há um forte reflexo do contexto familiar do estudante dentro da escola. O papel da família está relacionado com a contribuição na formação do desenvolvimento educacional da criança. O que é explícito na sociedade contemporânea é o fato de muitas famílias não terem o interesse preciso na vida acadêmica dos filhos, achando que escola e família não se completam para benefício de ambas. Conforme Castro e Regattieri (2009, p. 14) “[...] no mundo familiar as crianças são filhos; no mundo escolar elas são alunos. A passagem de filho a aluno não é uma operação automática e, dependendo da distância entre o universo familiar e o escolar, ela pode ser traumática”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – 9394/96) informa sobre a responsabilidade dos profissionais da educação relacionados aos processos de aprendizagem dos alunos, mas eles não são os únicos citados. A Lei assegura a participação aguçada da escola e família no processo de aprendizagem:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:
[...] VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; [...] (BRASIL, 1996, art. 32-33)

Conforme o artigo citados, é indispensável a participação da família no contexto escolar dos filhos. Para que haja a integração do contexto familiar juntamente com a escola, as atividades escolares devem ser associadas ao

conhecimento familiar e científico e integradas ao meio acadêmico. Além da LDBEN 9394/96, o artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8069/1990) diz, em seu parágrafo único, que “[...] é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.” (BRASIL, 1990). A lei informa sobre o acompanhamento que os pais devem ter de seus filhos no contexto escolar.

Quando há em casa, o apoio e a atenção direcionados às necessidades da vida escolar dos filhos, a aprendizagem acontece de forma mais assertiva em contribuição ao desenvolvimento escolar. A família deve valorizar os conceitos aprendidos conforme o que a escola oferece e sempre buscar o contato necessário com os responsáveis por seus filhos na escola. De fato, é nítida a influência da família no desenvolvimento escolar, ético e social da criança. O papel do acompanhamento do processo de aprendizagem da criança deve se tornar paralelo entre escola e família para benefício de ambos.

Observando essa relação positiva que deve haver entre família e escola, especialmente no que se refere à contribuição da família no desenvolvimento de tarefas que promovam a imaginação e a criatividade da criança, desenvolvemos uma pesquisa focalizando importância da participação da família no acompanhamento escolar dos filhos no que diz respeito ao desenvolvimento da leitura e da escrita e, para isso, consideramos a utilização da criação de histórias em quadrinhos, sendo que este é um gênero textual frequentemente trabalhado nas escolas. O percurso metodológico utilizado na pesquisa bem como seus resultados, são apresentados na sequência deste trabalho.

5 METODOLOGIA

Para verificar a participação da família no desenvolvimento de atividades escolares que devem ser realizadas no ambiente familiar, tomando como foco a criação de histórias em quadrinhos, utilizamos uma pesquisa bibliográfica baseada em diferentes obras, a pesquisa de campo, desenvolvida no ambiente familiar dos participantes do estudo e também na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel - UNIVEL, localizada na Av. Tito Muffato, 2317 - Santa Cruz, Cascavel – PR, espaço em que foram realizados encontros com a família participante da pesquisa.

Foi utilizada também a pesquisa qualitativa, que contribuiu para a análise do desenvolvimento da criação das histórias em quadrinhos e a pesquisa exploratória, a qual envolveu o levantamento bibliográfico e uma entrevista com a família que aceitou participar da pesquisa.

Assim organizado, o estudo de caso foi utilizado na investigação, visto que apenas uma família contribuiu com a pesquisa. A família participou incentivando e subsidiando duas crianças na produção de histórias em quadrinhos, a fim de verificarmos de que maneira pode haver essa contribuição dos integrantes da família para o desenvolvimento e aprimoramento da leitura, escrita e criatividade da criança. Considerando que a pesquisa faz essa análise das histórias criadas, trata-se também de uma pesquisa documental, que teve como documentos as histórias em quadrinhos criadas pelas crianças juntamente com a família. Também para respaldar a análise da ação da família e dos textos criados pelas crianças, foram coletados dados por meio de um questionário aplicado à família participante.

6 RESULTADOS

A pesquisa foi realizada apenas com uma família residente no bairro Santa Cruz, do município de Cascavel-PR. Para a coleta de dados foi entregue um questionário que contou com perguntas referentes aos resultados do acompanhamento da família participante da pesquisa na criação de histórias em quadrinhos juntamente com as crianças.

A primeira pergunta consistiu em saber se a criação das histórias em quadrinhos ajudou no aprimoramento da leitura e escrita das crianças, sendo uma delas de 5 (cinco) e outra de 6 (seis) anos de idade. Segue a resposta da família que possuirá o pseudônimo de FM:

Acredito que sim, visto a melhoria na caligrafia em especial e pudemos notar melhoras entre os espaçamentos entre uma palavra e outra [...] certo apropriação ao senso de organização de texto em linhas dentro de um espaço menor. Em relação à leitura, pudemos praticar a entonação da fala em conjunto aos acentos gráficos e concluímos a aproximação do uso frequente em gibis das onomatopeias (FM).

Nota-se com a presente resposta que a prática da criação das histórias em quadrinhos trouxe determinados aprimoramentos organizacionais e espaciais na

produção. Considera-se também o desenvolvimento tanto na questão fonema quanto a aprendizagem do grafema por parte das crianças.

A segunda pergunta indagou à família sobre as dificuldades encontradas durante a produção das histórias em quadrinhos e de como ocorreu o auxílio da família. Segue a resposta:

Tivemos certas dificuldades em relação à leitura. Primeiro porque não havíamos inserido o hábito de ler histórias em quadrinhos [...] não com o objetivo de central de fortalecer o aprendizado da leitura e escrita. Quanto à escrita, ambas tem boa caligrafia, porém, ainda sem o senso de organização dos textos. Para auxiliar no procedimento, adquirimos edições de Histórias em Quadrinhos para aproximá-las do estilo de conversação. Como o uso de balões, personagens cheios de expressões e movimentos etc (FM).

Em análise à resposta da família, percebe-se que antes do processo da criação das histórias em quadrinhos, este gênero textual não era usado como prática pedagógica relacionada ao acompanhamento da escrita e leitura das crianças. E, a estratégia da aproximação das crianças a este gênero textual utilizada pela família condiz com o que Barbosa et al (2010) ao afirmar que:

A inclusão dos quadrinhos [...] possibilita ao estudante ampliar seu leque de meios de comunicação, incorporando a linguagem gráfica às linguagens oral e escrita, que normalmente utiliza. Devido aos variados recursos da linguagem quadrinhística – como o balão, a onomatopeia, os diversos planos utilizados pelos desenhistas -, os estudantes tem acesso a outras possibilidades de comunicação que colaboram para o seu relacionamento familiar e coletivo. (BARBOSA et al, 2010, p. 22 - 23)

A terceira pergunta direcionada à família diz respeito à utilização da imaginação, se as crianças apresentaram alguma dificuldade para criarem personagens e histórias e como a família auxiliou neste processo. Segundo a família:

Imaginação não faltou. A dificuldade que encontramos foi no contexto de que uma história é composta: de início, meio e fim. Primeiro pedimos a uma das crianças que fizesse por conta própria uma história para assim, apontar onde deveríamos entrar com nossa colaboração. Dada a limitação atual da sua linguagem de sua faixa etária, nós responsáveis entramos com a elaboração de textos mais coesivos/coerentes (FM).

Percebe-se o cuidado utilizado pela família referente ao auxílio na dificuldade das crianças na produção de histórias coerentes e coesivas. Considerando a ação da família, Barbosa et al, (2010, p. 28) evidencia que, dentro da faixa etária das crianças participantes, aos poucos podem ser apresentadas de forma gradativa as

histórias em quadrinhos “[...] bem como ser instada a realizar trabalhos progressivamente mais elaborados, que incorporem elementos da linguagem dos quadrinhos de forma mais intensa.”

A quarta questão se referiu a um comentário sobre a importância do acompanhamento da família no desenvolvimento escolar dos filhos e de como pode ser realizado em casa, de forma que não demonstre uma cobrança excessiva e prejudique a criança. A resposta da família foi em forma de uma autorreflexão:

Notamos que não existe uma fórmula exata de se tratar com todas as crianças, a não ser com muito carinho e dedicação. Eu (mãe) notei uma melhoria significativa em mim mesma. Observando que, para cada criança é preciso uma disposição e maneira de interagir diferente. [...] Sobretudo, aprender sendo repreendido através de cobrança excessiva pode eventualmente causar a ideia do desprazer em estudar. Então, se perguntamos a nós mesmos como nós gostaríamos de aprender, acredito que a resposta decorrerá pelo mesmo caminho (FM).

O que notamos aqui de fato é o reconhecimento da importância do afeto presente entre no contexto familiar e de como este afeto pode auxiliar a família na dedicação das crianças nas práticas escolares. Consideramos também a relevância do termo usado na resposta acima sobre a realidade social individual de cada criança sendo que, a família é o primeiro contato social que uma criança possui. Assim, a não cobrança excessiva das crianças com relação aos estudos em casa, se resultará de acordo com a conduta partida dos responsáveis.

Por fim, a quinta pergunta teve o objetivo de saber como foi participar da pesquisa com relação ao interesse da família e das crianças e de como foi a experiência de criar histórias em quadrinhos em família. A resposta da família foi satisfatória envolta de uma interessante descoberta:

[...] trabalhamos nossa criatividade e interagimos em família para a construção de algo novo e que revelou muitas riquezas. Minha experiência pessoal (mãe) foi reveladora como mãe e ser humano. Pois aprendi muito ensinando para elas (crianças). Quanto às crianças, elas se divertiram com esse novo meio de abordar e pesquisar sobre assuntos diferentes e também gostaram de colocar momentos que vivenciamos nas Histórias em Quadrinhos. Às vezes relutantes com doses de preguiça e vontade de sair para brincar. Ora cedíamos, ora fazíamos com que elas (crianças) cedessem também para cumprir a realização do da pesquisa. Então determinamos um período do dia para realizarmos as histórias, cumprindo o acordo, ficariam livres para brincar de outras coisas, respeitando o comportamento da idade, de cada de cada personalidade afim de uma realização saudável e construtiva (FM).

Constatamos com a referida resposta que, no decorrer da pesquisa, novas descobertas instigantes foram feitas, como citado, o novo jeito de ensinar, aprender e acompanhar a escrita e a leitura. Para as crianças, um jeito divertido que conduziu a criatividade para criar histórias em quadrinhos e registrar fatos familiares por meio deste gênero textual. Cabe destacar ainda a liberdade proporcionada às crianças, respeitando os limites e o cuidado para que não deixassem que as atividades da pesquisa não se revertissem em algo cansativo para as crianças.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente artigo foi mostrar como a produção de histórias em quadrinhos em casa pode trazer maior envolvimento e acompanhamento da família no desenvolvimento da escrita e da leitura textual dos filhos e dessa forma contribuir para o aprimoramento das atividades escolares. Assim, consideramos todos os pontos resultantes da pesquisa, pois a participação da família provou que esta prática os auxiliou no acompanhamento referente à escrita e à leitura das crianças.

A experiência de mediar esta pesquisa foi de suma importância para a formação acadêmica do pesquisador, pois o contato com a família e a troca de experiências com a própria trouxe uma visão de realidade referente ao contexto escolar, familiar e a relação dos mesmos como motivadores significativos da sociedade.

O aceite da família de forma humilde e a sua dedicação e esforço na produção das histórias em quadrinhos gerou um sentimento satisfatório no pesquisador antes mesmo do término da pesquisa. Ainda consideramos a produção oficial das histórias em quadrinhos da família que foram redesenhadas por um designer gráfico contratado. Esta produção serviu de retorno à família participante como forma de agradecimento pela participação da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. N. de. **Educação lúdica**: prazer de estudar: técnicas e jogos pedagógicos. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

AMOP, Associação dos Municípios do Oeste do Paraná. Departamento de Educação. **Currículo básico para a escola pública municipal: Educação infantil e ensino fundamental - anos iniciais.** Cascavel: AMOP, 2014.

ASSUMPÇÃO, J. F. B. **Psicologia e histórias em quadrinhos.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

BARBOSA, A. et al. **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 13 jul. 2017.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 17 jul. 2017.

CASTRO, J. M.; REGATTIERE, M. **Interação escola-família: subsídios para práticas escolares.** Brasília: UNESCO, MEC, 2009.

GARCÍA, J. N. **Manual de Dificuldades de Aprendizagem: Linguagem, Leitura e Matemática.** Porto Alegre. RS: Artes Médicas, 1998.



RESUMOS ADMINISTRAÇÃO



Centro Universitário Univel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

MOTIVAÇÃO = MOTIVADOS PARA A AÇÃO

Paulo Eduardo Figueiredo Boaretto¹
Rafael Compagnon²
Vanderson Luiz de Lima³
Jaqueline Pinto Martins⁴

RESUMO: Empresas de grande sucesso buscam manter o grau de motivação de seus colaboradores, sempre, em um nível que favoreça o convívio e o prazer de trabalhar e buscar bons resultados para a organização como um todo, isso, porque, quem desenvolve atividades e funções de forma interessada, conseqüentemente, eleva sua qualidade de vida em decorrência de um maior reconhecimento. Para isso é importante realizar treinamentos periodicamente. Segundo Chiavenato (2014), treinamento de pessoal pode ser entendido como um processo educacional de curto prazo onde as pessoas aprendem conhecimentos, habilidades e atitudes em função de objetivos pré-definidos. Este trabalho teve por objetivo a aplicação de treinamento motivacional a fim de conscientizar sobre importância da motivação na vida de cada indivíduo e dos benefícios que ela traz, tanto para a vida pessoal quanto para a vida profissional. No que diz respeito à metodologia, o treinamento foi aplicado a quinze (15) colaboradores de uma empresa varejista do ramo alimentício da cidade de Três Barras do Paraná - PR. Utilizou-se de palestra, vídeos e dinâmica para transmitir o conteúdo sobre motivação. O desenvolvimento do treinamento decorreu por meio da apresentação de tópicos que abordaram aspectos relacionados a motivação, sendo conduzido de maneira que possibilitasse, por vezes, a autorreflexão sobre a grau de motivação pessoal de cada participante. De assuntos com maior relevância prática até assuntos de grau teórico, como, por exemplo, a Pirâmide das Necessidades Humanas de Maslow (SERRANO, 2011) e a Teoria dos Estágios do Processo de Mudança (MARQUES, 2015), foram embasamentos pensados e estudados pelos acadêmicos para favorecer o entendimento e assimilação do conteúdo por parte dos participantes do treinamento. Tópicos que retratam situações comuns do cotidiano, de fácil percepção e que as vezes ocasionam falhas pessoais que acabam prejudicando o desempenho e, conseqüentemente, a motivação, foram trabalhados, como: principais erros ocasionados pela desmotivação, dicas rumo a motivação, impactos da motivação da equipe, como lidar com o colega desmotivado e como o cliente percebe sua motivação. Por ser a motivação algo que depende da força de vontade individual, foi dado grande relevância à percepção de que cada ser é o principal causador de mudanças em si próprio e, por isso, a decisão e busca

¹ Acadêmico do Curso de Administração da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² Acadêmico do Curso de Administração da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

³ Acadêmico do Curso de Administração da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

⁴ ORIENTADOR: Professora Mestre em Psicologia Social do Curso de Administração da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

pela realização e sucesso depende dele, sempre pensando positivamente, traçando metas e objetivos, fazendo o que gosta, aprimorando e desenvolvendo seus conhecimentos. A dinâmica intitulada, “Passado, Presente e Futuro”, foi aplicada com o intuito de recordar momentos da vida que marcaram e despertar a percepção de que as fases da vida passam e deixam marcas que as vezes não podem ser apagadas, mas o futuro pode ser melhor se bem planejado e trabalhado com motivação. Utilizando como base a avaliação do treinamento, aplicada aos quinze (15) colaboradores presentes, quanto a aprendizagem/conteúdo, obteve-se um ótimo resultado. Em um total de doze (12) questões objetivas em apenas quatro (4) delas não foi atingido o cem por cento (100%) de exatidão. Dessas, três (3) atingiram noventa e sete por cento (97%) e uma os oitenta por cento (80%). Houve boa interação entre os aplicadores e os participantes, que colaboraram no desenvolvimento de todas as atividades propostas, demonstrando interesse e atenção. Algumas pessoas contribuíram, expondo suas ideias, ressaltando o conteúdo que os chamou a atenção. Conclui-se que o treinamento rendeu bons resultados e o objetivo foi alcançado. Em conversa informal com o empresário, houve relato de que foi possível perceber a mudança em alguns colaboradores e ele avaliou o treinamento como um ponto positivo que favoreceu sua equipe, destacando que também foi importante para ele enquanto empresário, pois o fez refletir e pensar em como melhor contornar as situações diárias dentro da empresa e valorizar mais os colaboradores. Para os acadêmicos, que foram os responsáveis pela elaboração e aplicação do treinamento, foi uma experiência de grande valia que os fez aprofundar sobre o tema e buscar mais conhecimento, a fim de que fossem os primeiros a estar motivados para, assim, poderem aplicar o treinamento e, provou da capacidade de cada um, que se esforçou na busca por dar o melhor de si.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4^o ed. São Paulo: Manole, 2014.

MARQUES, J. R. **Quais são os estágios motivacionais de Prochaska e Diclemente**. Portal IBC, julho, 2015. Disponível em: <<http://www.ibccoaching.com.br/portal/lideranca-e-motivacao/quais-sao-os-estagios-motivacionais-de-prochaska-e-diclemente/>>. Acesso em: 16 de abril de 2017.

SERRANO, D. P. **Teoria de Maslow** – a pirâmide de Maslow. Portal do Marketing, outubro, 2011. Disponível em: <<http://www.portaldomarketing.com.br/artigos/maslow.htm>>. Acesso em: 16 de abril de 2017.



RESUMOS ARTE



Centro Universitário Univel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

A CONTEMPLAÇÃO ESTÉTICA COMO MEIO DE LIBERTAÇÃO DO SOFRIMENTO, NA FILOSOFIA DE ARTHUR SCHOPENHAUER

Higor Antonio da Cunha¹
Lademir Renato Petrich²

RESUMO: Desde as esferas individuais até as esferas sociais, o sofrimento atinge as pessoas de maneira universal, e, por vezes, de maneira contínua e permanente. Desta maneira, o sofrimento se caracteriza como um problema social e ontológico. Um dos pensadores que se destaca na investigação deste tema é Arthur Schopenhauer. Este filósofo alemão é considerado por muitos como um dos pilares do pensamento ocidental, haja vista que sua influência se estende desde a filosofia, em Nietzsche, por exemplo, até teorias psicanalíticas de Freud e Jung. Para ele, através da fruição de uma obra de arte ou da contemplação estética, o indivíduo pode, mesmo que momentaneamente, se desligar do apego e dos desejos, amenizando assim o sofrimento causado por estes. A presente pesquisa visa verificar a relação entre a contemplação estética e a libertação do sofrimento de acordo com a filosofia schopenhaueriana. A partir da filosofia schopenhaueriana, busca-se conceituar como Schopenhauer fundamenta a origem dos sofrimentos humanos, analisar a relação que Schopenhauer estabelece entre a contemplação estética e a libertação do sofrimento. Para verificar a relação entre a contemplação estética e a libertação do sofrimento de acordo com a filosofia schopenhaueriana, usou-se de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e estudo de campo, tendo como instrumento a pesquisa bibliográfica e grupo focal com artistas e apreciadores de arte, a fim de averiguar, a partir das perspectivas e experiências dos participantes, a aplicabilidade da teoria de Schopenhauer. Em sua teoria, Arthur Schopenhauer estabelece que todas as coisas do mundo são regidas e permeadas por uma força, a Vontade. Esta força que leva os seres a buscar a vida também acaba por despertar desejos e ambições. Para o autor, estes desejos, uma vez que não são saciados, mas apenas substituídos por outros, são os causadores do sofrimento. Segundo Schopenhauer (2015), através da contemplação de uma obra de arte ocorre a anulação do querer e, portanto, do sofrimento. O expectador pode se desligar temporariamente da razão e do querer individual, tendo contato com um querer universal, se elevando sobre si mesmo. A partir disso, o autor elenca as linguagens artísticas conforme o grau da objetividade da Vontade, estabelecendo uma hierarquia. Nesta visão hierárquica, contemplava a arquitetura, a jardinagem, a escultura, a pintura, a poesia e, para ele a mais importante, a música. O filósofo afirma que a Música difere das outras artes “nenhuma outra arte faz efeito tão imediato e profundo sobre o homem” (SCHOPENHAUER, 2003, p. 240), sendo mais poderosa que a própria linguagem. No entanto, apesar de a arte possuir este potencial de

¹ Acadêmico do Curso Superior de Artes – Licenciatura, da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² Doutor em Ciência da Religião. Professor do Curso Superior de Artes – Licenciatura, da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

libertação do sofrimento, ela não o pode fazer permanentemente. Portanto, em Schopenhauer a arte assume uma função de apaziguamento do querer, mas não uma aniquilação deste. Os resultados mostram que a teoria de Arthur Schopenhauer ainda é assertiva no que tange a libertação do sofrimento a partir da contemplação estética. Entretanto, percebe-se que para a amenização dos desejos e ego acontecer, no momento da fruição artística, o contemplador deve apresentar disponibilidade e “abertura”. Segundo alguns participantes, a música mostra-se como uma linguagem superior, principalmente devido a maior acessibilidade. Para outros entretanto, não há uma hierarquia exata, que se aplicaria a todas as pessoas. Por fim, uma parte dos participantes defenderam que se houvesse uma arte superior, seria uma que mesclasse todas as linguagens, como o Cinema.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Poética e Tópicos I, II, III e IV**. São Paulo: Hunter Books, 2013. 192 p.

BARBOZA, J. Um livro que embriaga. In: SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e como representação**. São Paulo: UNESP, 2005. p. 10-18.

BACKES, Dirce Stein et al. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 438-442, out./dez. 2011.

BORGES, C. D; SANTOS, M. A. Aplicações da técnica do grupo focal: fundamentos metodológicos, potencialidades e limites. **Revista da SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 74-80, jan./jun., 2005.

BUCKINGHAM, W. et al. **O livro da filosofia**. São Paulo: Globo, 2011. 352 p.

FONSECA, J. J. S. da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. 127 p.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005. 77 p.

GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia: Cadernos de Psicologia e Educação**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 24, p. 149-161, 2003.

GUERRA, E. L. de A. **Manual de pesquisa qualitativa**. Belo Horizonte: Ânima Educação, 2014. 43 p.

GYATSO, G. K. **Budismo Moderno**: O caminho de compaixão e sabedoria. 3. ed. São Paulo: Tharpa Brasil, 2016. 443 p.

NIETZSCHE, F. **O Nascimento da Tragédia**. 2. ed. São Paulo: Editora Escala, 2011. 172 p.

PLATÃO. **A teoria das ideias**. São Paulo: Hunter Books, 2013. 208 p.

REDYSON, D. **Dossiê Schopenhauer**. São Paulo: Universo dos Livros, 2009. 128 p.

SCHOPENHAUER, A. **O mundo como vontade e como representação**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2015. 646 p.

_____. **O mundo como vontade e como representação**. São Paulo: UNESP, 2005. 695 p.

_____. **Metafísica do belo**. São Paulo: UNESP, 2003. 256 p.

_____. O mundo como vontade e representação (III parte). In: COLEÇÃO Os Pensadores. **Schopenhauer**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 21-114.

TORRES FILHO, R. R. **Schopenhauer**: vida e obra. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 5-11(Coleção Os Pensadores).



Centro Universitário Univel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

A IMPORTÂNCIA DO DESENHO ENQUANTO COMPONENTE CURRICULAR DA DISCIPLINA DE ARTES NO ENSINO MÉDIO

Laíz Raquel Barcella¹
Marco Antonio Rodrigues²

RESUMO: De modo geral, podemos definir a Arte como uma forma de expressar uma ideia, conceito, sentimento, lembrança, por meio de uma representação crítica, e dentre as diversas técnicas de produção artística está o desenho. Ele nada mais é do que a representação gráfica de uma imagem através de pontos, linhas, formas, entre outros elementos, executados sobre um plano. O Ensino da Arte como disciplina, dentro desta, do desenho, é obrigatório no currículo nacional, em todas as etapas da Educação Básica. Sabe-se que o ensino/aprendizagem do desenho é algo de suma relevância para a Educação Infantil e também para o Ensino Fundamental, mas teria o desenho alguma importância para o Ensino Médio? Seria ele realmente significativo para o aluno na última etapa da Educação Básica? Este foi o problema que gerou essa pesquisa. Dessa forma, o objetivo da mesma foi justamente verificar se é realmente importante se estudar/aprender sobre desenho no ensino Médio, tendo como requisitos o desenvolvimento pessoal subjetivo/cognitivo do aluno, e também o apoio a carreira profissional do mesmo, dependendo a área que este deseja seguir, buscando averiguar de que forma é trabalhado o Desenho no Ensino Médio e se atende os objetivos propostos no currículo, apontar a se há importância no contato com o desenho nesta etapa de ensino e se ele traz contribuições para o desenvolvimento do ser humano, além de investigar as contribuições do contato com o desenho para algumas profissões, especialmente as que se utilizam constantemente de imagens em seu meio. A justificativa para tal pesquisa é que o desenho é algo muito presente, não apenas no ensino da Arte, mas na vida do ser humano de modo geral, pois desde os primórdios o homem se utiliza da linguagem gráfica para expressar seus pensamentos, anseios, crenças e para representar seu dia a dia, o desenho surgiu antes da escrita e até mesmo da fala, ou seja, por um bom tempo ele foi a única forma de mediação entre o ser humano e o mundo, além de estar presente em nossas vidas desde a primeira infância, na escola, na disciplina de Artes, até a vida profissional, em alguns casos. Soma-se

¹ Acadêmica do Curso Superior de Artes – Licenciatura, da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² Especialista em Arte e Educação, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos. Professor do Curso Superior de Artes – Licenciatura, da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

a isso o fato do desenho fazer parte da grade curricular dos cursos de licenciatura em Artes, de onde o acadêmico sairá como profissional da educação. Além do mais, é do Ensino Médio que o jovem sai apto para exercer sua cidadania, continuar seus estudos e/ou exercer alguma profissão. Dessa forma, é extremamente significativo que se investigue a importância do desenho para o aluno do Ensino Médio. Para tal, foram feitas pesquisas de caráter qualitativo, como pesquisa de campo, pesquisa-ação e bibliográfica, utilizando-se de instrumentos como observação sistemática não-participante, atividade prática de desenho e grupo focal junto ao grupo pesquisado (alunos do Ensino Médio). Adotou-se assim a perspectiva de autores como Barbosa (1995) e Barbosa e Coutinho (2011), que abordam o ensino nacional da Arte e conseqüentemente do desenho de uma perspectiva histórica; Brasil (2013), Paraná (2008) e a Lei 9394/96 que trazem definições, orientações e condições para o ensino da Arte – e dentro desta do desenho – no país e no estado; Duarte Jr. (2004), Peixoto (2013), Martins (2014) e Mello (2017), que defendem o desenho como expressão e comunicação de conceitos, de sentimentos, da cultura, da imaginação, das ideias, da criatividade, trabalhando a emoção e cognição de seu criador, além de abordarem o preparo para a vida profissional, onde Peixoto (2013) traz o desenho enquanto projeto, planejamento. Nos resultados apurados até então no decorrer da pesquisa, realizada com alunos de uma turma de primeiro ano do Ensino Médio, do Colégio Estadual Euclides da Cunha, no município de Matelândia-PR, constatou-se que a professora trabalha os conteúdos de acordo com o proposto pelo currículo e emprega o desenho enquanto projeto e expressão de ideias, que alguns alunos conseguem expressar-se de maneira crítica por meio do desenho, além de projetar/representar suas ideias neste, e que a maioria dos estudantes gostam e consideram importante a aprendizagem do desenho no Ensino Médio. Quanto a futuros desdobramentos da pesquisa, pretende-se focar na importância do desenho exclusivamente para a carreira profissional.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. M. **Arte-Educação no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

_____. **A imagem no ensino da arte: anos 1980 e novos tempos**. 8 ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

BARBOSA, A. M; COUTINHO, R. G. **Ensino da Arte no Brasil: Aspectos históricos e metodológicos**. São Paulo: Unesp/Redefor, 2011. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40427/3/2ed_art_m1d2.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 04 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>

mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 23 set. 2017.

DUARTE JUNIOR, J. F. **Por que arte-educação?** 15. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursos/pgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HSUAN-AN, T. **Desenho e organização bi e tridimensional da forma**. Goiânia: UCG, 1997.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LARAIA, R. de B. **Cultura: Um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MARTINS, S. de F. A. **O Desenho como método de investigação do real no Ensino Fundamental**. 2014. 20 p. Produção didático-pedagógica (PDE em Arte) – UEL, Londrina PR, 2014. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uel_arte_pdp_s_oely_de_fatima_antunes_martins.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.

MELLO, G. A. da S. **A importância pedagógica e psicopedagógica do Desenho no processo de ensino aprendizagem**. 18 p. Artigo (graduação em psicopedagogia) – Faculdade Católica de Anápolis, Goiás, 2017. Disponível em: <<http://www2.unucseh.ueg.br/ceped/edipe/anais/vedipefinal/pdf/gt13/co%20grafica/Genilza%20Alves%20da%20Silva%20Mello.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares de Arte para a Educação Básica**. Curitiba, 2008. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_arte.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2017.

PEIXOTO, S. **Pensar o Desenho: linguagem, história e prática**. Guarapuava: UNICENTRO, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unicentro.br/bitstream/123456789/368/1/PENSAR%20O%20DESENHO%20%20LINGUAGEM%2C%20HIST%C3%93RIA%20E%20PR%C3%81TICA.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

SAVIANI, D. Sobre a natureza e a especificidade da educação. **Mesa-Redonda sobre a "Natureza e Especificidade da Educação"/INEP**, Brasília, ano 3, n. 22, jul./ago. 1984. Disponível em: <<http://ifibe.edu.br/arq/20150911214634120944442.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2017.



Centro Universitário Univel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

GUARDA-CHUVA DE MEMÓRIAS: O TEATRO COMO ELO ENTRE A COMUNIDADE E A UNIVERSIDADE

Tânia C. K. A. Assini¹
Anderson Paisca²
Thaís D. R. Thomazini³

RESUMO: O Guarda-Chuva de Memórias é um projeto anual de extensão que congrega ações voltadas ao fortalecimento do Núcleo de Educação da UNIVEL (núcleo que contempla os cursos de Artes – Licenciatura e Pedagogia), a prática artística e pedagógica da linguagem teatral, a humanização através da arte e à produção e difusão cultural e artística, integrando a instituição, os acadêmicos, instituições de ensino formais e não formais e a comunidade. Tem como objetivo geral integrar o conhecimento científico e artístico produzido no Ensino Superior com a comunidade através da linguagem teatral, buscando valorizar a cultura local e contribuir na formação social, emocional e artística dos sujeitos envolvidos. O projeto de extensão proposto justifica-se pela importância de se integrar o conhecimento científico e artístico produzido no Ensino Superior, em especial, no curso de Licenciatura em Artes com as demandas da comunidade local. O projeto se constitui como um espaço de formação de profissionais e cidadãos socialmente responsáveis e empreendedores capazes de interpretar e pensar em formas de intervir na sociedade em que estão inseridos. A primeira parte do projeto se deu na coleta histórias de idosos no Abrigo São Vicente de Paula e de adolescentes frequentadores da Casa de Cultura Casanoz (1º semestre/2017), resgatando memórias de vida destes sujeitos, que posteriormente foram transformadas em material dramático. Os conhecimentos obtidos com o Grupo de Teatro da Univel foram aplicados em espaços formais e não formais de ensino, como o Abrigo de Idosos, o Colégio Wilson Joffre e a Casa de Cultura Casanoz, integrando o meio acadêmico e a comunidade. Os estudantes foram responsáveis pela condução das aulas de teatro e a criação de um espetáculo que terá como tema as histórias contadas pelos idosos e pelos adolescentes. Além de um segundo grupo de teatro interessado em pesquisar a performance. Nas dependências da UNIVEL foi realizada uma Oficina de Dramaturgia, onde os alunos foram orientados a escrever sobre as histórias coletadas, no formato adequado à encenação. O texto dramático teve como tema as histórias dos idosos, foi encenado e interpretado pelos acadêmicos e será apresentado para

¹ COORDENADORA DO PROJETO: Professora Mestre Tânia Cristina Kaminski Alves Assini do Curso de Artes Licenciatura – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² COORDENADOR DO PROJETO: Professor Especialista Anderson Paisca do Curso de Artes Licenciatura – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

³ COORDENADORA DO CURSO: Professora Mestre Thaís Damaris da Rocha Thomazini do Curso de Artes Licenciatura – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

os idosos do Abrigo São Vicente de Paula. Na Casa de Cultura Casanoz, também aconteceu uma coleta de histórias de adolescentes frequentadores, porém, o processo de criação do texto dramático se deu de maneira coletiva, integrando os acadêmicos e os frequentadores da casa. Texto este, que também foi interpretado e apresentado em um Festival de Teatro na Casa de Cultura Casanoz. No colégio Wilson Joffre os acadêmicos do Grupo de Teatro da UNIVEL desenvolveram estudos sobre o processo de criação cênica e metodologia de ensino do teatro especificamente. Ministraram aulas que contemplaram a linguagem teatral de maneira pedagógica, atuando no desenvolvimento da autoestima e integração dos jovens estudantes com problemas de ordem pessoal ou afetiva. Na UNIVEL desenvolveu-se um distinto grupo de teatro, formado por estudantes do curso de Artes Licenciatura que apresentaram interesse em estudos relacionados a performance. O grupo criou uma performance baseada na dinâmica comunicacional contemporânea e suas relações sociais. Os estudos de Luiz Antonio Marcuschi (2002) foi de grande valia ao subsidiar teoria que fundamentaram o processo de criação do texto dramático. Viola Spolin (2008), Ingrid Koudela (1998) e Ricardo Japiassu (2001) contribuíram no processo de reflexão mais abrangente sobre a prática e metodologia de ensino da linguagem teatral. Renato Cohen (2007) pautou a concepção da cena teatral a partir da ideia de um teatro contaminado pelas outras mídias (dança, música, artes-plásticas), tomado pelo hibridismo e que foge às categorizações, apontando para um procedimento de criação cênica que não se faz mais como obra acabada, mas como obra em processo. O resultado final deste projeto culmina na apresentação de espetáculos com dramaturgia própria. No Colégio Wilson Joffre, no abrigo de idosos, dando retorno sobre a prática realizada, no Festival de Teatro da Casanoz, em evento da UNIVEL, intitulado UNIVEL PLAY, aberto a estudantes do ensino médio da cidade de Cascavel e região, e no Auditório da UNIVEL, integrando todos os grupos. Em uma noite de espetáculos, abertos a comunidade acadêmica, aos familiares e convidados dos alunos das demais instituições envolvidas neste projeto, potencializando a relação entre instituição, acadêmicos e a comunidade.

REFERÊNCIAS

COHEN, R. **Performance como linguagem**. Coleção Debates. São Paulo: Perspectivas, 2007.

JAPIASSU, R. O. V. **Metodologia do Ensino do Teatro**. Campinas: Papyrus, 2001.

KOUDELA, I. D. **Jogos Teatrais**. – 4. ed. - São Paulo: Perspectiva, 1998.

MARCUSCHI, L. A. A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual. In: KOCH, Ingedore Villaça (Org). **Gramática do Português Falado**. v. VI. 2. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

_____. **Da Fala para a Escrita: atividades de retextualização**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SPOLIN, V. **Jogos teatrais na sala de aula: um manual para o professor**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

**Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – cpe@univel.br**O VIDEOGAME COMO INSTRUMENTO PARADIDÁTICO**Hugo Othomar Teixeira Silva¹Luiz Carlos Machado²

RESUMO: Em um mundo globalizado, que está sempre em transformação socioeconômicas e culturais, novos conceitos e valores nascem em uma geração de alunos conectados as mídias que estão sempre compartilhando, buscando, conhecendo, se reinventando, construindo e desconstruindo conceitos e ideias. A busca por novos métodos de ensinar se faz necessária, de modo a acompanhar esses avanços que já tomaram conta da sociedade. Uma das formas já adotadas dentro das escolas, são os instrumentos paradidáticos, como TVs, computadores, livros e etc. Nesse sentido, os instrumentos paradidáticos entram para tentar ajudar o educador no processo de aprendizagem, a utilização destas tecnologias dentro da educação se tornou necessária para fim de tornar a educação mais atrativa e ligada com o cotidiano do aluno. Este artigo tem a finalidade de contribuir para este tema e analisar uma nova ferramenta, no caso o videogame e seu uso como instrumento paradidático, o videogame sendo uma mídia influente no cotidiano dos estudantes, também pode ser utilizado como instrumento paradidático? A educação não está evoluindo na mesma velocidade que a sociedade, deve-se repensar a educação e criar novas formas de ensinar. O professor deve sempre se atentar as mudanças socioculturais, pensando em adequar a educação a essa evolução, de forma a melhorar a qualidade do aprendizado. Para isso o educador deve procurar entender o contexto no qual o aluno está inserido, no caso o midiático, e utilizadas a seu favor. Esta pesquisa se faz necessária pois não existem muitos estudos na área, e para que também possa trazer uma nova visão sobre o videogame, de poder utiliza-lo como uma ferramenta fora do contexto escolar, com a finalidade de contribuir para o processo de aprendizagem, assim como filmes e documentários já são utilizados da mesma forma. Para a realização desta pesquisa foi necessária uma pesquisa exploratória juntamente com uma pesquisa bibliográfica sobre a história do videogame desde sua criação até os dias de hoje e sua influência na vida dos adolescentes atualmente, após isso foi feita uma pesquisa de campo através de um grupo focal utilizando o método de pesquisa denominado como survey que utiliza um questionário como principal ferramenta de obtenção de informações. Este grupo focal é formado por estudantes do ensino médio da rede regular em ensino que dedicam suas horas de lazer aos videogames. No grupo focal foi distribuído um questionário sobre a experiência de jogar e no que pode contribuir para a vida escolar. Após a análise dos dados foi constatado que o videogame faz parte sim da

¹ Acadêmico do Curso de Licenciatura em Artes da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² ORIENTADOR: Professor Especialista em Arte e Cultura Brasileira Professor do Curso de Licenciatura em Artes da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

vida de muitos alunos e que todos tiveram experiências positivas com os videogames, seja no desenvolvimento de habilidades ou na retenção de conteúdo, como acontecimentos que mudaram a história, como guerras ou até mesmo entender sobre determinadas mitologias, tudo isso jogando, sem pesquisas na internet ou em sala de aula. Em suma o videogame tem um potencial didático imenso, mesmo que sem querer ele já ensina os jogadores, valores, habilidades, história, mitologia, informações gerais sobre o mundo real, e pode sim ser uma ferramenta paradidática se aliada a uma boa metodologia, esta metodologia deve ser desenvolvida pelo professor, de modo a utilizar o videogame como o instrumento a mais no processo de ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALVEZ, M. **Mundo tem 3,2 bilhões de pessoas conectadas à internet, diz UIT**, 2015. G1. Disponível em: < <http://glo.bo/1KxIWeA>>. Acesso em: 17 de set. 2017.

BACKES, D. S. et al. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 438-442, out./dez. 2011.

CORRÊA, E. S. **Aprende-se com videogames? Com a palavra, os jogadores**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em:< <https://goo.gl/1uC475>>. Acesso em 28 de maio. 2017.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GERALDI, J. W. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GIL A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GÓMEZ, A. I. P. **Educação na Era Digital: A Escola Educativa**. Porto Alegre: Penso, 2015.

JOHNSON, S. **Surpreendente!** A televisão e o videogame nos tornam mais inteligentes. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LANDIN, W. **O Tamanho da Indústria dos Videogames**, 2011, Tecmundo. Disponível em:< <https://goo.gl/3y9SQU> >. Acesso em 14 de set. 2014.

MENEZES, E. T; SANTOS, T. H. Verbete paradidáticos. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: < <http://www.educabrazil.com.br/paradidaticos/> >. Acesso em: 10 de set. 2017.

MOITA, F. **Game On: Os jogos eletrônicos na escola e na vida da geração @**. Alínea: Campinas, 2007.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?**. São Paulo: Loyola, 1999.

TASSI, Paul. **2012: The Year of eSports**, 2011. Forbes. Disponível em:< <https://goo.gl/yP6Gjs>>. Acesso em: 17 de set, 2017.

Video Games – The Movie. Direção: Jeremy Snead . Fotografia: Jeremy Snead. 105 min. Disponível em: < <https://goo.gl/W45xEC> >. Acesso em 15 abr de 2017.



RESUMOS CIÊNCIAS CONTÁBEIS



Centro Universitário Univel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

A PERCEPÇÃO DOS FORNECEDORES GRÁFICOS EM SEUS PROCESSOS LICITATÓRIOS COM AS ENTIDADES PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL - PR

Alexandre Vanderlei Verga¹
Dalbiane Prediger²
Ruy Fernandes da Silva Costa³

RESUMO: Mesmo com inúmeros preceitos, os noticiários exibem fraudes nas licitações, havendo irregularidades no processo favorecendo o desvio e má utilização do dinheiro público. No Brasil, de acordo com o Ministério Público Federal, o caso de maior repercussão, foi a Operação Lava Jato, envolvendo a empresa estatal Petrobras. As entidades públicas para desempenharem suas atividades de forma exata, ao realizarem serviços, obras, compras e contratações de bens e serviços, tem a obrigação de utilizar os recursos de forma adequada. Para que isso possa ocorrer, devem seguir as normas reguladas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei das Licitações, e outras normas que possam garantir que a entidade pública escolha a melhor proposta em termos de qualidade e preço. Esta pesquisa apresenta como tema a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, especificamente na área de Licitação Pública, na modalidade pregão, onde aborda uma pesquisa dos processos licitatórios dos fornecedores gráficos com as entidades públicas do município de Cascavel, no período de 2017, demonstrando a percepção dos fornecedores gráficos nesse processo por meio de aplicação de questionários. Este estudo objetiva identificar a percepção dos fornecedores gráficos em seus processos licitatórios com as entidades públicas no município de Cascavel, Paraná. Desta forma pergunta-se: Qual a percepção dos fornecedores gráficos em seus processos licitatórios com as entidades públicas no município de Cascavel, Paraná? Diante disso, o motivo que justifica o presente estudo está relacionado à obtenção levantamento de dados e informações para que possam contribuir para futuras melhorias nos processos de licitação das entidades públicas e que se tornem mais objetivas e todos os interessados possam ter acesso com entendimento simples e sem interpretações errôneas do processo e para que forneçam o produto ou serviço conforme enunciada no edital da licitação. Dando uma sugestão para que futuras licitações se tornem transparente e sem vícios. Para Sievers e Moser (2004), em seu estudo que o excesso de formalismo gera prejuízos para o interessado em concorrer ao certame licitatório e que a não observação dos detalhes que padronizam os prescritos nos editais geram grandes números de desclassificações no processo e que a falta de moderação é um dos maiores defeitos licitatórios causados pelo licitador, trazendo prejuízos de todos os envolvidos. A metodologia utilizada caracteriza-se como pesquisa descritiva, quantos aos procedimentos, relaciona-se ao levantamento ou *survey*, a coleta de dados foi através questionários, utilizando-se a análise quantitativa. Pode-se concluir que os processos

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

³ Professor Especialista em Auditoria e Tributos Ruy Fernandes da Silva Costa do Curso de Ciências Contábeis da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

de licitação com as entidades diretas ou mesmo indiretas de acordo com a visão dos fornecedores gráficos, mostrando-se com dificuldades nas participações das licitações, principalmente com relação aos editais publicados por obstruírem informações importantes para uma melhor compreensão no que se está sendo requerido. Os editais publicados pelos órgãos públicos por vezes não apresentam de forma clara seus itens, havendo dúvidas em suas especificações quanto aos materiais solicitados e ainda apresentam erros em suas publicações. Além disso, há uma falha por parte das entidades públicas que por sua vez não esclarecem as dúvidas dos fornecedores. Ao que diz respeito as modalidades há uma preferência maior na participação em pregões, mesmo se utilizando de outras modalidades para oferecer seus materiais como a forma convite. Quando indagado aos respondentes do questionário, quais as principais dificuldades encontradas ao participar de licitação, a provisão de documentação exigida pelas entidades foi o foco principal, por ser um processo muito burocrático, torna-se um empecilho por vezes a sua participação, bem como a falta de capacitação do pessoal, o acesso ao edital e modelos, a desonestidade entre os participantes e a participação em poucas licitações. Em relação aos pagamentos efetuados após a entrega do objeto, segundo os respondentes, há ocorrência de atrasos nos pagamentos, não sendo especificados pelos mesmos quais poderiam ser os motivos para a ocorrência desse fato. Interpreta-se através da análise dos dados obtidos sobre o questionário, uma expressiva parcela da totalidade dos fornecedores desconhecem a legislação específica das licitações, Lei 8.666/64, fazendo-se da sua participação somente através das informações obtidas através dos editais. Logo, conforme citado acima se pode dizer que o objetivo foi alcançado e a pergunta problema sobre a percepção dos fornecedores gráficos foi respondida.

REFERÊNCIAS

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm> Acesso em: 14 mai. 2017.

Ministério Público Federal. **Operação Lava Jato**. <<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>> Acesso em: 27 de mai de 2017.

SANTANA, M. N. C.; SANTOS, C. S. D. Restrições da utilização da modalidade de licitação Pregão. **Revista Gestão & Planejamento**, v. 12, n. 2, art. 7, p. 250-267, 2011.

SIEVERS, S. Luis; MOSER, G. **As Dificuldades dos Empresários Na Participação De Licitação Na Administração Pública Brasileira**. <<https://jus.com.br/artigos/5170/as-dificuldades-dos-empresarios-na-participacao-de-licitacoes-na-administracao-publica-brasileira>> Acesso em: 24 de mai de 2017.



Centro Universitário Univel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

ANÁLISE DO BALANÇO SOCIAL DE UMA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DO OESTE DO PARANA NOS ANOS DE 2013 A 2016

Michele Paola Cardoso¹
José Roberto Domingues da Silva²

RESUMO: A responsabilidade social é um comportamento cada vez mais importante nas organizações e é vista como uma aliada, para buscar melhores condições de vida para seus funcionários e para sociedade envolvida. As organizações estão buscando assumir uma postura ética e cidadã, com todos os envolvidos no processo da empresa, como os empregados, fornecedores, clientes, acionistas, investidores, governo, sociedade e meio ambiente. O objetivo principal deste trabalho é analisar o balanço social de uma cooperativa agroindustrial utilizando a análise vertical e horizontal de seus indicadores sociais no período de 2013 a 2016. A metodologia utilizada é classificada de acordo com o objetivo da pesquisa sendo descritiva, quanto aos procedimentos, caracterizada como um estudo de caso e quanto à abordagem, definida como qualitativa. Com esta análise é possível responder ao problema, ou seja, quais são os indicadores sociais internos de maior relevância apresentados no Balanço Social da Cooperativa Agroindustrial Consolata no período de 2013 a 2016. Com um cenário econômico exigente e um mercado competitivo as empresas têm a necessidade de se destacar perante as outras para permanecer atuante no meio comercial, dependendo assim de gestores de excelência, exigindo então dos contadores uma postura diferente daquela relacionada à figura do guarda livros adotada durante décadas. A riqueza da empresa, denominada contabilmente como patrimônio, está relacionada à imagem da empresa perante o consumidor, está prática da responsabilidade social, espontânea ou por pressão de grupos ambientalistas atualmente não se constitui apenas em uma tendência, uma vez que a empresa que se preocupa em realizar projetos sociais obtém vantagem competitiva em relação às outras, já que a responsabilidade social está ligada a imagem da empresa e aos produtos. Uma empresa socialmente responsável é aquela que decide de forma voluntária contribuir com ações sociais na sociedade e ajuda a diminuir os impactos sobre o meio ambiente. A contabilidade não existe apenas para demonstrar como as empresas estão financeira e economicamente, bem como, evidencia o caminho socioambiental, onde, a contabilidade social é responsável para apresentar os dados de ordem econômica, visar os impactos gerados entre a sociedade e as organizações. Diante disto, o balanço social é uma demonstração utilizada pelas empresas para evidenciar a sua contribuição perante a contribuição da qualidade de vida dos seus associados, clientes e fornecedores. O balanço social é uma demonstração onde as empresas que fazem seu uso colocam-se em evidência de maneira positiva, pois conseguem demonstrar como contribuiu socialmente, ambientalmente, com a saúde e capacitação de seus profissionais. Como resultado, observou-se que a responsabilidade social vem sendo amplamente divulgada pela cooperativa estudada, apresentou os índices mais relevantes em seu balanço social, onde na maioria deles tiveram crescimento comparando aos anos

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL Centro Universitário

² Professor orientador do curso de Ciências Contábeis (UNIVEL) 2017. Mestre em Administração – PUC-PR.

anteriores e apresentando os motivos que impulsionaram este crescimento, demonstrando que a cooperativa tem uma base consolidada para crescer em períodos de recessões econômicas e realiza investimentos para seus associados e colaboradores. Neste contexto, o sistema cooperativista destaca-se por estabilidade em períodos de queda na economia, onde os indivíduos com menor possibilidade de crescimento conseguem enfrentar as adversidades da economia de maneira mais segura.

REFERÊNCIAS

A Copacol. Disponível em <<http://copacol.com.br/copacol>>. Acesso em 24/09/2017.

Análise das Demonstrações Contábeis: Análise Horizontal e Análise Vertical. Disponível em: <<http://www.cienciascontabeis.com.br/analise-demonstracoes-contabeis-analise-horizontal-vertical/>>. Acesso em: 09/09/2017

ANTONIALLI, L. M. **Modelo de gestão e estratégias:** o caso de duas cooperativas de leite e café de Minas Gerais. São Paulo: FEA/USP, 2000.

Balanco Social. Disponível em <http://www.balancosocial.org.br/media/BS_Empresas2009.pdf> Acesso em 30/09/17.

Brasil - PIB Taxa de Crescimento Anual. Disponível em <<https://pt.tradingeconomics.com/brazil/gdp-growth-annual>>. Acesso em 04/10/2017.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** Teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2013.

CERVO, A. L; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

Uol economia - Cotações. Disponível em <<https://economia.uol.com.br/cotacoes/cambio/dolar-comercial-estados-unidos/>>. Acesso em 04/10/2017.

Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: 10/09/2017.

GRAJEW, Oded. **Negócios em responsabilidade social.** São Paulo: AxisMundi, AMC, 2000.

História do cooperativismo. Disponível em <<http://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/>>. Acesso em 24/09/2017

IUDÍCIBUS, S. de. **Análise de balanços.** São Paulo: Atlas, 2013.

IUDICIBUS, S. de.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KARKOTLI, G. **Responsabilidade social empresarial.** Editora Vozes LTDA, 2006.

KROETZ, C. E. S. **Balço social**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

MATOS, J.; MATOS, R.; ALMEIDA, J. de. **Análise do ambiente Corporativo**. E-papers Serviços Editoriais Ltda., 2007.

PEREIRA, W. **Manual de introdução à Economia**. São Paulo: Saraiva, 1981.

REIS, C. N. dos.; MEDEIROS, L. E. **Responsabilidade social das empresas e balanço social**: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social. São Paulo: Atlas, 2007.

Relatório do Conselho da Administração. Gráfica Positiva, 2014.

Relatório do Conselho da Administração. Gráfica Positiva, 2016.

SCHENINI, P. C. **Gestão empresarial sócio ambiental**. Copyright, 2005.

TACHIZAWA, T. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa**. Estratégias de Negócios Focadas na Realidade Brasileira. São Paulo: Atlas, 2009.

TINOCO, J. E. P. **Balço social**: uma abordagem de transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2006.

WISSMANN, M. A. **Responsabilidade social & balanço social**. Cascavel: Ed. Univel, 2007.



Centro Universitário Univel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

A PERCEPÇÃO DOS FORNECEDORES GRÁFICOS EM SEUS PROCESSOS LICITATÓRIOS COM AS ENTIDADES PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL - PR

Alexandre Vanderlei Verga¹
Dalbiane Prediger²
Ruy Fernandes da Silva Costa³

RESUMO: Mesmo com inúmeros preceitos, os noticiários exibem fraudes nas licitações, havendo irregularidades no processo favorecendo o desvio e má utilização do dinheiro público. No Brasil, de acordo com o Ministério Público Federal, o caso de maior repercussão, foi a Operação Lava Jato, envolvendo a empresa estatal Petrobras. As entidades públicas para desempenharem suas atividades de forma exata, ao realizarem serviços, obras, compras e contratações de bens e serviços, tem a obrigação de utilizar os recursos de forma adequada. Para que isso possa ocorrer, devem seguir as normas reguladas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei das Licitações, e outras normas que possam garantir que a entidade pública escolha a melhor proposta em termos de qualidade e preço. Esta pesquisa apresenta como tema a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, especificamente na área de Licitação Pública, na modalidade pregão, onde aborda uma pesquisa dos processos licitatórios dos fornecedores gráficos com as entidades públicas do município de Cascavel, no período de 2017, demonstrando a percepção dos fornecedores gráficos nesse processo por meio de aplicação de questionários. Este estudo objetiva identificar a percepção dos fornecedores gráficos em seus processos licitatórios com as entidades públicas no município de Cascavel, Paraná. Desta forma pergunta-se: Qual a percepção dos fornecedores gráficos em seus processos licitatórios com as entidades públicas no município de Cascavel, Paraná? Diante disso, o motivo que justifica o presente estudo está relacionado à obtenção levantamento de dados e informações para que possam contribuir para futuras melhorias nos processos de licitação das entidades públicas e que se tornem mais objetivas e todos os interessados possam ter acesso com entendimento simples e sem interpretações errôneas do processo e para que forneçam o produto ou serviço conforme enunciada no edital da licitação. Para Sievers e Moser (2004), em seu estudo que o excesso de formalismo gera prejuízos para o interessado em concorrer ao certame licitatório e que a não observação dos detalhes que padronizam os prescritos nos editais geram grandes números de desclassificações no processo e que a falta de moderação é um dos maiores defeitos licitatórios causados pelo licitador, trazendo prejuízos de todos os envolvidos. A metodologia utilizada caracteriza-se como pesquisa descritiva, quanto aos procedimentos, relaciona-se ao levantamento ou *survey*, a coleta de dados foi através questionários, utilizando-se a análise quantitativa. Pode-se concluir que os processos de licitação com as entidades diretas ou mesmo indiretas de acordo com a

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

³ Professor Especialista em Auditoria e Tributos Ruy Fernandes da Silva Costa do Curso de Ciências Contábeis da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

visão dos fornecedores gráficos, mostrando-se com dificuldades nas participações das licitações, principalmente com relação aos editais publicados por obstruírem informações importantes para uma melhor compreensão no que se está sendo requerido. Os editais publicados pelos órgãos públicos por vezes não apresentam de forma clara seus itens, havendo dúvidas em suas especificações quanto aos materiais solicitados e ainda apresentam erros em suas publicações. Além disso, há uma falha por parte das entidades públicas que por sua vez não esclarecem as dúvidas dos fornecedores. Ao que diz respeito as modalidades há uma preferência maior na participação em pregões, mesmo se utilizando de outras modalidades para oferecer seus materiais como a forma convite. Quando indagado aos respondentes do questionário, quais as principais dificuldades encontradas ao participar de licitação, a provisão de documentação exigida pelas entidades foi o foco principal, por ser um processo muito burocrático, torna-se um empecilho por vezes a sua participação, bem como a falta de capacitação do pessoal, o acesso ao edital e modelos, a desonestidade entre os participantes e a participação em poucas licitações. Em relação aos pagamentos efetuados após a entrega do objeto, segundo os respondentes, há ocorrência de atrasos nos pagamentos, não sendo especificados pelos mesmos quais poderiam ser os motivos para a ocorrência desse fato. Interpreta-se através da análise dos dados obtidos sobre o questionário, uma expressiva parcela da totalidade dos fornecedores desconhecem a legislação específica das licitações, Lei 8.666/64, fazendo-se da sua participação somente através das informações obtidas através dos editais.

REFERÊNCIAS

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm> Acesso em: 14 mai. 2017.

Ministério Público Federal. **Operação Lava Jato**. <<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>> Acesso em: 27 de mai de 2017.

SANTANA, M. N. C.; SANTOS, C. S. D. Restrições da utilização da modalidade de licitação Pregão. **Revista Gestão & Planejamento**, v. 12, n. 2, art. 7, p. 250-267, 2011.

SIEVERS. S. L; MOSER, G. **As Dificuldades dos Empresários Na Participação De Licitação Na Administração Pública Brasileira**. <<https://jus.com.br/artigos/5170/as-dificuldades-dos-empresarios-na-participacao-de-licitacoes-na-administracao-publica-brasileira>> Acesso em: 24 de mai de 2017.



Centro Universitário Univel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

ATIVO INTANGÍVEL: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO E DA VARIAÇÃO OCORRIDA NOS ANOS DE 2008 A 2016, EM CINCO EMPRESAS LISTADAS NO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES DA BM&FBOVESPA

Marina Mariana Iglowski¹
José Roberto Domingues da Silva²

RESUMO: O Intangível ganhou autonomia como subgrupo do Ativo Não Circulante com a Lei 11.638/2007, a partir deste momento as empresas têm um aliado para aumentarem o valor do seu patrimônio pela mensuração de bens incorpóreos. Pretende-se com este trabalho analisar a participação e a evolução do subgrupo ativo intangível de cinco empresas listadas no setor de atuação de telecomunicações da BM&FBovespa nos períodos de 2008 a 2016. A relevância do estudo é o aprofundamento no conhecimento do tema em questão, e também despertar o interesse da classe contábil para este assunto que é relevante aos atuais e futuros profissionais, que sendo responsáveis pela evidenciação do Patrimônio das empresas precisam estar atualizados e fazê-lo de maneira correta, obedecendo aos Princípios e as Convenções Contábeis e estando de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade. Foi adotada a pesquisa de caráter descritivo onde Andrade (2002 *apud* BEUREN 2006, p. 81) destaca que a “[...] pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles [...]”, quanto aos procedimentos, empregou-se a técnica de estudos multicase por se tratar de um estudo de natureza comparativa, utilizou-se o levantamento bibliográfico por meio de pesquisa em legislação, livros e em estudos anteriores para fundamentar sua parte teórica. Quanto à abordagem do problema, optou-se pela pesquisa qualitativa que “[...] concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último” (BEUREN 2006, p. 92). Após seguirá com a análise das Demonstrações contábeis das cinco empresas selecionadas do ramo de telecomunicações listadas na BM&FBovespa, as quais são Algar Telecom S.A., Oi S.A., Telemig S.A., Telefônica Brasil S.A. e Tim Participações S.A.. Silva (2008) descreve que o conhecimento de conceitos e mecanismos contábeis é imprescindível para o desenvolvimento de uma boa análise financeira. Assim, para o atendimento do tema e do objetivo deste trabalho, serão utilizadas as metodologias de cálculo das análises horizontal e vertical nas Demonstrações Contábeis das empresas selecionadas. A coleta de dados foi com base

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Centro Universitário.

² Professor orientador da UNIVEL – Centro Universitário. Mestre em Administração. PUC Paraná.

nas demonstrações contábeis referentes aos anos de 2008 a 2016. As empresas analisadas estão listadas no setor de telecomunicação da BM&FBovespa. Tais empresas são observadas diariamente por investidores e acionistas que necessitam decidir como e onde realizar seus investimentos. Segundo SILVA (2008p. 30) “Os investidores no mercado de capitais necessitam tomar decisões sobre a compra de ações, títulos ou participação em carteiras de investimentos, entre outras alternativas”. Sendo assim, as empresas que possuem um patrimônio bem estruturado, e que proporcionam segurança e garantia aos investidores possuem vantagem competitiva perante as demais. Os assuntos que estão relacionados aos ativos intangíveis segundo Martins (2013), já vinham sendo discutidos e adotados conforme as normas internacionais de contabilidade, porém com as alterações promovidas pela Lei 11.638/07, passou-se a adotar uma nova estrutura de balanço. Além disso, a convergência as normas internacionais, imposta pelo § 5º do art. 178 da Lei 6.404/76 obriga a utilização de contas semelhantes às utilizadas nos países onde estas regras já estão sendo praticadas. Após a conclusão das análises observou-se que das cinco empresas analisadas três destacaram-se quanto à participação do Ativo Intangível em relação ao Ativo Total e ao Ativo Não Circulante sendo a Algar Telecom S.A., Telefônica Brasil S.A. e Tim Participações S.A. onde os índices obtidos demonstraram a relevância do Ativo Intangível no Patrimônio da empresa. Quanto à evolução do Intangível as empresas apresentaram evoluções positivas e negativas, porém as evoluções superaram as regressões demonstrando que as empresas têm investido em Intangível. É possível concluir que os bens Intangíveis estão cada vez mais sendo objetivo de investimento das empresas e que aumentou a sua relevância na composição do Patrimônio das empresas.

REFERÊNCIAS

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. **Altera e revoga dispositivos das Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm> Acesso em: 24 Maio 2017.

COMITÊ de Pronunciamentos Contábeis 04 (R1), de 05 Nov. 2010. **Ativo Intangível. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 38 (IASB – BV 2010).** Brasília – DF. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 24 Maio 2017.

MARTINS, E. *et al.* **Manual de contabilidade societária.** 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 2013.

SILVA, J. P. da. **Análise Financeira das Empresas.** São Paulo: Atlas, 2008.



Centro Universitário Univel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

CONTABILIDADE GERENCIAL: O PAPEL DO PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE NOS PROCESSOS DE ANÁLISES GERENCIAIS DA ORGANIZAÇÃO PARA TOMADA DE DECISÃO.

Douglas De Vale¹
Patrícia Scuzziatto²
José Roberto Domingues da Silva³

RESUMO: A competitividade empresarial está cada vez mais presente no mercado corporativo, desta forma a participação ativa do contador na geração e divulgação das informações econômicas e financeiras da empresa é fundamental para que as decisões gerenciais sejam tomadas de forma assertiva, em tempo hábil e com embasamentos relevantes da operação, para atender os objetivos de seus sócios e acionistas. Este trabalho teve como objetivo identificar qual a participação do contador nas análises gerenciais das empresas do ramo de supermercados da cidade de Corbélia-Pr. Este se justifica pela globalização em que o mercado empresarial encontra-se cada vez mais aquecido, com organizações buscando a maximização de lucros, como também manter o negócio devido às altas taxas tributárias no mercado nacional. O presente trabalho adotou a pesquisa descritiva, sendo assim uma pesquisa qualitativa a partir de um levantamento ou *survey*, com uma pesquisa de campo na cidade de Corbélia-Pr, no período de julho de 2017 com as empresas comerciais optantes pelo regime tributário do Simples Nacional, no ramo de Supermercados. As Ciências Contábeis tem como objetivo fornecer informações que auxiliem seus usuários, possuindo várias ramificações sendo um delas a Contabilidade Gerencial, provendo indicadores obtidos através dos registros contábeis, dessa forma historicamente. O profissional de contabilidade é o usuário das informações contábeis que possui o papel fundamental de analisar os registros, gerando indicativos relevantes sobre a situação econômica da organização, verificando pontos de melhoria e repassando os resultados aos gestores para tomada de decisão. Na escrituração das operações contábeis podem ocorrer lançamentos errôneos, podendo ser desde erros de digitação, rasuras até repetição de lançamentos e omissões de dados ou informações. Quando o profissional comete erros nas demonstrações por ele elaboradas, deve-se realizar o estorno e depois lançá-las, não sendo permitido por lei, haver rasuras e borrões nos livros contábeis mesmo que estes sejam facultativos. Para evitar informações distorcidas nas demonstrações geradas, devem-se realizar algumas ações adequadas para a correção de determinados

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

³ ORIENTADOR: Professor Mestre José Roberto Domingues da Silva do Curso de Ciências Contábeis da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

erros. Algumas destas ações realizadas para correção são os estornos de lançamentos, onde consiste no processo inverso do registro contábil. Os gestores responsáveis nas entidades diariamente atuam para se obter sucesso nos negócios, escolhendo melhores alternativas para o empreendimento, tendo a necessidade de dados, informações e relatórios corretos e confiáveis elaborados pela contabilidade. O *controller* também conhecido como o contador que exerce a contabilidade gerencial, tem a função voltada mais para fins internos, produzindo informações úteis aos usuários, conhecendo bem a empresa para melhor atender suas necessidades e gerando relatórios relevantes. Para chegar a uma constatação plena da informação gerencial, deve ser levada em conta uma série de variáveis internas e externas na empresa, onde as internas são as pessoas, os processos, a estrutura e as condições competitivas e as externas são a política econômica e cambial, condições de oferta e demanda sociais, econômicas e climáticas. Se constatou na pesquisa a existência de uma grande variação em relação às informações coletadas, evidenciando com isso que a participação de um bom gestor dentro da empresa torna-se fundamental para a saúde financeira-econômica da mesma, ficando a cargo do proprietário direcionar o item que corresponde com a realidade de sua empresa para o melhor desenvolvimento e maior crescimento perante a sociedade. O profissional de contabilidade além de gerar e entregar as declarações a seus clientes e usuários da informação, é de extrema relevância apresentar a análise dos dados, explicar o que cada conta representa de maneira simples, para isso é indicado dentro de empresas à realização de reuniões mensais para a análise das demonstrações. Dentre os resultados alcançados notou-se que nenhum dos estabelecimentos elabora projeção financeira e de resultado por meio da informação contábil fornecida pelo seu contador, porém todos confirmaram a presença dos demonstrativos conhecidos como Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, e apenas 1/3 recebem mensalmente o Balancete de Verificação possibilitando melhor entendimento de toda a parte financeira-econômica da entidade. O contador deve transmitir segurança e demonstrar competência no exercer da profissão, para que seus clientes possam confiar em seus demonstrativos apresentados, agindo com confiabilidade para se basear nas informações apresentadas, satisfazendo seus clientes com seus serviços prestados.

REFERÊNCIAS

BEUREN, I. M. **Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais**. In: LONGARAY, A. A; RAUPP, F. M; SOUZA, M. A. B. de; COLAUTO, R. D; PORTON, R. A. de. B (Org). Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BRUNI, A. L.; FAMÁ, R. **Gestão de Custos e Formação de Preços**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CORONADO. O. **Contabilidade gerencial básica**. São Paulo: Saraiva, 2006.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade Gerencial: teoria e prática**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Curso Básico de Contabilidade de Custos**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Contabilidade Gerencial**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FRANCO, H. **Contabilidade Geral**. 23ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOSS, O.; CASAGRANDE, L. F.; DAL VESCO, D. G.; METZNER, C. **Conhecimento e Aplicação Contábil**. 1ª ed. Cascavel: DRHS, 2006.

IUDÍCIBUS, S. de. **Contabilidade gerencial**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1986.

_____. Teoria da contabilidade. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. **Contabilidade Gerencial**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Contabilidade empresarial**. 14º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Contabilidade Básica**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, J. C; SILVA, A. C. R. Da. **Manual de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. dos.; IUDÍCIBUS, S. de. **Manual de Contabilidade Societária**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARTINS, E.; MIRANDA, G. J.; DINIZ, J. A. **Análise didática das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2014.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade Gerencial**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PASSOS, Q. C. **A Importância da Contabilidade no Processo de Tomada de Decisão nas Empresas**. 2010.

RIBEIRO, O. M. **Estrutura e análise de balanços: fácil**. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ROSA, L. L. S; SANTOS, S. V. **A Importância da Contabilidade Gerencial para a Administração**. 2010.

SILVA, D. S. **Manual de Procedimentos Contábeis para Micro e Pequenas Empresas**. 5ª ed. Brasília: CFC: Sebrae, 2002.

SILVA, R. N. S.; LINS, L. dos. S. **Gestão de Custos Contabilidade, Controle e Análise.** São Paulo: Atlas, 2010.



Centro Universitário Univel
 Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
 85806-080 – Cascavel – PR
 Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

RESULTADO CONTÁBIL DA PRODUÇÃO DE COUVE – FOLHA DE UM PRODUTOR RURAL LOCALIZADO NA CIDADE DE CASCAVEL- PR NO ANO DE 2016

Danielly de Oliveira Potratz¹
 Larissa Hutt Maletzke²
 Everton Jaime Gugel³

RESUMO: A contabilidade é uma ciência social que através de seus relatórios contábeis fornece informações para a tomada de decisões, sendo utilizada como ferramenta de gestão empresarial, no entanto na contabilidade rural quase não há utilização, uma vez que os agricultores utilizam controles baseados em experiências adquiridas com o passar do tempo. Contudo, os agricultores estão tendo que se adequar à contabilidade, devido à existência de algumas obrigаторiedades, tais como emissão de recibos, notas fiscais, entre outros. Como se não bastasse essas obrigаторiedades, os agricultores estão demonstrando mais interesse em relação ao seu negócio e com o auxílio da contabilidade será possível acompanhar o resultado de sua produção. Tendo em vista o desenvolvimento da contabilidade rural, tem-se por objetivo geral apurar o resultado contábil atual estimando um lucro de 57,03% da produção de hortaliça couve-folha de um produtor rural localizado na cidade de Cascavel – PR no ano de 2016. A pergunta a ser respondida é: como a contabilidade rural pode auxiliar o produtor rural na mensuração de seu resultado na produção de couve-folha? Visto a dificuldade e o interesse do produtor de couve-folha no controle de sua atividade, o trabalho faz-se necessário para a averiguação do resultado contábil de seu negócio. Optou-se por este tema para aprimorar o conhecimento na área de agronegócios e custos, sendo uma forma de incentivo aos acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis a estudarem sobre a contabilidade do produtor rural. A metodologia utilizada é a Pesquisa Descritiva, a qual, segundo Triviños (1987, p. 112), exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade. A pesquisa utilizada é a de Estudo de Caso. “Esse estudo é preferido pelos pesquisadores que desejam aprofundar seus conhecimentos a respeito de determinados casos específicos”. (BEUREN, 2006, p.84). Os dados serão coletados diretamente com o produtor rural, mediante entrevista, a fim de levantar as informações de custos com sementes, adubos, embalagens e as receitas a partir das notas fiscais emitidas pelo produtor. Por isso para realização do estudo utilizou-se a pesquisa quantitativa. O presente estudo de caso foi realizado em uma pequena propriedade rural localizada na cidade de Cascavel – PR e teve como base os dados do ano de 2016, referente à produção de hortaliças couve-folha. Inicialmente foi entrevistado o

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univel.

² Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univel.

³ ORIENTADOR: Professor Especialista do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Univel.

produtor de hortaliças couve-folha com o intuito de avaliar a dificuldade do mesmo no controle econômico de sua atividade, tendo em vista o interesse do produtor rural por métodos de controles. Verificou-se então a necessidade de mensurar o resultado da produção de couve-folha e projetar um aumento de sua lucratividade em 57,03%. Os dados fornecidos pelo produtor, tais como valores das receitas, custos e despesas do ano de 2016, foram contabilizados em uma planilha de Excel. Com o levantamento dos dados atuais chegou-se ao Resultado do Exercício anual de R\$ 54.751,07, por meio da ferramenta contábil DRE (Demonstração do Resultado do Exercício). Para projetar um aumento de sua lucratividade em 57,03%, ou seja, uma lucratividade de R\$ 96.000,00 líquido anual, o estudo foi dividido em 3 etapas, sendo margem de contribuição, ponto de equilíbrio econômico e demonstração do resultado do exercício. A partir dos cálculos do DRE projetado chegou-se ao resultado contábil da produção de couve-folha de R\$ 96.000,00 anual, conforme requerido pelo produtor rural. Portanto, através da análise foi possível passar duas sugestões de administração e crescimento ao produtor rural, uma delas foi que aumentasse sua produção e mante-se o seu preço de venda atual e a outra sugestão foi que aumentasse o preço de venda e continuasse a mesma quantidade de produção de 2016. Em resposta a questão problema do estudo, tem-se que a contabilidade rural pode auxiliar o produtor rural na mensuração de seu resultado, por meio das ferramentas gerenciais, tais como elaboração da demonstração do resultado do exercício e projeção do fluxo de caixa. Sendo assim, este último é elaborado para o controle mensal de seus custos e despesas, mensurando o resultado de sua produção de couve-folha.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa**. Lavras: UFLA, 1999.

BAZZI, S. **Contabilidade gerencial: conceitos básicos e aplicação** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2015. (Série Gestão Financeira).

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Presidência da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 01 jul. 2017.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural: uma abordagem decisória**. 5. ed. revista, atualizada e ampliada – São Paulo: Atlas, 2009.

LEONE, G. S. G. **Curso de contabilidade de custos**. 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, J. C. **Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade pecuária, imposto de renda pessoa jurídica**. 10 ed. – São Paulo: Atlas 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.



RESUMOS DIREITO



Centro Universitário Univel
 Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
 85806-080 – Cascavel – PR
 Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

A UMA ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS DA TEORIA DA JUSTIÇA DE JOHN RAWLS: CONTRASSENSOS DA (IN)SEGURANÇA JURÍDICA DA UNIÃO HOMOAFETIVA.

Adrirelly Romanholi de Oliveira¹
 Carla da Silva Parode²
 Bruno Miguel Qualio Busnello³
 Diego dos Santos Meira⁴
 Esteffani Camila Gonçalves Lazzarin⁵
 Katia Salomão⁶

RESUMO: O intuito do presente trabalho é analisar o direito homoafetivo, tendo em vista que nos últimos anos vem sofrendo grandes alterações no cenário do Poder Judiciário. Decisões históricas foram verificadas diante do Supremo Tribunal Federal (STF). Uma delas foi no julgamento conjunto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 132 e da Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) nº 177 em 2011, mediante a qual foi reconhecida a união homoafetiva como modelo familiar tutelado pela Constituição Federal de 1988, resultando numa quebra genuína de paradigmas sociais em relação ao direito homoafetivo. Após março de 2015, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 846.102, foi reconhecido o direito de adoção por um casal formado por pessoas do mesmo sexo. Embora tais avanços sejam consideráveis, não é difícil notar que o direito homoafetivo necessita de um amparo legal, como maneira de garantir os direitos fundamentais conferidos pela Carta Magna. Neste diapasão, os legisladores ao criarem as leis, devem representar os interesses da população. Contudo, temas polêmicos como o casamento civil igualitário de casais homoafetivos, vem sendo desprezados pelo Poder Legislativo, o que finda em estagnação da criação de leis efetivas que visem garantir os direitos inerentes aos casais homoafetivos, quais sejam em consonância aos casais heteroafetivos. Um projeto de vida em conjunto traz reflexos morais e patrimoniais. Durante todo o curso da sociedade, o casamento sempre foi uma instituição importantíssima para sua manutenção. Nesta linha, é

¹ Acadêmico do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² Acadêmico do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

³ Acadêmico do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

⁴ Acadêmico do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

⁵ Acadêmico do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

⁶ Mestre em Filosofia (UNESP/2008). Especialista em Filosofia Política e Jurídica (UEL/2006). Graduada em História (UEL/2002). Professora do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

quase óbvio que ambos os parceiros queiram ter uma previsibilidade e estabilidade no que diz respeito a temas inerentes ao casamento ou união estável. Tais quais envolvendo herança, partilha de bens, deveres de assistência recíproca e alimentos, dentre outros. Basicamente, todos estes temas estão abarcados pelo Código Civil vigente, quando dizem respeito aos casais formados por pares heteroafetivos. Infelizmente, o mesmo não é possível dizer em relação a pares formados por pessoas do mesmo sexo. Vez que sua extensão fosse expressa na Constituição Federal e no Código Civil, tal teria o poder de superar a insegurança jurídica no que diz respeito ao direito homoafetivo. Diante deste quadro, resta visível a grande instabilidade que há dentro do direito homoafetivo. Projetos de lei não faltam, contudo, o Poder Judiciário já é mister em obstar quaisquer avanços, diante de premissas particulares, ou por qualquer outro motivo. A falta de uma norma efetiva afeta diretamente o seio social, na medida em que desampara esta parcela da sociedade. Desta feita, tendo em vista a discussão de Rawls sobre a justiça, faz-se necessária a criação de medidas que possam amparar os homossexuais e garantir seus direitos. Ao passo que tais medidas são desprezadas ou retardadas, existe um ferimento cabal à teoria da justiça proposta por John Rawls. Os princípios da igualdade e diferença são de inenarrável importância para que caminhe para a equidade jurídica, na proposta de Rawls. A lei, aqui, não resta como sinônimo de restrição, mas de liberdade. A lei, nesta discussão, torna os homossexuais, que estão em uma condição de desigualdade social, em uma condição equitativa àqueles que já possuem seus direitos garantidos constitucionalmente. Os preconceitos com as minorias sempre foram objetos de extrema discussão nas sociedades, sejam elas contemporâneas ou passadas. Sob a visão jurídica, é inadmissível que os preconceitos estejam acima de qualquer visão que possa corromper os ideais de justiça. Quaisquer preconceitos que lesem garantias sociais de igualdade, identidade e inclusão ferem frontalmente os princípios norteadores da nossa carta cidadã. É perfeitamente possível afirmar que a ausência de uma norma regulamentadora e de reconhecimento expresso das uniões homoafetivas, bem como a consequente atribuição de direitos essenciais, constituem cerceamento de liberdade. A omissão do legislador, seja ela proposital ou não, é o fator principal da geração de injustiças contra pares homoafetivos. Sendo assim, para que seja alcançada um ideal de justiça, a partir dos pilares sustentadores da obra de Rawls sobre a justiça como equidade, é fundamental uma norma a partir da condição de igualdade original, analisando a diferença social – com o princípio da diferença - e criando uma norma específica que faça garantir, de maneira efetiva os mesmos direitos conferidos aos casais heteroafetivos aos casais homoafetivos, considerando-se assim, o princípio da igual oportunidade. Não há mais como tolerar que o amor seja obstado. É preciso que o silêncio seja quebrado. É imperioso que sejam observados os direitos e deveres de todos os cidadãos, independentemente de quaisquer diferenças.

REFERÊNCIAS

_____. **Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013.** Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Brasília, 2013.

BITTAR, E. C. B; ALMEIDA, G. A. de. **Curso de Filosofia do Direito.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BARROSO, L. R. **Diferentes, mas iguais:** o reconhecimento jurídico das uniões homoafetivas no Brasil. Disponível em: <http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/themes/LRB/pdf/diferentes_mas_iguais_atualizacao_2011.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2016.

BONJOUR, L.; BAKER, A. **Filosofia: textos fundamentais comentados**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BORBA, C. V. **Regulamentação do casamento homoafetivo**: Uma análise constitucional acerca da inércia legislativa. Disponível em: <http://www.direitohomoafetivo.com.br/anexos/trabalho_tese/17__1733758bb06949a033e2900fb3bc451e.pdf> Acesso em: 31 jul. 2016

BRASIL, Supremo Tribunal Federal, ADI nº 4277/DF e ADPF nº 132/RJ, 2011.

DIAS, M. B. **Homoafetividade e os direitos LGBTI**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

DIAS, M. B. **União homoafetiva: o preconceito & a justiça**. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

RAWLS, J. **Justiça como equidade**: uma reformulação. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

RAWLS, J. **O liberalismo político**. São Paulo: Ática, 2000.

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

RAWLS, J. Uma teoria da justiça. In: MAFFETONE, Sebastiano; VECA, Salvatore. **A ideia de Justiça de Platão a Rawls**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. E-book.

SANDEL, Michael J. **Justiça – O que é fazer a coisa certa**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

STRECK, L. L; SARLET, I. W; CLÈVE, C. M. **Os limites constitucionais das resoluções do CNJ e do CNMP**. Disponível em: <http://www.abdconst.com.br/publicacoes_artigos_mostra.php?id=5>. Acesso em 30 abr. 2016.

STRECK, L. L. **Sobre a decisão do STF (uniões homoafetivas)**. Disponível em: <<http://leniostreck.blogspot.com.br/2011/06/sobre-decisao-do-stf-unioes.html>>. Acesso em 30 abr. 2016.



Centro Universitário Univel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

ALIENAÇÃO PARENTAL: UMA ANÁLISE NAS VARAS DE FAMÍLIA NA CIDADE DE CASCAVEL-PARANÁ

Anne Cristina Moraes¹
Caroline de Cassia Francisco Buosi Velasco²
Celso Souza Guerra Junior³
Kananda Oldoni⁴

RESUMO: A Síndrome da Alienação Parental atinge principalmente crianças e adolescentes, filhos de casais separados que enfrentam uma disputa judicial sobre a guarda dessa criança, que passa a ser usada por um dos genitores como objeto de vingança do outro, que detém mágoas e sentimentos mal resolvidos da dissolução conjugal. A partir daí, um jogo de manipulações se instala, e uma série de consequências negativas atinge os envolvidos, ferindo assim princípios constitucionais como o da Dignidade da Pessoa Humana e do Melhor Interesse da Criança. Já é sabido que a alteração do histórico jurídico e social da família na contemporaneidade recepciona uma diversidade cada vez maior de entidades familiares, reconhecendo também a possibilidade de dissolução delas, sendo que tal circunstância tem sido percebida com frequência cada vez maior em meio a discussões jurídicas que visam à intervenção do Estado para respaldar tais conflitos familiares. Em vista do exposto, surge a lei de alienação parental em 2010, prevendo uma série de instrumentos jurídicos para que as condutas inadequadas do genitor alienador diminuam consideravelmente ou cessem, e dá ao magistrado condições de definir e perceber atos de alienação parental, intervindo de maneira positivada com maior segurança no ordenamento jurídico brasileiro. O debate desse assunto se faz necessário tendo em vista que é por meio da educação que se possibilita criar um senso crítico na sociedade para perceber a sua importância em relação ao combate a alienação parental. Assim, para evitar atitudes danosas para o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes, é necessária a ação conjunta do Estado e da Sociedade. Nesse sentido, juntamente com os órgãos jurisdicionais e os grupos de apoio especializados, também são necessários estudos realizados por pesquisadores que sejam professores e acadêmicos sobre o assunto, para que o tema seja melhor compreendido e que haja o desenvolvimento da ciência como um todo para que aqueles que trabalham na área possam estar tecnicamente preparados e sejam os atores sociais para as mudanças necessárias no cenário da Alienação Parental no Brasil. Dessa forma, este trabalho descreve uma pesquisa realizada no curso de Direito do Centro Universitário UNIVEL, objetivando identificar a incidência de alienação parental nos processos que tramitam junto às varas de família da Comarca de Cascavel/Pr. A

¹ Acadêmico do Curso de Direito e participante do Projeto – Centro Universitário UNIVEL.

² Professora orientadora e Doutora em Análise do Comportamento pela PUC-SP, Mestre em Direito pela UFPR, Coordenadora Geral do Curso de Direito da UNIVEL – CENTRO UNIVERSITÁRIO.

³ Professor orientador e Professor Mestre do Centro Universitário UNIVEL.

⁴ Acadêmica do Curso de Direito e participante do Projeto – Centro Universitário UNIVEL.

metodologia utilizada foi um estudo de caso no qual foi realizada uma entrevista semi-estruturada com três membros da equipe de apoio técnico judiciário no Fórum desta cidade (atualmente a equipe é formada por nove pessoas, sendo três psicólogos, quatro assistentes sociais e dois psicopedagogos, totalizando assim uma amostra de 33,33%). Os dados coletados se referiam ao período de agosto de 2016 a agosto de 2017. Os principais resultados encontrados foram os relatos da equipe que com relação às denúncias de alienação parental, as formas mais comuns de ocorrência se dão quando estão analisando outras demandas, tais como regulamentação de guarda ou regulamentação de visitas. Foi identificado que nas Varas de Família da Comarca de Cascavel foram realizados 58 estudos para identificação de Alienação Parental e, dentre os 58 estudos, foram diagnosticados 23 deles como sendo efetivos de alienação parental (aproximadamente 40% de casos comprovados). Desses casos na qual a alienação parental foi confirmada, cinco deles (22%) eram casos de reincidência e seis deles (26%) o alienador não era um dos genitores. Diante dos dados acima mencionados, percebe-se que o número de casos em Cascavel corrobora com o alto índice nacional e é assunto de grande preocupação, tendo em vista que tal proteção vem resguardada pelo do art. 227 caput, que prescreve ser obrigação da família, da sociedade e do Estado proporcionar à criança, com absoluta prioridade, o direito à convivência familiar, bem como protegê-la de toda forma de violência, seja física ou não.

REFERÊNCIAS

- BRITO, L. M. T. Desdobramentos da família pós-divórcio: o relato dos filhos. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Família e dignidade humana: V Congresso Brasileiro de Direito de Família**. São Paulo: IOB Thomson, 2006. p.531-542.
- BUOSI, C. de C. F. B.. **Alienação Parental: uma inter-relação entre o direito e a psicologia**. Juruá, 2002.
- FONSECA, P. M. P. C. Síndrome da alienação parental. In: TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RIBEIRO, Gustavo Pereira Leite. **Manual de direito das famílias e sucessões**. 2.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010. p.276.
- LOBO, P. **Direito Civil: famílias**. São Paulo: Saraiva,2008.
- MALDONADO, M. T. **Casamento, término e reconstrução**: o que acontece antes, durante e depois da separação. São Paulo: Saraiva, 2000.



Centro Universitário Univel
 Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
 85806-080 – Cascavel – PR
 Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

COMBATENDO A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: ASPECTOS JURÍDICOS E PSICOLÓGICOS

Beatriz Teixeira Cruz¹
 Caroline de Cassia Francisco Buosi Velasco²
 Edinéia Sicbneihler³
 Isabela Ferrari⁴
 Leonardo Lucas do Nascimento Lorenzoni⁵

RESUMO: A violência contra a mulher pode ser considerada como toda e qualquer conduta baseada no gênero, que seja passível de causar morte, dano ou sofrimento nos âmbitos: físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto na privada. Em 1990, a violência contra a mulher foi reconhecida como um problema de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que considera essa ação um obstáculo para o desenvolvimento socioeconômico e uma violação dos direitos humanos. Essa espécie de violência é histórica, pois a mulher era vista como um ser sem expressão, que não possuía vontade própria dentro do ambiente familiar. Ela não podia expor o seu pensamento e era obrigada a acatar ordens, primeiramente, de seu pai e, quando casada, de seu marido. Atualmente, as questões que envolvem a violência contra a mulher têm sido debatidas e questionadas em nossa sociedade de maneira intensa. Culturalmente, ainda se sabe que isso ocorre frequentemente em nossa população e as consequências jurídicas e psicológicas geram um alto custo à saúde e qualidade de vida de todos os que estão envolvidos nessa situação. Esse trabalho descreve um Projeto de Extensão realizado no Centro Universitário UNIVEL, na qual os participantes são professores e alunos do curso de Direito que tem por objetivo conscientizar homens e mulheres da sua comunidade local acerca da agressão que é a violência contra a mulher, bem como demonstrar os possíveis efeitos jurídicos que o agressor pode estar arcando com relação a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006). A metodologia utilizada será a realização de palestras em escolas na cidade de Cascavel/Paraná visando esclarecer jovens acerca das consequências jurídicas e psicológicas da violência contra a mulher, buscando a realização de uma construção crítica sobre tal fato e do estímulo à denúncia dessas situações para o rompimento do ciclo da violência que na maioria dos casos ocorre no contexto intrafamiliar. Durante essas palestras,

¹ Acadêmica do Curso de Direito e participante do Projeto – Centro Universitário UNIVEL

² Professora orientadora e Doutora em Análise do Comportamento pela PUC-SP, Mestre em Direito pela UFPR, Coordenadora Geral do Curso de Direito da UNIVEL – CENTRO UNIVERSITÁRIO.

³ Professora orientadora e Mestranda em Direito Processual e Cidadania pela UNIPAR – Universidade Paranaense, Especialista em Direito Aplicado pela Escola da Magistratura do Paraná, Professora de Direito e Prática Penal na UNIVEL – CENTRO UNIVERSITÁRIO.

⁴ Acadêmica do Curso de Direito e participante do Projeto – Centro Universitário UNIVEL. Acadêmica do Curso de Direito e participante do Projeto – Centro Universitário UNIVEL.

⁵ Acadêmico do Curso de Direito e participante do Projeto – Centro Universitário UNIVEL.

buscar-se-á demonstrar que ainda ocorrem situações preconceituosas que colocam a mulher como a figura mais fraca da relação, e isso faz com que culturalmente o homem passe a acreditar que possa ter um domínio sobre a mulher, facilitando, assim, a ocorrência de situações das mais diversas violências contra ela. Todas as vezes que ocorre o abuso físico, sexual, psicológico ou a negligência, a mulher acaba por ficar com sequelas pelo resto da vida, e se não for tratada adequadamente, pode vir a ter graves problemas psicológicos e um isolamento social que prejudica sua vida como um todo, além do estigma que passa a apresentar em seu convívio interpessoal. Sabe-se que normalmente os atuais abusadores são aqueles que em sua infância foram abusados e que criaram grandes marcas dessa época em seu psicológico. É importante salientar que nas palestras, além das questões sociais que envolvem a temática, também são abordados aspectos específicos acerca da Lei Maria da Penha, que é exclusivamente criada para buscar inibir esse tipo de violência. Nas intervenções, se esclarece que após ser detectado o abuso, fazem-se necessários alguns tratamentos para reinserir a vítima no meio social de maneira saudável e efetiva. Dentre estes tratamentos podemos citar os mais comuns usados em Cascavel que são o acompanhamento psicológico, acompanhamento médico e o acompanhamento de assistentes sociais. No atual momento do referido Projeto de Extensão, os alunos estão finalizando o aprofundamento técnico no tema e já discutiram e deliberaram sobre várias temáticas envolvendo o assunto. Também já receberam estudiosos e juristas que atuam na área específica, como a promotora de justiça responsável pelas ações dessa natureza na cidade e a presidente de uma organização não governamental que é militante no tema. Os tópicos a serem abordados nos slides das apresentações e a identidade do projeto já foi criada e definida pelos participantes do grupo, sendo que em breve as escolas começarão a serem visitadas e as palestras realizadas. Dessa forma, os resultados desse Projeto de Extensão ainda são parciais, sendo que os alunos participantes já se demonstram com mais conhecimento teórico sobre o assunto e aptos para buscar realizar sua parcela de contribuição para a comunidade discutindo o tema da violência contra a mulher, para que, assim, ocorra um fortalecimento da identidade feminina e um encorajamento de seu papel na nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. M. C. de; BANDEIRA, L. **A violência contra as mulheres: um problema coletivo e persistente.** In: LEOCÁDIO, Elcylene; LIBARDONI, Marlene (Org.). O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de violência. Brasília: AGENDE. 2006. p.19-43.

BLAY, E. A. **Direitos humanos e homicídio de mulheres.** Projeto de Pesquisa Integrada apoiado pelo CNPq. Concluída em 2003 e ainda não publicada. Resumo dos dados encontra-se na página do NEMGE (www.usp.br/nemge).

CUNHA, R. S; PINTO, R. B. **Violência Doméstica – Lei Maria da Penha comentada artigo por artigo.** 5ª Ed. São Paulo. Revista dos Tribunais. 2014.

GONÇALVES, H. **Infância e violência doméstica: um tema da modernidade.** Em: TORRACA, Leila Maria. Temas de Psicologia Jurídica. Relume Editora, Rio de Janeiro, 2002.

KOERNER, A. **Posições doutrinárias sobre direito de família no pós-1988.** Uma análise política. Em FUKUI, L. (org.). Segredos de Família. São Paulo, Annablume, 2002.

MASSUNO, E. **Delegacia de Defesa da Mulher:** uma resposta à violência de gênero. Em: BLAY, E. Igualdade de oportunidades para as mulheres. São Paulo, Humanitas, 2002.



Centro Universitário Univel
 Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
 85806-080 – Cascavel – PR
 Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

O PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA NA CIDADE DE CASCAVEL/PR

Ana Carolina Grespan Zago¹
 Antonyo Leal Junior²
 Caroline de Cassia Francisco Buosi Velasco³
 Emeline Achermann dos Santos⁴
 Vitória Marcon de Araujo⁵

RESUMO: O Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), instituído pela Lei Federal nº 8.069/90, estabelece que a criança ou adolescente vítima de violência deve ser acolhida em ambiente familiar ou institucional. Esta é uma medida protetiva, excepcional e provisória, que insere a criança ou adolescente em uma família substituta, com acompanhamento periódico por técnicos do poder público, como forma de preservação do seu melhor interesse. Após muita discussão entre os juristas, chegou-se a conclusão de que o acolhimento familiar atende melhor aos interesses da criança e do adolescente ao invés do acolhimento institucional. O acolhimento familiar, portanto, é menos prejudicial às crianças e adolescentes, pois que possibilita a privacidade de cada indivíduo em um ambiente familiar, uma vez que nos abrigos é difícil manter a intimidade e a individualidade de cada um, já que tudo é compartilhado e nada, praticamente, pertence a só uma criança/adolescente. Por outro lado, o ECA não estabelece regras de como o acolhimento familiar deve ser realizado, cabendo ao poder público local criar programas especializados para dar cumprimento à lei. O presente trabalho tem por objetivo descrever o programa de acolhimento familiar e sua relevância para a sociedade, com enfoque na cidade de Cascavel/PR. Essa pesquisa foi desenvolvida por meio de uma análise bibliográfica em doutrina, artigos científicos e leis, bem como entrevistas informais com técnicos colaboradores do Programa na cidade de Cascavel/PR. Nesse município, o acolhimento familiar se dá mediante o Programa Família Acolhedora, criado pela Lei Municipal nº 6.286/2013. Esta lei estabelece regras objetivas sobre a forma pela qual a família poderá se tornar Família Acolhedora e receber em sua residência criança ou adolescente que teve o convívio familiar suspenso com sua família natural por ordem judicial. Ainda, sobre as regras estabelecidas pela Lei, é necessário que todos os membros da família estejam de acordo, tenham residência fixa de no mínimo um ano, disponibilidade de tempo, interesse no acolhimento e parecer favorável da equipe interdisciplinar do programa. Quanto às obrigações da família acolhedora ressalta-se a prestação de assistência material, moral, educacional e afetiva à criança/adolescente, conferindo ao detentor da guarda o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais. As

¹ Acadêmica do Curso de Direito – Centro Universitário UNIVEL

² Professor orientador e Professor do Curso de Direito da UNIVEL – CENTRO UNIVERSITÁRIO

³ Professora orientadora e Doutora em Análise do Comportamento pela PUC-SP, Mestre em Direito pela UFPR, Coordenadora Geral do Curso de Direito da UNIVEL – CENTRO UNIVERSITÁRIO.

⁴ Acadêmica do Curso de Direito – Centro Universitário UNIVEL

⁵ Acadêmica do Curso de Direito – Centro Universitário UNIVEL

famílias participantes do programa recebem mensalmente bolsa-auxílio para custear as despesas com o(s) acolhido(s), que é custeada pela Secretaria Municipal de Assistência Social - SEASO. A bolsa auxílio destinada às famílias acolhedoras corresponde a um salário mínimo mensal para cada criança/adolescente acolhido. Nos casos que a criança ou adolescente estiver em condições especiais de saúde, como convivência com doenças graves como Câncer, HIV, possuir deficiência que retire sua autonomia, ou seja, usuária de substância psicoativa, mediante atestado de médico especialista, a família acolhedora receberá um salário mínimo e meio (uma e meia bolsa auxílio). No que se refere a estrutura da equipe do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora de Cascavel/PR, esta é composta pela Coordenadora, Assistentes Sociais, Psicólogas e equipe de apoio. Em suma, o projeto Família acolhedora é de grande importância para o desenvolvimento da criança e adolescente, pois propicia a vivência deles no âmbito familiar, ao invés do institucional. Dessa forma, é assegurado um crescimento adequado em um ambiente harmonioso e amoroso, favorável as necessidades da criança e adolescente.

REFERÊNCIAS

CASCAVEL (Município). **Lei n.º 6.286 de 22 de outubro de 2013**. Disponível em: <http://www.camaracascavel.pr.gov.br/images/stories/leis/files/6_286.pdf>. Acesso em: 29/09/2017

COSTA, N. R. do A.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. **Acolhimento familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes**. 2008. Disponível em: <<http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1131>>. Acesso em: 06/10/17

KREUZ, S. L. **Da convivência familiar da criança e do adolescente na perspectiva do acolhimento institucional: princípios constitucionais, direitos fundamentais e alternativas**. 2011. 166f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito. Defesa: Curitiba, 19/08/2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/29218>>. Acesso em: 29 set. 2017.

KUABARA, C. Y. S.; KLIPAN, M. L.; ABRAO, J. L. F. **Família acolhedora: o estabelecimento de relações objetivas em situação de acolhimento**. *Estilos clin.*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 346-365, ago. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-7128201600020005&lng=pt&nr=1>. Acesso em: 06/10/17.



Centro Universitário Univel
 Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
 85806-080 – Cascavel – PR
 Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

PROJETO DE CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL NA CIDADE DE CASCAVEL/PR: ARTIGO 14 DA LEI Nº 6.482/2015

Adriana Maria Dalfovo Santos¹
 Caroline Camargo de Oliveira²
 Luana Paula Hansen³
 Rubia Carla Pozzebon Pedron⁴
 Suzan Karoline Basgal⁵
 Angelo Mazzucchi Santana Ferreira⁶

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo apresentar o projeto de cunho ambiental idealizado e desenvolvido por acadêmicos do Curso de Graduação em Direito da Univel, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, durante o ano de 2017. O projeto teve por objetivo colocar em prática as diretrizes estabelecidas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), no tema específico Preservação da Biodiversidade, o qual está intrinsecamente relacionado a outro tema específico, qual seja a Educação Ambiental. A partir de contato telefônico e via e-mail com a Secretaria do Meio Ambiente da cidade de Cascavel/PR (SEMA), verificaram-se quais os trabalhos de cunho ambiental em execução na cidade e que poderiam contar com a participação do grupo, em especial os trabalhos desenvolvidos para a realização do Plano Municipal de Arborização Urbana do Município de Cascavel. Assim, constatou-se que a Lei Municipal nº 6.482 de 20 de maio de 2015 institui o plano municipal de arborização urbana, no qual são definidas as diretrizes e os critérios técnicos e científicos para o estabelecimento de regras que visam a implantação e a manutenção da arborização por meio de ações de curto, médio e longo prazo, no âmbito do município de Cascavel/PR. A partir de discussões com a engenheira ambiental da SEMA, estabeleceu-se que a participação dos integrantes do grupo no projeto ora apresentado teria como foco a fiscalização do cumprimento do disposto no artigo 14, da Lei nº 6.482/15, o qual prevê que as floriculturas, os viveiros e os demais estabelecimentos que efetuem a venda de mudas de árvores na cidade de Cascavel/PR ficam obrigados a afixarem em local visível placa que

¹ Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

³ Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

⁴ Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

⁵ Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

⁶ ORIENTADOR: Professor Mestre Angelo Mazzucchi Santana Ferreira do Curso de Graduação em Direito da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

informe sobre as espécies proibidas por essa lei para plantio na calçada pública, e também que a placa a ser afixada deverá seguir o modelo determinado pela SEMA no que se refere ao conteúdo e ao tamanho das letras. É sabido que proibição da venda e, conseqüentemente, do plantio de determinadas espécies de árvores no município visa garantir a segurança, a saúde e o bem-estar da população, uma vez que muitas dessas árvores podem representar perigo, como risco de queda, produção de grande quantidade de frutos que atraem moscas, flores alergênicas, danificação de tubulação de água e esgoto, esconderijo para marginais, entre outros. Dessa forma, coube aos integrantes do grupo promover a conscientização dos proprietários dos referidos estabelecimentos quanto à obrigatoriedade da fixação da placa informativa, e quanto à sanção prevista para o caso de descumprimento desta determinação, qual seja, uma multa de 05 Unidades Fiscais do Município (UFMs), as quais, no exercício de 2017, passaram a vigorar no valor de R\$ 40,04 (quarenta reais e quatro centavos). Desse modo, teve início a participação efetiva dos acadêmicos na implementação do Plano Municipal de Arborização Urbana do Município de Cascavel. Primeiramente, confeccionou-se um folder informativo com o resumo dos fundamentos e objetivos da Lei nº 6.482 de 20 de maio de 2015; explicação sobre o disposto no artigo 14 e como se dá a aplicação da sanção prevista no artigo 51, inciso IV; e convite para que o estabelecimento cumpra a determinação do artigo 14 da Lei nº 6.482 de 20 de maio de 2015. Em seguida, iniciou-se o trabalho de campo, com o levantamento das floriculturas, viveiros e os demais estabelecimentos que efetuem a venda de mudas de árvores na cidade de Cascavel/PR, e posterior visita aos estabelecimentos levantados, para verificar se a placa informativa estava devidamente afixada. Aos proprietários dos estabelecimentos que não possuíam a placa informativa afixada, entregou-se uma cópia do folder informativo confeccionado pelos acadêmicos, com o intuito de conscientizá-los sobre o dispositivo legal e a respectiva sanção, além de despertar a consciência ambiental. Como desdobramentos do projeto desenvolvido, os dados colhidos serão apresentados ao setor de fiscalização da SEMA, ainda no ano de 2017, para que sejam tomadas as devidas providências administrativas quanto ao envio de notificação e, eventualmente, aplicação de sanção aos estabelecimentos que ainda não tenham se adequadado ao disposto no artigo 14 da Lei nº 6.482 de 20 de maio de 2015, uma vez que os acadêmicos não possuem competência para promover a notificação ou aplicar sanção aos estabelecimentos.

REFERÊNCIAS

CASCAVEL. **Lei nº 6482 de 20 de maio de 2015**. Publicada no Sistema de Leis Municipais em 01 jun. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 25 abr. 2017.



Centro Universitário Univel
 Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
 85806-080 – Cascavel – PR
 Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

UMA ANÁLISE DAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS E DOS BEBÊS ACOLHIDOS NA CIDADE DE CASCAVEL/PARANÁ

Ana Carolina Grespan Zago¹
 Ana Laura Casarin Caleiro²
 Antonyo Leal Junior³
 Caroline de Cassia Francisco Buosi Velasco⁴
 Vitor Henrique da Veiga e Silva⁵

RESUMO: O acolhimento familiar tem o escopo de proteção de criança ou adolescente em situação de vulnerabilidade social, sempre buscando o melhor interesse da criança. Tendo em vista o fato do acolhimento estar relacionado a crianças e adolescentes em situação de formação física, psíquica e social, esse assunto tem relevância ímpar no tocante a sociedade que exerce também papel fundamental nessa estruturação do indivíduo enquanto um cidadão detentor de direitos. É importante salientar que o acolhimento familiar surge como uma medida alternativa ao acolhimento institucionalizado, buscando reiterar o convívio familiar de uma forma digna, ainda mais quando se refere aos bebês, uma vez que se trata de um ser humano em sua fase de principal zelo e cuidado familiar, em que proporcionará um enriquecimento quanto ao seu desenvolvimento, tecendo relações baseadas no amor, afeto, e atenção além de assegurar o direito a educação, saúde, lazer, e principalmente à convivência familiar. O serviço de acolhimento familiar, popularmente conhecido como “Famílias Acolhedoras”, importante alternativa de acolhimento que tem crescido fortemente no Brasil, é uma forma de garantia do Direito constitucional da convivência familiar e comunitária previsto no artigo 227 da CF. Isso se faz necessário enfatizar tendo em vista que o acolhimento preponderante no Brasil ainda é o institucional, em abrigos e orfanatos, o que priva a criança da convivência familiar e da oportunidade de desenvolvimento dela nesse meio, aliado ainda a uma série de consequências negativas advindas da rotina desses ambientes. Este presente trabalho descreve um Projeto de Pesquisa realizado no ano de 2017 no Centro Universitário UNIVEL, que busca, através de estudo de caso e pesquisa de campo, descrever quais são as principais características e motivações das famílias acolhedoras que acolhem bebês de zero a dois anos na cidade de Cascavel. Através dessa pesquisa busca-se uma clarificação e uma conscientização científica e social acerca do perfil necessário das famílias que interam o serviço do acolhimento, além de debater os benefícios do acolhimento familiar, para que ele passe a prevalecer diante do institucional, gerando melhoria no sistema jurídico brasileiro das crianças que perpassam essas vivências. Essa pesquisa, na qual professores e alunos do curso de Direito estão

¹ Acadêmica do Curso de Direito e participante do Projeto – Centro Universitário UNIVEL

² Acadêmica do Curso de Direito e participante do Projeto – Centro Universitário UNIVEL

³ Professor orientador e Professor do Curso de Direito da UNIVEL – CENTRO UNIVERSITÁRIO

⁴ Professora orientadora e Doutora em Análise do Comportamento pela PUC-SP, Mestre em Direito pela UFPR, Coordenadora Geral do Curso de Direito da UNIVEL – CENTRO UNIVERSITÁRIO.

⁵ Acadêmico do Curso de Direito e participante do Projeto – Centro Universitário UNIVEL.

envolvidos, já perpassou a fase do aprofundamento teórico do conhecimento técnico específico, através de leituras e estudos dos principais doutrinadores da área. Após essa primeira fase, houve o contato de campo com o Programa de Famílias Acolhedoras de Cascavel/Paraná que recebeu os objetivos do projeto de forma positiva e que prontamente atendeu as necessidades dos pesquisadores do projeto e agendou um horário prévio com as famílias acolhedoras de bebês para entrevistas, que ocorreram no mês de setembro de 2017, na sede do programa “Acolhimento Familiar”. A amostra utilizada para a pesquisa foram de doze famílias acolhedoras, que foram entrevistadas, individualmente, pelas pesquisadoras do projeto. Os dados obtidos com a pesquisa ainda estão sendo tabulados e posteriormente serão divulgados através de publicações científicas, que se fazem extremamente importantes tendo em vista que a cidade de Cascavel/Pr tem apresentados ótimos resultados no âmbito do acolhimento familiar e tem sido uma das referências nacionais e mais representativas de toda a América Latina sobre o assunto. Dessa forma, percebe-se que o serviço de Famílias Acolhedoras representa uma inovação no atendimento à população infantil que necessita ser retirada de seu lar de origem e realocada num lar temporário até que sua situação jurídica venha a ser definida, respeitando, acima de tudo, os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Constituição Federal.

REFERÊNCIAS

CALDERON, R.L. **Princípio da afetividade no direito de família**. Rio de Janeiro: Renovar, 2013

BUOSI, C. de C. F. **Alienação Parental**: uma inter-relação entre o direito e a psicologia. Juruá, 2002.

DELGADO, P. A. Experiência da Vinculação e o Acolhimento Familiar: reflexões, mitos e desafios. **Temas em Psicologia**. São Paulo, 18 (2), 2010, pp. 457-468.

FACHIN, R. A. G. **Em Busca da Família do Novo Milênio**: Uma reflexão crítica sobre as origens históricas e as perspectivas do Direito de Família brasileiro contemporâneo. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

FRANÇA, M. **Famílias acolhedoras**: preservando a convivência familiar e comunitária. São Paulo: Veras, 2009.

KREUZ, S. L. **Direito à Convivência Familiar da Criança e do Adolescente**. Curitiba: Juruá, 2012.



Centro Universitário Univel
 Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
 85806-080 – Cascavel – PR
 Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: FORMAS DE PROTEÇÃO

Beatriz Teixeira Cruz¹
 Caroline de Cassia Francisco Buosi Velasco²
 Edinéia Sicbneihler³
 Isabela Ferrari⁴
 Leonardo Lucas do Nascimento Lorenzoni⁵

RESUMO: A violência doméstica e familiar praticada contra a mulher é uma cruel realidade que ainda faz parte da nossa sociedade. Assim, buscando conscientizar a todos da importância de denunciar situações de violência, bem como de melhor informar quanto aos meios de proteção disponibilizados a mulher, o estudo se apresenta de grande relevância no contexto jurídico e social. A metodologia utilizada na pesquisa foi bibliográfica, legislativa e entrevista semiestruturada. Sabe-se que as mulheres estão sendo alvo de diversos tipos de violência, vai desde o assédio verbal até o abuso físico ou sexual e podem levar à morte. Além da violência intencional, os crimes contra mulheres são praticados por questões de ordem cultural e até mesmo religiosa em diversos países do mundo. Segundo a Organização das Nações Unidas no Brasil (ONU/BR), sete em cada dez mulheres no mundo já foram ou serão violentadas em algum momento da vida e a cada dois minutos, cinco mulheres são espancadas no nosso país. A violência contra as mulheres normalmente é cometida por homens, mas também pode envolver membros da família da vítima, inclusive do sexo feminino. Os tipos mais comuns de violências são a Física, que acontece quando a mulher é agredida intencionalmente através da força física, arma ou objetos, causando lesões internas e/ou externas no corpo; a Psicológica, que pode ocorrer de diversas formas, tais como xingamentos, humilhações, ameaças, chantagem, discriminação, manipulação, perseguição, controle ou outros atos que causem danos à autoestima e ao desenvolvimento e equilíbrio emocional da mulher; a Sexual, que é toda relação sexual a que a mulher é obrigada a se submeter mediante força física, coerção, ameaça, ou ainda, quando a impede de usar qualquer método contraceptivo (sendo considerada crime mesmo se praticada pelo companheiro ou marido); e a Patrimonial, que acontece quando ocorre retenção, subtração, destruição dos objetos, instrumentos de trabalho ou documentos pessoais da mulher (ALMEIDA e BANDEIRA, 2006). A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, destacando-se as medidas protetivas de urgência (art.22) que podem determinar o afastamento do agressor do lar ou local de convivência com a vítima; a proibição do agressor se aproximar ou manter

¹ Acadêmica do Curso de Direito e participante do Projeto – Centro Universitário UNIVEL

² Professora orientadora e Doutora em Análise do Comportamento pela PUC-SP, Mestre em Direito pela UFPR, Coordenadora Geral do Curso de Direito da UNIVEL – CENTRO UNIVERSITÁRIO.

³ Professora orientadora e Mestranda em Direito Processual e Cidadania pela UNIPAR – Universidade Paranaense, Especialista em Direito Aplicado pela Escola da Magistratura do Paraná, Professora de Direito e Prática Penal na UNIVEL – CENTRO UNIVERSITÁRIO.

⁴ Acadêmica do Curso de Direito e participante do Projeto – Centro Universitário UNIVEL. Acadêmica do Curso de Direito e participante do Projeto – Centro Universitário UNIVEL.

⁵ Acadêmico do Curso de Direito e participante do Projeto – Centro Universitário UNIVEL.

contato com a vítima e seus familiares; proibição do agressor de frequentar determinados lugares; restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores; e a suspensão da posse ou restrição do porte de armas. A Lei 11.340/2006 também permite a prisão em flagrante delito do agressor, bem como, o decreto de prisão preventiva (art. 20). Nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher é proibida a aplicação de penas de cesta básica, pecuniárias ou isoladas de multa (art. 17). Na Cidade de Cascavel-PR as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar contam os serviços da Delegacia da Mulher, da Casa Abrigo e da Patrulha Maria da Penha, além da atuante Promotoria de Justiça e do Juízo Especializado de Violência Doméstica (FRIAS, 2017). Muitas pessoas presenciam agressões contra mulheres ou tem contato com famílias que convivem com o abuso, mas por medo ou receio acabam não denunciando e isso faz com que a violência aumente ou agrave. Diga não à violência contra a mulher, denuncie ligando 180. O atendimento nesta linha funciona 24h por dia e garante o anonimato da vítima e do denunciante, além de fornecer suporte psicológico e de atendimento à vítima. O primeiro passo para a proteção e resgate da dignidade das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar é a informação, o que permite a vítima, seus familiares e toda a sociedade reconhecer determinadas atitudes e ações como sendo abusivas e violentas. A Lei Maria da Penha prevê meios para proteção da mulher, os quais podem salvar-lhe a vida. Para combater a violência contra a mulher a conscientização de todos é extremamente importante e denunciar é fundamental.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. M. C. de; BANDEIRA, L. A violência contra as mulheres: um problema coletivo e persistente. In: LEOCÁDIO, Elcylene; LIBARDONI, Marlene (Org.). **O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de violência**. Brasília: AGENDE. 2006. p.19-43.

CUNHA, R. S.; PINTO, R. B. **Violência Doméstica – Lei Maria da Penha comentada artigo por artigo**. 5ª Ed. São Paulo. Revista dos Tribunais. 2014.

FRIAS, A. S. Promotora de Justiça com atribuições junto ao Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Cascavel. **A violência contra a mulher e a patrulha Maria da Penha**. Entrevista semiestruturada na UNIVEL-Centro Universitário, em agosto/2017.

ONU- Organização das Nações Unidas no Brasil. **No dia internacional da Mulher ONU pede o fim de todos os tipos de violência de gênero**. Publicação em 08/03/2013 e Atualização em 18/09/2016. Disponível em <https://nacoesunidas.org/no-dia-internacional-da-mulher-onu-pede-fim-de-todos-os-tipos-de-violencia-de-genero/>. Acesso em 27.09.2017.



Centro Universitário Univel
 Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
 85806-080 – Cascavel – PR
 Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

DIREITO A SAÚDE

Amanda Albuquerque Soares¹
 Jaqueline Gonçalves²
 João Pedro Lucas Andrade³
 Giulia Eduarda Claudino⁴
 Yana Caroline Lima Cangirana⁵
 Kátia Salomão⁶

RESUMO: A pesquisa tem como enfoque compreender a eficácia do Sistema Único de Saúde, através de embasamento no direito fundamental a saúde. Tal Sistema foi possível após uma longa jornada de luta, a partir do movimento reforma sanitária. Assim, com a promulgação da Constituição de 1988, leis mais abrangentes neste ramo foram alcançadas e se possibilitou atendimento médico a todos. Uma vez que até então, o acesso à saúde pública era seletivo a quem contribuísse com a Previdência Social, esse disponível na época para quase 30 milhões de pessoas, e com as mudanças conquistadas foi ampliado para 70 milhões de brasileiros beneficiados, independentemente de condição social. Dessa forma, é na lei 8.080/90 que se explica quem reponde pelo funcionamento da Saúde Pública, onde diz o art. 2º "...é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício". O Sistema Único de Saúde (SUS), é regulamentado em todas suas condições na LEI Nº 8.142/90. Na época de sua criação o Brasil foi o único país do mundo a oferecer saúde para todos. Desde sua invenção o Sistema Único de Saúde sofre constantes oscilações a cada troca de governo, pois cada chefe de estado tem o seu planejamento orçamentário, no qual por muitas vezes é influenciado por ideologias tendenciosas de partidos, levando assim a governos que contribuiram mais, outros menos. Isso, por sua vez, acaba danificando o funcionamento do SUS, que teoricamente é eficiente, mas que em verdade, se opõe a prática. Em razão disso, as "Políticas públicas destinadas exclusivamente aos mais pobres estão fadadas ao fracasso." (VARELLA, 2016). No entanto,

¹Amanda Albuquerque Soares (Direito) da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

²Jaqueline Gonçalves (Direito) da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

³João Pedro Lucas de Andrade (Direito) da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

⁴Giulia Eduarda Claudino (Direito) da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

⁵Yana Caroline Lima Cangirana (Direito) da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

⁶Katia Rocha Salomão (Professora) associada a UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel. Onde atua no ensino de filosofia geral, hermenêutica jurídica e seus desdobramentos. Possui especialização em Filosofia Política e Jurídica (UEL-2006), Mestrado na área de Filosofia (Unesp-2008), com ênfase em ética e filosofia política. Doutoranda em Filosofia (UNIOESTE-PR), aspectos éticos e políticos. Tem experiência na área de Filosofia Geral e Jurídica, Filosofia da Educação, Filosofia da Arte, Filosofia na Administração, Ética, Metodologia Científica e Hermenêutica jurídica.

na atual conjuntura, o país sofre uma crise política e econômica que afetou diretamente o sistema público de saúde, criando assim, falta de médicos, enfermeiros, remédios, leitos, consultas oferecidas não têm prazo para serem realizadas, cirurgias chegam a demorar anos com pacientes na fila. Dessa forma, o artigo 3º da lei 8.080/90 diz que a má qualidade na saúde está relacionada com a condição atual do Brasil: "Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País", evidenciando falhas na prática do Sistema, onde não há verba o suficiente para manter uma estrutura que possa atender milhões de brasileiros. É necessário haver reparos urgentemente, para garantir no Brasil os Direitos Fundamentais. Logo, quando se fala da garantia a saúde populacional, pensa-se em tratar pessoas que já estão doentes, quando na verdade, o objetivo principal é impedir que as pessoas adoçam. Isso deve ser realizado através de tratamentos preventivos como "Atendimento integral com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços existenciais". (art. 198, CF). Em 1988 quando o SUS foi criado, o foco era Saneamento Básico, diminuição da taxa de morte, vacinação, tratamentos, outros. No entanto, hoje, existem técnicas mais modernas que devem ser aplicadas para que este Sistema não seja um sonho fracassado.

REFERÊNCIAS

BUSCHEL, I. do A. **O Direito À Saúde No Brasil Após 1988**. 2010. Disponível em: <<https://blogdaines.wordpress.com/2010/08/10/o-direito-a-saude-no-brasil-apos-1988/>>. Acesso em: 06 out. 2017.

VARELLA, D. **Os Limites Do Sus**. 2016. Disponível em: <<https://drauziovarella.com.br/drauzio/artigos/os-limites-do-sus/>>. Acesso em: 06 out. 2017.

VARELLA, D. **Os Visionários Do Sus**. 2015. Disponível em: <<https://drauziovarella.com.br/envelhecimento/os-visionarios-do-sus/>>. Acesso em: 06 out. 2017.



Centro Universitário Univel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

OS DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO DAS GARANTIAS DA EXECUÇÃO PENAL NA UNIDADE PRISIONAL FEMININA DE CORBÉLIA - PR

Nilcea Schwambach Medeiros¹
Marcos Vinicius Dias Carrasco²

RESUMO: O presente trabalho foi realizado com base em dados estatísticos que foram colhidos na 49ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Corbélia – PR que, em razão de uma ação civil pública, passou a atuar como “Sistema Prisional Feminino de Cascavel e Região” a partir do mês de julho de 2016. Trata-se, pois, de uma pesquisa que foi desenvolvida com o objetivo de, em um primeiro momento, viabilizar a delimitação das características socioeconômicas das mulheres que se encontram com a sua liberdade cerceada dentro do aludido estabelecimento prisional, e de, em segundo momento, identificar a forma como se apresentam a infraestrutura da referida unidade prisional e as propostas que o Estado tem apresentado para que as pessoas que ali estão cumprindo a sua pena possam ser efetivamente (res)socializadas. Neste passo, este estudo (que se pautou por uma análise bibliográfica, quantitativa e qualitativa, organizando os dados levantados a partir de estatística descritiva) tomou como ponto de partida uma série de informações que foram colhidas mediante formulários respondidos pelo Delegado responsável pelo estabelecimento, o Dr. Rogerson Salgado, pela Promotora de Justiça atuante na Comarca, a Dra. Claudia Biazus, e por 32 (trinta e duas) detentas. A partir dos aludidos elementos de informação, se apurou que as características gerais das (re)educandas não se distanciam consideravelmente daquelas que já haviam sido identificadas através dos dados estatísticos do “INFOPEN”, pois, de um lado, em sua maioria, as detentas que ali estavam eram mulheres solteiras, que já possuíam filhos, detinham um baixo grau de escolaridade e eram titulares de poucos rendimentos, e de outro, a grande maioria destas mulheres já contavam com uma sentença penal condenatória decorrente da prática de crimes como o de tráfico de entorpecentes, o porte irregular de arma, o homicídio, o estupro de vulnerável, o latrocínio, a receptação, o roubo e o furto. Já no tocante à infraestrutura da unidade prisional, foi apurada a existência: de área para banho de sol (que somente é liberada no período vespertino); de local apropriado para o recebimento de visitas (em que pese as visitas íntimas sejam realizadas dentro das próprias celas); de boa iluminação; de um sistema de circulação de ar

¹ Acadêmica do 6º Período do Curso de Direito do Centro Universitário UNIVEL;

² Bacharel em Direito pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Especialista em Direito Aplicado pela Escola de Magistratura do Paraná; Membro Fundador da APAC de Cascavel – PR; Presidente do Conselho Fiscal da APAC de Cascavel – PR; Professor de Direito Penal, Processo Penal e Prática Processual Penal do Centro Universitário UNIVEL – PR; Professor de Direito Administrativo no curso preparatório para OAB do Delta Jus; Envolvido na área de concursos públicos como escritor; Advogado atuante na área de Direito Penal Econômico.

deficiente; de superpopulação (constatada pelo fato de as celas, que comportavam dezesseis pessoas, à época da pesquisa abrigarem até quarenta, fazendo, assim, como que muitas detentas dividissem colchões, dormissem no chão, nos corredores e até na cozinha); e de um bom atendimento médico (embora não se tenha identificado acesso à atendimento psicológico e odontológico). Por fim, no que tange às atividades fomentadoras do projeto de (res)sociação, foi constatado que as detentas conseguem remir a sua pena através da confecção de jogos de tapete (que são vendidos e tem seu proveito econômico revertido em prol da detenta), do desempenho de atividades dentro da prisão, que vão desde a elaboração das refeições até a limpeza do local e das viaturas. Para além disto, foi possível identificar a realização de atividades diferenciadas, como as visitas à templos religiosos, que são realizadas para fomentar a autoestima. Nas conclusões, constatou-se que embora a maioria das entrevistadas houvesse dito que cadeia (considerada por elas como um depósito humano) “não recupera ninguém” pelo fato de gerar revolta, afastar a família, vulnerar o sentimento de autoestima e de humanidade; uma parcela das detentas afirmou que o estabelecimento prisional de Corbélia propicia condições de (res)sociação, tanto em razão da reflexão que ocorre durante período de prisão, quanto em virtude do tratamento humanizado e cordial que os funcionários do local destinam às pessoas que ali se encontram; percebeu-se ainda que para muitas (re)educandas, o processo restaurador seria mais efetivo na hipótese de, juntamente com uma assistência social, psicológica e jurídica, ser oportunizada a realização de outros trabalhos artesanais e de participação em atividades de estudo e de leitura. Por fim, constatou-se apesar de o estabelecimento prisional estudado não possuir condições adequadas para viabilizar a recuperação das condenadas, em grande medida esta deficiência tem sido suprida pelo trabalho que vem sendo desenvolvido pelos servidores que ali atuam (estagiários, investigadores, escrivães e delegado) e também pelo Ministério Público que, mesmo com a falta de recursos, buscam contribuir para que as mulheres que ali estão sejam tratadas como seres humanos em recuperação, fazendo com que, desta forma, os índices de criminalidade sejam minorados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Reincidência Criminal no Brasil. Conselho Nacional de Justiça. Rio de Janeiro, 14 maio 2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/destaques/arquivo/2015/07/572bba385357003379ffeb4c9aa1f0d9.pdf>>. Acesso em 05 de outubro de 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADPF 347 MC**, Relator(a): Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, julgado em 09/09/2015, PROCESSO ELETRÔNICO, DJe-031, divulgado em 18-02-2016, publicado em: 19-02-2016.

BRASIL, “**DEPEN**: Fundo Penitenciário Nacional em números”, *Departamento Penitenciário Nacional*, Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

BRASIL. Relatório final de atividades da pesquisa sobre reincidência criminal, conforme Acordo de Cooperação Técnica entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ipea (001/2012) e respectivo Plano de Trabalho.

MIRABETE, J. F. **Execução Penal**. 11ª Ed. Revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2007.

NUCCI, G. de S. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 9ª Ed. Revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

ROIG, R. D. E. **Execução Penal**: teoria crítica. São Paulo: Saraiva, 2014. Disponível em: <<http://161357.leitor.editorasaraiva.com.br/#reader/161357>>. Acesso em 08 de outubro de 2017.

SARLET, I. W. **Dignidade da Pessoa Humana E Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.



Centro Universitário Univel
 Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
 85806-080 – Cascavel – PR
 Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

PROJETO ITARPA – EM PROL DO MEIO AMBIENTE DE CASCAVEL – PR – AGENDA 2030

Gilberto de Souza¹
 Kemilly Tobias²
 Layssa Amaria³
 Magali Galvão⁴
 Tatiana de Souza Santos Libório⁵
 Thaila Wolf da Silva Lima⁶
 Elizabet Leal da Silva⁷
 Lilian Radünz⁸

RESUMO: Sabe-se que o meio ambiente é essencial e fundamental para o ser humano e para a sobrevivência das espécies, sendo, também, um direito fundamental, previsto na Constituição Federal nacional (BRASIL, 1988). Assim, tendo por fundamentos os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) agenda 2030, foi efetivado o projeto de extensão da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel – Univel, denominado ITARPA, em prol do meio ambiente local, em especial, de uma parcela da comunidade do Bairro Santa Cruz, sendo, todavia, envolvidos no Projeto a Sanepar, a Secretaria do Meio Ambiente municipal, a ONG Amigos dos Rios, bem como a Igreja Católica do listado bairro, objetivando a preservação do córrego Bezerra, na Ânsia de assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. Portanto, diante do bem fundamental à vida que é a água, mesmo que de forma inicial, é importante passar a visualizar a importância da sua preservação para esta e para as gerações futuras, diante de sua essencialidade. Nesse contexto, primeiramente, buscou-se material doutrinário suficiente

¹ Acadêmico do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² Acadêmica do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

³ Acadêmica do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

⁴ Acadêmica do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

⁵ Acadêmica do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

⁶ Acadêmica do Curso de Direito da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

⁷ ORIENTADORA: Professora. Mestre do Curso de Direito da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

⁸ ORIENTADORA: Professora. Mestre do Curso de Direito da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

para estudo do tema e criação do projeto de extensão, para posteriormente ser traçado o plano prático do projeto, e como envolver outros interessados na efetividade deste, tendo, sempre, como objetivo, justamente, a gestão sustentável da água, por meio da educação ambiental da população, ao menos ribeirinha, a limpeza do córrego antes identificado, findando a ação, evidente, que não se encerra com o término do projeto, com o plantio de mudas no local. A água é considerada um dos elementos naturais de extrema importância para o mundo, sendo por meio dela possível a manutenção do meio ambiente, o que na contramão da via se considerado o desenvolvimento das cidades, o aumento da população e a degradação do meio ambiente (HUPFFER; WEYERMÜLLER, 2016). A água possui diversos usos, a exemplo de suprir as necessidades do homem, das indústrias, para a geração de energia, entre outros, a qual recobre $\frac{3}{4}$ (três quartos) da superfície do planeta, enquanto que aquela possível de consumo encontrada em rios, lagos somam, apenas, 0,3% (zero vírgula três por cento), sendo que a escassez é decorrência do crescimento populacional (FERREIRA, et. al., 2008), razão pela qual se torna imprescindível sua preservação. Nesse sentido, a qualidade da água depende dos impactos causados ao meio ambiente, justificando, portanto, também, a necessidade de sua preservação (REBOUÇAS, et. al., 2006). A poluição das águas afeta a todos, seja direta ou indiretamente, tratando-se de crime previsto na Lei nº 9.605/1988, entendendo-se que todos possuem responsabilidade quanto a preservação da qualidade da água (SIRVINSKAS, 2011), evitando, assim, o fim das espécies de vida existentes no planeta, razão pela qual o início da limpeza do córrego Bezerra é a semente lançada ao solo em prol das futuras gerações. Foi utilizado o método hipotético-dedutivo, conjuntamente com pesquisa de campo, entrevistas a população local. Apoio: Sanepar, Prefeitura Municipal de Cascavel, ONG amigos do Rio, Igreja Católica e Exército Nacional Brasileiro. Sendo feito a retirada de lixo e limpeza do córrego, assim como foi realizada palestras nas Escolas para conscientização dos alunos do bairro. Conclui-se que todas as ações desenvolvidas foram satisfatórias, em prol de toda a população e das gerações futuras, sendo, evidente, um projeto que não se encerra com a apresentação das singelas linhas, mas que deve postergar-se por muito tempo, considerando que a preservação das nascentes, das águas, córregos é essencial para a vida, em todos os sentidos, sendo, nesse contexto, importante, principalmente, a conscientização da população quanto a necessidade de preservação e cuidado da água. Aponta-se que os objetivos traçados foram alcançados, almejando que, de fato, a população local tenha se conscientizado da tarefa de cada um em prol do meio ambiente e das próximas gerações.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

Acesso em: 02 out. 2017.

FERREIRA, A. R. B. R; et. al.. **O Rio da Minha Rua** – Educação ambiental: sensibilizando para o futuro. Prefeitura do Município de Londrina. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Londrina – outubro – 2008. Disponível em: <http://www.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_ambiente/educacao%20ambiental/apostila_educ_ambiental.pdf>. Acesso em: 03 out. 2017.

HUPFFER, H. M; WEYERMÜLLER, A. R. **Direito 10 novas perspectivas do Direito**. Rio Grande do Sul: FEEVALE, 2016.

REBOUÇAS, A. da C.; BRAGA, B; TUNDISI, J. G. **Águas Doces no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2006.

SIRVINSKAS, L. P. **Manual de Direito Ambiental**. 9. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

LOGO

RESUMOS JORNALISMO



Centro Universitário Univel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

**ANALISE DO POTENCIAL EMPREENDEDOR DOS ALUNOS DE
BACHAREL EM ADMINISTRAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO DE
ENSINO SUPERIOR.**

Cristiane Elis Hendges¹
Nilson dos Santos Dias²

¹ Acadêmico do Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² ORIENTADOR: Professor Especialista/Mestre/Doutor Nome do Professor do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

RESUMO: Visto que é possível aprender a empreender, muitos desenvolvem seu desejo de criar seu próprio negócio através de fatores ligados ao ambiente onde estão inseridos, podendo ser ambiente familiar, instituições de ensino, outros acabam criando esse interesse de empreender por identificar seu potencial empreendedor através de amigos, sociedade e do ambiente de trabalho, já outros nascem com o espírito de empreendedor. Visto que o estudo sobre empreendedorismo tem se tornado altamente relevante com o passar dos anos principalmente na esfera científica, os profissionais ligados ao empreendedorismo apresentam características pela busca do conhecimento a fim de aprimorar e expandir o potencial empreendedor. Sendo assim como tema do artigo será realizada uma análise do potencial empreendedor dos alunos do curso de bacharel em administração de uma instituição de ensino superior, apontando como principais objetivos a verificação do perfil de empreendedor dos participantes da pesquisa, evidenciar as características e traços dos acadêmicos em relação ao empreendedorismo, e também descrever a intenção empreendedora demonstrada pelos alunos. Devido ao empreendedorismo ter se tornado relevante nos últimos anos, principalmente na esfera científica nota-se um crescimento elevado no número de empreendedores na sociedade no qual influencia a economia do país. Estes novos empreendedores apresentam como características a busca pelo conhecimento científico em detrimento do conhecimento empírico. Este fato aumenta a importância da participação da universidade na sua formação. Proporcionando uma visão mais ampla no ramo dos negócios tem-se notado uma busca de conhecimentos no ramo específico em algumas áreas, promovendo o interesse em aprofundar-se em assuntos no ramo empreendedor visto que muitos buscam o conhecimento neste ramo, porém não desenvolvem o interesse em empreender. Justifica-se que o presente trabalho tem como abordagem o potencial empreendedor dos acadêmicos de uma instituição privada. Com a finalidade de coletar informações referente ao assunto mencionado foram aplicados questionários para 110 acadêmicos, visto que a pesquisa características com aspectos voltados ao interesse em empreender e ao potencial empreendedor, sendo uma pesquisa descritiva e quantitativa com escala Likert de 1 a 5 tendo como 3 a média. Alguns pontos abordados no artigo foram destacados na pesquisa como o interesse pessoal na área em empreender no qual foi utilizados 5 perguntas destacando-se dentro destas com média 3,78 que os acadêmicos se sentem atraídos por abrir seu próprio negócio, ocasionando uma média geral inclinada positivamente neste quesito de 3,47, outro ponto avaliado na pesquisa foi a vocação percebida na área através de 4 perguntas tendo como maior média de 4,19 ideia que de abrir o próprio negócio é uma ideia bem vista no ramo do público atingido pela pesquisa. A percepção do suporte familiar e de amigos também foi analisada através de 6 perguntas tendo como a mais avaliada positivamente a questão de que a família e amigos incentivariam a ideia de abrir o próprio negócio gerando uma média geral neste quesito de 3,54 sendo esta positiva. A percepção de domínios e habilidades estratégicas e operacionais foram obtidas a partir de 15 perguntas relacionadas a este aspecto tendo como destaque a capacidade de reagir a mudanças ambientais em tempo hábil com a média de 3,64, em detrimento as médias deste quesito e das demais questões o resultado ocasionou a média geral de 3,50 sendo esta positiva. Visto que o espírito empreendedor esta ligado a emoção, paixão, impulso inovação e também as ricas e intuição, é necessário se ter um balanceamento entre estes aspectos racionais e emocionais, visto que saber fixar metas e traçar os objetivos adequados é a maneira mais correta de atingir os objetivos. Há vários motivos pelas quais as pessoas decidem empreender, no qual estão dispostas a assumir riscos alguns dos motivos mais comuns são apresentados pelo autor como em primeiro passo a vontade de ganhar dinheiro, desejo de sair da rotina do emprego, vontade de determinar seu futuro, necessidade de provar a si mesmo e aos demais a sua capacidade de vencer e o desejo de desenvolver algo que traga reconhecimento e benefícios.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo**: Dando Asas ao espírito empreendedor. 4 Ed. Barueri, Sp: Manole, 2012.

DEGEM, R. J. **O empreendedor: Empreender como Opção de Carreira**. São Paulo-SP: Pearson Prentice Hall, 2009.

GEM, **Empreendedorismo no Brasil – 2014**: Relatório Executivo. Disponível em: <www.sebrae.com.br. Acesso em 19 Abr, 2017.

GEM, **Empreendedorismo no Brasil – 2015**: Relatório Executivo. Disponível em: <www.sebrae.com.br. Acesso em 23 Abr, 2017.



Centro Universitário Univel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

A LINGUAGEM DO JAZZ: UM ESTUDO SOBRE A ESTRUTURA DESSE ESTILO POR MEIO DA PRÁTICA EXPRESSIVA DE MÚSICOS JAZZISTAS DE CASCAVEL/PR

Mariana Viel Reginatto¹
Simone Frank Fontana²

RESUMO: Este artigo apresenta um estudo sobre o Jazz, estilo musical afro-americano que traz consigo vertentes de uma cultura que influenciou outras formas musicais, por meio dos elementos estruturais da linguagem musical presentes neste estilo e na prática expressiva de músicos de Cascavel/PR. Para melhor compreender a estrutura da linguagem artística, a música, separam-se cinco grandes grupos de estudo, que permeiam também a análise específica do Jazz ao longo deste trabalho: os elementos formais da música, a sua forma de composição, a técnica empregada, a divisão por gêneros e a contextualização histórica que envolve o estudo de movimentos e períodos de composição e/ou interpretação do material sonoro. Propõe-se analisar aspectos estilísticos presentes no Jazz e seu contexto histórico para compreendê-lo como linguagem expressiva, e verificar se estes mesmos aspectos são pertinentes na prática musical de jazzistas de Cascavel, Paraná. As informações acerca do tema conduzem a questionamentos da pesquisa: Quais são os elementos estruturais da linguagem musical presentes no Jazz? Essas características podem ser verificadas pelos músicos que tocam Jazz em Cascavel? Como os jazzistas de Cascavel/PR foram influenciados por este estilo? Questionários, grupo focal e entrevista foram aplicados a alguns dos músicos jazzistas da cidade de Cascavel/Pr, apontados por colaboradores da pesquisa, para melhor compreender os elementos que estruturam esta linguagem musical e a influência do estilo na prática destes. Dentre os aportes teóricos utilizados estão Tinhorão (1997), Schlichta e Tavares (2009), Silva (2012), Aguiar e Borges (2004), Paim (2009), Magnani (1989), Lamarão (2008), Hobsbawm (1989). Na análise dos elementos musicais estilísticos do Jazz ressaltam-se aqueles dentre os quais também podem ser verificados expressivamente nos músicos jazzísticos de Cascavel/PR, pois se considera que o Jazz, na sua abrangência, influenciou músicos da cidade e tem expressividade musical no contexto cultural desse município. Os resultados apresentam a fala desses músicos em relação tanto aos principais elementos estruturais do Jazz quanto aos elementos formais, composição, gênero, improvisação e movimentos e períodos. A contextualização histórica do Jazz, o entrelaçamento do estilo estudado com os elementos da linguagem musical, bem como a verificação da presença destes aspectos estilísticos na prática de jazzistas de Cascavel/PR, revelam que o tratamento rítmico, melódico, harmônico, a técnica de composição: improvisação, são referências fundamentais para distinguir a linguagem musical do Jazz.

¹ Acadêmico do Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² ORIENTADOR: Professor Especialista/Mestre/Doutor Nome do Professor do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

Quanto aos elementos de composição: ritmo, melodia e harmonia, o Jazz traz um ponto importante para a mudança da construção musical em contrapartida com outros estilos. Essa diferença apontada no artigo confirma a influência deste estilo na Música Popular Brasileira e também na prática expressiva dos músicos locais, e pode-se considerar, portanto que, seja nas suas raízes históricas ou nas práticas atuais, o estilo influencia novas gerações de músicos ou pelo “estilo jazzístico” presente na mudança de acentuação deste para outros estilos, e/ou pela presença da improvisação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. C; BORGES, C. C. M. V. **As raízes do jazz e a original dixieland jazz band**. [S.l.]. Millenium, p. 123-135, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

LAMARÃO, L. Q. **As muitas histórias da MPB: As ideias de Tinhorão**. Niterói, 2008.

MAGNANI, S. **Expressão e comunicação na linguagem da música**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1989.

MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

PAIN, H. **A Influência do Jazz na Cultura Brasileira**. CELACC/ECA-USP, 2009.

SCHLICHTA, C. A. B. D.; TAVARES, I. M. **Artes Visuais e Música**. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.

SCHULLER, G. **O velho jazz: suas raízes e seu desenvolvimento cultural**. São Paulo: Cultrix, 1968.

TINHORÃO, J. R. **História Social da Música Popular Brasileira**. 1. ed. São Paulo: Editora34, 1997.

_____. **Música Popular: Um tema em debate**. São Paulo: Editora34, 1997.



RESUMOS PEDAGOGIA



Centro Universitário Univel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS PARA A FORMAÇÃO DE LEITORES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Debora Maria de Lima Senas Janzen¹
Sueli Gedoz²

RESUMO: A contação de histórias está presente na sociedade desde os primórdios tempos, utilizada com a principal função de repassar para outras gerações determinados costumes, crenças, conhecimentos e valores culturais. Na Educação Infantil ela também pode ser usada para promover vínculos sociais, afetivos e educativos. A realidade atual apresenta uma sociedade moderna, com grandes avanços tecnológicos, acessíveis cada vez mais na vida das crianças, e assim os livros estão sendo esquecidos. Por estas tantas formas de interações sociais interessantes ao olhar infantil, cada vez mais presentes, deve-se incentivar às novas gerações o hábito de ouvir e de ler desde cedo, desafio enfrentado por professores nos dias atuais. Entende-se então que a contação de histórias deve ser trabalhada diariamente como prática pedagógica e social. Considerando esse contexto, o presente trabalho tem por objetivo verificar a importância da contação de histórias no processo de desenvolvimento da criança na Educação Infantil, com idade entre 0 a 4 anos, considerando que a contação é uma das formas de propiciar o ingresso da criança no mundo da leitura desde a infância e possibilitar momentos que promovam o pensar e o interagir, experimentar e viver descobertas. Busca-se também investigar o papel do professor mediador no direcionamento do despertar o interesse pela leitura para formação de ouvintes e leitores. O professor, em sua ação docente, nessa etapa, deve estimular e possibilitar as mais diversas ações práticas, desenvolver o lúdico, o imaginário, o gosto de ouvir histórias, princípios esses fundamentais para a formação de futuros leitores. A justificativa desta pesquisa é a necessidade de aprofundar o papel do professor nessa etapa, através de sua atuação e prática, e sua contribuição para o desenvolvimento da criança leitora e ouvinte de histórias desde a primeira infância. A leitura, através da contação de histórias, deve ser trabalhada cotidianamente, por meio de uma aplicação coerente de atividades que despertem o prazer de ouvir e de ler, e estas devem se fazer presentes na rotina das crianças, desde bebês. Desse modo, o trabalho na Educação Infantil não se dá somente no cuidar, mas na aprendizagem com um olhar para as linguagens infantis e para a construção de futuros leitores. Para atender aos objetivos propostos, a pesquisa é de

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia – Licenciatura da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² ORIENTADORA: Professora Doutora Sueli Gedoz, do Curso de Pedagogia – Licenciatura, da UNIVEL - Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

caráter bibliográfico embasando-se nas referências de autores como Abramovich (1989), Brandão e Rosa (2011), Fonseca (2012) e Cascavel (2008) que contribuem com uma visão enriquecedora para formação de leitores. A metodologia utilizada também se ampara na pesquisa qualitativa, explicativa, de campo e estudo de realizado no Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Espaço e Vida, na cidade de Cascavel-PR. Foi direcionado um questionário aos professores da instituição, tanto para os professores regentes como também aos que atuam na hora atividade. Os resultados apontam que as hipóteses elencadas durante o processo de construção do projeto de pesquisa foram válidas, pois todas as respostas obtidas pela coleta de dados confirmou a importância da contação de histórias na etapa da Educação Infantil para a formação de futuros leitores. Resultou também positivamente no papel do professor como mediador fundamental e predominante através de sua atuação, pois promove vínculos de interação e afetividade, possibilitando descobertas, formando personalidades, estabelecendo cumplicidade para desenvolver o prazer de ouvir e ler histórias, alicerce primordial para a formação de leitores desde a Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, F. **Literatura Infantil: Gostosuras e Bobices**. São Paulo: Scipione, 1989.

AGUIAR, V. T. de. (Org.) **Era uma vez... na escola: formando educadores para formar leitores**. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001.

BRANDÃO, A. C. P.; ROSA, E. C. de S. **Ler e escrever na Educação Infantil: discutindo práticas pedagógicas**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

CASCADEL (PR). **Currículo para Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel – Educação Infantil**. Vol. I. 2008.

FONSECA, E. **Interações: com olhos de ler, apontamentos sobre a leitura para a prática do professor da educação infantil**. São Paulo: Blucher, 2012.

KRAMER, S. Profissionais de educação infantil: **Gestão e formação**. 1. ed. São Paulo: Bernardi, 2005.

MIGUEZ, F. Nas arte-manhas do imaginário infantil. 14. ed. Rio de Janeiro: Zeus, 2000.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo; Atlas, 2007.

RODRIGUES, E. B. T. **Cultura, arte e contação de histórias**. Goiânia, 2005.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SISTO, C. Leitura e oralidade: **Contar histórias – Da oficina à sinfonia**. 1992.

VILLARDI, R. Ensinando a gostar de ler: **formando leitores para a vida inteira**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.



Centro Universitário Univel

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

A CONTRIBUIÇÃO DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO EM TURMAS DE 1º E 2º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Marina Alérico Rosa¹
Sueli Gedoz²

RESUMO: O tema do presente trabalho está relacionado à contribuição da contação de histórias no processo de alfabetização, considerando turmas do 1º e do 2º ano do Ensino Fundamental. A contação de histórias é uma atividade que acompanha a humanidade no decorrer dos tempos, seja por meio da comunicação oral simples, até as formas mais elaboradas que atualmente são observadas no ambiente escolar e em espaços diversos. Contar e ouvir histórias desenvolve a imaginação, as emoções e a subjetividade. E quando isso é feito com propósitos educativos, há inúmeras possibilidades de se obter maior sucesso no trabalho desenvolvido. Tomando esse contexto, elabora-se este trabalho com o objetivo maior de verificar de que maneira a contação de histórias contribui para o processo de alfabetização de alunos do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental, observando o trabalho desenvolvido na escola pública. Além disso, objetiva-se também investigar quais são os recursos utilizados pelos docentes para o trabalho com a contação de histórias, bem como compreender a visão de professores e alunos acerca da contribuição desse trabalho em sala de aula. O estudo é justificado pela importância que a contação apresenta ao processo de ensino, especificamente ao trabalho realizado na alfabetização. Sabe-se que a contação possibilita que os alunos enriqueçam seu vocabulário, imaginem cenários, indaguem sobre a história, e caracteriza-se como uma ferramenta por meio da qual o docente pode incentivar a leitura e a prática da escrita, desenvolver valores e relacionar os fatos apresentados na história aos acontecimentos vividos na sociedade. Outra justificativa para o debate de tal tema é o fato de sua contribuição para a formação acadêmica e profissional dos discentes do curso de Pedagogia. Durante o período de formação inicial de professores, é importante que os acadêmicos busquem conhecimentos sobre a contação de histórias, a fim de perceberem nessa ferramenta, possibilidades de trabalho com a alfabetização, tornando esse processo mais atrativo e significativo ao aluno das turmas de 1º e 2º ano do ensino fundamental. Metodologicamente, o trabalho em apresentação está pautado em pesquisa de caráter qualitativo e explicativo, considerando a pesquisa bibliográfica e a de campo como

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² ORIENTADORA: Doutora em Letras. Professora do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

delineamentos indispensáveis à coleta de dados primários e secundários. Foram realizadas consultas diversas ao material bibliográfico que discute a contação de histórias no ambiente escolar, bem como questionários aplicados a docentes de 1º e 2º ano do ensino fundamental de uma escola pública do município de Cascavel/PR. Os resultados obtidos indicam que a contação é realizada por meio de diferentes estratégias utilizadas no processo de alfabetização, especialmente pela seleção de textos mais apropriados aos alunos dessa faixa etária, tais como lendas, contos, histórias infantis, gibis entre outros. De acordo com os docentes participantes da pesquisa, praticamente todos os dias a contação é desenvolvida no ambiente alfabetizador e contribui para a formação do aluno tanto na apropriação do código escrito, como também em outras disciplinas que compõem o currículo escolar. Outro ponto importante que mostra a contribuição da contação para a alfabetização é o livre acesso dos alunos à biblioteca no horário do recreio. Isso facilita o desenvolvimento de práticas espontâneas de leitura. Além disso, segundo os professores, a contação de histórias auxilia a criança a desenvolver sua atenção, a usar a criatividade no momento da produção de texto, assim enriquecendo a escrita. Desse modo, a pesquisa reforça a importância que as histórias contadas em sala de aula apresentam ao processo de alfabetização e indica a necessidade dessa prática como forma de subsidiar o trabalho com a leitura e a escrita.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICH, F. **Literatura Infantil: Gostosuras e Bobices**. São Paulo: Scipione, 1989.
- AGUIAR, V. T. de. (Org.) **Era uma vez... na escola: formando educadores para formar leitores**. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001.
- CASCADEL (PR). **Currículo para Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel – Educação Infantil**. Vol. I. 2008.
- CUNHA, M. A. A. **Literatura infantil: teoria e prática**. São Paulo: Ática, 1983.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- ZILBERMAN, R. **A literatura infantil na escola**. 11. ed. São Paulo: Global, 2003.



Centro Universitário Univel

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO EM TURMAS DE 1º E 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE GUARANIAÇU/PR

Jocieli Adami¹
Sueli Gedoz²

RESUMO: Este trabalho apresenta como tema a importância do letramento no processo de alfabetização em turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental, do município de Guaraniaçu/PR. Sabemos que hoje, além das exigências de saber ler e escrever, a aprendizagem deve ocorrer de acordo com uma prática de letramento para uma melhor interação na sociedade, considerando que o letramento é um processo que precisa ser discutido e trabalhado desde o início da alfabetização. Diante disso, o tema é justificado por apresentar grandes contribuições na ampliação de conhecimentos entre alfabetização e letramento, e ambos os processos educativos são essenciais para formação de sujeitos capazes de fazer uso das práticas de leitura e escrita em seu âmbito social. São necessárias, nos anos iniciais, além de práticas alfabetizadoras, metodologias em que o letramento se faça presente, para o conhecimento das diferentes funções da escrita, a fim que o educando não seja apenas um decodificador de letras e palavras, mas um sujeito capaz de compreender os diferentes gêneros textuais em suas práticas cotidianas. Nesse sentido, a pesquisa investiga como ocorre o letramento em turmas de alfabetização e a importância que os professores municipais atribuem para esse processo. O objetivo principal é analisar as práticas de letramento no período dos anos iniciais, compreendendo de que forma essa proposta é pertinente no processo de alfabetização. Para tanto, na revisão bibliográfica constam alguns autores que dialogam sobre o tema pesquisado, Tfouni (2010), Soares (2012), Kleiman (2012) e Amop (2014) apresentando contribuições teóricas significativas que fundamentam o trabalho. A pesquisa de campo contou com questionários elaborados com perguntas abertas e fechadas, destinados aos professores que atuam nas turmas de alfabetização do município de Guaraniaçu/PR, procurando verificar de que maneira ocorre o letramento em sala de aula. Também outro procedimento utilizado foi análise dos cadernos dos alunos, procurando investigar se há práticas de letramento nas turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental e como o professor aborda esse processo na

¹ Acadêmica do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² Doutora em Letras. Professora do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

alfabetização. Além disso, se faz presente o recurso da observação participante em turmas de alfabetização, com objetivo de compreender, de forma mais próxima, as ações direcionadas entre alfabetização e letramento nos anos iniciais. Os dados obtidos na pesquisa mostram lacunas na formação dos professores no que diz respeito à articulação entre a alfabetização e o letramento. Foi possível verificar que os docentes focalizam atividades voltadas principalmente para ao código escrito, com poucas práticas relacionadas ao uso da língua escrita nas esferas sociais, necessitando aos docentes que atuam nas turmas de alfabetização, estudos teóricos aprofundados que fundamentam o tema. É necessário perceber de maneira mais articulada a importância de inserir o letramento nas atividades de alfabetização, para que o trabalho em sala de aula esteja dentro de um contexto e para que o educando tenha contato com diversos gêneros textuais presentes na sua realidade, sabendo utilizá-los conforme suas necessidades. Os resultados do trabalho mostram que o aprimoramento da prática docente é fundamental pois a escola é um dos lugares que pode contribuir para que esses dois processos, alfabetização e letramento, caminhem juntos para efetivação da aprendizagem de forma integral, com objetivo de ampliar conhecimentos, tendo em vista de uma melhor interação social.

REFERÊNCIAS

AMOP, Associação dos municípios do Oeste do Paraná. **Currículo Básico para a Escola Pública Municipal: Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais)**. Cascavel: Assoeste, 2014.

CARVALHO, M. Letramento. In:_____. **Alfabetizar e letrar: Um diálogo entre teoria e prática**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 63-101.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

KLEIMAN, A. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In:_____ (Org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, SP: Mercado das letras, 1995. p. 15-61.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SOARES, M. Alfabetização e letramento. In: JAIME, P. (Org). **O Brasil no contexto : 1987-2017**. São Paulo: Contexto, 2017.p. 29-37.

TFOUNI, L. V. **Letramento e Alfabetização**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TFOUNI, L. V. **Letramento e Alfabetização**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010



Centro Universitário Univel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

A PRÁTICA DA COMPOSTAGEM COMO RECURSO DIDÁTICO E DIFUSÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS EM VERA CRUZ DO OESTE/PR

Fabiane Cristine de Oliveira¹
Elaine Aparecida Wilges Kronbaue²

RESUMO: Um dos maiores problemas ambientais na atualidade é a grande quantidade de lixo produzida por nós no dia a dia. O lixo jogado em local inadequado, pode trazer riscos para o meio ambiente, à saúde da população além de vários transtornos como contaminação do solo, da água, alagamentos, inundações em períodos de chuva, proliferação de endemias e aumento dos gastos públicos com limpeza urbana e rural. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2017), a Educação Ambiental é um processo em que se busca mobilizar a preocupação individual e coletiva para a questão ambiental, garantindo o acesso à informação em linguagem adequada, contribuindo desta forma para o desenvolvimento de uma consciência crítica e estimulando o enfrentamento das questões ambientais e sociais. Este trabalho teve por objetivo verificar de que forma está sendo aplicada a prática pedagógica da compostagem dentro do contexto da Educação Ambiental e mostrar a importância da prática da compostagem como uma alternativa para os resíduos produzidos em suas próprias casas e escolas. Justifica-se a aplicação de recursos didáticos que direcionem melhor a apropriação do conhecimento, de forma mais dinâmica, pois tão necessário quanto selecionar conteúdos específicos para o ensino é a escolha de estratégias, abordagens e recursos pedagógicos que sejam adequados à mediação entre professor, estudante e conteúdo, unindo assim teoria à prática. Para realização da pesquisa foram aplicados 20 questionários para os professores da rede municipal de ensino e 40 questionários para os alunos do 4º e 5º ano, em Escolas Municipais do Município de Vera Cruz do Oeste no Paraná. A pesquisa teve enfoque qualitativo e quantitativo. Segundo Markoni e Lakatos (2010), o estudo de campo praticamente focaliza numa comunidade, que pode ser de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana, desenvolvida basicamente por meio da observação direta das atividades a ser pesquisada e de entrevistas para captar suas informações. Do total dos questionários aplicados para os professores, 17 responderam as questões. Os resultados obtidos mostram que 60% dos

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² ORIENTADORA: Mestre em Biotecnologia. Professora do Curso de Pedagogia da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

docentes respondentes possuem Ensino Superior em Pedagogia. Dentre as questões propostas, foram identificados vários pontos negativos das escolas que precisam ser melhorados: nem todos os professores abordam o tema “compostagem” em sala de aula, a escola não possui materiais didáticos e infraestrutura física adequada para atender à todos os professores e também não existem projetos de Educação Ambiental relacionados a compostagem desenvolvidos nas escolas. Dentre os pontos positivos, destaca-se quando perguntado aos professores se a prática da compostagem é tratada como tema transversal na escola, 90% disseram que sim, outro ponto positivo também é que 100% dos entrevistados disseram que as escolas realizam visitas técnicas em lugares onde se desenvolve práticas ambientais. Com relação aos questionários entregues aos alunos a maioria deles responderam as questões corretamente, mas a medida que foram aumentando o grau de complexidades das questões tiveram dificuldades em responder. Mesmo apresentando alguns pontos positivos é necessário que se invista e aperfeiçoe os conhecimentos a cerca do tema e que as escolas também possam melhorar suas condições físicas para que de fato surta efeitos desejáveis, pois é preciso conscientizar a cerca da importância de bons hábitos e práticas pedagógicas, o que implica um trabalho intenso e contínuo de toda a comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-lei nº 9.795, de 27 de abril de 1.999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

CADERNOS PDE. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. Curitiba: PR, v. 1, 2013.

EMBRAPA. Comunicado Técnico. Rio de Janeiro: Agrobiologia, n. 50, dez. 2001.

FILHO, D. P.; SANTOS, J. A. **Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Editora Futura, 2000.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M.. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Educação Ambiental. Política de Educação Ambiental. Conceitos de Educação Ambiental. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de Metodologia Científica**. Projetos de Pesquisas, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2002.

PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da Pesquisa** - Abordagem Teórico-prático. 8. ed. Campinas: Papyrus, 2002.

RUIZ, J. A. **Metodologia Científica – Guia para Eficiência nos Estudos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTOS, A. R. **Metodologia Científica – a construção do conhecimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.



Centro Universitário Univel

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

A PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO DA MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Vilma Balcont ¹

Daniel Zampieri Loureiro²

RESUMO: Entendendo que a matemática está presente na vida do ser humano desde a infância, buscou-se entender como as práticas dos docentes na Educação Infantil estão contribuindo para a aprendizagem das primeiras noções matemáticas nesta fase educacional. A interrogação que gerou esta pesquisa consiste em entender “*o que se revela sobre a prática docente no ensino da matemática na Educação infantil?*”, tendo em vista que este componente curricular é visto como uma disciplina de difícil compreensão. Tem como objetivo revelar de que maneira é realizado o trabalho docente na área do conhecimento da matemática em alguns Centros Municipais de Educação Infantil, da Rede Pública do Município de Cascavel e na Rede Privada de Educação. Procuramos também, entender como o lúdico deve ser inserido nesta área do conhecimento, e a importância que este docente exerce na aprendizagem destes alunos. Entende-se que a Educação Infantil é o início da Educação Básica, o momento em que a criança sai do contexto apenas familiar e é inserida no espaço educacional, onde terá o contato com outras crianças e principalmente com o docente, então nesta fase educacional este docente assume relevante importância, ele poderá proporcionar aos alunos momentos de aprendizagem, respeitando o desenvolvimento de cada criança, e com isso este aluno terá a chance de concluir a Educação Infantil compreendendo as noções básicas da matemática como, por exemplo: noções de espaço, de tempo, de quantidade, de seriação, classificação, de sequência, entre outras, claro dentro de suas capacidades. Assim, para embasar nossa pesquisa foram utilizados como aporte teórico as obras de Reis (2006), Mundim e Oliveira (2013), Currículo Municipal para a Rede Pública Municipal de Educação (2012), além do Referencial Curricular Nacional (1988). Utilizou-se como metodologia uma Pesquisa descritiva, comparativa, de abordagem de caráter qualitativo, e sutil excerto fenomenológico, além de ser uma pesquisa bibliográfica. Para a concretização dos objetivos propostos, foram realizadas observações em três centros municipais de Educação Infantil e em um colégio

¹ Acadêmico do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² Mestre em Educação -PPGE. Professor do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel - Cascavel.

particular na cidade de Cascavel – PR. Também foram entregues quarenta questionários, sendo dez para cada centro municipal de educação Infantil, assim como no colégio particular (ed.infantil) para os docentes responderem, retornado 23 questionários no total. Os Resultados Demonstram que 99% dos docentes entrevistados possuem ensino superior em Pedagogia, possuem entre 22 e 49 anos, e ao responder como são abordados os conteúdos da matemática na Educação infantil, a maioria relata partir do lúdico seja por meio de jogos, história infantis, conversas, por meio de materiais concretos, entre outros. Disseram ainda, que seguem o planejamento escolar, durante a rotina, brincadeiras diversas, músicas, blocos lógicos além de ser abordados de maneira interdisciplinar. As respostas dos docentes tanto daqueles que trabalham em instituições públicas quanto privadas seguiram a mesma linha, ou seja, sempre partindo do lúdico para a teorização. Também revela-se, que o lúdico podem contribuir para aprendizagem dos alunos, pois segundo os professores entrevistados é a melhor maneira de fazer com que as crianças entendam os conteúdos, sendo também uma importante ferramenta para despertar o interesse das crianças e com isso o aluno entende a importância dos conhecimentos matemáticos. Disseram também que a suas práticas pedagógicas estão contribuindo para a aprendizagem de seus alunos, porém para alguns docentes da rede pública municipal de ensino há falta de matérias pedagógicos, formação continuada e recursos financeiros para melhorar sua pratica. No caso dos professores da rede Privada, todos disserem que é necessário que se invista em formação continuada. Podemos concluir então que os docentes entrevistados sabem de sua importância para a aprendizagem de seus alunos, e acreditam estar fazendo um bom trabalho para que de fato a construção do conhecimento seja significativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, V,3.1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária da Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**/ Secretaria da Educação Básica. — Brasília: MEC, SEB, 2010

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em 14 maio 2017.

CASCAVEL, Secretaria Municipal de Educação. **Currículo para a Rede Municipal De Educação**. Educação Infantil, V.1.2012.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988...

FERREIRA, K. F; CONDOTTA, R. B. **O ensino da matemática na Educação Infantil e a ludicidade na abordagem do processo**. V.3.SANTA CECILIA: UNISANTA Humanitas, 2014.

GIL, A. C. **Metodos e Tecnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, E. V. **Currículo, Cultura e Educação. Matemática: Uma aproximação possível?**. Campinas/São Paulo: Papirus, 2015.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1995.

MACHADO, A. I. **O Lúdico na Aprendizagem da Matematica**. Disponível em:<http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2120/1/2011_AparecidaTamaraMachado.pdf>. Acesso em 05. Ago.2017

MUNDIN, J. S. Marques; OLIVEIRA, G. S.. O trabalho com a Educação Matemática na Educação Infantil. **Anais...**In: VII Encontro de Pesquisa, Uberlândia, MG.2013.

REIS, S. M. G. dos. **A matematica no cotidiano Infantil: Jogos e atividades com crianças de 3 a 6 anos para o desenvolvimento do raciocínio lógico matemático**. São Paulo: Papirus, 2016.

ROSA, E. **Didática da Matemática**. 12.ed. São Paulo: Ática, 2010.

SOUZA, D. L; JACQUES, S. T. Ensino de matemática e Educação Infantil: refletindo as práticas docentes. **Anais...** In: XII Congresso Nacional de Educação, Curitiba,PR. 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a Pesquisa em Ciencias Sociais**. A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.



Centro Universitário Univel

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: OS DESAFIOS DO PROFESSOR ALFABETIZADOR NO 1º ANO DO ENSINO DO FUNDAMENTAL

Joseane de Oliveira dos Santos¹

Sueli Gedoz²

RESUMO: O presente estudo apresenta uma pesquisa sobre a compreensão dos processos de alfabetização e letramento no primeiro ano do ensino fundamental, tratando dos conceitos e especificidades de cada um desses processos. Procura também diferenciá-los, para que essas especificidades possam ser compreendidas com clareza, ressaltando que são processos diferentes, porém, que devem ser trabalhados juntos. A delimitação está voltada aos desafios do professor alfabetizador no primeiro ano do ensino fundamental, focalizando uma escola da esfera pública, localizada em um município da região oeste do Paraná. A alfabetização é o primeiro momento de nossa vida em que necessitamos usar os códigos da língua e suas unidades. É nessa etapa que o docente precisa ensinar algumas técnicas relacionadas à cultura da escrita, como, por exemplo, segurar o lápis, escrever em linha horizontal, tomar o sentido da esquerda para a direita no caderno, entre outras situações. E, além disso, também precisa estar atento ao processo de alfabetização voltado ao código e às práticas de letramento que podem e devem acontecer no espaço escolar. A análise empreendida na pesquisa evidencia a concepção de alfabetização e letramento dos docentes e as dificuldades que eles enfrentam em sala de aula para promover uma prática que viabilize esses dois processos, alfabetizar e letrar. O objetivo do artigo é investigar os desafios do professor alfabetizador em turma do primeiro ano do ensino fundamental, pesquisando se os encaminhamentos metodológicos estão associados às práticas de alfabetização e letramento. Parte desta pesquisa também está voltada em analisar os registros de conteúdos e atividades presentes no caderno de alunos que se encontram matriculados no processo de alfabetização, verificando se são condizentes com uma prática alfabetizadora centrada na perspectiva do letramento. O aporte teórico está pautado no Currículo Básico para a Escola Pública Municipal: Educação Infantil e Ensino Fundamental anos – iniciais (AMOP, 2014) e nas obras de Soares (2012, 2005, 2003a, 2003b), Kleiman (2007, 1995), Tfouni (1995), Costa Val (2002), entre outros autores que discutem o tema.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² ORIENTADORA: Professora Doutora Sueli Gedoz, do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

Justificamos a realização desse estudo porque nos oferece a oportunidade de ver na realidade como ocorre o processo de ensino e aprendizado no primeiro ano do Ensino Fundamental, e como futuros professores, pedagogos e gestores, precisamos compreender a importância da alfabetização e do letramento dentro da sala de aula. Também é importante desenvolver pesquisa sobre esse tema porque os conceitos de alfabetização e letramento ainda trazem muitas discussões nos ambientes escolares e tem gerado dúvidas em suas definições. Ainda há quem pense que os dois que têm a mesmo significado. Assim sendo, a pesquisa também é justificada por abordar um tema comum ao Projeto de Pesquisa “Práticas de alfabetização e letramento em sala de aula: em foco o trabalho com a leitura e a escrita nos anos iniciais do ensino fundamental”, ao qual a pesquisadora contribui com estudos teóricos e práticos, desenvolvido no âmbito do Curso de Pedagogia da Univel. O encaminhamento metodológico que ampara a investigação é abordagem qualitativa, explicativa e estudo de caso, realizado em duas turmas de 1º ano do ensino fundamental no município pesquisado. Os instrumentos para coleta de dados foram observação participante nessas turmas e questionário aplicado aos docentes. Também foram coletadas informações presentes nos cadernos dos alunos, contribuindo assim para a compreensão de como se organizam as atividades escolares e se elas condizem com a proposta de alfabetizar letrando. Os resultados verificados mostram que no período em que a pesquisadora esteve presente na observação participante não houve uma abordagem que caminhasse para o letramento. Embora a atuação das docentes seja orientada pelo currículo da AMOP (2014), que propõe a alfabetização na perspectiva do letramento, as docentes alfabetizadoras encaminharam atividades que propiciam apenas a apropriação do código, desvinculada da proposta de letramento. E isso também foi verificado no caderno dos alunos, que mostra atividades mecânicas, sem relação com gêneros discursivos conforme proposto por AMOP (2014). As análise desenvolvida mostra que os docentes têm conhecimento do que é alfabetizar letrando, mas em sua prática pedagógica ainda existe uma dificuldade em fazer articulação entre esses dois processos, e as atividades que as professoras utilizaram em sala aula não favorecem o aprendizados dos alunos na perspectiva do letramento.

REFERÊNCIAS

- AMOP, Associação dos municípios do Oeste do Paraná. **Currículo Básico para a Escola Pública Municipal:** Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais). Cascavel, 2014.
- COSTA VAL, M. da G.. O que é ser alfabetizado e letrado? In: CARVALHO, Maria Angélica Freire de (Org.). **Práticas de Leitura e Escrita.** Brasília: Ministério da Educação, 2006. p. 18-23
- KLEIMAN, A. Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna. **Signo.** 2007. v. 32, n. 53, p. 1-25, dez, 2007.
- _____. Ação e mudança na sala de aula: uma pesquisa sobre letramento e interação. In: ROJO, Roxane. (Org.). **Alfabetização e letramento:** perspectivas linguísticas. Campinas: Mercado de Letras, 1995, p. 173-203.

_____. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, Angela (Org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995, p.15-61.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

_____. **Preciso ensinar letramento?** Não basta ensinar ler e escrever? Editora Revista Rever, 2005.

_____. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). **Letramento no Brasil**. São Paulo: Global, 2003a. p.89-115.

_____. A reinvenção da alfabetização. **Presença Pedagógica**. v.9, n.52, p. 15-21, jul./ago. 2003b.

TFOUNI, L. V. **Letramento e alfabetização**. São Paulo, Cortez, 1995.



Centro Universitário Univel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

ANÁLISE DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DESENVOLVIDAS POR PROFESSORES QUE ATUAM NA PEDAGOGIA HOSPITALAR

Joyce Marcelino da Silva¹
Patrícia Grasel da Silva²

RESUMO: Os processos sociais contemporâneos sofreram uma significativa evolução nos últimos anos no que diz respeito aos conceitos de educação e à diversificação das atividades educativas e ações pedagógicas que influenciam toda uma sociedade. Para que essas ações pedagógicas cheguem a diferentes esferas sociais a educação precisou ser dividida em modalidades sendo elas: Educação formal, Não – formal e Informal. A pedagogia por se tratar de uma ciência que busca a organização, a sistematização e à crítica do processo educativo, atualmente reconhece a sua necessidade em diferentes espaços da educação. Um desses espaços é a área hospitalar, que também é uma das áreas de atuação do professor. Dentre as diversificações que a educação oferece, o presente trabalho discorre sobre a pedagogia Hospitalar ou a Classe Hospitalar que é uma das áreas de atuação do professor além do âmbito escolar tradicional, atendendo crianças e adolescentes enfermos impossibilitados de frequentar o ensino regular, que necessitam desse atendimento de curto ou longo prazo, durante o período da internação hospitalar. Neste sentido, com o presente artigo pesquisou sobre as práticas educativas desenvolvidas por professores que atuam atendendo crianças e adolescentes no contexto hospitalar, considerando o planejamento, a participação e a expectativa dos sujeitos envolvidos. .Analisando as práticas desenvolvidas pelos professores e identificando a atuação do professor e a sua importância nesta modalidade de ensino. Diante do exposto até o momento justifica-se essa pesquisa, a fim de contribuir para salientar a importância de conhecer e compreender as práticas pedagógicas de professores, em espaços como Hospitais. Dessa forma, o artigo trata das práticas educativas desenvolvidas com crianças e adolescentes enfermos. Objetivo foi analisar o desenvolvimento de prática pedagógicas dos professores a fim de contribuir com os processos de ensino e aprendizagem. Além de compreender o desafio do professor em desenvolver as práticas educativas que atendam as necessidades das crianças e adolescentes internados. O presente trabalho de caráter qualitativo teve como caminho metodológico uma pesquisa bibliográfica em autores que

¹ Acadêmico do Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² ORIENTADOR: Professor Especialista/Mestre/Doutor Nome do Professor do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

abordam sobre o assunto e como instrumento de coleta de dados foi um questionário semi-estruturado, aplicado a três professores atuantes no contexto hospitalar. Os dados nos revelam que antes de começar a aula, em partes há um levantamento prévio dos alunos, que é realizado pela pedagoga responsável ou pelo professor atuante, o plano de aula segue um conteúdo programático, é específico para cada aluno, direcionado a atender as suas especificidades como: séries, idade, município. De acordo com os dados coletados as práticas educativas desenvolvidas passam por adaptações curriculares, são diversificadas para cada aluno, considerando seu estado clínico, escola de origem, modalidade de ensino, a partir dessas informações é determinada a prática educativa a ser utilizada, como na maioria dos atendimentos acontece de forma individualizada, são priorizados conteúdos em que o aluno apresenta maior dificuldade, sanando dúvidas que talvez na escola seja ignorado, essa metodologia é utilizada para que o aluno não sofra defasagem quando retornar a escola de origem, colocando em prática o que aprendeu no hospital. De modo geral, apesar do momento frágil, as práticas educativas desenvolvidas atendem as expectativas dos alunos.

REFERÊNCIAS

CECCIM, R. B. Classe hospitalar: encontros da educação e da saúde no ambiente hospitalar. **Revista Pátio. Porto Alegre**, Ano 3, n. 10, p. 41-44, ago/out 1999.

ESTEVES, C. R. **Pedagogia Hospitalar: um breve histórico**. Disponível em <<http://smec.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-educacao-saude/classes-hospitalares/WEBARTIGOS/pedagogia%20hospitalar....pdf>>. Acesso dia 16 maio. 2017.

FONTES, R. de S. O desafio da Educação no Hospital. **Presença Pedagógica**. Belo Horizonte, v.11, n. 64, p. 21-29, jul/ago. 2005.

Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1995.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos: Inquietações e buscas**. Curitiba, n 17, p. 3-26, 2001.

MATOS, E. L.; MUGIATTI, M. M. T. de F. **Pedagogia Hospitalar a humanização integrando a educação e a saúde**. 4 .ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2009.

MORESI, E. **Metodologia da Pesquisa**. Brasília, DF, mar. 2003.



Centro Universitário Univel

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

AS CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA INFANTIL PARA O PROCESSO DE APRENDIZAGEM E ESTÍMULO AO HÁBITO DA LEITURA

Michelli Domiciano¹

Sueli Gedoz²

RESUMO: Este trabalho tem por tema a literatura infantil em sala de aula e suas contribuições no processo de aprendizagem dos alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, anos iniciais. Apresenta a Literatura Infantil como uma ferramenta presente na formação e no desenvolvimento da aprendizagem das crianças desde os primeiros anos de vida e com maior intensidade nos primeiros anos escolares, sendo um dos caminhos que o professor pode utilizar para facilitar a aprendizagem de seus alunos em sala de aula, pois além de caracterizar-se como uma forma de trabalhar a leitura e contribuir para o processo de alfabetização e letramento, traz também diversas contribuições para quem a lê. Busca-se conhecer as estratégias utilizadas pelos professores para trabalhar com a literatura infantil na etapa da pré-escola e 1º ano, assim como, em turmas do 5º ano, verificando com isso o estímulo ao hábito da leitura e aprendizagem dos alunos. Quer-se analisar as contribuições ao se trabalhar com a literatura infantil em sala de aula e conhecer as estratégias utilizadas pelos professores em suas aulas, bem como, identificar se os alunos têm o gosto pela leitura. A literatura infantil contribui no processo de aprendizagem e no desenvolvimento do hábito de leitura das crianças, trazendo consigo diversos benefícios ao desenvolvimento da imaginação, de valores morais e, principalmente, pode promover no aluno o seu enriquecimento cultural. Considera-se que a literatura infantil é fundamental para o enriquecimento da cultura existente em nossa sociedade, pois através dela as crianças absorvem os valores, conhecem o mundo e suas peculiaridades, pensamentos, ideias, sentimentos que marcam um período histórico. Para este trabalho, Abramovich (2008), Costa (2008), Freire (1986), Zilberman (1994) e outros autores apresentam grandes contribuições que possibilitam compreender a importância da literatura infantil na sala de aula. O principal responsável pelo surgimento da literatura infantil foi o homem, ao sentir necessidade de transmitir ideias e acontecimentos. Buscou então na ficção uma maneira de transmitir a herança cultural acumulada pela humanidade ao longo do tempo. Para atender

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia – Licenciatura da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² ORIENTADORA: Professora Doutora Sueli Gedoz, do Curso de Pedagogia – Licenciatura, da UNIVEL - Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

ao objetivo exposto, este trabalho ampara-se em uma pesquisa explicativa, pesquisa qualitativa e pesquisa bibliográfica, bem como, em pesquisa de campo e estudo de caso que foram indispensáveis para a investigação realizada. Para concretização dos objetivos propostos, a investigação partiu de dados gerados a partir de questionários para professores da pré-escola, 1º e 5º ano do Ensino Fundamental, utilizando-se da observação participante nestas turmas, nos momentos de trabalho com a leitura da literatura, aproximadamente 10 horas em cada turma, considerando a ligação da literatura infantil com a aprendizagem prazerosa. Também foi aplicado um questionário para os alunos do 5º ano que estão no final desta primeira etapa. A literatura infantil, seja ela por meio dos contos de fadas, aventuras, fábulas, livros de imagens, gibis, lendas, mitos, histórias modernas e coleções, deve fazer parte da rotina de sala de aula, e ser levada muito a sério pelo professor. A partir das observações e análise dos dados obtidos por meio dos questionários, pode-se constatar que a literatura é utilizada sim nas salas de aula pelos professores com grande destaque na educação infantil, utilizando-se dela pra trabalhar os conteúdos necessários como uma ferramenta para deixar as aulas mais atraentes às crianças. Já no 1º ano, a literatura é utilizada como forma de incentivo às primeiras leituras e ao aprender a ler especificamente. E no 5º ano é utilizada com menor frequência, principalmente pela quantidade de conteúdos que os professores têm para trabalhar com os alunos, utilizada apenas em poucos momentos em sala de aula. Os resultados verificados nessa pesquisa, além de contribuírem para a formação da pesquisadora e para o Curso de Pedagogia da Univel, também fomentaram as discussões desenvolvidas no Projeto de Pesquisa “Práticas de alfabetização e letramento em sala de aula: em foco o trabalho com a leitura e a escrita nos anos iniciais do ensino fundamental”, uma vez que debateu a abordagem conferida à leitura da literatura em situações reais de alfabetização e letramento em sala de aula.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICH, F. **Literatura Infantil: Gostosuras e bobices**. 5. ed. São Paulo: São Paulo: Scipione, 2008.
- BORDINI, M. da G.; AGUIAR, V. T. de. **Literatura - a formação do leitor: alternativas metodológicas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- COELHO, B. **Contar histórias uma arte sem idade**. São Paulo. Ática. 1997.
- COELHO, N. N. **Literatura infantil: teoria, análise, didática**. São Paulo: Moderna, 2000.
- COSTA, M. M. da. **Literatura Infantil**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2008.
- CUNHA, M. A. A. **Literatura infantil: teoria e prática**. São Paulo: Ática, 1983.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 12. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

GÓES, L. P. **Introdução à Literatura para crianças e jovens**. São Paulo: Paulinas, 2010.

LAJOLO, M; ZILBERMAN, R. **Literatura infantil: história e histórias**. São Paulo: Ática, 1994.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SCHARF, R. F. **A escola e a leitura: Prática Pedagógica da Leitura e Produção Textual**. Tubarão. 2000. Disponível em: <http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/06_12_2011_11.30.14.70026e3210fab816595ac3b52a394f2f.pdf> Acesso em: 15 mar. 2017.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMÕES, L. B. T. Literatura Infantil: Entre a Infância, a Pedagogia e a Arte. **Cadernos de Letras da UFF**. Rio de Janeiro, n. 46, p. 219-242, 2013.

ZILBERMAN, R. **A literatura infantil na escola**. 11. ed. São Paulo: Global, 2003.



Centro Universitário Univel

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

AS DIFICULDADES NA APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA APRESENTADAS POR CRIANÇAS DO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Juliana Henz da Silva¹
Sueli Gedoz²

RESUMO: O presente trabalho apresenta apontamentos sobre as dificuldades na aprendizagem da leitura e da escrita apresentadas por crianças do 3º ano do ensino fundamental, tendo em vista que o ato de saber ler e escrever exerce um papel muito significativo na nossa sociedade. No passado, a falta de conhecimento sobre as dificuldades de aprendizagem fazia com que crianças fossem encaminhadas a médicos, tendo um diagnóstico incompleto, eram aprovadas na escola e continuavam com suas restrições, sem ajuda para suprir as dificuldades. Com o passar do tempo, a escola e os professores passaram a tomar outros posicionamentos em relação às dificuldades de aprendizagem das crianças. Atualmente, os professores, juntamente com a equipe pedagógica da escola, devem sempre estar a par de métodos e estratégias para ajudar o aluno com dificuldades, amparados em conhecimentos nessa área, para que o aluno venha a vencer os desafios que a aprendizagem lhe impõe. Identificada a dificuldade que a criança tem, o professor deve analisar a trajetória escolar do aluno, seus avanços de aprendizagem, permitindo-lhe que demonstre o que sabe e assim ir ampliando seu conhecimento. Quando se trata de dificuldades nas práticas de leitura e escrita, o caminho inicia-se, primeiramente, em desvendar quais são essas dificuldades e quais as suas causas. Considerando esse contexto, a pesquisa delimita-se, então, às dificuldades de leitura e escrita reveladas por alunos no processo de alfabetização, compreendido do 3º ano do ensino fundamental e como estas dificuldades podem ser superadas com apoio de pais e professores. Temos por objetivo verificar quais são as dificuldades na aprendizagem relacionadas à leitura e escrita, observando como os professores trabalham com essas dificuldades e como pais podem ajudar a resolvê-los. Para a realização de todo o percurso investigativo nos pautamos em alguns referenciais que discutem o tema proposto, respaldando-nos, especialmente, nos estudos de Algeri (2015), Lopes (2012), Petrolino (2007), Cagliari (1997), Pain (1985) dentre outros que estudam o tema. Esta pesquisa é de caráter bibliográfico e de campo

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Centro Universitário de Cascavel.

² ORIENTADOR: Professora Doutora Sueli Gedoz do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Centro Universitário de Cascavel.

caracterizando-se como pesquisa qualitativa e explicativa. Para a coleta de dados utilizamos questionários, entrevista e observação participante em turmas do 3º ano do ensino fundamental. Os resultados obtidos nos mostram que as dificuldades de leitura e escrita nas turmas do 3º ano do ensino fundamental ocorrem pela falta de incentivo aos alunos a praticarem a leitura e a escrita com mais frequência. As dificuldades das crianças também estão ligadas a fatores que envolvem suas famílias, problemas emocionais que podem interferir no processo de escolarização dos alunos. Então, é sempre necessário o elo entre família e a escola, pois assim é possível à escola tomar conhecimento sobre o que está acontecendo com o aluno, para que possa trabalhar de uma maneira diferenciada, sem deixar que os problemas corriqueiros lhe tragam consequências mais graves. O comprometimento dos professores com seus alunos é fundamental para que ocorra o sucesso aguardado por parte das crianças; os professores devem sempre estar buscando envolver seus alunos no mundo da leitura e nas práticas de escrita. Também é importante que o docente participe de formações continuadas, para que possa conhecer novas informações e orientações para a área. A contribuição da família no processo de alfabetização também é necessária e parte integrante da aprendizagem. Os resultados obtidos na entrevista realizada com pais de alunos, mostra que quando a família subsidia a criança com dificuldades e age em parceria com a escola, os resultados para a superação dos problemas é mais evidente. Por tratar de um tema que abrange a alfabetização e o trabalho com a leitura e a escrita em sala de aula, esta pesquisa faz parte do Projeto “Práticas de alfabetização e letramento em sala de aula: em foco o trabalho com a leitura e a escrita nos anos iniciais do ensino fundamental”, desenvolvido no âmbito do Curso de Pedagogia da Univel.

REFERÊNCIAS

- ALGERI, M. S. Dificuldades de Aprendizagem na Escrita: um olhar psicopedagógico. **Revista de Educação do Ideau – REI**, Caxias do Sul-RS, v.9, n. 20, p.4- 13, jul./ dez., 2014.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841.
- CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e Linguística**. 10. ed. São Paulo: Scipione, 1997.
- CHABANNE, J. **Dificuldades de aprendizagem: Um enfoque inovador do ensino escolar**. São Paulo: Ática, 2006.
- CHARMEUX, E. **Aprender a ler: vencendo o fracasso**. São Paulo: Cortez, 1994.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- GARCIA, J. N. **Manual de Dificuldades de Aprendizagem: Linguagem, leitura, escrita e matemática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

JOSÉ, E. da A.; COELHO, M. T. **Problemas de Aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2001.

LOPES, R. da C. **A importância da participação dos pais na vida escolar dos filhos**. Trabalho de Conclusão de Curso. Pós-graduação *Lato Sensu* em Coordenação Pedagógica pela Escola de Gestores - Universidade Federal do Tocantins, 2012. Disponível em: <[http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/uft/.../TCC_RosineteUsers/Admin/Downloads/TCC_Rosinete_1111_1_d_1_1_%20\(1\).pdf](http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/uft/.../TCC_RosineteUsers/Admin/Downloads/TCC_Rosinete_1111_1_d_1_1_%20(1).pdf)> . Acesso em: 20 mar. 2017.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v.1, n.3, p1-5, 2 sem/1996.

PAÍN, S. **Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

PETROLINO, A. P. da S. **Dificuldades de Aprendizagem na leitura e na Escrita**. Monografia (Especialização) – Universidade de Brasília. Centro de Ensino a Distância, 2007. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ceme/uploads/1382039595Monografia_Ana_Paula_da_Silva_Petrolino.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2017.

SMITH, C.; STRICK, L. **Dificuldade de aprendizagem de A a Z: um guia completo para pais e educadores**. Porto Alegre: Artmed, 2001

**Centro Universitário Univel**

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – cpe@univel.br**FORMAÇÃO DO PEDAGOGO PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL**Renata Bach Wunderwald¹Sandra Mara Martins²

Resumo: A proposta deste artigo é analisar a Formação do Pedagogo, que está intimamente relacionada ao reconhecimento da necessidade de promoção de uma educação acessível a todos, e que respeite as particularidades humanas. Desse modo, ela não deve ser estática, ocorrendo apenas como base para o exercício de uma profissão, mas deve acompanhar este Pedagogo, durante toda a sua prática, exposta a natureza particular do objeto e objetivo do seu trabalho. O Estudo em questão visou analisar a formação do pedagogo para a Educação Especial, identificando como o desenvolvimento acadêmico contribui para a preparação do docente, verificou como é realizado este preparo acadêmico e se a ausência do Estágio Supervisionado nesta modalidade pode interferir na realidade profissional. Analisando este problema, a pesquisa partiu da dificuldade apresentada através da realidade enfrentada na formação do pedagogo, sendo afetada com a ausência da prática pedagógica, tendo em vista que muitos profissionais acabam sendo contratados em forma de estágio ou mesmo após formados, são encaminhados a atender crianças com necessidades educacionais especiais sem um conhecimento mais específico e prático. Estabelecendo à relação teórica- prática com sua vida profissional e compreendendo que a sua realização pode trazer na sua vida profissional. Buscou-se verificar em que a práxis é utilizada na formação inicial e se o Estágio Supervisionado nesta modalidade de ensino pode fazer a diferença nessa preparação. Sendo relevante para uma sociedade que reconhece e valoriza a diversidade e pressupõe a ideia de inclusão em todos os seus segmentos, pois, existe a necessidade da promoção de práticas pedagógicas que contemplem a individualidade dos estudantes e sua maneira peculiar de lidar com o processo de aprendizagem. Estudaram-se bibliografias que possibilitassem acesso a esse conhecimento, como base as Diretrizes Nacionais Para Educação Especial Na Educação Básica (2001), Tardif, 2002, Brzezinski (1996), Lei Das Diretrizes Bases (LDB), Lei 9.394/96. O método de abordagem utilizado na presente pesquisa foi à qualitativa, que tem por definição segundo MORESI (2003) que “Esse tipo de pesquisa também é usado para

¹ Acadêmica do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, Centro Universitário de Cascavel.

² Mestre em Educação. Professor do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, Centro Universitário de Cascavel.

identificar a extensão total de respostas ou opiniões que existem em um mercado ou população, ajuda a identificar questões e entender porque elas são importantes”. Juntamente com a pesquisa quantitativa é demonstrar em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Amparando-se em pesquisa explicativas e descritivas, utilizando a coleta de dados por meio de questionários na pesquisa de campo. Respalda-se por pesquisa bibliográfica, realizada em aporte teórico já publicado, que de acordo com Gil (2009), é desenvolvida com base em material já elaborado. Todo o projeto foi elaborado embasado em pesquisa bibliográfica, constituído principalmente por livros e artigos científicos. Verificado com os resultados em que os docentes relatam a importância do Estágio Supervisionado na sua formação, destacam que a utilização da práxis faz diferença para vida profissional. Considerando a formação acadêmica como princípio básico para a formação do pedagogo para a sua vida profissional. Compreende-se a partir do exposto que a prática pedagógica é de extrema importância para uma melhor abordagem em sua formação docente, bem como interpreta-la de forma contextualizada partindo da sua realidade e seus conhecimentos prévios.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CNE. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: CNE/CEB, 2001.

_____. CNE. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia** Parecer CNE/CP 5, 13.12.2005. Brasília, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pccp05_05.pdf > Acesso em: 28 abr. 2017.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRZEZINSKI, I. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**. 6. ed. Campinas: Papirus, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MORESI, E.(Organizador), **Metodologia de Pesquisa**, Universidade Católica de Brasília, Belém – Pará, 2003.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Coleção Paraná Inclusivo: Conhecendo a pessoa com deficiência**. V. 1, Curitiba: 2016. Disponível em: http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/divulgacao/PRInclusivo_Vo11_ok.pdf > Acesso em: 06 maio 2017

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.



Centro Universitário Univel

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

O PAPEL DO PROFESSOR DO REFORÇO ESCOLAR NA DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA COM OS ALUNOS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE CASCAVEL.

Fernanda Martins¹
Patricia Grasel da Silva²

RESUMO: O presente trabalho propõe refletir sobre o papel do professor no reforço escolar dos anos iniciais do ensino fundamental. Tem como problema de estudo analisar quais são as dificuldades encontradas pelos professores da disciplina de Língua Portuguesa na sala de reforço escolar. Analisar a concepção dos professores referente à proposta pedagógica desenvolvido no apoio aos alunos, com dificuldade de aprendizagens. Além de identificar as limitações e satisfações apontadas pelos docentes. O presente trabalho surgiu de inquietações da pesquisadora após ter contato, enquanto docente, com alunos de uma rede privada de ensino, no município de Cascavel/PR. A experiência docente da pesquisadora foi na modalidade do reforço escolar. O que subsidia o interesse da pesquisadora em entender como ocorrem essas aulas de ensino na rede pública de ensino básico, do Município de Cascavel. O Reforço apresentado no contexto escolar geram muitas dúvidas na prática, portanto, esse trabalho busca esclarecer alguns pontos relacionados ao assunto em questão. Objetivo é compreender o papel do professor, e como são planejadas as aulas do reforço escolar, além de uma análise dos encaminhamentos didático-pedagógicos utilizados pelos professores. Os referenciais que embasam esta discussão no que tange argumentação teórica são Anastasiou (1998), que trata da definição de aprendizagem, o Currículo da Rede Municipal de Cascavel (2008), que apresenta os conteúdos necessários para cada nível de ensino da educação básica, a legislação, no que tange a LDB (1996), ECA (1990), além do autor Cortella (2014), que aborda as questões da relação família e escola, entre outros. Para tal, a metodologia abordada foi uma pesquisa bibliográfica utilizando artigos, livros, documentos oficiais que esclareceram sobre o reforço escolar, junto

¹ Acadêmica do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² Professora.Mestre.Patricia Grasel Professora do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

com uma pesquisa qualitativa e explicativa. A pesquisa de campo com estudo de caso, com intenção de compreender o reforço escolar no município de Cascavel, sendo realizadas duas entrevistas estruturadas com professores atuantes no reforço escolar para anos iniciais do ensino fundamental. Buscamos demonstrar dentro do trabalho realizado, a importância do reforço escolar para o ambiente regular em sala para com os alunos que não atingiu as expectativas de aprendizagem, e as possibilidades que esse documento possa apresentar para os professores incluírem o reforço escolar em suas práticas. A pesquisa foi desenvolvida com duas professoras de duas escolas públicas da rede municipal de Cascavel. As escolas foram escolhidas pela pesquisadora pelo oferecimento e acompanhamento do reforço escolar aos seus alunos. Durante a coleta de dados, que foi através de entrevista, foi possível ouvir a professora do reforço escolar sobre sua atuação na sala a importância do reforço escolar em um ambiente diferente daquele tido dentro da sala regular, quais são as diferenças entre as aulas desta em comparação com as aulas do reforço, e, finalmente, relatos de relações e atitudes existentes dentro da sala. Houve também, a identificação não apenas de pontos positivos, mas também negativos das aulas de reforço escolar em relação à falta dos alunos e o apoio dos pais. Entre os pontos limitadores destaca-se a estrutura de uma das salas, e quanto às questões satisfatórias identificou-se o desempenho dos professores com os alunos, e o ensino e aprendizagem que os educandos conseguem adquirir na frequência das aulas. Dessa forma, o trabalho considera que o reforço escolar é fundamental, mas para seu desenvolvimento adequado é fundamental a escola adotar uma política que incentive a relação família e escola, a fim de garantir a participação dos responsáveis nos processos de aprendizagens de seus filhos.

REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, L. da G. C. **Metodologia do Ensino Superior: da prática docente a uma possível teoria pedagógica**. IBPEX, Curitiba, 1998.

CASCAVEL, **Currículo Para Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel**. Cascavel: Progressiva, 2008.

Estatuto da Criança e do **adolescente**. Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 05 abril 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf> Acesso em: 05 abril 2017.

CORTELLA, M. S. **Educação, escola e docência: novos tempos, novas atitudes**. São Paulo: Cortez, 2014, 126p.



Centro Universitário Univel

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

OS RESPONSÁVEIS E A SUA INFLUÊNCIA NO DESEMPENHO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM DÉFICIT INTELECTUAL

Suzana de Oliveira de Lima Massola¹
Rodrigo Cezar Mendes²

RESUMO: O presente trabalho visa tratar sobre a participação dos responsáveis no desempenho escolar de pessoas com déficit intelectual, da Escola de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial Jean Marc Itard da cidade de Ibema – Paraná, pois, nos últimos anos aumentou no Brasil o número de estudantes com Deficiência Intelectual, matriculados na escola regular, havendo ao mesmo tempo uma redução do número de matrículas em escolas especializadas ou classes especiais. A deficiência intelectual é uma deficiência que apresenta déficits cognitivos concomitantes ao funcionamento adaptativo, em pelo menos duas das seguintes áreas: comunicação, cuidados pessoais, vida doméstica, habilidades sociais/interpessoais, uso de recursos comunitários, independência, habilidades acadêmicas, trabalho, lazer, saúde e segurança. As causas da deficiência intelectual são desconhecidas de 30 a 50% dos casos, nas quais podem ser genéticas, congênitas ou adquiridas. Dentre elas mais conhecidas são a Síndrome de Down, a Intoxicação por chumbo, a Síndrome de Rett, a Síndrome do X-frágil, a Síndrome alcoólica fetal, as más formações cerebrais, as Síndromes neurocutâneas e a Desnutrição proteico-calórica. Portanto a escola, depois da família, é o espaço fundamental para o processo de socialização da criança, devendo incluir as crianças e os jovens que possuem algum tipo de necessidades educativas especiais. A pesquisa objetiva verificar e analisar como os pais atuam na formação educacional do estudante com déficit intelectual e as dificuldades que os professores encontram ao trabalhar com os estudantes em sala de aula, questionando-se sobre a importância desta interação entre família e escola para o desenvolvimento progressivo do estudante com déficit intelectual e se há preparação adequada de professores para atuar em sala de aula com os mesmos. O tema se justifica, pois diante do contexto de dúvidas, incertezas e inseguranças, a família e a escola perceberam a necessidade de uma parceria para desenvolver um relacionamento positivo com os estudantes que apresentam déficit intelectual, levando-as a adotarem uma postura diferenciada na formação dos mesmos, mostrando a melhor maneira de encontrar o

¹ Acadêmico do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² ORIENTADOR: Rodrigo Cezar Mendes Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Especialista em Educação Especial. Professor Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel

caminho para uma vida familiar e escolar, permeada pelo respeito mútuo. Este estudo tem fundamental importância no meio acadêmico, principalmente aos acadêmicos dos cursos de licenciatura em Artes e Pedagogia, pois pode auxiliá-los a conhecer melhor a área da Educação Especial, para ser tratada com muita importância, sempre buscando alternativas de ensino diferenciadas para trabalhar com os estudantes que precisam de atendimento especializado, com este estudo será possível identificar o verdadeiro papel da família na formação do filho e quais os encaminhamentos pedagógicos utilizados pelos professores, esta pesquisa pode contribuir também para o futuro profissional da pesquisadora, que pretende cursar Pós - graduação em Educação Especial, buscando especializar-se nesta área, sendo também um acervo bibliográfico para a Faculdade Univel. Os resultados obtidos por meio de questionários e entrevistas realizadas com os membros da instituição e com os pais dos alunos que possuem algum tipo de deficiência, onde se pode perceber que tanto a escola quanto os pais, buscam o melhor para os indivíduos, através de metodologias de ensino diferenciadas e recursos que possam ajudar na aprendizagem destes estudantes, os pais sempre buscam ter paciência para lidar com a teimosia dos seus filhos, participam frequentemente de reuniões e atividades na escola, pois precisam estar interados nos conteúdos e atividades repassadas aos seus filhos, auxiliando sempre que necessário. Os resultados obtidos nas entrevistas semi-estruturadas foram de suma importância, onde pode se perceber os diversos desafios encontrados tanto por parte dos professores, como também por parte dos pais. A família é mediadora e ativadora no processo de ensino-aprendizagem de maneira que o primeiro espaço social da pessoa é a sua família, no ambiente onde vive a criança constrói valores e referências sejam elas boas ou ruins, sendo assim, os pais precisam estar conscientes e mobilizados a apoiar e estar em conjunto com a escola para o aprendizado e o desenvolvimento do estudante.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: SEESP, 2010.

BRASIL. **Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Fundamentação filosófica**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2014.

BUSCAGLIA, L. **Os deficientes e seus pais**. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

_____. **Os Deficientes e seus pais**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002. ISBN 85-01-03799-0.

CARVALHO, R. E. **Fundamentos teórico-metodológicos para a atuação junto ao aluno com dificuldades de aprendizagem ou limitações intelectuais**. Sergipe: CINTEP-PB, 1997.

_____. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. 4ª ed. Porto Alegre, ed. Mediação, 2006.

CABRAL, N. A. **Pessoa com Deficiência, as Instituições e o Acesso e Permanência no Mundo do Trabalho**. Cascavel – Paraná: Monografia, 2002.

CAVALHEIRO, C. F. **Escola é Família**. Belo Horizonte: Cedic, 2010.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. ISBN 85-286-01518-5.

HONORA, M. & FRIZANCO, M. L. E. **Esclarecendo as deficiências: Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva**. Ciranda Cultural, 2008.

KAIL, R. V. **A Criança**. São Paulo: Prentice Hall, 2004. ISBN 85-87918-49-4.

KNECHTEL, M. do R. **Metodologia da Pesquisa em Educação: uma abordagem teórica – prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

MEC. Ministério da Educação e do Desporto – Secretaria de Educação Especial. SEESP. **Projeto Nordeste (org)**. Eunice Natalia Soares Carvalho. Brasília, 1997.

MANACORDA, M. A. **História da Educação – da Antiguidade aos Nossos Dias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989. ISBN 85-249-0163-2.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**. História e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 1996. ISBN 85-249-0603-0.

MANTOAN, M. T. E. **A Integração de Pessoa com Deficiência: Contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Mennon, 1997.

PADILHA, A. M. L. **Práticas Pedagógicas na Educação Especial - A Capacidade de Significar o Mundo e a Inserção Cultural do Deficiente Mental**. 3. Ed. Campinas / SP: Editora Autores Associados LTDA, 2007.

ROPOLI, E. A. [et.al.]. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar - a escola comum Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza; Universidade Federal do Ceará, 2010.

SILVA, N. L. P.; DESSEN, M. A. **Deficiência Mental e Família: Implicações para o Desenvolvimento da Criança**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 17, n. 2, p. 133-141, 2001.

SIMÃO, A. & SIMÃO, F. **Inclusão: Educação Especial – educação essencial**. São Paulo: Livro pronto, 2004.

VASCONCELOS, M. M. **Retardo mental**. Jornal de pediatria, Porto Alegre, v.80, n.2, p. S71-S82. Abr. 2004.

XAVIER, M. A. V. **E a família da Pessoa Portadora de Deficiência Mental, Como Está?** Mensagem APAE, O Globo e o Local. Abril / junho, 1994.



Centro Universitário Univel

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

UMA ANÁLISE SOBRE A DOCÊNCIA NA EJA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR.

Jacqueline Luza de Mello¹

Patrícia Grasel da Silva²

RESUMO: O presente artigo está relacionado com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), trata de uma modalidade da educação básica amparada por leis (LDBEN Nº 9.394/96, Constituição Federal de 1988 e Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho). O tema investigado ampara-se sobre a prática do professor na EJA, mais especificamente em uma Escola, no município de Capitão Leônidas Marques/PR. A discussão estabelecida é de suma relevância, por tratar da condição de jovens e adultos que encontram na EJA a oportunidade de finalizar a educação básica. Devido à característica do aluno adulto a prática pedagógica do professor é de fundamental para contribuir com interesse e envolvimento no processo de construção do conhecimento. A partir da relevância do tema, esse artigo teve como problemática investigar: quais são as práticas pedagógicas dos professores nos processos de ensino e aprendizagem de alunos da EJA? Assim, o presente artigo teve como objetivo analisar a prática pedagógica do professor desta modalidade, verificar as metodologias exploradas pelos professores na educação de jovens e adultos, identificar as dificuldades enfrentadas pelo professor em seu planejamento pedagógico e verificar as ações do professor para relacionar a realidade do aluno com o conteúdo. A base teórica explorou os autores como, Bellan (2005), Basegio; Borges (2013), Brasil (2000), Sousa (2011), Freire (1987), entre outros. O artigo ampara-se em uma pesquisa qualitativa e explicativa, no que se refere aos procedimentos técnicos foram utilizados a pesquisa de campo, dentro da abordagem de estudo de caso. Como Instrumentos para coleta de dados foram utilizados entrevistas com alunos do 1º e 2º ano do ensino fundamental da EJA e questionários que foram entregues e respondidos por professores desta mesma modalidade de ensino. Os resultados demonstram que os questionários entregues aos professores tiveram respostas semelhantes. As respostas foram de acordo com o esperado para pesquisa. Foi possível perceber que as professoras sabem da importância da educação de jovens e adultos e reconhecem o objetivo da modalidade. Através das entrevistas percebeu-se que as professoras exploram metodologias

¹ Acadêmico do Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² ORIENTADOR: Professor Especialista/Mestre/Doutor Nome do Professor do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

diferenciadas em práticas, as quais trabalham teoria e prática. As respostas dos alunos revelam que todos voltaram ao ensino da EJA, a partir de sonhos e desejos pessoais, neste espaço criam novos laços de amizade com os colegas, como também com os professores, trocando experiências de vida. Deste modo, a pesquisa é relevante para a teoria da área, pois salientam o que alguns autores, como Freire (1996), Bellan (2005), Souza (2011) falam referente a educação, onde esta deve estar pautada em uma educação de qualidade, com autonomia. Para condição de futura pedagoga, esta pesquisa vem auxiliar de forma significativa, dando direcionamento de como trabalhar com futuros alunos, mantendo sempre a ética no trabalho, humildade, entende-se cada aluno em sua especificidade e dificuldade, e tendo sempre um bom planejamento com objetivos a serem alcançados. Para condição de futuro pesquisador, esse trabalho contribui de forma significativa, abrindo novos campos de aprofundamento nesta modalidade da educação. É por isso, que esta pesquisa se torna de suma importância, pois vem analisar como esta a prática do professor na modalidade da EJA, e se este respeita as experiências e vivências do aluno. Assim a pesquisa, constatou que as professoras da educação de jovens e adultos especificamente em uma Escola Municipal, no município de Capitão Leônidas Marques/PR, estão de fato trabalhando conteúdos que levam em consideração o que o aluno já sabe, aplicando atividades relacionadas com o cotidiano do aluno, onde este consegue identificá-los no dia a dia. Mesmo com fragilidade na estrutura os professores buscam diferenciais para trabalhar em aula, atividades diferenciadas e atrativas para seu aluno, deixando de lado uma educação tradicional e dando espaço para uma educação mais dinâmica.

REFERÊNCIAS

BASEGIO, J. L.; BORGES, C. M. **Educação de jovens e adultos: Reflexões sobre novas praticas pedagógicas**.1ed.Intersaberes,2013.

BELLAN, S. Z. **Andragologia em ação: Como ensinar adultos sem se tornar maçante**. Santa Barbara d oeste: Socep ,2005.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei 9.394/96**. Rio de Janeiro: Esplanada, 1996.

_____.**Constituição da República Federativa do Brasil**.Presidência da Republica Casa Civil.Brasília,1988.

Disponívelem:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >Acesso em :02 maio.2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARCIA, J. de V; MACHADO, T. O papel do docente na educação de jovens e adultos. **Díálogos pertinentes**, revista científica de letras,v.9,2013. Disponível em :<<file:///C:/Users/DOCS/Downloads/765-2396-1-PB.pdf>>Acesso em :05 abr . 2017.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PAULA, R. C. de; OLIVEIRA, C. M. de. **Educação de jovens e adultos** : a educação ao longo da vida. 1.ed. Curitiba: Intersaberes, 2012.

Parecer nº 11/2000 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Conselho Nacional de Educação (CNE) / Câmara de Educação Básica (CEB). Brasília, 2000a. Disponível em: <http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/imagens/documentos/parecer_CNE_CEB_11_2000.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2017.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, C. F. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale Brasil, 2013.

_____. **Resolução nº 01/2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** Conselho Nacional de Educação (CNE)/ Câmara de Educação Básica (CEB). Brasília, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/pdf/.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

_____. Senado Federal Secretaria Especial de editoração e publicações
subsecretaria de edições técnicas. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: 2005. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf?sequence=3>> Acesso em : 16 abr. 2017.

SOUZA, M. A. de. **Educação de Jovens e adultos**. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2011.



Centro Universitário Univel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

A ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO HOSPITALAR

Débora Maria dos Santos Bianco¹
Sueli Gedoz²

RESUMO: A importância de estudar, para a criança que está hospitalizada, significa um desejo de viver, já que em estado de internamento ela não tem essa possibilidade de frequentar a escola e o professor trabalhando dentro do hospital, alfabetizando, é um motivo a mais para que ela aprenda, com atividades pedagógicas e pelo convívio com seus novos colegas. Dessa forma, a oportunidade de aprender no hospital faz com que a criança seja motivada a aprender, criar e recriar. O hospital promove a vida, e a vida exige movimento, a vida é dinâmica, é um aprendizado constante. Considerando esse contexto, o tema do presente artigo analisa o processo de alfabetização das crianças que estão em situação de internamento, ou tratamento de saúde, inseridas na modalidade de ensino chamada Pedagogia Hospitalar. A pesquisa focaliza aspectos específicos da educação que acontece no hospital, como as dificuldades de aprendizado durante o internamento e o encaminhamento do processo de alfabetização. Também dedica atenção ao Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar – SAREH - programa criado pelo Governo do Estado do Paraná, com a função de atender essas crianças que conta com professores e pedagogos. O problema de pesquisa está voltado para as crianças que estão passando pela alfabetização em um local hospitalizado, questionando como ocorre esse processo e mostrando um pouco da realidade da criança hospitalizada. Objetiva-se com esse trabalho analisar como ocorre o processo de alfabetização com crianças em situação de internamento hospitalar e, além disso, identificar os caminhos e as estratégias metodológicas utilizadas no processo de alfabetização na educação hospitalar, analisar os conteúdos que o professor de alfabetização trabalha com os alunos em situação de internamento. Diante dessa situação e considerando que nos momentos dos estágios obrigatórios da faculdade, não houve contato com a Pedagogia Hospitalar, desenvolveu-se grande interesse nessa área, afinal, é necessário conhecer todas as áreas em que o pedagogo atua. A Pedagogia Hospitalar foi a que chamou mais atenção, com o intuito de entender como as crianças vivem dentro dos hospitais e como elas estudam. Também motivou essa pesquisa o fato de que na Univel – Centro Universitário, não existem trabalhos de conclusão de curso de graduação relacionado à alfabetização das crianças que estão em

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² ORIENTADORA: Professora Doutora Sueli Gedoz, do Curso de Pedagogia da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

situações de internamento. Como amparo teórico o estudo utilizou obras como Souza e Santos (2009), Brasil (1988), Mattos e Muggiati (2001) e Sant'Anna (2017). A metodologia pautou-se numa pesquisa bibliográfica e de campo, esta realizada por meio de um estudo de caso, com entrevista semiestruturadas. A abordagem é de caráter qualitativo e explicativo, pois pretende possibilitar a aproximação aos fenômenos e problemas pesquisados e identificar os fatores que contribuem para tais acontecimentos. Os resultados indicam que o trabalho desenvolvido no ambiente hospitalar, especialmente no que se refere à alfabetização, é necessário e fundamental para a criança hospitalizada. O contato com a escolarização no período de tratamento possibilita à criança a aprendizagem e o prazer de aprender, superando os desafios que a doença lhe impõe. A pesquisa, ambientada em um hospital que atende à escolarização de crianças em situação de internamento, também revelou que são necessárias estratégias metodológicas voltadas ao lúdico e a materiais concretos para promover a aprendizagem na alfabetização. Diante de dos resultados obtidos, espera-se que a pesquisa possa contribuir com a área da Pedagogia Hospitalar e desperte interesse por essa abordagem, fazendo surgir questionamentos, curiosidades e assuntos novos, relacionados a esse tema, a serem debatidos em futuros estudos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

MATOS, E. L. M.; MUGGIATI, M. M. T. F. **Pedagogia hospitalar**. Curitiba: Champagnat, 2001.

SANT'ANNA, A. et al. **Pedagogia Hospitalar: Uma modalidade de ensino em diferentes olhares**. Disponível em: <http://serra.multivix.edu.br/wp-content/uploads/2013/04/pedagogia_hospitalar_uma_modalidade_de_ensino_em_diferentes_olhares.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2017.

SOUZA, M. R. de; SANTOS, C. B. dos. Ambiente hospitalar e o escolar. In: MATOS, L. M. (Org.). **Escolarização Hospitalar: educação e saúde de mãos dadas para humanizar**. Petrópolis: Vozes, 2009. p.109 – 117.



Centro Universitário Univel

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS

Gisele Elvira Boscato Monteiro¹
Marcia Aparecida Baldini²

RESUMO: O tema deste trabalho refere-se às contribuições da Educação Física Escolar para a prevenção da violência no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, o qual elencou a problemática sobre como as aulas de Educação Física Escolar contribuem para a prevenção do comportamento agressivo do aluno. Justifica-se a pesquisa pela relevante necessidade de se investigar como poderemos trazer soluções efetivas contra o comportamento agressivo do aluno, que é considerado um dos maiores fatores de insegurança do ensino nas escolas. A violência no contexto escolar é considerada preocupação em nível mundial, em que toda a comunidade escolar tem se mobilizado na busca da prevenção. Destacamos as aulas de Educação Física Escolar como área privilegiada para tal mediação e conscientização. O trabalho tem como objetivo analisar as contribuições das aulas de Educação Física Escolar para a prevenção do comportamento agressivo do aluno no contexto escolar do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, das escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Cascavel – PR. Para fundamentação da pesquisa contamos com os estudos de Cubas (2006), Ghiraldelli (1991), Lyra (2010), Ristum (2010), dentre outros. Para a concretização do presente trabalho contou-se com pesquisas bibliográficas e pesquisa de campo através de questionário aplicado a professores que atuam com a Educação Física Escolar. Por meio desse instrumento foi constatado que existem professores que se preocupam em planejar suas aulas, de forma que contemple ações de cooperação, afetividade e respeito pelo outro, dentro de uma perspectiva de jogos e brincadeiras, com conversas e mediações, tanto nos momentos da ocorrência de comportamentos agressivos, quanto em contextualizações a respeito do contexto social vivido. No entanto, também se identificou professores que não realizam esses procedimentos, que focam apenas no

¹ Acadêmica do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² Mestre em Educação. Professora do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

desenvolvimento motor dos educando, em que nos momentos dos conflitos afastam os alunos das atividades, sem promover mediação a respeito de seu comportamento. Constatou-se que a maioria das escolas pesquisadas trata a respeito do comportamento agressivo, em suas reuniões pedagógicas, mas somente uma escola apresentou em sua metodologia práticas educativas para socialização dos educandos. Considerando que os professores de Educação Física dessa escola passaram por formação continuada cujo tema foi à violência no contexto escolar, constatando-se o porquê do diferencial das aulas de Educação Física, o qual fica evidente a necessidade de se aplicar a todas as escolas estudos referentes ao comportamento agressivo, que favoreça novas metodologias a respeito da conscientização para a prevenção desse tipo de comportamento. Esse trabalho foi de fundamental importância, pois, por meio dos resultados verificados almejamos contribuir com outras pesquisas já realizadas e possibilitar o desenvolvimento de novas estratégias de prevenção. Também foi possível realizar uma análise crítica sobre a atuação do professor de Educação Física Escolar, destacando pontos positivos e negativos, servindo de reformulação de sua prática pedagógica, que devem resultar em um ambiente saudável para a socialização de conhecimentos, atingindo os parâmetros de uma Educação de qualidade. A Educação Física Escolar deve ser permeada por um contexto favorável à socialização entre os sujeitos para que estes possam protagonizar uma sociedade efetivamente mais justa e tolerante, em que divergências possam ser resolvidas por meio do diálogo e compreensão, prevalecendo o respeito às especificidades e a diversidade cultural ao qual se compõe a nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

CUBAS, V. de O. Violência nas escolas: como defini-las?. In: RUOTTI, Caren; ALVES, Renato. **Violência na escola: um guia para pais e professores**. São Paulo: Andhep, 2006.

GHIRALDELLI, P. J. **Educação Física Progressista**. v.10, 3. ed. São Paulo: Loyola, 1991.

LYRA, G. F. D.; CONSTANTINO, P.; FERREIRA, A. L. Quando a Violência Familiar Chega até a Escola. In: ASSIS, Simone Gonçalves de; _____; AVANCI, Joviana Quintes. (Org.). **Impactos da Violência na escola: um diálogo com professores**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

RISTUM, M. Bullying Escolar. In: ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia; AVANCI, Joviana Quintes. (Org.). **Impactos da Violência na escola: um diálogo com professores**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.



Centro Universitário Univel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

AS CONTRIBUIÇÕES DAS BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Cleonice Debiazi¹
Márcia Aparecida Baldini²

RESUMO: Este artigo teve como objetivo analisar as contribuições das brincadeiras para o desenvolvimento motor e cognitivo da criança, por meio do brincar e da construção do seu próprio brinquedo. O brincar é extremamente relevante para a criança e deve ser conduzido pelo professor de forma planejada, que contemple aspectos da ludicidade. Trata-se de ir além de fornecer os brinquedos para a interação das crianças, mas direcioná-las para um processo de aprendizagem significativa. Sendo assim, a ação do brincar, planejada pelo professor, deve proporcionar o desenvolvimento infantil. Compreende-se que as aulas através do lúdico contribuem para a aprendizagem da criança, uma vez que a atividade lúdica desenvolve nas crianças habilidades, como: a memorização, a atenção, a imaginação, expressão corporal, percepção motora, psicomotricidade, equilíbrio, orientação espacial, afetividade, a interação e o respeito com os colegas entre outras. Diante da breve contextualização sobre a importância do brincar esse trabalho teve seu aporte teórico dialogando com Friedmann (2006), Kishimoto (1993), Maluf (2003) entre outros que discutem o tema da educação infantil. A partir das análises dos questionários foram constatados que durante as brincadeiras na Educação Infantil as crianças apropriam-se do conhecimento, e se identificam com o espaço em que vivem e o docente compreende a importância de se trabalhar com o lúdico e se utiliza dessa ferramenta para estimular e motivar o conhecimento da criança. A presente pesquisa foi realizada em dois Centros Municipais de Educação Infantil do Município de Cascavel – Paraná. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e de campo, possuindo caráter qualitativo devido à preocupação com a realidade, não poderiam ser quantificados. Os instrumentos para coleta de dados foram questionários com professores do Pré I. Buscou-se focar na explicação das interações sociais e no relato descritivo dos professores, que relatavam os fatos e fenômenos de determinada realidade vivenciada por eles. Analisaram-se valores e atitudes no processo das relações sociais e como são utilizadas as brincadeiras contemporâneas e antigas em

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² Mestre em Educação na linha de Políticas Públicas e Práticas Educativas. Professora do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

sala de aula. Os resultados verificados na pesquisa indicam que o docente compreende a importância de se trabalhar com o lúdico e se utiliza dessa ferramenta para estimular e motivar o conhecimento da criança. Sendo assim, a Educação Infantil deveria considerar a inclusão do lúdico em sala de aula, como possibilidade de desenvolvimento para um aprendizado significativo para o aluno. É interessante relatar que as maiorias dos professores estão interessados em manter um aprendizado com o uso de brinquedos, pois nota-se que a criança aprende melhor com o lúdico, desta forma é necessária a mediação do professor nas brincadeiras e uma organização de espaço diferenciado, alcançando assim seus objetivos, que é o aprendizado, de forma prazerosa. Conclui-se que esta pesquisa é de fundamental importância para o meio acadêmico, pois o lúdico na Educação Infantil não é apenas um mero passatempo, mas uma forma de aprendizagem e de desenvolvimento da criança. Contudo, as atividades de forma lúdica ocupam um lugar privilegiado como instrumento de comunicação na prática docente, envolvendo jogos, brincadeiras, brinquedos e faz de conta, para que a criança construa seu pensamento individual, físico, intelectual e emocional, que está em desenvolvimento, pois é brincando que ocorre a troca de experiências e novos conhecimentos, o aluno levará este aprendizado para toda sua vida, transformando-se em um cidadão crítico capaz de estar inserido na sociedade buscando pelos seus objetivos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. **O Jogo e a Educação Infantil: falar e dizer, olhar e ver, escutar e ouvir**, fascículo 15 – Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf> .Acesso em 23 Mar. 2017.

FRIEDMANN, A. **O desenvolvimento da criança através do brincar**. ed. Moderna São Paulo, 2006.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KISHIMOTO, T. M. **Jogos Tradicionais Infantis: o jogo, a criança e a educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

_____. In: **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e Educação**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. In: **Jogos Infantis: o jogo, a criança e a educação**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MALUF; A. C. M. **Atividades Lúdicas para Educação Infantil. Conceitos, orientações e práticas**. ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 2008.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamento De Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2007.

MUNIZ, L. **Naturalmente Criança**: A Educação Infantil de uma Perspectiva Sociocultural. In: Kramer, S. (Org.) *Infância e Educação Infantil*. 11ª ed. São Paulo: Papyrus, 2012. P. 243-268.

VIGOTSKI, L. S. **A formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.



Centro Universitário Univel
Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz
85806-080 – Cascavel – PR
Fone: (45) 3036-3636
<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE PARA SURDOS NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR

Graziela Lourenço Gregório¹
Rodrigo Cezar Mendes²

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo compreender como se desenvolve O Atendimento Educacional Especializado - AEE para Surdos no Município de Cascavel PR. O mesmo vem tornar-se visível o que é o Atendimento Educacional Especializado - AEE e como este está fundamentado dentro da modalidade de Educação Especial. A pesquisa é de cunho descritivo mostrando quais as atribuições deste atendimento para os profissionais e estudantes envolvidos. Para a realização desta pesquisa foi utilizado referenciais teóricos como Alves, (2010), Bertuol, (2010), Cascavel, (2008) e Mazzotta, (2001). Com o intuito de um aprofundamento na pesquisa utilizamos questionários que foram entregues aos docentes e a coordenação do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS onde obteve resposta para o entendimento. Pelo fato de haver uma legislação federal, estadual e municipal, que fala onde aluno com Necessidades Educativas Especiais precisa estar sendo acompanhada pela SRM. Para a grande área abrangente da Pedagogia este estudo traz a reflexão sobre as intervenções do trabalho do pedagogo com especialização na área de Educação Especial em específico à relação deste aprendizado no Atendimento Educacional Especializado, estas voltadas ao planejamento de ensino para este estudante. A escolha deste tema vem a contribuir para o entendimento da sociedade acadêmica de forma a dar vistas ao que se trata este Atendimento Educacional Especializado e que o mesmo é relevante para todos os níveis de ensino organizando melhor a vida acadêmica dos estudantes incluídos neste programa, sendo que o mesmo é ofertado no contra turno, como um complemento do ensino regular. Conclui-se que este atendimento de fato torna-se importante para a vida destes educandos tanto na vida acadêmica como pessoal, onde o plano de ensino é específico para cada estudante, onde se apropriam de recursos pedagógicos e estratégias de ensino, onde o CAS como um local fluente em Libras-Língua Brasileira de Sinais tem função importante na educação destes educandos surdos, com objetivo de propiciar a acessibilidade na educação básica dos mesmos.

¹ Acadêmica do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura do Centro Universitário Univel.

² Professor Especialista em Educação Especial e Psicopedagogia Institucional e Clínica Docente do Curso Superior de Pedagogia, do Centro Universitário Univel.

REFERÊNCIAS

ALVEZ, C. B. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilingue na escolarização de pessoas com surdez.** Brasília:Ministério da Educação Especial: [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará,2010.

BERTUOL, C. de L. **Salas de Recursos e Salas de Recursos Multifuncionais: apoios especializados à inclusão escolar de alunos com deficiência/necessidades educacionais especiais no município de Cascavel-PR, 2010.** Disponível em <http://www.unioeste.br> .Acesso em 20 mar. de 2017.

CASCAVEL (PR). **Secretaria Municipal de Educação.** Currículo para a Rede Pública de Ensino de Cascavel: volumell:Ensino Fundamental – anos iniciais .Cascavel, PR. Progressiva .2008.

Instrução nº16/2011 - SEED/SUED. Disponível em acesso 13 de agosto de 2017.

Resolução nº4/2009 – **CNE/CEB.** Disponível em acesso 13 de agosto de 2017.



Centro Universitário Univel

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

CONTRIBUIÇÕES DA PRÁTICA DA ORALIDADE NA FORMAÇÃO DOS ALUNOS DO 2º E 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM OLHAR PARA A AÇÃO DOCENTE E A PERSPECTIVA DO CURRÍCULO DA AMOP

Thais Jagas de Oliveira¹

Sueli Gedoz²

RESUMO: A presente pesquisa tem como tema a análise da prática da oralidade em turmas do segundo e terceiro ano do Ensino Fundamental das escolas municipais de Ibema – Paraná, observando se essa prática é desenvolvida e incentivada em sala de aula e se está compreendida pelo docente conforme proposto Currículo da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná – AMOP (2014), o qual, desde a sua primeira edição no ano de 2007, subsidia teórica e metodologicamente o município pesquisado. Objetiva verificar como o professor regente de turma e que também ministra as aulas de Língua Portuguesa, desenvolve e incentiva a prática da oralidade em sala de aula. O estudo questiona se o docente identifica a importância desta prática para a formação do aluno, para sua inserção em sociedade, além de reconhecer se os alunos realizam prática de oralidade dentro dos espaços escolares e se há relação entre ação do professor e o referencial curricular. A pesquisa se justifica, pois, mesmo sendo discutida por inúmeros autores que evidenciam a sua importância e a sua contribuição para a formação do aluno, a oralidade ainda se torna relevante a ser pesquisada, levando em consideração que no âmbito do curso de Pedagogia – Licenciatura, da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel – Univel, não há pesquisas nessa área, além de que muitas vezes o professor acaba dando mais destaque a outras práticas, como a leitura e a escrita e deixa para a oralidade um pequeno espaço em suas aulas, sendo que estas práticas estão articuladas entre si. Alguns docentes acreditam que o fato de dar a oportunidade para que o aluno fale, significa desenvolver essa prática, entretanto, essa consideração é falha, pois o professor deve direcionar essa fala por meio dos gêneros orais. Como aporte teórico foi utilizada a pesquisa bibliográfica, com obras de Marcuschi (2007), Schneuwly (2004), Saldanha (2016), autores que são referência no assunto e o currículo que é a referência teórica e metodológica no município analisado, Currículo da AMOP (2014). Trabalhamos com uma pesquisa qualitativa, utilizando, para a

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.

² ORIENTADORA: Professora Doutora Sueli Gedoz, Professora do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário Univel.

coleta de dados, entrevistas semiestruturadas realizadas com os professores regentes das turmas de segundo e terceiro anos do município pesquisado. Tais docentes também ministram a disciplina de Língua Portuguesa. Outro recurso metodológico utilizado foi a observação participante nas mesmas turmas, totalizando 10 horas de aula em cada turma. Os resultados alcançados foram satisfatórios, podemos perceber com a pesquisa que o professor realiza tentativas de trabalho com oralidade, algumas que ainda faltam ser aprofundadas, mas os docentes identificam a importância da oralidade para a formação do aluno, afirmando que essa prática é muito usada pelo aluno fora da escola, nas suas relações sociais, além de buscar outras leituras em outros autores para contribuir para seu trabalho. Entretanto, evidenciamos que o Currículo da Associação Municipal do Oeste do Paraná - AMOP (2014) deve aprofundar suas discussões e pesquisas sobre o tema, para que o professor possa realizar seu trabalho cada vez mais significativo, contribuindo para formar um cidadão ativo, participante e transformador da sociedade em que vive. É necessária, nesse documento, uma discussão mais sólida sobre a prática da oralidade, uma vez que o referencial em questão dedica pouca contribuição teórica e metodológica a essa prática discursiva.

REFERÊNCIAS

AMOP- Associação dos Municípios do Oeste do Paraná. **Currículo Básico para a Escola Municipal**: educação infantil e ensino fundamental (anos Iniciais). Cascavel/PR: Assoeste, 2014.

MARCUSCHI, L. A.; DIONISIO, A. de P. Princípios gerais para o tratamento das relações entre a fala e a escrita. In: (Org.). **Fala e escrita**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MARCUSCHI, L. A. A oralidade no contexto dos usos linguísticos: caracterizando a fala. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio; DIONISIO, Angela de Paiva (Org.). **Fala e escrita**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SALDANHA, L. C. D. **Fala, oralidade e prática social**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discursos: considerações psicológicas e ontogenéticas. In: SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim (Org.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.



Centro Universitário Univel

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

DIVERSIDADE RELIGIOSA E EDUCAÇÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DA DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO NA ESCOLA MUNICIPAL CARLOS GOMES DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

Luziane Ludvichak¹

Thaís Damaris da Rocha Tomazini²

RESUMO: Este artigo discute sobre Educação Escolar e o Ensino Religioso no Ensino Fundamental Anos Iniciais, voltando-se para a maneira como os docentes se apropriam e trabalham esses conteúdos em sala, verificando se existe um diálogo entre a prática pedagógica exercida e o Plano de Trabalho Docente. Como problemática busca perceber a forma como a disciplina de Ensino Religioso trabalha a concepção de sagrado, verificando se ela contempla a diversidade religiosa contemporânea e os documentos norteadores da disciplina, os quais se fazem importantes serem compreendidos durante o trabalho com esta disciplina que busca trabalhar a diversidade cultural e religiosa. Tem como objetivo analisar a maneira que os conteúdos são trabalhados pelos docentes e a forma como ocorrem o estudo e discussão de elementos da diversidade religiosa, analisando se esta prática aponta para o essencial do conhecimento estabelecido pelo currículo sem sobrepor alguma crença ou cultura. Justifica-se este trabalho pelo fato da disciplina de Ensino Religioso desenvolver na formação do docente e dos alunos o respeito às outras culturas e modos de vida presentes em nosso cotidiano. Dessa forma, torna-se imprescindível ensinar o respeito mútuo a diversidade cultural, e as decisões particulares de cada indivíduo para seguir a crença em que se deseja, Além do desejo pessoal em pesquisar a diversidade religiosa, destaca-se como motivação de pesquisa o fato de ser uma discussão pouco explorada no campo acadêmico de Pedagogia da Faculdade Univel, o que possibilitará que mais acadêmicos e demais profissionais tenham acesso a este tema. Buscou-se verificar as lacunas que existem durante o processo de ensino já que é uma disciplina inserida como conteúdo obrigatório há pouco tempo, bem como seus desafios no processo de ensiná-lo pelos docentes da escola Municipal Carlos Gomes, da cidade de Três Barras do Paraná, no Ensino Fundamental Anos Iniciais. Embasa-se em uma pesquisa bibliográfica, com caráter explicativo, utilizando-se também da pesquisa de campo para obter melhores resultados. Como metodologia de coleta de dados foi realizada observações em sala de aula, além de

¹ Acadêmico do Curso de Comunicação Social - Jornalismo da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² ORIENTADOR: Professor Especialista/Mestre/Doutor Nome do Professor do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

entrevistas e análise dos planejamentos dos docentes que trabalham a disciplina, portanto foi escolhida uma turma do 2º ano, uma do 4º ano e uma do 5º ano. O estudo teórico embasou-se no Currículo da AMOP dialogando com a Constituição Federal de 1988 e as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná que trouxeram importantes contribuições legislativas e enriqueceram o aporte teórico da pesquisa. Os resultados obtidos pela pesquisa mostram uma grande lacuna que ainda existe no processo de ensino desta disciplina, visto que alguns docentes não a consideram importante e não a trabalham de uma forma efetiva, utilizam-se do pouco tempo para escreverem textos no quadro ou mesmo solicitar tarefas em grupos sem diálogo com a proposta de estudo sobre a diversidade cultural e religiosa, alegando que tal disciplina não aborda estes conteúdos e que se deve abordar de fato a convivência entre eles, o respeito a opiniões alheias. Nas observações foi possível perceber esta prática e ao comparar com as entrevistas que os professores participaram percebeu-se pouca preocupação com o Ensino Religioso, dando as aulas porque foi implantado como obrigatório sem considerar sua relevância.

REFERÊNCIAS

AMOP- Associação dos Municípios do Oeste do Paraná. **Currículo Básico para a Escola Pública Municipal: Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais)**. Cascavel/ PR: Assoeste, 2014.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constfed.nsf/fc6218b1b94b8701032568f50066f926/54a5143aa246be25032565610056c224?OpenDocument>> . Acesso em 23 de abr. 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9394/96, de 20 de Dezembro de 1996**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11690993/artigo-33-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>. Acesso em 19 de abr. 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 5692/71, de 11 de Agosto de 1971**. Disponível em : < <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/728/as-leis-brasileiras-e-o-ensino-religioso-na-escola-publica>>. Acesso em 27 de abr. 2017.

MORAIS, M. A. D. **A importância do Ensino Religioso para a formação dos valores dos alunos**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-do-ensino-religioso-para-formacao-dos-valores-do-aluno/128198/>>. Acesso em 20 de maio, 2017.

PARANÁ. **Diretrizes curriculares da Educação Básica para o Ensino Religioso**. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_er.pdf>. Acesso em 12 maio, 2017.



Centro Universitário Univel

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

FORMAÇÃO DOS PEDAGOGOS: LACUNAS ENQUANTO PROFESSORES NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Taís Fernanda Neves Souza¹

Elaine Aparecida Wilgues Kronbauer²

RESUMO: A Educação Ambiental no Brasil perpassa por uma longa jornada até tomar novos rumos, viabilizando melhorias no Meio Ambiente e melhor qualidade de vida. Entende-se por Educação Ambiental, processos pelos quais os sujeitos e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, capacidades e sustentabilidade. A Educação Ambiental no Brasil é marco de vários documentos importantes para seu reconhecimento enquanto ferramenta de mudança, conscientização e transformação dos sujeitos. A partir, da necessidade de relacionar e delimitar a problemática dessa área dentro da educação surge, à implementação da Educação Ambiental dentro dos currículos escolares, passando ser conteúdo curricular a todos os níveis de ensino, até sua inclusão nos cursos superiores de licenciatura, possibilitando assim, a abordagem dos problemas enfrentados pela sociedade e de educar sujeitos comprometidos com o ambiente saudável. Pois, o Pedagogo em seu exercício pode ser visto como o mediador do conhecimento, porém na busca dessa mediação enquanto docente encontra dificuldades que podem ser advindas de sua formação, como por exemplo, a falta de disciplina específica de Educação Ambiental, interrelação da prática e teoria, interdisciplinaridade, dentre outras. Este trabalho tem um tema atual na área da Educação, e o que o mesmo pode contribuir para o preparo de novos profissionais da área da Educação, estar sanando suas dúvidas, ou aguçar sua curiosidade para que futuramente queiram fazer uma pesquisa relacionada na área. O presente trabalho tem por objetivos identificar quais as lacunas que permeiam o processo de Formação dos Pedagogos, para atuarem enquanto professores na Educação Ambiental; Realizar um levantamento sobre a abordagem metodológica teórica e prática da educação ambiental na Formação dos Pedagogos; Identificar as lacunas na Formação dos Pedagogos quanto à educação ambiental; Fazer um comparativo sobre as formas de abordagem da educação ambiental em diferentes anos de formação; Realizar um estudo bibliográfico identificando processos de aplicação da educação ambiental que visem a melhoria da Formação dos Pedagogos. O aporte teórico fundamenta-se na perspectiva de entender como ocorreu

¹Acadêmica do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel - UNIVEL.

² Mestre em Biotecnologia. Professora do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel - UNIVEL.

trajetória da Educação Ambiental no Brasil, o processo de implementações de documentos oficiais que asseguram a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a inclusão da Educação Ambiental na Formação dos Pedagogos, para atuarem como professores na Educação Ambiental, dialogando com Dias (2004), Gadotti (2008), Libâneo (2010), Maia (2015) dentre outros que discutem sobre a Educação Ambiental e Formação dos Pedagogos. Para a realização da metodologia utilizamos a pesquisa bibliográfica e de campo, com caráter qualitativo, quantitativa, com objetivos de cunho explicativo. No entanto, os questionários foram aplicados a 50 pedagogos, que atuam como professores na Rede Pública Municipal de Cascavel/ PR. Os resultados verificados na pesquisa indicam que 79% dos Professores encontram dificuldades na atualidade, com aplicação de conteúdos de Educação Ambiental durante sua atuação. Em outra pergunta realizada aos professores 83% afirmaram que, não tiveram durante sua formação disciplina específica de Educação Ambiental. Que os conteúdos desta temática eram aplicados somente na disciplina de ciência, e que não havia inter-relação da prática e teoria. Em outra questão, 40% dos professores revelaram que as aulas eram realizadas somente em sala de aula, não havendo práticas em laboratório, atividade de campo, dentre outras. Quando perguntado aos mesmos de que forma foi trabalhada a Educação Ambiental durante sua formação, 40% responderam que não havia interdisciplinaridade. Em outra questão relacionada à aplicação de conteúdos de Educação Ambiental em sua atuação hoje, 71% afirmaram que aplicam em suas aulas, e 29% que não, argumentaram ainda que, sempre estão pesquisando e buscando novos conhecimentos, informações e novas práticas. Quando proposto aos professores para opinarem à forma em que deveriam ser aplicados os conteúdos de Educação Ambiental em suas aulas, os mesmos responderam que de forma interdisciplinar. Percebe-se, frente a muitas respostas dos questionários aplicados aos professores que a Educação Ambiental progride, em passos lentos dentro das escolas e, para sua implementação efetiva, muitos desafios, pois é preciso conscientizar, alterar hábitos e costumes antigos, oferecer formação adequada aos professores, o que implica um trabalho intenso e contínuo de toda a comunidade escolar. Visto que, o professor exerce um papel fundamental nessa abordagem dos problemas ambientais, participando ativamente na formação crítica, sustentável e emancipadora do sujeito.

REFERÊNCIAS

_____. Lei nº. 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre EA, institui a Política Nacional de EA e da outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1999.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental Princípios e Práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 42. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MAIA, J. S. Da S. **Educação Ambiental Crítica e Formação dos Professores**. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2015.



Centro Universitário Univel

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA TEREZINHA MACHADO

Leiliane Hagemann Mrtins¹

Sandra Mara Martins²

RESUMO: O presente resumo tem como tema a Inclusão de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais na Escola Municipal Professora Terezinha Machado – Município/PR, sendo a Educação Especial uma área de estudo relativamente nova no campo da Pedagogia, amparada pela LDBEN 9394/96. A Educação Especial é tratada com extrema importância, pois proporciona o direito a educação, igualdade entre todos os cidadãos e a superação de qualquer tipo de discriminação, buscando novas formas de atendimento educacional aos alunos que possuem algum tipo de deficiência, facilitando assim a interação dos estudantes, além de realizar uma reflexão no campo educativo, contribuindo para que os problemas desses estudantes sejam encarados a partir de um enfoque mais inclusivo, no qual as instituições de ensino devem assumir sua responsabilidade diante dos problemas de aprendizagem que os estudantes possuem. Para garantir uma educação de qualidade para todos os estudantes é necessário que nas instituições de ensino inclusivas tenham profissionais de qualidade e com formação especializada na área da Educação Especial, neste sentido, as instituições de ensino precisam ser adequadas, realizando melhorias no processo de ensino/aprendizagem, para que os estudantes com necessidades educacionais especiais sejam tratados com respeito, tendo suas necessidades educacionais especiais atendidas. A pesquisa teve por objetivo observar quais são as práticas pedagógicas na Educação Inclusiva com as crianças que possuem necessidades educacionais especiais, além de observar quais as metodologias de ensino utilizadas pelos professores em sala de aula, verificando se essas atividades atendem as necessidades que os estudantes possuem. Desta forma foram utilizados referenciais teóricos como Fernandes (2001), Ferreira (2003), Guimarrães (2003). Para a realização do presente trabalho foram utilizadas pesquisas bibliográficas, pesquisas em revistas e artigos, pesquisa descritiva, explicativa, qualitativa, estudo de caso e pesquisa de campo sendo realizada através de questionários respondidos pelos professores que

¹ Acadêmico do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário UNIVEL.

² Orientadora Professora e Mestre em Educação Sandra Mara Martins do Centro Universitário UNIVEL.

trabalham com os alunos da Classe Especial e Sala de Recursos Multifuncional, Direção e Coordenação Pedagógica da instituição de ensino, através das respostas obtidas, pode-se perceber que a instituição de ensino visa buscar metodologias diferenciadas para trabalhar com os alunos que frequentam a Sala de Recursos Multifuncional e a Classe Especial, visando sempre uma educação de qualidade, contribuindo para que esses estudantes tenham seus direitos garantidos e sejam tratados de maneira igualitária, como todos os outros indivíduos. Este estudo tem fundamental importância no meio acadêmico, principalmente aos alunos dos cursos de licenciatura em Artes e Pedagogia, pois pode auxiliá-los a conhecer melhor a área da Educação Especial, por dever ser tratada com muita importância, sempre buscando alternativas de ensino diferenciadas para trabalhar com os alunos que precisam de algum tipo de atendimento especializado, com este estudo será possível verificar quais são as dificuldades dos professores em sala de aula ao trabalhar com esses alunos, assim, esta pesquisa pode contribuir também para o futuro profissional da pesquisadora, que pretende cursar Pós - graduação em Educação Especial, buscando especializar-se nesta área da educação, sendo também um acervo bibliográfico para a Faculdade Univel. Pode-se perceber que a Educação Inclusiva é muito importante e significativa, quando se é trabalhada com metodologias diferenciadas e práticas de ensino que fundamentam o trabalho dos professores em sala de aula com os alunos que necessitam de atendimento especializado. A inclusão é uma forma de trazer para dentro das escolas todas as crianças, inclusive as que possuem necessidades educacionais especiais, contribuindo para que todas as crianças tenham o direito de aprender a ler e escrever, além de aprimorar seus conhecimentos diante do cotidiano escolar e social, no entanto tem se observado a importância de se educar e dar a verdadeira oportunidade, considerando que a criança com deficiência tem a mesma necessidade básica que as demais, o que inclui não somente o aspecto de sobrevivência, mas também o de estima. Assim, o professor ao trabalhar com os alunos que possuem algum tipo de deficiência e que precisam de atendimento especializado, deve estar sempre buscando, metodologias e práticas de ensino diferenciadas, fazendo com que o aluno consiga aprender de maneira satisfatória, pois ensinar não é submeter o aluno a um conhecimento pronto, mas sim auxiliar o aluno para que tenha liberdade e determinação, de ampliar significados na medida de seus interesses e capacidades, valorizando todo o seu esforço para aprender.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. L. de; MARTINS, I. de O. R. **Educação Especial: da prática pedagógica á perspectiva na educação.** Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/viewFile/20575/13513>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

BUENO, J. G. S. **A educação especial na sociedade moderna: integração, segregação do aluno diferente.** São Paulo: Educ., 1993.

BRASIL. **Declaração de Salamanca.** Brasília, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Pesquisa bibliográfica versus revisão bibliográfica: uma discussão necessária.** Disponível em: <<file:///C:/Users/user/Downloads/13193-57515-1-PB.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

FERNANDES, S. **Fundamentos para educação especial.** 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2011.

FERREIRA, W. B. Inclusão e Exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente após dez anos. Salamanca. In: RODRIGUES, D. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006.

FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. **Educação Inclusiva.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GIL, A. C. **Questionário na pesquisa educacional.** Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/maio2013/sociologia_artigos/pesquisa_social.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2017.

GOMES, C. **Práticas pedagógicas na educação inclusiva: desafios para a qualificação do processo de ensino e aprendizagem.** Disponível em: <http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/2489b.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2017.

JANNUZZI, G. de M. **A educação dos deficientes no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI.** 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2004. p. 243.

MANTOAN, M. T. E. A hora da virada. Inclusão: **Revista da Educação Especial**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 24-28. 2005.

MATTAR, L. Y. R.. **Metodologia científica um manual para a realização de pesquisa em administração.** Disponível em: <https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017.

MAZZOTTA, M. J. da S. Reflexões sobre inclusão com responsabilidade. **Revista@mbienteeducação**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 165-168, ago./dez. 2008.

MINAYO, M. C. de S. **Manual de pesquisa qualitativa.** Disponível em: <http://disciplinas.nucleoad.com.br/pdf/anima_tcc/gerais/manuais/manual_quali.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017.

MIRANDA, A. A. B. **Educação Especial no Brasil: Desenvolvimento Histórico.** Disponível em: <<file:///C:/Users/user/Downloads/1880-6665-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

MORAES, M. C. M. de. **O Paradigma educacional emergente.** Disponível em: <<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2006/anaisEvento/docs/CI-107-TC.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

RODRIGUES, D. (Org). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** 1. ed. São Paulo: Summus, 2006.

SÁNCHEZ, P. A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Inclusão:** Revista da Educação Especial, Brasília, v. 1, n, 1, p. 7-18, 2005.

TRIVINÓS, A. N. S. **Metodologia da pesquisa aplicável a ciências sociais.** Disponível em: <http://www.geocities.ws/cienciascontabeisfecea/estagio/Cap_3_Como_Elaborar.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2017.



Centro Universitário Univel

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

O LETRAMENTO E A ORALIDADE NA MODALIDADE EJA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR

Jacqueline Neckel dos Santos¹
Sueli Gedoz²

RESUMO: O presente artigo aborda o tema relacionado ao letramento e à oralidade na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo um estudo de caso no município de Capitão Leônidas Marques/PR. Ainda hoje podemos perceber que a EJA é vista por muitas pessoas como uma modalidade que apenas deve ensinar a ler e escrever. Essa concepção, apesar de evidente, é ultrapassada, pois é preciso formar pessoas críticas, que sejam capazes de argumentar, defender suas ideias e seus direitos, por isso é de suma importância que todos tenham acesso à educação de qualidade. Na pesquisa buscou-se analisar como os professores da EJA compreendem o letramento e o processo de oralidade e se envolvem o conteúdo com atividades relacionadas com o cotidiano dos alunos. Desta forma, diversos fatores justificam a realização da pesquisa ora projetada, sendo um deles a futura atuação da pesquisadora no âmbito educacional na modalidade de ensino EJA. Considerando que há interesse em atuar com jovens e adultos, buscamos respostas para um trabalho pedagógico de qualidade, que atenda aos alunos da EJA com práticas efetivas de letramento. Assim, a pesquisa auxilia para um melhor entendimento sobre o processo do letramento na EJA, mostrando a importância de alfabetizar e letrar os alunos dessa modalidade, ensinando a interpretar e relacionar os conteúdos com o seu cotidiano. E, além disso, tem grande relevância para a instituição observada, servindo como aliada na contribuição para melhores resultados no que refere ao processo de letramento e oralidade, pois busca mostrar a importância dessas práticas em sala, auxiliando a analisar pontos positivos e negativos, sem intenção de interferir no desenvolvimento das aulas, mais sim ajudar a perceber o que pode melhorar para haver resultados mais significativos na aprendizagem em sala de aula. Considerando todos esses apontamentos, o principal objetivo do artigo é analisar como o processo de letramento é compreendido e trabalhado pelos professores na modalidade EJA, observando se a oralidade está presente nas práticas em sala de aula em turmas do 3º e 4º ano do ensino fundamental e analisando se os

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² ORIENTADORA: Professora Doutora Sueli Gedoz, do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

conhecimentos prévios dos alunos são considerados pelos professores nas discussões que envolvem a prática da oralidade associada ao letramento. A metodologia apresenta uma abordagem qualitativa e explicativa, sendo uma pesquisa bibliográfica, baseada em estudos já realizados referente ao letramento e à oralidade, e a pesquisa de campo direcionada a um estudo de caso, focalizando uma escola do município de Capitão Leônidas Marques/PR, na qual a coleta dos dados ocorreu através de observação em sala de aula, questionários para os professores da turma e entrevista com alunos da escola observada. O artigo utilizou como aporte teórico algumas obras como AMOP (2014), Brasil (1996), Freire (1987), Pereira (2013), Soares (2003, 2006) entre outros autores que discutem o tema. Os resultados obtidos demonstram que os professores compreendem o processo de letramento juntamente com o processo de alfabetização, no entanto apresentam algumas dificuldades para relacionar o letramento e a oralidade em sala de aula. A observação realizada mostrou que os professores planejam suas aulas, de forma que as atividades não estejam infantilizadas, buscam sempre relacionar os conteúdos com o cotidiano dos alunos, para que esses consigam assimilar os conhecimentos científicos com sua realidade e situações do seu dia-a-dia.

REFERÊNCIAS

AMOP, Associação dos municípios do Oeste do Paraná. **Currículo Básico para a Escola Pública Municipal: Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais)**. Cascavel, 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei 9.394/96**. Rio de Janeiro: Esplanada, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PEREIRA, M. L. **A construção do letramento na educação de jovens e adultos**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica/FHC –FUMEC, 2013.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.



Centro Universitário Univel

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

O LÚDICO E AS BRINCADEIRAS MATEMÁTICAS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO EM DIAMANTE DO SUL - PR

Solange Crepaldi Carvalho¹

Daniel Zampieri Loureiro²

RESUMO: O presente trabalho busca discutir sobre a importância do uso das práticas lúdicas como estratégias pedagógica para o ensino e aprendizagem da matemática na educação infantil. Considerando que é no contexto da escola que a criança passa a desenvolver o pensar e refletir mais sistemático sobre o seu cotidiano, sua realidade social, favorecendo o raciocínio lógico e a criatividade. Diante disso, que nosso tema principal, que é o ensino e aprendizagem da matemática na educação infantil ganha contornos mais claros, porém para o desenvolvimento da pesquisa propomos a seguinte interrogação, “o que se mostra sobre as brincadeiras matemáticas no processo de ensino e aprendizagem na educação infantil?” a interrogação em si, se revela como um solo sobre o qual a pesquisa faz sentido. Buscamos ainda, reflexões que dizem da importância sobre o ensino da Matemática trabalhado na educação infantil, ela deve ser trabalhada de forma contextualizada e lúdica próxima a realidade de cada aluno. Inserir brincadeiras no contexto da sala de aula na Educação Infantil não é algo que envolve somente as crianças, mas também o professor, pois ele precisa resgatar valores infantis e aprender a brincar, sabendo que o lúdico se encontra na espontaneidade. É uma forma de aproximar professor e aluno. Portanto, é importante entender o significado de lúdico e perceber que está ligado a uma diversidade de atividades, jogos e brincadeiras que propiciam divertimento, prazer e aprendizado a crianças, o mais importante é saber como um professor de Educação Infantil deve e pode usar a ludicidade em sala de aula, para que seu método de ensino seja eficaz. Dessa maneira, buscamos compreender de que maneira são realizadas as brincadeiras Matemáticas no contexto do ensino da Matemática, e o que se mostra disso, no processo de ensino e aprendizagem em um Centro Municipal de Educação Infantil, no município de Diamante do Sul - PR. Foram realizadas discussões de caráter teórico, em contextos que dizem da importância das brincadeiras matemáticas na educação infantil, dialogando com Vyotsky(1984), Souza(2010), Nunes e Saraceni (2013) entre outros. A pesquisa assume um

¹Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário Univel – Cascavel - PR.

²Mestre em Educação, professor do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário Univel – Cascavel - PR.

caráter qualitativo, descritivo, bibliográfico, de campo, que será realizada por meio de um estudo de caso. Os dados foram coletados através de observações, e um questionário com perguntas abertas entregue a uma professora do pré I da Educação Infantil da escola supracitada. Os dados analisados revelam que o ensino da matemática na educação infantil se manifesta direta ou indiretamente. No que tange, a metodologia utilizada pela professora, evidencia-se a organização e planejamento, mostrando relação com os conteúdos matemáticos propostos pelo currículo trabalhado no município, vale destacar também, que a metodologia utilizada pela docente é bem elaborada tal como a organização dos conteúdos matemáticos. Porém, fica evidenciado que em algumas atividades os conteúdos intrínsecos a matemática poderiam ser melhor explorados, trazendo maior dinamicidade e interdisciplinaridade as aulas. Portanto, vale ressaltar que os jogos e brincadeiras relacionados ao ensino da matemática na Educação Infantil pode propiciar reflexões sobre a importância de atividades lúdicas no desenvolvimento da criança e na construção do conhecimento matemático.

REFERÊNCIAS

NUNES, F. L. P; SARACENI, G. C. M. G. O Lúdico no Aprendizado da Matemática na Educação Infantil. In: Unisalesiano Centro Universitário Salesiano Auxilium curso pedagogia 2013. **Anais...** LISN – São Paulo.P.6 – 55

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7 Ed. São Paulo: Atlas- AS, 2010.

SOUZA, M. A. B. A Importância das Brincadeiras e Jogos Matemáticos na Educação Infantil. In: Faculdade Alfredo Nasser instituto superior de educação curso de pedagogia. 2010, Aparecida de Goiânia. **Anais ...** Aparecida de Goiânia. P. 5 – 21.

VIGOTSKY, L. S. **A formação sócia da mente**. São Paulo: Martins Fontes.



Centro Universitário Univel

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

O TRABALHO COM A SEQUÊNCIA DIDÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM ESTUDO NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

Kalyandra Strapasson Bordiga¹

Sueli Gedoz²

RESUMO: O presente trabalho tem como tema a prática da Sequência Didática (SD) nas salas de aula nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na região do oeste do Paraná, trazendo uma discussão sobre esse instrumento metodológico utilizado no trabalho com os gêneros textuais no processo de ensino. A SD utiliza-se de textos que circulam socialmente e pode ser considerada como proposta significativa para o ensino da leitura, da produção escrita, da oralidade e da análise linguística. A pesquisa organiza-se para responder ao problema que investiga as dificuldades e desafios encontrados pelos professores ao elaborar as atividades que envolvam essa prática e a forma como está acontecendo o trabalho com a SD em escolas públicas dos anos iniciais do ensino fundamental, em municípios do oeste do Paraná que são subsidiados pelo currículo da AMOP. A justificativa em que se pauta o estudo aponta que é necessário que o professor tenha um contato com o educando para ter a possibilidade de se produzir ideias cada vez mais elaboradas e de que o professor se depara com desafios como tempo, empenho, estudo e muita pesquisa no trabalho com a SD, pois essa proposta se utiliza de diferentes etapas, relacionadas entre si. Tomando esse contexto, esta pesquisa tem como objetivo compreender as ações, possibilidades, dificuldades e desafios encontrados pelo professor ao trabalhar com o encaminhamento metodológico da Sequência Didática. Utiliza-se como aporte teórico o Currículo elaborado pelo Departamento de Educação da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná – AMOP (2014), documento utilizado na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental na maioria dos municípios do oeste paranaense, que propõe a SD como encaminhamento metodológico para o trabalho com os gêneros textuais. Também são fontes teóricas os estudos de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) que apresentam essa proposta como recurso para o entendimento sobre os gêneros textuais. Toma como metodologia a pesquisa bibliográfica que possibilita o acesso a esse conhecimento utilizando material já elaborado, juntamente com a pesquisa de campo, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas e questionários aplicados a professores de diferentes

¹ Acadêmica do Curso Superior de Pedagogia - Licenciatura do Centro Universitário UNIVEL.

² ORIENTADORA: Doutora em Letras. Professora do Curso Superior de Pedagogia – Licenciatura, do Centro Universitário UNIVEL.

idades do oeste paranaense subsidiadas pelo Currículo da AMOP (2014). Trata-se de professores que utilizam da proposta da SD em suas aulas e que, portanto, têm condições de avaliar esse instrumento metodológico. Justifica-se esta pesquisa pois cabe ao pedagogo compreender as diferentes estratégias de ensino utilizadas pelos docentes. O trabalho também é importante porque verifica a relação entre a teoria proposta no referido currículo e a prática desenvolvida pelos docentes. Os resultados demonstram uma unanimidade de respostas no que se refere a alguns aspectos do trabalho com a SD; as dificuldades dos docentes revelam-se no grande dispêndio de tempo para atender às etapas da SD, falta de interesse dos alunos, empenho e dedicação. Contudo, percebe-se que há boa intenção por parte das professoras na elaboração de atividades para a aplicação de uma SD. Há uma adesão à proposta de ensino apresentada por AMOP (2014) e o entendimento de que a SD é uma ferramenta importante para a construção de novos conhecimentos, especialmente porque está baseada na concepção de linguagem como forma de interação.

REFERÊNCIAS

AMOP. Associação dos Municípios do Oeste do Paraná - AMOP. Departamento de Educação. **Currículo básico para a escola pública municipal**: educação infantil e ensino fundamental - anos iniciais. - Cascavel: AMOP, 2014.

AMOP. Associação dos Municípios do Oeste do Paraná. **Sequência didática**: uma proposta para o ensino da Língua Portuguesa nas séries iniciais. [Organizadora: Terezinha da Conceição Costa- Hübés]. Cascavel: Assoeste, 2007. Caderno Pedagógico 01.

BAUMGARTNER, C. T.; COSTA-HÜBES, T. C. **Sequência didática**: uma proposta de ensino da Língua Portuguesa nas séries iniciais. Cascavel: Assoeste, 2007. Caderno Pedagógico 02.

DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. 3. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2004.



Centro Universitário Univel

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

O TRABALHO DOCENTE E O CONCEITO DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: UM ESTUDO SOBRE A ESCOLA E A REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE A PARTIR DO AUTOR PIERRE BOURDIEU

Juliana Langer do Amaral¹

Thaís Damaris da Rocha Thomazini²

RESUMO: O presente artigo tem como tema o Trabalho Docente e o conceito de violência simbólica do autor Pierre Bourdieu. Delimita-se a analisar como o trabalho docente, através do conceito de violência simbólica do autor Pierre Bourdieu, desenvolve a reprodução da desigualdade social no cotidiano da sala de aula. Para tanto, foi investigada a Escola Municipal Carlos Gomes, do município de Três Barras do Paraná, tendo como foco principal as professoras da turma do 4ºA. Partindo do conhecimento sobre o conceito de violência simbólica do autor citado acima, procura-se responder as seguintes questões: de que maneira a violência simbólica está presente no ambiente escolar, e principalmente como os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental influenciam na reprodução dessa violência? E como esse processo influencia na reprodução das desigualdades sociais? A pesquisa tem como objetivo principal a análise de como ocorre a violência simbólica no ambiente escolar, e principalmente como os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental influenciam na reprodução dessa violência através de sua prática docente; e de que forma esse processo atua na reprodução das desigualdades sociais. A importância dessa pesquisa recai sobre o fato de que questões referentes à violência estão cada vez mais presentes em nossa sociedade, em suas várias instâncias, inclusive no ambiente escolar. Essa violência é reproduzida inicialmente pela família, desse modo às instituições de ensino são influenciadas e acabam também por desenvolvê-la através de suas práticas docentes. Portanto, a mesma será de grande importância para apresentar a sociedade de modo geral, a visão que se tem da escola, como um ambiente fortemente influenciado pelas questões referentes à violência simbólica, a qual é desenvolvida por meio de elementos como o currículo e prática docente, que empregam em sua prática conteúdos que priorizam apenas a cultura dominante, e sucessivamente reproduz as desigualdades sociais. Para a realização desse trabalho foi utilizada uma pesquisa qualitativa com caráter descritivo, para que os dados possam ser analisados e sucessivamente confrontados com os dados bibliográficos obtidos por autores renomados Bourdieu e Passeron (1982), Rodrigues,

¹Juliana Langer do Amaral, Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIVEL – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

² ORIENTADOR: Professora Mestra Thaís Damaris da Rocha Thomazini do Curso de Pedagogia da Univel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel.

Brandt (2014), Mendes(2017), Tiradentes(2015), entre outros. Desse modo, destaca-se que essa pesquisa realiza-se por meio de consulta e análise em materiais já produzidos sobre o tema escolhido, podendo esses serem livros, artigos, capítulos de livros que abordam o tema da pesquisa. Para que de fato fosse possível alcançar todos os objetivos realizou-se também um estudo de caso com a turma do 4ª ano da escola Escola Carlos Gomes de Três Barras do Paraná, assim como uma entrevista semiestruturada com as professoras da turma em questão. Desse modo os resultados obtidos comprovaram que os professores não tem um conhecimento aprofundado sobre as questões referentes à violência simbólica, ou seja, de como trabalhar frente a isso para tentar desconstruí-la. Destaca-se durante a observação realizada a presença da violência simbólica, em específico em situações de tratamento desigual das professoras com os alunos. Quanto à entrevista realizada pode-se destacar que as respostas dadas pelas educadoras não foram condizente com suas atuações em sala de aula, pois relataram que o tratamento oferecido aos educandos era igualitário, que os conteúdos eram flexíveis para atender a todas as necessidades existentes, entretanto, a prática não se apresentou flexível, alguns alunos eram simplesmente excluídos por terem maiores dificuldades, desse modo constata-se que o ambiente de sala de aula acaba se tornado um ambiente fortemente influenciado pela violência e conseqüentemente um reprodutor de desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BRANDT, J. **Violência Simbólica**: Uma reflexão acerca do Hábitos Docente. Lajeados: Univates, jun. 2014. Disponível em: <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/626/1/2014JoiceBrandt.pdf>> Acesso em: 1 maio 2017.

MENDES, M. F; STRAUB, I. A discriminação socioeconômica na escola pública de Sinop-mt: Violência simbólica e exclusão social. **Revista Eventos Pedagógicos**. V.5, p.261-270, jun./jul. 2014. Disponível: <<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/viewFile/1479/1114>> Acesso em: 22 abr.2017.

RODRIGUES, A. T. **Sociologia da educação**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

TIRADENTES, A. R. Violência Simbólica no contexto escolar: discriminação, inclusão e o direito à educação. **Revista Eletrônica do Curso de Direito - PUC Minas Serro**. n.12, p.33-48. Agosto/dez. 2015. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/10903-43594-1-pb.pdf>> Acesso em: 20 maio, 2017.



Centro Universitário Univel

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

OS DESAFIOS DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DA APAE DE GUARANIAÇU- PR

Paula Roberta Gomes¹
Marcia Aparecida Baldini²

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo analisar os desafios do trabalho docente dos professores que atuam na educação especial da APAE de Guaraniaçu- PR. O século XXI marca o desenvolvimento científico e ético da humanidade, mostra que as diferenças individuais, tanto do ponto de vista de desenvolvimento cognitivo, quanto do ponto de vista físico ou sensorial, não constituem uma fatalidade irreversível, nem restringe as pessoas para a plenitude de suas realizações pessoais ou sociais. No entanto, a sociedade atual ainda resiste em aceitar com efetividade a inclusão das pessoas com algum tipo de deficiência nos espaços públicos e nas escolas. Diante disso, a escola sofre as consequências pela carência de formação específica dos profissionais da educação para trabalharem com Educandos com (NEE) Necessidades Educacionais Especiais. A educação é o meio pelo qual o indivíduo se apropria do conhecimento e aprende a participar ativamente da sociedade na qual está inserido. A pesquisa é de abordagem qualitativa, com utilização de estudos bibliográficos e pesquisa de campo e foi realizada entre os meses de junho a setembro na APAE do Município de Guaraniaçu. O século XIX é o período de institucionalização especializada, porém somente no século XX com muita luta é que se inicia a valorização dos indivíduos portadores de necessidades especiais, portanto, a defesa de uma sociedade inclusiva. Para Mazzota (1999) ainda é recente a defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas com necessidades especiais, as manifestações e as lutas em prol dessa causa, muitas vezes se efetivam com medidas isoladas, de indivíduos ou grupos, defensores dos direitos e do reconhecimento de que todo cidadão com tais necessidades possam exercer sua cidadania e tenham garantias nas políticas sociais e educacionais. A Educação Especial, no Brasil, tem suscitado grandes debates a respeito das questões que envolvem esta temática. Essas reflexões e embates estão mais acirrados recentemente, exigindo conhecimento e muito esforço dos estudiosos dessa área, que mostram cada vez mais, os desafios da educação especial deixam de ser exclusivos de um campo de conhecimento e passam a confundir-se com os desafios da educação. Hoje, o grande desafio na formação de docentes para o efetivo trabalho, nas escolas do ensino fundamental, médio e a educação especial é que vem sendo fragmentada, descolada da

¹ Acadêmica de Pedagogia - Licenciatura, da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel - UNIVEL.

² Professora Orientadora – Mestre em Educação

realidade, vivenciada nesses espaços, pois tanto a capacitação destes professores como a formação acadêmica segue um receituário de práticas como se os educandos fossem os mesmos, produzidos em série, sem levar em consideração suas especificidades. É preciso formação continuada fundamentada em uma realidade escolar vivida por estes sujeitos, muita leitura, criatividade, responsabilidade como mediador no repasse dos conteúdos. É necessário que a escola se torne um espaço mais atrativo que venha de encontro as reais necessidades dos indivíduos. No entanto a luta por uma educação pública de qualidade tem sido motivo de grandes manifestações organizadas por diversos movimentos sociais, independente de grupos ou meios em que estão, este é um objetivo comum entre todos os seres que lutam por uma sociedade melhor, mais bem estruturada educacionalmente, já que a educação é o objetivo e a prioridade de todos, deve-se lutar e buscar de todas as formas que a educação seja abrangente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. resolução cne/ceb Nº 2, de 11 de Setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Secretaria de Educação Especial**. Disponível em : 28 maio, 2017.

JANUZZI, G. de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas. Coleção Educação Contemporânea. Autores Associados. 2004.

LDB – **Leis de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein_9394.pdf> Acesso em maio de 2017

PARANÁ INCLUSIVO. Conhecendo a pessoa com deficiência. Disponível em <http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/divulgacao/PRInclusivo_Vol1_ok.pdf. > Acesso em 30 maio, 2017.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.



Centro Universitário Univel

Av. Tito Muffato, 2317 – Bairro Santa Cruz

85806-080 – Cascavel – PR

Fone: (45) 3036-3636

<http://www.univel.br> – cpe@univel.br

**SOBRE A COMPREENSÃO DO PROFESSOR EM MODELAGEM
MATEMÁTICA: UM ESTUDO DE CASO NO ENSINO
FUNDAMENTAL I NOS ANOS INICIAIS NA REDE PÚBLICA
MUNICIPAL DE CASCAVEL - PR**

Mariana Galvão Albertti¹
Daniel Zampieri Loureiro²

RESUMO: O ensino da Matemática para alguns alunos, muitas vezes se torna penoso, por não compreenderem os processo de ensino e aprendizagem. Essa aversão a matemática se dá sobre diferentes contextos, seja em relação ao conteúdo matemático, as dificuldades pessoais internalizadas ou ao modo que o professor constrói esse conhecimento. Na contra mão dessa visão, a Modelagem Matemática se mostra uma possibilidade para um ensino diferenciado que foge aos moldes tradicionais, do ensino da matemática em sala de aula. É importante mencionar, que o ensino tradicionalista é entendido nesse texto, como uma forma “estática” de ensino, quadro negro e giz, o professor na figura de “transmissor” e o alunos de “receptor” de conhecimento. A Modelagem Matemática enquanto uma tendência metodológica, proporciona ao professor possibilidades para elaboração de aulas mais interessantes, mudando o formato da sala de aula e, conseqüentemente a postura dos alunos. Essa abordagem ajuda o professor a construir o conhecimento matemático de uma forma clara para o aluno. O objetivo da pesquisa realizada é de analisar se ocorre práticas docentes, a partir da Modelagem Matemática no Ensino Fundamental I nos anos iniciais na Rede Pública Municipal, no 3º e 5º ano (série) e observando o que se revela sobre a formação docente continuada ou inicial em Modelagem Matemática. A pesquisa ora apresentada, se desdobrou sobre a postura qualitativa, com breve inserção fenomenológica. A postura assumida se justifica, já que buscamos olhar para a qualidade dos dados que se revelou a luz da interrogação “*o que se mostra sobre a Modelagem Matemática no Ensino Fundamental I anos iniciais da rede pública?*”. Os dados foram coletados a partir de questionários e análise textual, que contou com diversas perguntas referentes ao tema principal. O local escolhido para a entrevista foi em uma Escola Municipal no bairro Santos Dumont, em Cascavel – PR. Este local foi escolhido por ser uma escola afastada, e por ter obtido baixa pontuação no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Após

¹ Acadêmico do Curso de Licenciatura em Pedagogia da UNIVEL – Centro Universitário Univel.

² Mestre em Educação. Professor do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia; Ciências Contábeis e Gestão Financeira da Univel – Centro Universitário Univel.

coletados os dados, foram realizada uma análise a partir de categorias a *priori*. Foram entregue cinco questionários, três para os 3º ano e dois para os 5º ano. Somente três questionários foram devolvidos, dois do 3º ano e um do 5º ano. O questionário inicia com perguntas referente ao professor, sua idade, sua formação, e quanto tempo de atuação na área docente, e quantos anos que está atuando em determinada serie. A categoria C1 denominada “*Sobre o aluno e a Modelagem Matemática*”, essa categoria vem mostrar, através de relatos de professores, como se dá o processo de ensino e aprendizagem a partir dessa tendência, revelando que o aluno, passa a ver significado nos conteúdos matemáticos, visto que, esses passam a ser trabalhados a partir da realidade ou situações problemas que façam sentido para o aluno. A categoria C2 “*A formação e a compreensão do professor sobre Modelagem Matemática*” diz da compreensão do professor sobre a modelagem matemática e de sua formação. No que tange os resultados, revelou-se que dos professores entrevistados a minoria conhece e utiliza essa tendência em sala, porém fica evidenciado a preocupação dos professores com os processos formativos que refletem em sua prática de sala de aula. Assim, revela-se a necessidade de aulas lúdicas e dinâmicas e a modelagem pode ser o solo sobre o qual se desenvolve essas atividade, além da necessidade de programas de formação voltados as diferentes tendências metodológicas como a Modelagem Matemática.

REFERÊNCIAS

D'AMBROSIO, B. **Como ensinar matemática hoje?** Temas e Debates. SBEM. Ano II. n. 2, Brasília, p. 15-20, 1989.

GARNICA, A. Algumas notas sobre Pesquisa Qualitativa e Fenomenologia. **Comunicação, Saúde, Educação**, Rio Claro, v. 1, n. 1, p. 109-120, ago. 1997.

JARDIM, A.; PEREIRA, V. **Metodologia Qualitativa: É possível adequar as técnicas de coleta de dados aos contextos vividos em campo?** Porto Alegre, p. 01-12, jul. 2009.

KLUBER, T.; DIONÍSIO, B. Concepções de modelagem matemática: contribuições teóricas. **Educação, Matemática e Pesquisa**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 17-34, 2008.

LORRENZATO, S. **Educação infantil e percepção matemática: Com atividades práticas para professores da educação infantil e primeiro ano do ensino fundamental.** 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

LOUREIRO, D. Z. **Abordagem do conteúdo matemático em Modelagem Matemática na Educação Matemática: um meta estudo das produções didático pedagógicas do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE/PR.** 2016. 156f. Cascavel. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste/Cascavel, Cascavel, 2016.

MARTENS, A.; KLUBER, T. Uma revisão sobre modelagem matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **XII Encontro Nacional de Educação Matemática**, São Paulo, p. 01-12, jul. 2016.

MORETTI, V.; SOUZA, N. **Educação Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental Princípios e práticas pedagógicas**. 1. Ed. Cortez, São Paulo, 2015.

SILVA, V.; KLUBER, T. Modelagem Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental: uma investigação imperativa. **Eletrônica de Educação**, Paraná, v. 6, n. 2, p. 228-248, nov. 2012.